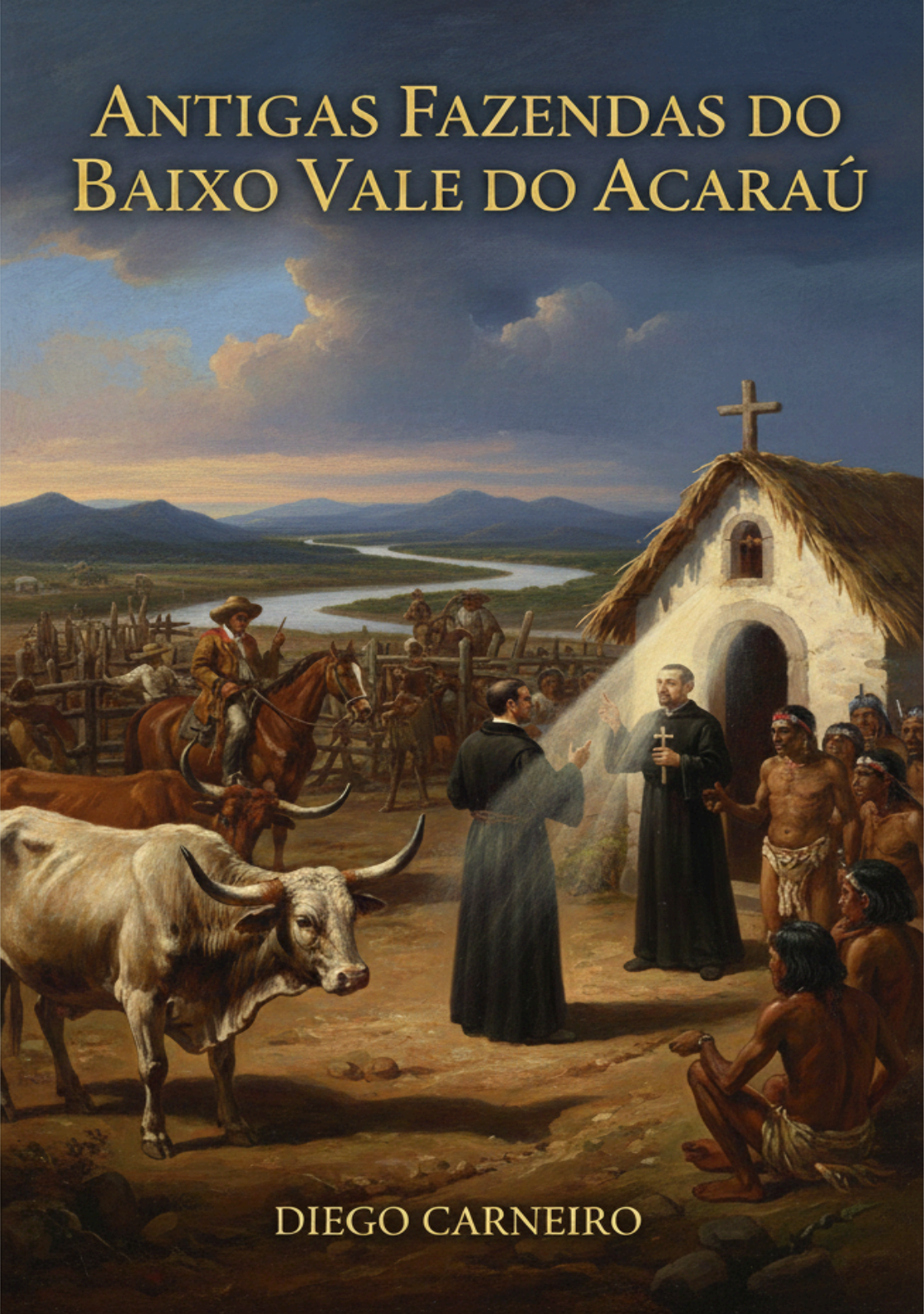
Antigas Fazendas do Baixo Vale do Acaraú



DIEGO CARNEIRO

ANTIGAS FAZENDAS DO BAIXO VALE DO ACARAÚ

Diego Carneiro

Fortaleza, 2026

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Common* indicada.

História e Genealogia do Baixo Acaraú

https://genealogiabaixoacarau.blogspot.com/

E-mail: dr.carn@gmail.com

CARNEIRO, Diego Rafael Fonseca.
Antigas fazendas do Baixo Vale do Acaraú. Fortaleza, 2026.
426 p. : il. ; 23 cm.

1. História regional – Ceará. 2. Vale do Acaraú (CE) – História. 3. Genealogia – Ceará. 4. Sesmarias – Ceará – História. 5. Colonização – Ceará. 6. Missões religiosas – Ceará – História. 7. Formação territorial – Ceará. I. Título.

CDD 981.31

APRESENTAÇÃO

De onde eu vim? Foi essa pergunta inquietante que me impeliu a mergulhar nesta jornada. Este livro é, portanto, antes de tudo, uma busca por compreender as contingências sociais e econômicas que permearam a formação cultural dos nossos antepassados e, consequentemente, a minha. Acredito que seja muito difícil compreender verdadeiramente o próprio papel no mundo sem essa resposta.

Embora muitos escritores competentes já tenham se dedicado ao estudo da história do Baixo Acaraú, a maioria optou por analisar isoladamente cada um de seus municípios e sub-regiões. Meu intuito foi, portanto, conectar essas ideias e personagens, de modo a apresentar uma visão mais abrangente do contexto da ocupação desse território.

Meu ponto de partida foi a terra e aqueles que a ocuparam. Dos povos originários aos soldados sertanistas, dos missionários aos colonos e seus escravos, busquei situar essa história no tempo, mas, principalmente, no espaço, dando nome e sobrenome àqueles que foram nossos antepassados e aos locais onde eles estiveram. Infelizmente, os registros não são imparciais, por isso devem sempre ser encarados com um olhar crítico.

Dito isso, busquei organizar, de forma mais ou menos lógica, tudo o que consegui encontrar sobre a história da formação dos municípios do Vale do Acaraú. Apesar de ser acadêmico, não sou historiador, grande parte do que está escrito nestas páginas veio de fontes secundárias. Muitas dessas fontes são fruto da tradição oral, registradas pelos dedicados memorialistas da

região. Assim, acredito que o grande mérito desta obra seja tão somente reunir, em um só lugar, esse conhecimento tão disperso.

Quando estava escrevendo este livro, sempre tive em mente que isso era uma forma de fornecer material para o debate acadêmico e inspirar novos pesquisadores que se inquietem com as minhas conclusões. Em economia, dizemos que o conhecimento é um bem não rival: não se esgota quando é consumido e, normalmente, aumenta quando é compartilhado.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento não se constrói sozinho. Para a realização desta obra, recorri a diversas fontes, sem as quais o resultado aqui apresentado certamente não teria sido possível. Destaco, em primeiro lugar, o trabalho imprescindível de Mons. Francisco Sadoc Araújo, cuja obra revisitei com especial afinco. O mesmo se aplica ao meu conterrâneo, o grande memorialista Nicodemos Araújo, precursor dos estudos sobre a história da região e fonte de grande inspiração.

No campo da genealogia, é impossível não mencionar a monumental obra *Siará Grande*, de Francisco Augusto de Araújo Lima, assim como a notável *Genealogia Sobralense*, em seus vários volumes, de Assis Arruda. A produção do Prof. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza também foi de grande auxílio ao longo desta pesquisa.

Além disso, tive a oportunidade de dialogar com a obra de diversos outros memorialistas da região, entre os quais destaco: Inácio Ribeiro Pessoa (Santana do Acaraú), Elizabeth Albuquerque (Cruz), Vicente Freitas (Bela Cruz), Bertoni Diogo (Alcântaras), José Alfredo da Silva (Marco), Gerson Vidal de Castro (Amontada), Jonas e Gabriel Pinheiro (Amontada), João Victor Mascarenha (Granja) e Leonardo e Luiza Silveira (Morrinhos).

De forma mais direta, agradeço as interlocuções e as críticas de Ângela Ferreira, Gaudêncio Leorne e Francilane Rocha (Museu do Marco). Registro um agradecimento especial à Prof.ª Ana

Sara Cortez pelo incentivo e pelo apoio na interpretação de uma das poucas fontes primárias utilizadas nesta pesquisa.

Por fim, agradeço à minha família, em especial à minha esposa, Maitê Shirasu, e à minha mãe, Rita Fonseca, pelo apoio constante e pelo incentivo à concretização deste trabalho.

SUMÁRIO

1. A Expedição de Pero Coelho a Ibiapaba **14**
O Caminho a Ibiapaba 15
A Subida da Serra 18
A Tentativa de Trégua 19
A Invasão da Ibiapaba 21
O Acordo de "Paz" 23
O Retorno para Casa 24
2. Os Primórdios da Missão da Ibiapaba **27**
Ascensão e Morte 29
O Retorno para Casa 33
A Ossada de Pe. Francisco Pinto 34
3. O Fortim de Jericoacoara **36**
O Forte Holandês 43
Outras Fortificações nas Praias do Acaraú 45
Sombras do Passado 47
A Aldeia de Jericoacoara 49
4. A Missão de São Francisco Xavier **53**
Tensões e Conflitos 55
A Vinda de Padre Antônio Vieira a Ibiapaba 57
O Encerramento da Missão 58
5. Inquietações do Norte **61**
O Caminho para o Maranhão 62
O Retorno dos Missionários 65
A Nova Junta das Missões e volta de Pe. Pedroso 67
6. A Busca pela Terra **69**
A Primeira Sesmaria do Baixo Acaraú 70

Os Coelho de Moraes* 74
7. Manoel de Góes e seus Companheiros 76
O Sítio dos Tucuns 80
Descendência de Manoel de Góes Figueiredo 82
8. As Novas Missões 84
As Novas Missões 85
A Missão da Bracutiara 87
A Missão da Tabainha 89
A Fazenda Tiaia 91
A Missão dos Aconguaçus 93
9. A Bandeira do Coronel Leonardo de Sá 97
Companheiros de Armas e de Terras 98
Uma Nova Expedição 102
10. A Primeira Fazenda do Vale do Acaraú 105
A Morte do Sesmeiro 108
11. Guerras, Mortes e Conquistas: A vida Simão de Góes 110
A Guerra dos Mascates 111
A Guerra dos Bárbaros 113
A devassa de Manoel da Fonseca Silva 114
A Caatinga dos Góes 115
12. Os Tremembés e a Missão de Aracati-mirim 117
A Missão de Aracati-mirim 119
A Irmandade Nossa Senhora da Conceição 121
A Reconstrução da Igreja 123
A expulsão e o realdeamento dos Tremembés 125
O Declínio de Almofala 127
Soterramento e Redescoberta 130

13. A Sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto 134
Descendência de Nicolau da Costa Peixoto 136
O Abominável Crime de Luiz Frazão* 137
14. A Missão dos Reriús na Serra da Meruoca 140
O Primeiro Contato 141
Os Avanços da Colonização 144
15. Conflitos no primeiro Curato do Acaraú 149
Organização Eclesiástica da Ribeira do Acaraú 156
16. O Parazinho de Domingos Machado Freire 159
O Patrimônio da Igreja 163
Descendência de Domingos Machado Freire 166
17. Manoel Ferreira Fonteles e a Fazenda Tucunduba 168
O "Adão" do Vale Acaraú 168
A Localização da Fazenda Tucunduba 171
Descendência de Manoel Ferreira Fonteles 175
A Divisão da Fazenda Tucunduba 176
18. A Colonização da Serra da Meruoca 181
Descendência do Cel. Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro 183
19. A Sesmaria de Domingos de Aguiar Oliveira 185
20. A Fazenda Tapera de João Vieira Passos 190
Outros Moradores da Fazenda Tapera 192
A Doença de Luis Quaresma* 194
A Sesmaria de Francisco Antônio Linhares 196
21. A Mina de Prata do Coronel Sebastião de Sá 198
O Real Caso do Ouvidor Loureiro 201
De volta ao Coronel Sebastião de Sá 204
Afinal, onde ficava a suposta mina? 206

22. O Alto da Genoveva e a Santa Cruz do Acaraú 208
Desenvolvimento do Povoado 213
23. De Caiçara a Sobral 215
A Lenda de Frei Cristóvão 215
Primeiros Colonizadores* 218
Organização Política e Administrativa 223
24. A Origem da Vila de Granja 227
Primeiros Sesmeiros 228
A Capela de Santo Antônio do Olho d'Água 230
O Aldeamento de Santa Cruz do Coreaú 232
A Fazenda Macaboqueira 234
25. Vilas e Municípios da Ribeira do Acaraú 237
26. Antônio Correia Peixoto e a Fazenda Timbaúba 242
Os Escravizados 244
27. A Cruz da Viúva Joana Correia da Silva 246
O porque da "Cruz" 248
São Francisco da Cruz 251
28. Pe. Silveira e a Capela do Olho D'Água de Santana 254
29. Manoel Vaz Carrasco e as Sete Irmãs 259
As Sete Irmãs* 263
30. José de Xerez Furna Uchoa e o Café no Ceará 266
A vinda do Café para o Ceará* 267
Descendência de José de Xerez Furna Uchoa 268
31. O Curral Grande do Cel. Fco. Ferreira da Ponte 271
O Testamento de D. Maria Madalena 275
Ascensão e Morte do Coronel 276
A Primeira Escola da Ribeira* 279

32. Os Carneiro do Sapó **282**
Nas Intans, seu Frederico 286
33. As Oficinas de Carne na Ribeira do Acaraú **289**
Oficinas na Ribeira do Acaraú 292
34. Mateus Mendes de Vasconcelos e a Faz. Curralinho **297**
A Fazenda Curralinho 300
A Irmandade do Santíssimo Sacramento 304
35. O Morrinho do Capitão Linhares **308**
Pedro de Araújo Costa 311
João da Silveira Dutra* 314
O Testamento de D. Luiza da Costa 318
36. A Faz. Bahia de Antônio Coelho de Albuquerque **321**
A Descendência de Antônio Coelho de Albuquerque 323
37. José de Araújo Costa e a Fazenda Lagoa Grande **327**
Descendência de José de Araújo Costa 330
Sítio São José de Alcântaras 332
O Médico da Lagoa do Mato 335
38. A denúncia do Frei João de São Diogo **339**
39. Origem da Freguesia de São Bento da Amontada **342**
Capitão-mor Antônio José dos Santos 345
A Criação da Freguesia de Amontada 347
Evolução Administrativa 349
40. A Formação da Freguesia de Acaraú **350**
Primeira Igreja 353
Emancipação Política 355
A Sombra da Mutambeira 357
41. O Testamento do Preto José Monteiro de Melo* **360**

O Patrimônio de N. S. da Conceição 361
42. O Falso Padre e a Freguesia de Santana do Acaraú 363
O Falso Padre 364
A Freguesia de Santana 365
43. O Bígamo José Luís Pestana* 367
Antes de Sobral... 368
A Denúncia ao Tribunal do Santo Ofício 369
44. A Febre do Ouro e o Capitão Inácio Gomes Parente 372
Descendência de Inácio Gomes Parente 375
45. A Missão de Frei Vidal da Penha 379
46. O Areal de Joaquim Coriolano da Rocha 384
47. A Capela de São Manoel do Marco 387
1ª Versão: Primeiros Colonizadores 388
2ª Versão: Os Retirantes da Seca de 1809 389
3ª Versão: Serra da Ibiapaba 390
4ª Versão: Frei Vidal da Penha 391
5ª Versão: A Promessa 393
6ª Versão: A imagem que tinha 394
A Minha Versão 395
O Patrimônio da Capela 396
48. A Capela no Alto das Flores 399
Alto das Flores ou Morrinhos? 402
Referências 404

1. A Expedição de Pero Coelho a Ibiapaba

O primeiro registro da presença europeia na região hoje correspondente ao Baixo Acaraú, deu-se no início do século XVII, com a lendária expedição Pero Coelho. Em junho de 1603, Pero Coelho de Sousa, então residente na Paraíba e portador da patente de capitão-mor, partiu por terra para a conquista do Ceará, acompanhado por uma bandeira de cerca de 65 soldados, "*todos gente do sertão, mamelucos, tangos maus e homiziados"*, e mais de 200 indígenas, enquanto os mantimentos seguiram pelo mar em três embarcações.

Entre eles estavam Manoel de Miranda, Martim Soares Moreno, Simão Nunes, João Cida, João Vaz Tataperica, Pedro Cangatan e Tuimmirim (francês), bem como os principais Mandiopuba, Batatam, Caragatini, tabajaras e Garaguinguira, potiguar. Trazia, entre outras, as seguintes determinações do governador de Pernambuco, Diogo Botelho:

> *[...] por meios lícitos, dilatar-se-á nossa santa fé católica e impedir-se o comércio de estrangeiros, que contra pazes capituladas e fora de obediência de seu rei, vem a portos deste estado [...]*
>
> *-fará povoação e fortes nos lugares ou portos que melhores lhe parecerem, procurando a amizade dos índios, oferecendo-lhes paz e a lei evangélica, sem os induzir nem prometer coisa que se não lhes cumpra;*
>
> *-achando alguns índios que tenham cativos contrários a uns que costumam matar em terreiro e comer, pelas guerras que com outros incitem, os poderá mandar resgatar e assim poderá fazer nas mais ocasiões, não se lhes fazendo força nem violências;*

> *-procurará que em cada aldeia que receber a paz, se levante uma cruz com muito acatamento e veneração, declarando-se o mistério dela* (Studart-Filho, 1936, p. 16).

Ressalta-se que, apesar das disposições taxativas dessas instruções escritas, a empresa tinha fins mais mercantis que civilizadores.

Após seis meses de caminhada, perfazendo mais de 600 km ao longo da costa, com paradas no Jaguaribe e no rio Ceará, chegam, em 18 de janeiro de 1604, à foz do rio Camocim (Brígido, 1900, p. 5). Ressalta-se que, pouco antes disso, por volta do dia 11, registram passagem pelo lugar "mata dos paus de cores", identificado como sendo Jericoacoara (Girão, 1984, p. 36). Segundo Antônio Bezerra, esse antigo topônimo fazia referência à abundância de pau-brasil ou pau-violeta, como às vezes era referido, o que atraía frequentes visitas dos carregadores estrangeiros (Bezerra, 1903, p. 20). Para o Padre Vicente Martins, teriam feito trajeto pela costa até o atual distrito de Parazinho, a partir de onde adentraram os sertões (Martins, 1928, p. 144). Essa teria sido a primeira expedição portuguesa a pisar nas praias do Acaraú.

O Caminho a Ibiapaba

No dia seguinte, antes do nascer do sol, partiu Coelho com sua comitiva em direção à Ibiapaba. O grupo foi organizado em dois esquadrões, com a bagagem no meio, um deles contando com dezesseis homens na retaguarda e nove na vanguarda, tendo o capitão à frente, e o outro com vinte homens sob o comando de Manoel Miranda, como tropas de

apoio. Chegando à distância de meia légua (3 km) do pé da serra, com o dia já claro, foram recebidos com flechadas e tiros de mosquete disparados por sete corsários franceses. Após uma batalha intensa, os portugueses conseguiram repelir o ataque, deixando alguns mortos e feridos.

A rota utilizada pela expedição muito provavelmente foi o trajeto da antiga estrada Camocim–Ibiapaba, uma trilha que ligava a serra ao litoral. Segundo o historiador Carlos Studart Filho, brancos e índios dela se serviram para encaminhar ao embarcadouro da barra do rio da Cruz (Camocim) as madeiras e algodões de que se abasteciam os barcos piratas estrangeiros ali fundeados (Studart Filho, 1937, p. 27). Essa rota passava pelo vale do Lambedouro, subindo a ladeira do Itagurussu, uma franja da Serra da Ibiapaba com aproximadamente 3 km de comprimento, pertencente ao município de Viçosa do Ceará. Do alto da serra, tem-se uma visão privilegiada de todo o trajeto, possibilitando a preparação da emboscada.

Entretanto, cabe apontar aqui algumas inconsistências nesse relato. O trecho sugere que esse percurso, de quase 90 km, teria sido realizado durante a madrugada, o que, nas estradas atuais, levaria cerca de 20 horas de caminhada. Mesmo considerando a hipótese de que tivessem partido 20 km adiante da atual cidade de Granja, a qual foi primitivamente referida como Camocim (Oliveira, 1995, p. 57), o trajeto ainda levaria 16 horas. Portanto, eles certamente demoraram mais de um dia nessa jornada.

O relato mais confiável dessa trajetória é dado pelo cronista contemporâneo Frei Vicente do Salvador, que diz que chegaram ao "*Camocy, que é a barra da Serra da Boapabba [Ibiapaba], para a qual marcharam no dia seguinte, véspera de São Sebastião, 19 de janeiro de 1604, antemanhã. E, clareando o dia, foram logo vistos pelos inimigos [...]*" (Salvador, 1982, p. 292).

Ou seja, para ir ao local onde se desenrolaram esses acontecimentos, saíram ainda no escuro, chegando ao amanhecer. Com essas informações, é possível determinar aproximadamente o ponto de onde saíram. Este provavelmente situava-se a duas ou três horas de caminhada do local do encontro. Uma vez que se tratava de uma caravana grande, levando bagagens, além de mulheres e crianças, a velocidade média plausível de marcha seria de 4 a 6 km/h, colocando o raio do acampamento entre 8 e 18 km do pé da serra.

Essa opinião é corroborada por Batista Aragão, que situa o acampamento a 10 km de Viçosa. Para ele, o caminho mais natural a ser percorrido seria margear o rio Coreaú até o ponto em que este se encontra com o Itacolomy e, "*desse ponto, a varar o Boqueirão do Manhoso, é que se teria atingido os contrafortes da Grande Serra, no local onde posteriormente seria conhecido por Oiticica*" (Aragão, 1990, p. 39). Ainda na opinião do autor, essa jornada teria demorado cerca de cinco dias para ser concluída, tendo o embate ocorrido por volta do dia 24 de janeiro.

No relato de Pe. Claudio D'Abbeville, publicado em 1614, colhido junto aos nativos da Ibiapaba, são apresentados fatos que teriam antecedido a chegada de Pero Coelho:

> *Ao chegar esse personagem [Pero Coelho], com toda a sua comitiva, ao país dos canibais, acamparam todos na montanha chamada Cotiba, onde havia sete a oito aldeias de índios que, cientes da chegada dessa gente, tudo tinham abandonado refugiando-se na grande montanha de Ibiapaba, a cerca de uma légua de Cotiba [...]*
>
> *Ao chegarem a essa montanha, narraram os habitantes de Cotiba a causa de sua fuga diante do bando que ameaçava sua aldeia. Imediatamente puseram-se em campo alguns dos moradores da montanha, juntamente com os franceses aí residentes, dirigindo-se para Cotiba que acabava de ser invadida pelos portugueses e índios de Pernambuco* (D'Abbeville, 1874, p. 66-67).

Existem quatro formações rochosas que estariam nessa rota e/ou dentro de um raio plausível para um acampamento: Serra de D. Simão, Serra São Joaquim, Serrote Tamboril e Serra do Gado Brabo. Entre estes, a Serra de D. Simão e Serra do Gado Brabo apresentam sítios arqueológicos já estudados, Pedra dos Pilões e Santa Bárbara, respectivamente. Triangulando todas essas informações, estou inclinado a creditar que "Cotiba" se refira a Serra do Gado Brabo, entretanto, estudos em loco têm que ser feitos para se chegar a uma conclusão mais acurada. Só acrescento que uma nota de Rodolfo Garcia ao livro de D'Abbeville, esclarece que esse topônimo significaria algo como "lugar de roça", o que pode ajudar pesquisadores futuros na identificação desse local.

A Subida da Serra

De volta à narrativa, após recepção pouco amistosa, a tropa então armou acampamento improvisado ao pé da serra, defendido por um muro tosco de pedras soltas, do qual não poderiam se afastar. O calor intenso, aliado à escassez de madeira e água, acabou por vitimar algumas crianças, filhas dos indígenas que acompanhavam a expedição. Ao cair da noite, são novamente atacados com flechas e pedras, ao som de gritos e ameaças. Entretanto, a ocorrência de uma chuva intensa fez cessar o ataque, ao mesmo tempo em que saciou a sede do grupo. Nas palavras de Frei Vicente do Salvador:

> *Mas quis Nosso Senhor que às três horas da noite veio um grande chuveiro de água, com que cessou o das frechas dos inimigos, e os nossos aplacaram a sede e, para ser a mercê maior, viram em amanhecendo* ***uma gruta donde procedia um ribeiro de água****, que os nossos índios cristãos tiveram por milagre, e se puseram todos de joelhos a dar graças a Deus [grifo nosso] (Salvador, 1982, p. 387-388).*

Aqui surge uma nova oportunidade de situar no espaço os acontecimentos. Primeiro, o local onde estavam era seco e sem árvores, o que é compatível com o sopé da Ibiapaba em momentos de estiagem. Alguns autores locais atribuem essa gruta à Pedra do Itagurussu, localizada à encosta leste da serra, próxima a Viçosa do Ceará, da qual brota uma pequena lâmina d'água (Assis, 1935, p. 168; Aragão, 1990, p. 40). Nesse local, Pero Coelho manda, então, sacrificar o último cavalo de que dispunham para amenizar a fome da tropa (Studart Filho, 1936, p. 24).

A Tentativa de Trégua

Por volta das dez da manhã, ouvem o toque de uma trombeta, o que indicava que os inimigos queriam negociar. Respondido o sinal, o intérprete do grupo, Tuimirim, foi ao encontro dos franceses, seus conterrâneos, e dos indígenas. Cabe esclarecer que, desde a década de 1590, os franceses mantinham relações comerciais com os índios da costa cearense, tendo estabelecido uma feitoria na Serra da Ibiapaba, comandada por Adolf Montbille (Mombille ou Bombille para os portugueses). Alguns autores sugerem que Montbille e seus compatriotas seriam náufragos remanescentes da expedição frustrada de Jacques Rifault, que, em 1594, tentara estabelecer uma colônia no Maranhão (Varnhagen, 1906, p. 807; Fleiuss, 1922, p. 782; Holanda, 1964, p. 222).

Geraldo Nobre vai além, sugerindo que o intérprete do grupo, Tuimirim, também teria sido um dos tripulantes de Rifault, presos no Rio Grande do Norte em 1597 por Feliciano Coelho de Carvalho. Darmingas (ou D'Armengaud), seu verdadeiro nome, declarou ser descobridor de uma abundante mina de prata e que, por isso, interessaria aos portugueses os seus serviços, sendo recrutado para a expedição de Pero Coelho seis anos depois (Nobre, 1980, p. 49). Vicente Miranda situa esse achado na antiga mina de cobre da Pedra Verde, hoje abandonada (Miranda, 2001, p. 36). A ocorrência residual de prata nesse local foi atestada em estudo mineralógico conduzido pelo geólogo José Henrique de Matos (Matos, 2012).

A tratativa de paz mostrou-se infrutífera, pois a comitiva, sob ordens do principal Jurupariaçú (Diabo Grande), exigiu, para dar passagem à tropa, que fossem entregues dois companheiros como reféns, Manuel de Miranda e Pedro Cangatan, o que foi prontamente recusado. À tarde, descem os índios da serra para atacar o acampamento português. Apesar da extrema violência do ataque, a ofensiva não logrou êxito em expulsá-los, estendendo-se a batalha até a noite, com perdas significativas para ambos os lados. O capitão compreendeu então que a única forma de vencer seria abandonar o acampamento e levar a batalha à região mais alta da Ibiapaba, o que fizeram já no dia seguinte.

A Invasão da Ibiapaba

Desde o momento em que perceberam a presença dos portugueses, os índios haviam trabalhado dia e noite na derrubada de árvores para a construção de cercas e fortificações ao longo da montanha (D'Abbeville, 1874, p. 67). Os dois grupos, comandados por Pero Coelho e Manoel Miranda, subiram por caminhos diferentes, visando dispersar a resistência inimiga. Chegando a paliçada, próxima a atual cidade de Viçosa do Ceará, reinicia-se a batalha, que mesmo com o apoio dos mosquetes franceses, em número de dezesseis, é tomada ao custo do sacrifício de apenas dois soldados. Após conquistar o reduto inimigo, Pero Coelho permaneceu cerca de vinte dias no local para reabastecer a tropa e recuperar-se da fome e do desgaste, enquanto os chefes indígenas reorganizavam suas forças e reforçavam suas defesas.

Os indígenas derrotados bateram em retirada e refugiaram-se em outra paliçada, situada a cerca de um quarto de légua (~1,5 km) da anterior, construída sob a liderança de Jurupariaçú, com o apoio do principal Irapuã (Mel Redondo). Apesar da forte resistência oferecida neste novo confronto, a posição acabou sendo tomada, forçando o inimigo a recuar novamente para a paliçada principal de Mel Redondo, considerada extremamente fortificada, com dupla fileira de estacas de madeira grossa, uma interna e outra externa, e três guaritas, de onde atiravam os franceses.

Pero Coelho, ao perceber a força da fortificação inimiga, mandou construir grandes escudos de madeira, tão pesados que exigiam vinte homens para carregá-los. Protegida por esses anteparos, a tropa avançou lentamente até a paliçada e combateu por dois dias. Apesar das perdas, três mortos e quatorze feridos, a posição foi finalmente tomada, com grande número de indígenas mortos e a captura de dez franceses que se encontravam no interior da fortificação, sendo que os demais conseguiram escapar. Entre esses franceses provavelmente estava Charles des Vaux, que posteriormente remetido a Europa, voltou à França, influindo na tentativa da fundação da colônia francesa do Maranhão, em 1612 (Nobre, 1980, p. 40).

Na versão de Pe. Claude, lê-se:

> *Vendo-se os restantes, juntamente com o dito personagem [Pero Coelho], reduzidos à fome, sem farinha nem coisa alguma para comer, e nem mesmo a esperança de obter quaisquer alimentos, a menos que chegassem à Montanha Grande de Ibiapaba, o que não*

> *era possível por causa das trincheiras e fortes dispersos pelo caminho, quase desesperados resolveram num domingo à tarde atacar a primeira fortaleza, a mais próxima, com arcos e flechas, arcabuzes e mosquetões. E assim fizeram: com tal valentia que não só forçaram esse primeiro forte, mas, também, o segundo e o terceiro. Nessa luta foram feridos muitos franceses, o que a todos atemorizou; vendo tomadas suas três praças e convencidos de que não poderiam resistir a tão grande exército senão com sacrifício de suas vidas, retiraram-se os defensores para a grande montanha de Ibiapaba, onde, ao chegarem, botaram imediatamente fogo em muitas aldeias ao sopé da montanha a fim de que os portugueses não encontrassem nenhum abrigo* (D'Abbeville, 1874, p. 67).

O Acordo de "Paz"

Os fugitivos foram então perseguidos por quatro dias até um rio chamado Arabê, onde os portugueses montaram um novo arraial. A partir dali, Pero Coelho ordenou ataques sucessivos, capturando muitos indígenas, entre eles o principal Ubaúna (Canoa Preta), figura altamente estimada na região. Sua prisão levou outros grupos a buscar a paz, impondo como condição sua libertação. Aceito o acordo, o capitão entregou foices e machados aos emissários indígenas como sinal de compromisso, e no dia seguinte diversos chefes compareceram para selar a paz e levar de volta Ubaúna.

Três dias depois, Mel Redondo e Diabo Grande apresentaram-se no arraial com seus grupos, depuseram as armas como sinal de paz e foram recebidos por Pero Coelho, que mandou lavrar, por intermédio de um escrivão, um ato formal registrando o compromisso mútuo de manutenção da paz no futuro.

Ressalta-se aqui mais uma pequena inconsistência na narrativa. As aldeias de Diabo Grande, Mel Redondo e Canoa Preta correspondem aos territórios dos atuais municípios de Ibiapina, Viçosa do Ceará e Ubajara, respectivamente, e o rio Arabê localiza-se em São Benedito. Dessa forma, considerando a geografia do lugar, o caminho lógico seria primeiro ter combatido Irapuã, depois Ubaúna e por fim Jurupariaçú. Isso é corroborado por Pedro Ferreira de Assis, em seu Diccionario Historico e Geographico da Ibiapaba:

> *É mister aqui acentuar que estou em completo desacordo com os insignes conhecedores do velho Ceará, que são acordes em afirmar que o capitão-mor Pero Coelho atacou, em primeiro lugar, a aldeia do Diabo Grande, onde se acha, de presente, a vila de Ibiapina, quando essa só podia ter sido atacada após a rendição da taba de Mel Redondo (hoje Viçosa), por ser, de facto, a mais próxima de Camocim.* (Assis, 1935, p. 166-168).

Outra possibilidade, bem plausível, é de que as barreiras não tivessem relação com as aldeias dos principais, o que estaria de acordo com a descrição das distâncias e com os relatos de Pe. Claude, segundo o qual foram construídas seis barreiras, com distâncias variando de meia a uma légua.

O Retorno para Casa

Após a "pacificação" da planície, os bandeirantes nada encontraram que compensasse os sofrimentos da expedição, pois os indígenas locais viviam de subsistência simples e não havia sinais de ouro ou riquezas. Frustrados os sonhos de riqueza, Pero Coelho decidiu partir e passou a planejar a

expulsão dos franceses do Maranhão, visto como terra promissora. Alguns indígenas da serra juntaram-se à expedição, mas, ao chegarem ao rio Punaré (atual Parnaíba), a tropa exausta se amotinou, perdeu a confiança no chefe e recusou-se a avançar para terras desconhecidas, chegando a cogitar eliminá-lo. Sem apoio, Pero Coelho foi obrigado a abandonar o plano e ordenar a retirada. Então decide retornar a foz do rio Ceará, local que chamou Nova Lisboa, onde deixou Simão Nunes, com 45 soldados, e parte para Parahyba em busca de recursos (Studart, 1896, p. 5).

Ao retornar, Pero Coelho relatou ao governador Diogo Botelho os resultados da expedição, solicitou auxílio para prosseguir na conquista e enviou indígenas e franceses prisioneiros, recebendo a promessa de socorro que jamais se concretizou. Ademais, uma Carta Régia datada de 22 de setembro de 1605, endereçada ao governador, repreende Coelho pelos maus tratos aos indígenas e manda libertar os aprisionados:

> *Ora, mandando eu ver os autos que se fizeram sobre o dito cativeiro e outras informações que tive da mesma matéria e razões mui urgentes do serviço de Deos e meu, se achou que o dito cativeiro não era legítimo nem conforme as leis que sobre isso são passadas, nem era conveniente para o bom prosseguimento daquela conquista escandalizar os índios dessas partes com cativeiros, que eles tanto temem e aborrecem… e houve por bem de os haver a todos por livres e mandar que sejam tornados a suas terras…* (Studart, 1921, p. 7).

De volta ao Ceará com a família, já no começo do ano de 1606, encontrou o capitão Simão Nunes e os soldados abandonados por mais de um ano, o que levou à retirada para o Jaguaribe e, depois, à deserção de Simão Nunes para o Rio Grande. Isolado, Pero Coelho tentou regressar com poucos homens e sua família, enfrentando uma travessia marcada por fome, sede e mortes, inclusive a de um filho, até alcançar o Rio Grande. Após ser acolhido, seguiu para a Paraíba e, posteriormente, para a Espanha, onde morreu após anos de pedidos infrutíferos por recompensa por seus serviços.

As notícias trazidas pela malfadada expedição de Pero Coelho de Sousa, resultaram, ainda em 1605, em uma determinação régia para que fossem catequizados os índios do Ceará (Brígido, 1900, p. 5). Isso motivou uma nova expedição, no ano de 1607, dirigida pelos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, que intentaram, sem sucesso, aldear os índios da Ibiapaba. Padre Figueira, em sua Relação do Maranhão, deixou uma descrição do estado em que ficou a Ibiapaba depois da campanha de Pero Coelho de Sousa:

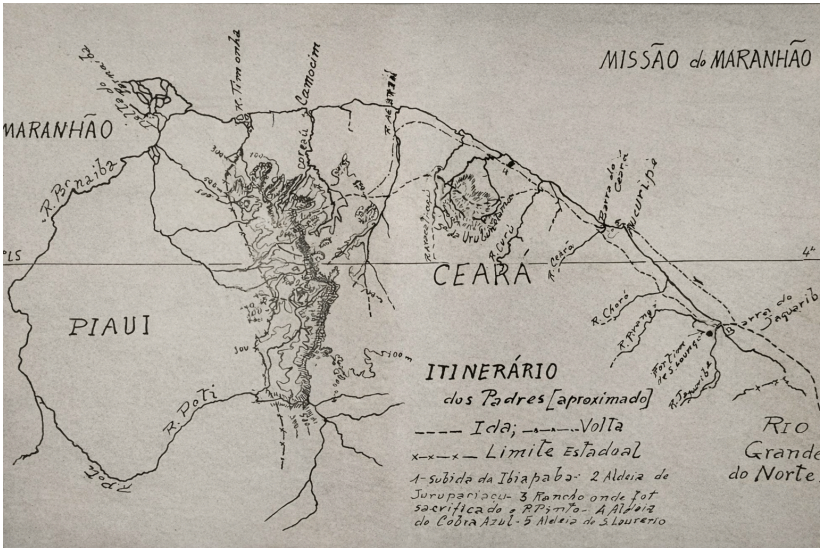
> *Nesta grande serra havia há dois ou três anos mais de setenta aldeias de gentio que nos contaram por seus nomes, e depois de os brancos lá irem e os receberam no princípio com guerra se foram todos para o maranhão, com medo dizendo que se os brancos tinham destruído todos os moradores do Jaguaribe sendo recebidos deles com paz muito melhor as destruíram a eles.*

2. Os Primórdios da Missão da Ibiapaba

Após o retumbante fracasso das expedições de Pero Coelho de Sousa, entre 1603 e 1606, e diante da persistência, por parte da Coroa, do projeto de ligar Pernambuco ao Maranhão, estratégia destinada a conter o assédio francês ao litoral do Nordeste brasileiro, formou-se um consórcio de interesses entre o governo provincial e a Companhia de Jesus. Decidiu-se, então, pelo envio de uma missão à serra da Ibiapaba e ao Maranhão, com o objetivo de ali estabelecer um aldeamento indígena. Para além da evangelização, pretendia-se conquistar a simpatia e a colaboração dos nativos no enfrentamento aos corsários estrangeiros. Para essa tarefa, foram designados os padres Francisco Pinto e seu auxiliar, Luís Figueira.

Partiram de Pernambuco a 20 de janeiro de 1607, em um pequeno barco, que devia voltar carregado de sal. Levavam consigo sessenta indígenas, alguns dos quais, ex-cativos de Pero Coelho, comandados por Belquior da Rosa, Capitão dos índios de Pernambuco. Diferente das missões anteriores, optaram por não levar outros portugueses, assim como armas ou qualquer coisa que despertasse o receito dos nativos. Ressalta-se que as supracitadas expedições anteriores foram traumáticas para locais, marcadas por traições, perseguições e violência. Portanto, caberia aos sacerdotes reconquistar a confiança quebrada e trazer os povos nativos para o lado do reino.

Após doze dias de navegação, a expedição chegou em 1.º de fevereiro à barra do rio Jaguaribe, desembarcando nas proximidades do atual porto do Fortim, e seguiu por terra ao longo da costa até a enseada do Pará (Paracuru). Retomando a marcha em 7 de março, atravessou o rio Curu e avançou em direção à serra dos Corvos (Uruburetama), afastando-se do litoral e penetrando em floresta densa. A travessia da serra, extremamente penosa e acidentada, ocorreu pela sua porção nordeste, por vales ligados às cabeceiras do rio Mundaú e seus afluentes, prolongando-se depois pela planície sertaneja, com sucessivas travessias de rios, até cruzar o rio Aracatiaçu em balsa, em grande cheia, no sábado da Paixão, provavelmente em 23 de março, nas proximidades do atual município de Amontada.



Itinerário dos Padres Luís Figueiras e Francisco Pinto em 1607 (Pompeu-Sobrinho, 1967).

Desse trecho em diante, adentram os missionários, pela primeira vez, nos sertões da Ribeira do Acaraú. No relato de Pe. Figueira, trazido na sua Relação do Maranhão, escrito em 1608, nos conta as lamúrias da travessia das terras pantanosas nas cheias do Acaraú:

> *Depois de deixarmos de todo esta Serra dos Corvos, caminhando pelos campos, eram tantas as lamas que não havia dar passo sem atolar; pelo que nos foi necessário descalçarmo-nos. Porém, daí a poucos dias, das ervas, moscas e mosquitos que nos picavam, se nos fizeram os pés leprosos; e a mim, em especial, me incharam, criando matéria em várias partes, pelo que a necessidade nos constrangeu a tornarmos a calçar, por onde nem descalços podíamos ir com lamas* (Pompeu-Sobrinho, 1967, p. 82).

Para o historiador Thomaz Pompeu Sobrinho, a expedição teria passado pelos atuais municípios de Morrinhos e Santana do Acaraú.

Ascensão e Morte

Após uma travessia quase impossível, o itinerário desviou-se para oeste e, poucos dias depois, a expedição alcançou a serra da Ibiapaba. A ascensão revelou-se extremamente penosa, realizada por trilhas indígenas precárias, em zigue-zague, que exigiam o uso de cordas improvisadas para vencer os trechos mais íngremes. Para Batista Aragão, a rota se desdobrou em busca da testada leste, da Grande-Serra ou o local onde posteriormente se conheceria pelo nome de

Arapajá (Arapá), já nas imediações da futura cidade de Tianguá, atravessando o Boqueirão da Quatiguaba, já na divisa com Viçosa do Ceará (Aragão, 1990, p. 63).

No topo da serra, os missionários foram recebidos por indígenas de aldeias próximas, que os conduziram até a taba de Mel Redondo (atual Viçosa do Ceará), situada a menos de cinco léguas, ainda que por caminhos irregulares e extenuantes. Exaustos, os religiosos foram transportados em redes pelos próprios nativos. A chegada revestiu-se de caráter solene e festivo, com caminhos cobertos de ramos e flores e grande entusiasmo da comunidade, a ponto de os indígenas disputarem as redes dos missionários como relíquias.

A missão jesuítica estabeleceu-se na Ibiapaba em 2 de abril de 1607, onde permaneceu até outubro daquele ano. O período foi considerado exitoso, marcado pela construção de uma pequena igreja, a primeira do Ceará, de uma cruz e de edificações simples que estruturaram o aldeamento. Uma vez consolidado o reduto, o padre Francisco Pinto decidiu dar prosseguimento ao projeto missionário, direcionando-o à catequese do Maranhão. Essa decisão contrariou parte dos indígenas, que desejavam a fixação definitiva dos dois religiosos na região; ainda assim, os missionários optaram pela partida, iniciando uma jornada estimada em cerca de cem léguas.

Como apresenta o historiador Geraldo Nobre:

> *Certamente, previam novas e maiores dificuldades até mesmo porque, em fins de setembro, aparecera um cometa ao oeste, com uma comprida cauda para o leste, a pressagiar a morte de Reis e outras pessoas notáveis, conforme se acreditava na época, e o próprio padre Luís Figueira admitia, ou fingiu admitir, como artifício para tentar conseguir a conversão de Jurupariaçu [Diabo Grande], escrevendo, aliás, que muitas vezes imaginara com pena e aflição se aquele fato significaria algum trabalho à sua frente, como ao crédulo deve ter parecido prenúncio comprovado no desfecho fatal daquela viagem* (Nobre, 1980, p. 68).

A nova etapa teve início em 17 de outubro de 1607, com o acompanhamento temporário de indígenas da aldeia do chefe Jurupariaçu. A cerca de doze léguas da aldeia do Diabo Grande (Ibiapina), a expedição interrompeu a marcha para atender ao pedido dos índios de Mandiaré, que desejavam descansar e desfazer uma roça de milho. Poucas léguas adiante encontravam-se os Tocarijus, índios de má reputação, aos quais já haviam sido enviados recados e presentes sem sucesso. Uma terceira tentativa de conciliação foi feita, mas os Tocarijus aceitaram os presentes, assassinaram cruelmente os emissários, queimando-os vivos, e pouparam apenas um rapaz, destinado a servir-lhes de guia até as pousadas dos padres. A demora dos mensageiros logo se converteu em certeza trágica, quando um escravo fugitivo revelou que diversas tabas tapuias conspiravam para atacar os cristãos.

Diante da ameaça iminente, abandonou-se a ideia de seguir para o Maranhão, optando-se por alcançar a costa para evitar maior morticínio, decisão comunicada ao Provincial e ao Governador. Contudo, já era tarde: na manhã de 11 de janeiro

de 1608, os indígenas irromperam de todos os lados. O padre Francisco Pinto saiu ao encontro dos atacantes na tentativa de apaziguá-los, enquanto índios cristãos imploravam por sua vida. Nada conteve a violência: sob uma chuva de flechas, caíram dois de seus defensores e, em seguida, o próprio padre foi morto com extrema brutalidade, tendo o crânio esmagado a golpes repetidos, sendo depois despido e saqueado pelos agressores.

Morte do Padre Francisco Pinto, Michiel Cnobbaert (1667).

O padre Figueira escapou com vida por estar momentaneamente afastado do local do ataque e graças ao aviso de um menino da comitiva, que lhe gritou para fugir, o

que ele fez prontamente. Após saciarem a violência, os Tocarijus retiraram-se entre gritos e alaridos, saqueando todos os objetos que encontraram, trastes, altar portátil, ornamentos, ferramentas e demais pertences, e levando consigo dois meninos e duas moças. Alguns desses objetos, como a rede, a casula, a estola, o frontal e os breviários, foram abandonados pelo caminho, temerosos os agressores das palavras proferidas por uma das cativas. Sepultou-se então as vítimas, assinalando o local com cruzes de pedra que permaneceram como testemunho do martírio do missionário.

O Retorno para Casa

Após sepultar os três mortos, o padre Luís Figueira permaneceu ainda alguns dias no local. Nesse período, recebeu a visita de Diabo Grande e de parte de sua aldeia, que lamentaram o ocorrido e se desculparam pelo abandono anterior, sem, contudo, buscar vingança contra os agressores. Diante do fracasso da expedição e da impossibilidade de prosseguir a jornada, Figueira deu por encerrada a missão e iniciou o retorno por um itinerário distinto, possivelmente o mesmo anteriormente seguido por Pero Coelho, dirigindo-se em direção ao rio Punaré.

As razões dessa mudança de rota, bem como a composição de seus acompanhantes, permanecem pouco esclarecidas pelas fontes. Segundo o padre Sadoc, na viagem de retorno o rio Acaraú foi novamente atravessado, aproximadamente nas proximidades da atual cidade de Bela Cruz. A alteração do percurso teria como objetivo evitar a

travessia da Serra da Uruburetama, onde a caravana sofrera duras provações durante a viagem de ida (Araújo, 2005, p. 28).

Foi nesse trajeto que Figueira encontrou o chefe tapuia Cobra Azul, episódio que se revelou particularmente perigoso. Descrito como autoritário e violento, Cobra Azul manteve o missionário sob constante vigilância, submetendo-o a ameaças e ao isolamento, justamente quando este se encontrava fisicamente debilitado. Temendo por sua vida, Figueira agiu com extrema cautela até reunir forças suficientes para tentar partir, o que lhe foi inicialmente negado. Com o auxílio do filho de Cobra Azul, favorável à missão, conseguiu finalmente fugir e escapar ileso, apesar de ser perseguido por vários dias. Ao final de 1608, alcançou o rio Ceará e, após breve permanência, seguiu para a Bahia.

A Ossada de Pe. Francisco Pinto

Após o assassinato de Pe. Francisco Pinto, Luís Figueira transportou o corpo do infortunado companheiro de jornada evangélica até o pé da serra, onde o sepultou "*em hum lugar que particularmente se chama Abayara, ao longo de hum rio, dentro de hum mato*". A cova, assinalada por um tosco monumento de pedras soltas e por uma cruz à cabeceira, ficou situada entre as dos dois índios que tombaram em defesa do sacerdote. O sepultamento deu-se em algum ponto da vertente nordeste da Ibiapaba, talvez um pouco mais ao norte, junto a uma das veredas abertas pelos indígenas em suas comunicações entre a serra e o litoral, mais precisamente, em direção a Camocim (Braga, 1964, p. 16).

Em 1611, guiados pelo roteiro deixado pelo padre Luís Figueira, os índios do Jaguaribe transladaram os ossos do padre Pinto para sua aldeia, situada nas proximidades do fortim português do Rio Ceará. A reverência dedicada a esse precioso depósito era tamanha que nem o padre Figueira conseguiu levá-lo para Pernambuco, tampouco o chefe Camarão para suas terras no Rio Grande. Também em 1614 o padre Manoel Gomes tentou obtê-lo, igualmente sem sucesso; e, quando suspeitaram que o vigário Baltazar Corrêa pretendia conduzi-lo consigo para Pernambuco, os índios chegaram a persegui-lo, permitindo-lhe seguir viagem apenas após rigorosa verificação de que nada levava do que pertencera a Amanaiara (Studart, 2010, p. 26).

Essa persistente recusa em entregar as relíquias revela o profundo valor simbólico que lhes era atribuído. Conservadas por longo tempo e tidas na mais alta estima, elas eram levadas em procissão pelas veredas sempre que surgia a ameaça de seca. O padre Pinto, ainda em vida, já era visto pelos índios como propiciador das chuvas, o que explica o apelido de Amanaiara, o senhor das nuvens ou da chuva.

3. O Fortim de Jericoacoara

Em 19 de março de 1612, partiu do porto de Cancale, na Bretanha, uma expedição francesa composta por cerca de quinhentos homens, sob o comando dos capitães François de Razilly e Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, com destino ao Brasil, onde pretendiam fundar uma colônia francesa, a chamada França Equinocial. Em 12 de julho daquele ano, os navios *Regente*, *Carlota* e *Santa Anna* aportaram na Ponta de Jericoacoara, então conhecida como Buraco das Tartarugas. A bordo seguiam os padres capuchinhos Yves d'Évreux e Claude d'Abbeville, responsáveis pelo registro da jornada:

> *[...] Beirando uma terra baixa, chegamos ao cabo das Tartarugas, distante dessa montanha quinze léguas mais ou menos, e aí ancoramos às cinco horas da tarde. Esse cabo se encontra a dois graus e dois terços de altura e dez graus e um oitavo de variação da agulha. O lugar é muito belo, maravilhosamente agradável, com excelentes frutos para comer e grande quantidade de caça. O mar que banha essas costas e os lagos da terra firme é abundante de peixes de inúmeras espécies, cousa admirável pela variedade e pela diferença com os nossos. Nesse lugar permanecemos cêrca de treze dias à espera de mar alto para irmos ao Maranhão. Durante a nossa estada no lugar, nossos companheiros matavam o tempo caçando e pescando* (d'Abbeville, 1874, p. 49).

Após essa permanência, a expedição prosseguiu viagem, chegando à baía do Maranhão no dia 26 do mesmo mês. Segundo o padre Sadoc de Araújo, essa teria sido a primeira vez que corsários estrangeiros pisaram terras do litoral da Ribeira do Acaraú (Araújo, 2005).

Menos de um ano depois, em 1º de junho de 1613, Jerônimo de Albuquerque partiu de Olinda rumo ao Maranhão, em sua primeira expedição destinada a expulsar os franceses, comandando uma frota de quatro embarcações e cerca de cem homens de guerra. A viagem durou pouco mais de um mês, incluindo a demora no Forte do Amparo, na barra do rio Ceará, onde incorporou à expedição Martim Soares Moreno, que viria a ser um dos fundadores e o primeiro governador da Capitania do Ceará, deixando em seu lugar Estevão de Campos (Araújo, 2000, p. 13).

Inicialmente, planejava-se estabelecer uma fortificação em Camocim; contudo, as condições naturais adversas e a quase absoluta escassez de água potável levaram à decisão de retroceder para Jericoacoara, situada a cerca de oito léguas a leste. Ali encontraram melhores condições estratégicas, com uma ampla curvatura da praia, de duas a três milhas, formando uma enseada profunda e segura, capaz de abrigar mesmo as maiores embarcações da época. Ao pé do serrote, ergueram um pequeno forte de pau-a-pique, cercado por estacas, denominado Fortim de Nossa Senhora do Rosário, além de uma capela sob a mesma invocação (Studart-Filho, 1959, p. 35). Em torno da fortificação desenvolveu-se um pequeno arraial, habitado majoritariamente por índios Tremembés, conforme indicado no mapa da costa do Ceará de 1629, elaborado por Albernaz I.

Pormenor do mapa da costa do Ceará em 1629, de Albernaz I, com destaque para Jericoacoara.

Doze dias depois, em 13 de junho de 1613, Martim Soares Moreno partiu para o Maranhão em missão de reconhecimento, acompanhado de um pequeno contingente de vinte soldados. Durante essa incursão, identificou e incendiou um armazém francês, constatando a presença de uma força numerosa e bem fortificada na ilha do Maranhão. Descoberto, passou a ser perseguido por embarcações e tropas francesas, logrando escapar por canais interiores, onde permaneceu oculto por vários dias. Em seguida, conseguiu alcançar o oceano em condições extremas e, forçado pelas circunstâncias, regressou à Península Ibérica, chegando a Sevilha, onde prestou

informações às autoridades da Monarquia Hispânica, conforme relatou em carta dirigida a Gaspar de Sousa, datada de 27 de abril de 1614 (Studart, 2001).

Em agosto de 1613, diante da ausência prolongada de Martim Soares Moreno e ignorando seu paradeiro, Jerônimo de Albuquerque decidiu retornar ao Recife por terra, deixando o Fortim de Nossa Senhora do Rosário guarnecido por quarenta soldados, sob o comando de seu sobrinho homônimo. À época, Jericoacoara sofria frequentes incursões de corsários estrangeiros e encontrava-se igualmente vulnerável às investidas dos indígenas locais, que, cientes da fragilidade da guarnição, tentaram diversas vezes destruí-la. A situação atingiu seu ponto mais crítico em 1614, quando cerca de trezentos indígenas lançaram um ataque em massa, sendo, contudo, repelidos com grande mortandade (Studart-Filho, 1903, p. 197).

As tensões com os nativos dificultaram severamente o abastecimento do fortim. O peixe, a caça, as frutas e outros gêneros, antes obtidos por meio de trocas, tornaram-se escassos, lançando a guarnição em extrema penúria e obrigando os soldados a se alimentarem de ervas silvestres por meses consecutivos. Agravando ainda mais o quadro, uma severa seca assolou a província naquele ano, reduzindo drasticamente os recursos disponíveis (Studart, 2010, p. 254).

Apenas dois dias após a chegada de Jerônimo de Albuquerque ao Recife, em 28 de maio de 1614, o governador de Pernambuco, Gaspar de Sousa, despachou um caravelão

com cerca de trezentos homens e abundante munição, sob o comando do capitão Manoel de Sousa Eça, com o objetivo de reforçar o Fortim de Nossa Senhora do Rosário, em Jericoacoara (Araújo, 2005). A expedição chegou ao destino em 9 de junho de 1614, a tempo de defender a fortificação de um ataque iminente.

Em 18 de junho de 1614, entre uma e duas horas da tarde, aportou em Jericoacoara a nau do pirata francês Du Prat, que tentou tomar o forte. Para isso, desembarcou cerca de duzentos homens, incluindo capitão, alferes e sargento. Foram-lhes ao encontro dezoito defensores, comandados por Manoel de Sousa Eça e pelo capitão Jerônimo de Albuquerque, que derrotaram completamente os assaltantes, obrigando os sobreviventes a fugir precipitadamente para o navio, com mais de doze mortos e cerca de trinta feridos.

Na expectativa de novo ataque no dia seguinte e enfrentando escassez de munição, Manoel de Sousa Eça mandou derreter pratos de estanho encontrados no arraial para fabricar projéteis. Contudo, durante a madrugada, o inimigo levantou âncora e seguiu para o Maranhão, sem sequer realizar aguada. A historiografia registra os nomes dos principais defensores do presídio: os capitães Manoel de Sousa Eça e Jerônimo de Albuquerque; o alferes Cristóvão Sellares; o sargento Baltasar Fernandes Barreiros; e os cabos de esquadra Simão Fernandes Botelho, Manoel Dias Guoteres e Francisco de Araújo de Moura (Studart, 2001).

Em 26 de julho de 1614, Gaspar de Sousa recebeu ordens de Madri para que Jerônimo de Albuquerque empreendesse nova expedição de conquista ao Maranhão, em virtude do fracasso da primeira. Jerônimo, entretanto, já havia partido por terra em 22 de junho, com o objetivo de arregimentar indígenas na Paraíba. O governador organizou então uma esquadra sob o comando de Diogo Campos Moreno, tio de Martim, levando a bordo os frades franciscanos Frei Manuel da Piedade e Frei Cosme de São Damião. A frota partiu do Recife em 23 de agosto, às sete horas da manhã, aportando três dias depois no Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, onde se reuniu com Jerônimo de Albuquerque, prosseguindo em seguida para o Maranhão (Araújo, 2000, p. 13).

A esquadra era composta por cinco caravelões, dois patachos e uma caravela, transportando cerca de trezentos homens, entre marítimos e soldados arcabuzeiros, além de mantimentos consideráveis: s*eis mil alqueires de farinha, cem arrobas de peixe, vinte canastras de sardinha, vinte quintais de pólvora, três peças de ferro fundido, duzentas balas de ferro e grande quantidade de arcabuzes, mosquetes, chumbo e marrão* (Costa, 1983, p. 331). A esse contingente somaram-se duzentos índios flecheiros, recrutados por Albuquerque (Salvador, 1886, p. 412).

A frota chegou a Jericoacoara em 5 de outubro de 1614, domingo da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Frei Manuel da Piedade celebrou missa solene, acompanhada de

cânticos, órgão e flautas, marcando a primeira solenidade religiosa e a primeira missa celebrada nas praias da Ribeira do Acaraú (Araújo, 2005). Poucos dias depois, em 12 de outubro, após a demolição do Fortim do Rosário, Jerônimo de Albuquerque e seus companheiros deixaram Jericoacoara, seguindo por mar rumo a Periá. Serviu-lhes de piloto Sebastião Martins, que anteriormente navegara pela região com Martim Soares Moreno (Studart, 2001).

Após a expulsão dos franceses, Jericoacoara consolidou-se como ponto integrante de uma rota litorânea estratégica, ligando as capitanias do Rio Grande do Norte e do Maranhão, e desempenhando papel relevante na comunicação com o extremo norte do Brasil. O trajeto era realizado por terra até o porto de Jericoacoara, de onde se seguia por mar até São Luís (RIC, Tomo XII, 1989, p. 80). Presume-se que o trecho terrestre fosse o mesmo utilizado por Jerônimo de Albuquerque em seu retorno ao Recife, em agosto de 1613, e que também tenha sido percorrido por Antônio Muniz Barreira, em março de 1622 (Araújo, 2005, p. 32).

Com o objetivo de proteger essa rota do assédio de corsários estrangeiros, o comandante de armas do Ceará, Conrado Jacob Niemeyer, determinou, por meio do Plano de Defesa da Província do Ceará, datado de 27 de setembro de 1626, que "*a enseada de Jericoacoara, geralmente notada em todas as cartas marítimas e mui conhecida dos estrangeiros, deve ser fortificada com quatro bocas de fogo e entregue à defesa de um oficial ativo, que tenha debaixo de suas vistas de*

Acaraú a Timonha" (Studart-Filho apud Araújo, 1987, p. 94). Até onde foi possível constatar, tal fortificação jamais chegou a ser efetivamente implantada.

O Forte Holandês

Mais de vinte anos após o abandono do primeiro fortim, em 25 de outubro de 1637, desembarcou na enseada do Mucuripe uma expedição composta por 126 soldados e 25 indígenas cearenses, sob o comando dos holandeses Jorge Gartsman e do capitão Hendrick Huss, com o objetivo de tomar o Fortim de São Sebastião. Após breve resistência, o entreposto rendeu-se, inaugurando o domínio neerlandês na Capitania do Ceará (Oliveira, 1995, p. 28). Parte da tropa regressou então ao Recife, levando consigo os prisioneiros, permanecendo à frente do forte o sargento Hendrick van Ham, que seria substituído, quatro anos depois, em 10 de janeiro de 1641, por Gedeon Morris.

Morris empenhou-se intensamente na prospecção de salineiras, uma vez que o sal constituía mercadoria de importância estratégica para a Companhia das Índias Ocidentais, superando amplamente outros produtos que a terra conquistada poderia oferecer, como o pau-violeta, o âmbar-gris, o fumo e o algodão. Em 8 de outubro de 1641, enviou carta ao Supremo Conselho, na qual comunicava a descoberta de uma salina promissora nas proximidades de Camocim, situada a apenas 1.700 passos da orla marítima. Na mesma correspondência, informava ainda a existência de um bom porto para navios, adequado ao carregamento de

mercadorias, e mencionava que nas redondezas habitavam mais de trinta “nações” de tapuias, das quais apenas dez eram consideradas aliadas.

Com vistas à exploração dessas e de outras riquezas, os holandeses penetraram a foz do rio Camocim, erigindo duas fortificações na região: uma na praia de Barreiras, em Camocim, e outra em Jericoacoara. O comandante do forte neerlandês de Jericoacoara chamava-se Jacob Evers, que posteriormente viria a morrer em uma emboscada no Maranhão, durante o combate do Outeiro da Cruz. Evers fora enviado àquela capitania com a missão de reprimir uma revolta contra o domínio flamengo, levando consigo um expressivo contingente de indígenas da região de Camocim (Oliveira, 1995, p. 44).

Sob a pressão das forças comandadas por Antônio Teixeira de Melo, capitão-mor de São Luís, os holandeses abandonaram o Maranhão em 1644, retirando-se em direção a Pernambuco. Na fuga, deixaram abandonados, nas margens despovoadas do rio Camocim, numerosos tapuias que haviam sido levados do Ceará para reforçar a ocupação do território maranhense. Sentindo-se traídos, esses indígenas investiram contra o forte holandês de Camocim, matando seus soldados, e dirigiram-se em seguida ao forte de Jericoacoara, onde repetiram o ataque com igual violência.

Após esses acontecimentos, os indígenas deram aviso a Antônio Teixeira de Melo, que determinou o envio de guarnições portuguesas para ocupar as fortificações,

despachando para Lisboa, como emissário, o capitão João Vasconcelos, encarregado de informar a Coroa portuguesa sobre os fatos. Apesar dessas ordens, as antigas fortificações flamengas não chegaram a ser efetivamente ocupadas pelos portugueses. Os holandeses retornaram ao Ceará em 1649, promovendo novas incursões nas regiões de Camocim e da Ibiapaba, desta vez movidos por expectativas de exploração aurífera, até que, com a capitulação no Recife, em 1654, foram definitivamente expulsos do Nordeste brasileiro.

Em 1655, "*mandou André Vidal de Negreiros* [governador da Capitania do Maranhão e do Grão-Pará] *levantar, na Ponta de Jericoacoara, uma fortificação permanente, como meio de facilitar as comunicações por terra entre o Maranhão, a Ibiapaba e o Ceará, até então precárias e difíceis, em razão da constante hostilidade dos nativos contra os portugueses*" (Studart-Filho; Pompeu, 1966, p. 191). Ao que tudo indica, entretanto, tal plano jamais se concretizou, uma vez que os riscos à ocupação do território foram gradualmente mitigados com a implantação da Missão da Ibiapaba, o consequente aldeamento e pacificação dos povos indígenas da ribeira do Coreaú, bem como com o avanço da colonização portuguesa a partir do final do século XVII.

Outras Fortificações nas Praias do Acaraú

Na Carta Topográfica da Capitania do Ceará, de 1812, consta ao longo da costa vários locais demarcados com bandeiras, cuja legenda indica tratar-se de "Presídio ou Vigia do Mar". Isso sugere a presença de um destacamento

permanente nesses locais, que consistiam de pontos estratégicos de vigilância. Entre os locais sinalizados, é possível identificar além da barra do Camocim e da Enseada de Jericoacoara, onde também havia uma povoação, dois outros pontos, um na barra do Rio Acaraú e outro entre a ponta de Itapagé e Almofala. Apesar de não ter muito mais informações sobre como se deu essa ocupação, levantei alguns dados que julgo serem relevantes.

Destaque da Carta Topográfica da Capitania do Ceará, 1812.

Primeiro, cabe observar que os dois locais ficam próximos a portos importantes no contexto colonial, o de Cacimbas, em Acaraú, e o Porto do Barcos em Itarema. No caso do Rio Acaraú, a região sinalizada corresponde a Ponta do Presídio, que segundo o Barão de Sudart, teria sido o local escolhido pelos primeiros habitantes da região, pescadores, que depois teriam migrado mais para o interior do delta do rio, onde hoje se ergue a cidade de Acaraú (Studart, 2010, p. 301). Esse topônimo, que corrobora a existência, em algum momento, de uma guarnição no local, é utilizado pelo menos

desde o final do século XIX, sendo mencionado no Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará, cuja primeira edição data de 1903 (Gurgel, 1939, p. 309). Também é mencionado por Geraldo Nobre, segundo o qual *"em outro tempo, defendia a entrada do rio principal contra as incursões de inimigos e aventureiros"* (Nobre, 1977, p. 165).

Quanto ao segundo ponto, ele provavelmente corresponde a região da praia de Almofala, outrora uma vila relativamente desenvolvida, que chegou a rivalizar com Acaraú em termos de protagonismo político e religioso. Na Ponta de Itapagé, hoje pertencente ao município de Itarema, também sinalizada no mapa, foi instalado, em 7 de setembro de 1909, um farol, sob a direção do Cap. Ten. Luiz Perdigão. Todavia, por motivos técnicos, este foi desativado em julho de 1929, sendo substituído por outro, construído sob a orientação do Almirante Jorge Leite da Silva (Araújo, 1971, p. 333).

Segundo o Coronel Aníbal Barreto, essas fortificações foram construídas ainda no período colonial e tinham por objetivo coibir atividades de contrabando, o que se justificaria pelo intenso movimento nos portos e ancoradouros da região ao longo dos séculos XVIII e XIX (Barreto, 1955, p. 36).

Sombras do Passado

Não há informações conclusivas acerca do destino final das fortificações holandesas na região, sendo incerto se foram completamente destruídas pelos indígenas ou se simplesmente sucumbiram à ação do tempo e às condições

naturais adversas. Em 1728, setenta e quatro anos após a capitulação holandesa no Nordeste, João da Maia da Gama, então ex-governador do Estado do Maranhão, visitou os remanescentes do forte neerlandês em Camocim. Em seu relato, registrou que:

> *"os holandeses que aqui estiveram nas [barreiras] acima declaradas, tiveram um forte e ferraria, e olaria de fazer tijolos, e se achavam, e se tem achado muitas ferramentas, e cobres, e se vêem ainda tijolos e as ruínas do forte, e casas que tinham de uma parte e outra"* (Martins, 1944).

Segundo o historiador João Bosco Gaspar, essa construção situava-se na Praia das Barreiras, área que atualmente integra a zona urbana do município de Camocim.

A partir desse testemunho, é plausível inferir que o forte holandês de Jericoacoara também apresentasse características construtivas mais sólidas, distinguindo-se da primeira fortificação lusitana, erguida em materiais mais precários. Tal hipótese encontra respaldo no relato de José Mariano de Sousa Bitancourt, então presidente da Província do Ceará, que, em 1843, no *Relatório do Estado das Fortificações*, menciona a existência pretérita, em Jericoacoara, de uma fortificação dotada de peças de artilharia. Segundo Bitancourt, "*algumas peças que aí foram levadas para armar essa bateria, ou estão sepultadas na areia ou foram roubadas para bordo de embarcações que aí foram*" (Araújo, 1987, p. 95).

Corrobora ainda essa interpretação o testemunho de Antônio Bezerra, datado de 1884, que, ao referir-se a Jericoacoara, afirma que "*ali os holandeses, aproveitando-se das vantagens de uma posição estratégica, assenhorearam-se do terreno e levantaram um pequeno forte, cujas ruínas ainda hoje se vêem em baixa maré*" (Bezerra, 1965, p. 37). O autor acrescenta ter visto pessoalmente uma das peças de artilharia do forte de Jericoacoara, de calibre 18, posteriormente recuperada pelo Dr. Privat.

A Aldeia de Jericoacoara

Uma questão ainda em aberto na história de Jericoacoara diz respeito ao destino da ocupação humana da região após a retirada dos holandeses, em meados do século XVII. É razoável supor que o território tenha permanecido habitado, sobretudo por descendentes dos grupos indígenas que mantiveram contato com os europeus ao longo do período colonial. O mapa de Albernaz I, datado de 1629, já registra a presença de uma aldeia indígena na área, a qual teria antecedido ou se desenvolvido em torno do fortim erguido por Jerônimo de Albuquerque em 1613, interpretação coerente com os relatos produzidos por Gedeon Morris por volta de 1640.

Essa continuidade indígena encontra eco em investigações antropológicas mais recentes. O antropólogo Alessandro Galvão, ao realizar trabalho de campo no início da década de 1990, classificou a localidade como “Aldeia de Jericoacoara”. Segundo o autor, em 1989 Jericoacoara contava com cerca de 650 moradores nativos, que se percebiam como

integrantes de uma única família extensa, descendente de três a cinco patriarcas originais, estabelecidos no local desde o início do século XX ou desde o começo das memórias coletivas. Essas memórias, contudo, não ultrapassavam a geração dos pais dos habitantes mais idosos. Quando questionados sobre quem teria habitado Jericoacoara antes dos atuais moradores, respondiam, com certa relutância: os índios. Acrescentavam ainda a hipótese de que esses indígenas teriam “desaparecido” em virtude da chamada “domesticação” e do “melhoramento da família” (Galvão, 1995, p. 33).

Esse conjunto de indícios reforça a hipótese de que o núcleo populacional primitivo de Jericoacoara tenha permanecido relativamente isolado ao longo de séculos, experimentando um processo de miscigenação mais intenso apenas a partir do início do século XX. Conforme observa Nicodemos Araújo, a vila de Jericoacoara era inicialmente composta por apenas duas ruas, abertas a meia distância entre o centro e o mar. Na primeira metade do século XX, passaram a ser construídas algumas casas residenciais de sobrado, isto é, de dois pavimentos, entre as quais se destacava a pertencente ao comerciante Ismael Antônio de Vasconcelos, erguida em 1919, com paredes de cerca de meio metro de espessura, sendo o primeiro edifício deste tipo na localidade (Araújo, 1987, p. 33).

Sabe-se, ainda, que em 1923, por força da Lei Municipal nº 94, de 29 de junho, foi criado o distrito de Jericoacoara, tendo a vila como sede, e que, no ano seguinte,

foi oficialmente instalada sua Colônia de Pesca (Z-3). Esses marcos administrativos indicam a existência de um grau já significativo de aglomeração populacional nesse período, hipótese que encontra respaldo em outras informações apresentadas por Galvão:

> *Um morador do povoado vizinho de Preá, diz que, por ocasião da seca de 1934, acompanhou seu pai quando este foi levar comida para os moradores de Jericoacoara. Segundo o informante, as crianças e adolescentes jericoacoarenses não usavam roupas, eram próximas do estado de índios. Noutro povoado, Mangue Seco, 7 km ao norte de Jericoacoara, ainda hoje os homens tomam banho nus e juntos, embora tenuamente escondidos das mulheres por moitas na lagoa que fica no meio das casas* (Galvão, 1995, p. 38).

A pesquisadora Verônica Viana, em coautoria com outros autores, realizou uma investigação arqueológica em dois sítios localizados em Jericoacoara, Serrote e Malhada, na qual foram identificados fragmentos cerâmicos indicativos de uma ocupação humana prolongada e associada a diferentes etnias indígenas. Ao correlacionar esses vestígios materiais com os registros históricos disponíveis, os autores atribuem a presença dos Tremembés às praias da região (Viana et al., 2007).

Antiga Igreja de Jericoacoara.

Na década de 1950, estabeleceu-se em Jericoacoara a professora primária Raimunda Araújo Lima, conhecida como Dona “Longa”, apelido atribuído por ter sido a primeira pessoa a empregar essa palavra entre os moradores locais. Juntamente com Ângela Marques de Vasconcelos, Dona Longa incentivou o início das obras da primeira igreja da localidade, atendendo a solicitação do pároco de Acaraú, Monsenhor Sabino de Lima. Em terreno doado por João Marques Ferreira, foram erguidas, entre 1955 e 1956, paredes de pedra com cerca de quatro metros de altura e meio metro de espessura. Contudo, com o falecimento de Dona Longa, as obras foram interrompidas, permanecendo inacabadas por aproximadamente 34 anos, até serem concluídas com o apoio de um empresário espanhol, proprietário de uma grande pousada em Jericoacoara.

Há, entretanto, controvérsias quanto ao fato de essa ter sido efetivamente a primeira igreja de Jericoacoara. É plausível que tenha existido anteriormente um oratório associado ao antigo forte da localidade. Segundo o historiador Raimundo Girão, "*o pequeno santuário de Nossa Senhora do Rosário sobreviveu aos tempos, mas, em 1880, o agricultor Antônio Pereira Brandão tomou a si construir outra capela no lugar Caiçara, sob a invocação de São Francisco de Assis*" (Girão, 1983, p. 304). Não se sabe, contudo, por quanto tempo esse templo permaneceu em funcionamento nem até que ponto recebeu manutenção contínua e assistência regular dos fiéis (Araújo, 1987, p. 36).

4. A Missão de São Francisco Xavier

Quando os holandeses finalmente abandonaram seus fortes em 1654, quatro mil nativos das aldeias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, temendo retaliações, marcharam para o noroeste a fim de se refugiarem no Ceará. Estavam furiosos com o fato de terem sido abandonados pelos holandeses, a quem tinham servido com tanta lealdade por tantos anos. Fortificaram-se entre os tabajaras na serra de Ibiapaba e tentaram criar um enclave independente ao qual deram o nome de Cambressive. Chegaram a enviar à Holanda um cacique educado pelos holandeses a fim de solicitar ajuda militar batava, em recompensa pelos serviços passados e para preservar a religião protestante (Bethell, 1987, p. 170).

Visando reintegrar esse imenso contingente ao império luso e reduzir a tensão com os nativos, em 1655, o Governador do Maranhão, André Vidal Negreiros, por influência de Padre Antônio Vieira, enviou a serra da Ibiapaba o chefe tabajara Francisco Murereíba, com oferta de perdão para os índios que colaboraram com os Holandeses. Após nove meses, finalmente receberam notícias do emissário que informava que os tabajaras se sujeitariam a viver como cristãos, havendo a pacificação dos Tremembés. Isso ensejou nova tentativa de estabelecimento de uma missão na Ibiapaba (Vieira, 2016, p. 11).

A nova expedição partiu do Maranhão a 31 de maio de 1656, liderada pelos padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedroso, acompanhados de oito soldados e 50 indígenas. Após

35 dias de uma difícil jornada por terra, o grupo chegou ao destino, a Serra da Ibiapaba, em 4 de julho de 1656. Lá instalou-se o reduto missionário conforme as orientações do padre Antônio Vieira, com a construção de uma pequena capela e uma choupana simples, adequadas às condições locais e à cultura indígena.

No seu auge, os missionários chegaram a atrair mais de 2.500 indígenas. Colaborou para a recepção positiva o fato de que, embora quase cinquenta anos os separassem da frustrada missão do padre Francisco Pinto, sua memória permanecia viva entre os nativos, que receberam os novos missionários com entusiasmo, associando-os à figura reverenciada de "Pai-Pina", o "Senhor das Chuvas" (Aragão, 1990, p. 196).

Paralelamente à missão, o governador André Vidal Negreiros vislumbrou a construção de um novo forte nas praias de Camocim. Essa fortificação visava não somente garantir uma ligação terrestre entre Pernambuco e Maranhão, mas também afugentar os corsários estrangeiros que vinham transacionar com os indígenas e dominar ele mesmo o comércio dessas mercadorias, em particular o âmbar e pau violeta, extraídos da serra da Ibiapaba. Entretanto, para viabilizá-lo precisaria da colaboração dos índios tremembés, senhores, de fato, daquelas terras, contando para isso com a atuação dos missionários (Oliveira, 1995, p. 126).

Cabe aqui um esclarecimento acerca da organização administrativa colonial. Desde 1621, com a criação do Estado

do Grão-Pará e Maranhão, a capitania do Ceará encontrava-se administrativamente subordinada a São Luís. Entretanto, em função da elevada distância entre estas, o Ceará sempre sofreu maior influência dos desígnios pernambucanos, relação que se aprofundou ainda mais após a capitulação holandesa de 1654 (Gaspar, 2022). Portanto, a integração econômica do território cearense ao Maranhão via Camocim pode ser vista como uma tentativa de fazer frente à crescente influência de Pernambuco sobre o seu território.

Tensões e Conflitos

Mas Negreiros não viu concretizado, na plenitude, seu plano para a região. A 23 de setembro de 1656, apenas três meses após o estabelecimento da missão da Ibiapaba, ele parte de São Luís para assumir o governo da Capitania de Pernambuco, sendo substituído por Agostinho Correia. A simples partida de Vidal do Maranhão acendeu um alerta entre os indígenas, temendo que ele estivesse, na verdade, preparando uma invasão. Nas palavras do historiador Carlos Studart Filho:

> *Como se estivesse iminente uma luta de vida e de morte, fortificaram-se da melhor maneira possível, chamando às armas os tapuias seus aliados, que ocorreram prontamente, refluindo das brenhas. Rápido, tudo dispuseram para a reação e para a eventual trucidação dos jesuítas, como único desforço cabal contra os brancos. Inutilmente fizeram tais preparativos, por quanto André Vidal, por inteiro desapercebido dos alarmes que provocara, prosseguiu sem mesmo se deter em Camucim* (Studart-Filho, 1945, p. 21).

Algum tempo depois desses acontecimentos, estoura uma guerra entre os povos Anacés e Jaguaruanas, habitantes dos arredores da Fortaleza de N. S. de Assunção (Fortaleza). Não conseguindo a questão entre estes ser resolvida apenas âmbito militar, Padre Antônio Ribeiro, por iniciativa própria, decide deixar a missão da Ibiapaba para tentar fazer a paz entre esses dois povos, estendendo-se nesse e em outros objetivos por longos meses. Essa atitude individual feria frontalmente a hierarquia da ordem Jesuíta, que vedava incursões individuais a seus membros, o que motivou, em 1658, a proposta de extinção da Missão da Ibiapaba.

Ademais, os superiores da ordem consideravam que o isolamento impedia as visitas regulares, deixando os sacerdotes sem a devida supervisão. Mas Antônio Vieira reagiu, enviando carta ao Rei, datada de 10 de junho de 1658, na qual defende a continuidade da missão com base nos resultados obtidos, na necessidade de proteção dos indígenas e na importância estratégica da região, reforçando também que com a construção do forte em Camocim, a ser iniciada no ano seguinte, cessaria o seu isolamento. Fortalecido pelo apoio do governador D. Pedro de Melo, Vieira foi nomeado Visitador Superior das Missões, garantindo a permanência da missão (Aragão, 1990, p. 199).

Satisfeitos com esse desfecho, os líderes da Ibiapaba enviaram uma comitiva de cerca de 50 indígenas ao Maranhão para agradecer ao governador D. Pedro de Melo e apoiar o padre Vieira, entre eles Jorge Ticuna, que também pretendia

seguir a Portugal para agradecer ao rei. Entretanto, a demora no retorno da delegação gerou apreensão e foi explorada por Simão Taguaibuna, opositor dos missionários, que espalhou boatos de prisão, morte de Ticuna e de uma suposta expedição militar destinada a escravizar os indígenas. A propagação dos boatos teve efeito rápido e alarmante, gerando pânico e agressividade entre os indígenas. Sem espaço para ponderação, a situação tornou-se crítica, criando um clima de violência que, mais uma vez, colocou em sério risco a vida dos missionários.

Dominados pelo ódio e pelo desejo de vingança, os líderes indígenas prepararam-se para a guerra. Os padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedroso tentaram apaziguar a situação, mas foram ameaçados e feitos reféns, sob a condição de que, se até o primeiro dia após a Páscoa de 1660 não chegassem notícias tranquilizadoras, ambos seriam sacrificados. Mas Jorge Ticuna havia retornado de Portugal em novembro de 1659, honrado pela Corte com o título de Dom, e sua demora no Maranhão deveu-se à espera do deslocamento do próprio padre Antônio Vieira, que já planejava seguir para a Ibiapaba.

A Vinda de Padre Antônio Vieira a Ibiapaba

Cerca de dois anos após o envio da comitiva indígena ao Maranhão, padre Antônio Vieira atendeu ao convite dos nativos da Ibiapaba, partindo do Maranhão em 3 de março de 1660 com o padre Gonçalo de Veras, o fidalgo Jorge Correia da Silva e serviçais. A viagem de barco até Camocim ocorreu sem maiores dificuldades, e o trecho final até a Ibiapaba contou

com recursos auxiliares de transporte, culminando na chegada de Vieira em 24 de março de 1660, 21 dias após a partida.

A recepção indígena foi exuberante, com festas, danças e alimentos tradicionais, prolongando-se por 12 dias, e motivou Vieira a elogiar a terra como um paraíso terrestre, comparando-a a uma esmeralda encrustada em prata (Aragão, 1990, p. 202). Durante sua estada, que se prolongou até o início de junho, consolidou a missão sob a invocação de São Francisco Xavier. Exaltando o seu sucesso, Vieira escreve uma carta ao Rei:

> *"O caminho do Maranhão ao Ceará e a Pernambuco que estava totalmente fechado pelas hostilidades desta gente, ficou franco e seguro; as praias e navegação de toda a costa se tornaram livres e melhoradas com o seu comércio. Ficaram reduzidos à obediência e vassalagem de sua Majestade os tabajaras e isto sem armas nem despesas e inimigos jurados dos holandeses em cuja confederação estava a serra da Ibiapaba, o maior padrasto que tinha sobre si o estado do Maranhão e que só temeram os soldados velhos e experimentados desta conquista. Ficaram também domados no vício da fereza e da desumanidade, não fazendo jamais cativeiros injustos, nem matando mais, nem comendo carne humana é guardando as pazes às nações vizinhas por benefício da assistência dos Padres"* (Studart-Filho, 1945, p. 41)

Embora seu legado religioso tenha sido significativo, o período favorável foi curto, e poucos anos depois conflitos internos e disputas religiosas comprometeram a continuidade da obra missionária na região.

O Encerramento da Missão

A extinção da Missão São Francisco Xavier, criada por Antônio Vieira, não resultou de desprestígio pessoal ou da vontade dos indígenas, mas foi consequência de conflitos no Maranhão contra a Companhia de Jesus, que culminaram na expulsão dos jesuítas em 1661. Isso ocorreu pois colonos e autoridades portuguesas viam na atuação missionária apenas um obstáculo ao acesso à mão de obra indígena. Esses acontecimentos repercutiram no Ceará, com a intervenção hostil do novo governante e a ocupação de tropas destinadas a eliminar a missão da Ibiapaba.

Nos primeiros meses do governo de Rui Vaz de Siqueira no Maranhão, iniciado em 26 de março de 1662, uma expedição de cerca de quarenta homens, chefiada por Manuel Carvalho Fialho e enviada pelo próprio governador, envolveu-se em um grave conflito com os indígenas da Ibiapaba. O episódio culminou na expulsão da tropa e dos jesuítas, marcando o fim da Missão de São Francisco Xavier.

Segundo a versão jesuítica divulgada pelo padre Bettendorf, Fialho teria seguido para a Ibiapaba acompanhado de soldados e indígenas sob o pretexto de visitar os missionários e negociar âmbar, mas, na realidade, atuava em defesa de interesses próprios. Os abusos cometidos pela tropa teriam provocado a revolta indígena que, liderada por D. Simão Taguaibuna e com o apoio de tapuias aliados, atacou o povoado e expulsou os índios e soldados vindos de São Luís, por ocasião da Páscoa de 1662 (Studart-Filho, 1945, p. 44).

Em sentido diverso, Rui Vaz de Siqueira, em carta ao rei datada de 20 de abril de 1663, sustenta que enviara a expedição apenas para cumprimentar os nativos e agradecer a tranquilidade então existente, atribuindo a rebelião aos desmandos do padre Pedroso, que teriam motivado a expulsão dos jesuítas e dos homens de armas da serra. Diante disso, padre Pedro de Pedroso, acompanhado de padre Gonçalo de Veras, abandonou a Ibiapaba, levando consigo 400 famílias tabajaras. Com esse episódio, encerrou-se a catequese cearense na Ibiapaba até o final do século XVII, quando o processo missionário seria retomado.

5. Inquietações do Norte

A revolta liderada por D. Simão Taguaibuna levou o governador geral do Estado do Brasil, D. Francisco Barreto, por intermédio do capitão-mor do Ceará, a mandar o Alferes Felipe Coelho de Moraes para combater os índios tabajaras sublevados (De Sousa, 2015, p. 39). Apesar da repressão ter sido bem sucedida em um primeiro momento, o próprio Alferes, após aprisionar o líder revoltoso, decide por soltá-lo. Isso consta em uma carta enviada a 18 de março de 1663, por Francisco Barreto ao próprio alferes Felipe:

> *"[...] o Ps. Pº. de Pedrosa, missionário da guerra do Camocim, me avisa do zelo e honrado procedimento com que o Alferes deu execução a ordem que mandei-lhe para ser preso o Principal D. Simão e os mais que hoje se acham neste forte do Siará [...]. E pelo que imprudentemente mandou o dito soltar a D. Simão de cuja ação se seguirão os danos que experimentamos e encomendou muito ao alferes: faça todo o possível para aquietar aquele gentio para que tornem a aceitar os religiosos e vivão debaixo dessa obediência, que por este meio conseguem o bem das almas. Enquanto faltem a esta sua obrigação trabalhe o possível por prender ou matar o tal D. Simão, que inquieta as paz, e quietação dos mais que tinham admitido a doutrina cristã"* (Studart, 2001, p. 76).

Não está claro o contexto no qual D. Simão foi solto, mas pode-se inferir que isso tenha relação com a pressão exercida pelos nativos. A essa época a rebelião já havia se expandido por toda a costa nordestina, contando inclusive com a adesão de grupos indígenas tupis de Camocim e das aldeias próximas à fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (Studart-Filho, 1945, p. 46). Diante do fracasso das medidas

repressivas, o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas optou por apaziguar o conflito, concedendo ampla anistia aos insurgentes, inclusive a D. Simão.

Em carta datada de 18 de fevereiro de 1664, determinou a libertação dos chefes tabajaras presos e seu retorno à serra da Ibiapaba, decisão influenciada tanto pelo desejo de pacificação quanto pela intervenção do padre José da Costa, provincial dos jesuítas no Brasil. Segundo o padre, D. Simão afirmava estar arrependido e disposto a aceitar novamente os missionários, desde que lhe fossem devolvidos dois prisioneiros:

> *[...] a notícia que o Pe. Provincial tem dos missionários da serra, o persuadem a crer que o castigo, que até agora tiveram, e o favor que agora se lhes faz, é a mais bem encaminhada disposição para se restituírem os religiosos a aquela aldeia. Por esta causa perdoo ao principal Dom Simão o delito de que se mostra arrependido; e Vossa Mercê mande logo soltar os dois índios, e os entregue aos padres para os levarem à serra* (Documentos Históricos. Vol. IX, Rio, 1929, pág. 140).

Entretanto, mesmo com a anistia, a presença de missionários na serra demoraria quase uma década para voltar a acontecer.

O Caminho para o Maranhão

Um dos grandes inconvenientes da relação pouco amistosa entre portugueses e nativos do litoral oeste e da Ibiapaba, em meados do século XVII, era a interrupção do fluxo de pessoas e informações que circulava entre as

capitanias de Pernambuco e do Maranhão. Em correspondência datada de 8 de dezembro de 1666, o Capitão-mor João de Melo Gusmão informa que "*no decurso deste caminho uluem os goanacezes [guanacés] nação da muita gente, inimigos declarados nossos que prometem não deixarem passar Brancos sem que os matem, ou que roubem, como a pouco fizeram a um que vinha do Maranhão"* (RIC IV, 1890, p. 133). A pacificação desse povo só seria alcançada cinco anos depois, em função da atuação do ajudante Francisco Martins Barrada (Brigido, 1919, p. 396).

Ainda em 1666, o tabajara André Coravaty, que havia acompanhado os missionários Antônio Ribeiro e Pedro Pedroso em seu regresso ao Maranhão, decidiu retornar a região, visando fundar novas aldeias em Jericoacoara. Entretanto, ao descerem a serra da Ibiapaba, foram atacados pelos Aconguaçus (Acahamaçus), que mataram o dito principal e muitos dos seus, ficando os demais desarmados. Enviam então um pedido de socorro ao Capitão-mor João de Melo de Gusmão, que envia uma expedição com quinze soldados e cinquenta índios, comandados por Felipe Coelho de Morais, para socorrer os tabajaras. O objetivo da expedição era combater os Aconguaçus, e levar os índios residentes em Jericoacoara para próximo à fortaleza do Ceará (De Sousa, 2015, p. 40).

A relação com os nativos da região teve novo momento de baixa em 1671, quando os tremembés, em vista do mal tratamento recebido, retiram-se de Fortaleza, declarando

não querer mais a amizade dos brancos, alertando-os de que não fossem mais as suas terras. Em resposta a isso, a 9 de setembro deste ano, o governador do Ceará, Jorge Correia da Silva envia a Jericoacoara Francisco Martins, cabo de infantaria, para pacificá-los[1].

Nas instruções dadas a ele consta que caso se verificasse que os tremembés houvessem matado algum índio ou soldado que o governador havia mandado ao Maranhão, que pedisse socorros de mantimentos e munições, para que os destruísse ou capturasse (Brigido, 1900, p. 22-23). Não deve ter havido grande desdobramento dessa contenda, visto que já no mês seguinte Francisco Martins fora enviado, juntamente com Felipe Coelho de Morais, para guerrear com os Paiacús, na região dos Jaguaribe.

É importante esclarecer que essas missões de "pacificação" eram muitas vezes marcadas por excesso de violência e arbitrariedades. Sobre isso, em uma carta dos padres Antônio de Sousa Leal e João Guedes, remetida ao Conselho Ultramarino em 1720, os sacerdotes se queixam dos desmandos cometidos no passado pelo já mencionado soldado Felipe Coelho de Moraes. Segundo eles:

> *"[...] depois que os padres largaram as aldeias do Ceará, se fez administrador delas e amancebando-se com as índias que tinha em*

[1]Treslado de um Regimento que o ajudante Francisco Martins cabo de infantaria desta praça leva para Jacoacara em 9 de setembro de 671 a. MALHEIROS, Perdigão de Oliveira. Um capítulo de história do Ceará. Ligeiras rectificações. In: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t. IV, 1890, p. 138.

> *serralho, procriou-se grande número de filhos que todos seguem maus exemplos e tiranizam, não só os índios, mas também os brancos, não havendo quem ouse queixar-se das violências e roubos que lhe fazem"* (De Sousa, 2015, p. 97).

Segundo o vigário, os capitães-mores e os cabos de guerra promoveram guerras contra os nativos com objetivo de apresá-los para si e vendê-los, como ocorreu em diversas entradas ao sertão.

O Retorno dos Missionários

Mas o retorno das atividades missionárias deu-se pouco depois, formalizado por um regimento datado de 25 de novembro de 1673, que ordenava o envio do tenente Manuel Pereira da Silva à Serra Grande e registrava a insistência dos missionários do Ceará na necessidade de restabelecer as missões na Ibiapaba, uma vez que os tabajaras se encontravam há anos privados dos sacramentos. Coube ao tenente garantir a proteção de frei Francisco de Sá, que seguiu para a região acompanhado de 30 soldados e 150 indígenas aliados. A ação conjunta resultou na pacificação de diferentes grupos, na celebração de alianças e no batismo de cerca de trezentos indígenas, contribuindo decisivamente para a retomada da presença missionária cristã na área.

Para além disso, são escassas as informações sobre a missão conduzida pelo Frei Francisco Sá e seus desdobramentos imediatos. Mas sabe-se que no ano seguinte a essa empreitada, em 1674, houveram conflitos com os Reriús

(Arariús), uma das tribos que viviam entre a serra da Ibiapaba e o Rio Acaraú. Essa campanha foi justificada pelas agressões que estes praticavam contra indígenas aldeados, possivelmente guanacés ou tabajaras. Embora tenham sofrido pesadas perdas, com mortos e cativos, os Reriús continuaram numerosos e organizados em vários bandos, tornando-se uma ameaça persistente e dificultando as comunicações terrestres entre o Ceará e o Maranhão (Nobre, 1980, p. 140).

Essa situação de conflito constante com os nativos certamente colaborou para postergar a ocupação do território cearense por colonos portugueses, em particular da Ribeira do Acaraú. Sobre isso, é bastante sugestivo o requerimento de sesmaria concedida, a 14 de novembro de 1678, ao capitão Antônio Barbosa da Silva e seus companheiros, no qual consta que "*na capitania do Ceará Grande por costa do mar há terras devolutas, despovoadas por causa do demasiado gentio bárbaro que pelas ditas paragens assiste, mais principalmente do que em outras partes da América*".

A intensificação do processo de colonização por meio da concessão de cartas de sesmarias na região, o que se deu a partir de 1682, certamente agravou os conflitos, acuando ainda mais os antigos donos da terra. No fim do século XVII, intensificaram-se as explorações pelos grandes rios do Ceará, enquanto a população crescia rapidamente, atraída pela prosperidade da criação de gado nos sertões. Contudo, o principal estímulo era a permissão, mantida apesar das ordens da Coroa, de prender e escravizar indígenas. Autoridades

locais, interessadas nos lucros, toleravam ou incentivavam o abuso, e bandeiras organizadas por capitães-mores ou particulares percorriam o interior em busca de ouro e de índios para cativar, aproveitando-se da distância do poder central (Théberge, 1869, p. 101).

Nesse contexto deflagrado, a única alternativa de convivência "pacífica" imaginável entre colonos e indígenas foi imposição aos primeiros da vassalagem ao rei e sua submissão aos ditames da igreja. Para tanto, fazia-se necessário reestabelecer os meios evangélicos de integração dos nativos ao projeto colonial.

A Nova Junta das Missões e volta de Pe. Pedroso

Até cerca de 1680, as Missões do Brasil estavam diretamente subordinadas à Portugal, mas a distância e as dificuldades de comunicação levaram à criação de Juntas independentes nas Capitanias Gerais; em 7 de março de 1681 foi instituída a Junta das Missões de Pernambuco, à qual ficaram subordinadas às Missões do Ceará, com jurisdição civil, eclesiástica e criminal. Diante da resistência indígena à colonização e às missões, esta declarou escravos os índios presos no Rio Grande e no Ceará, determinando seu batismo e venda, prática que perdurou por anos e incentivou a captura e escravização em massa, contrariando leis anteriores (Théberge, 1869, p. 98).

Mas informado dos abusos na escravização indígena, D. Pedro II determinou por Carta Régia de 20 de janeiro de

1691 que os índios só poderiam ser considerados prisioneiros em caso de "guerra justa", jamais como cativos, devendo ser libertados após o batismo e ressarcidos os compradores. Embora a medida demonstrasse a intenção de pôr fim à escravidão indígena, ela não foi plenamente cumprida, havendo registros de índios ainda escravizados mesmo depois de cristianizados e aldeados.

No contexto dessa mudança, padre Pedro Pedroso, por volta de 1689, retoma as missões na Ibiapaba. Sua ação levou os indígenas, assim como seu principal, a irem ao Recife prestar vassalagem ao rei de Portugal, onde foram batizados e juraram obediência, conforme registrado por Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho em 1690 (Studart-Filho, 1945, p. 48). Segundo João Brígido, aparentemente, o sacerdote buscou, na medida do possível, preservar os laços com seus ex-pastoreados, tendo em 1675 empreendido uma navegação em canoa pela costa do Maranhão ao Ceará (Brigido, 1900).

Em 1692, o padre Manuel Pedroso Júnior, sobrinho de Pedro Pedroso, missionou os tabajaras, promovendo a pacificação e a cristianização de numerosas tribos e conduzindo mais de 600 indígenas para reforçar a defesa da ribeira do Açu. Por ordem superior, porém, eles foram fixados ao norte da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde fundaram um povoado assistido pelos padres Ascenso Gago, enviado ao Ceará no início da década de 1690 para substituir o padre Pedro Pedroso. Poucos anos depois, esses dois padres se mudariam para a Ibiapaba, reeditando sua missão jesuítica.

6. A Busca pela Terra

Nas últimas décadas do século XVII correram notícias em Portugal de que no Brasil estavam sendo feitas doações de terras, com o mínimo de exigências, aos portugueses que desejassem contribuir para o povoamento da colônia brasileira. Tais notícias causaram entusiasmo, particularmente entre os moradores da região do Entre Douro e Minho, dada a sua grande densidade populacional e o predomínio de pequenas propriedades rurais (Araújo, 2000, p. 69).

Assim, o povoamento do Ceará por europeus começou a ser estabelecido no sertão com a ocupação de terras, legitimadas pela concessão de sesmarias. Tal instituto teve início durante o governo do Capitão-mor Sebastião de Sá (1678-1681), tornando-se mais frequente nas últimas duas décadas do século XVII e no início do século XVIII (Araújo, 2000, p.70). Para a Ribeira do Vale do Acaraú vieram, especialmente, camponeses do Minho e pescadores oriundos da hoje chamada Costa de Prata, chegando ao Brasil, quase que invariavelmente, pelo porto de Pernambuco.

A solicitação de sesmarias seguia um processo formal em que o interessado declarava seus dados e o uso pretendido da terra, geralmente para criação de gado. Tristão de Alencar Araripe destacou que, apesar de inicialmente haver pagamento de pensão anual pelas terras, essa exigência foi abolida com o tempo, devido aos sacrifícios dos povoadores e os benefícios econômicos da pecuária para o Estado (Araripe, 1867, p. 132).

Após a concessão, exigia-se a demarcação judicial e a confirmação régia, sob pena de perda da sesmaria.

O principal motor da economia colonial nesse período era o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste setentrional. Com o objetivo de evitar os danos causados pelo gado às lavouras, foi expedida, em 1701, uma carta régia que estabelecia uma distância mínima de dez léguas (66 km) entre as áreas de cultivo e as zonas destinadas à criação de gado. Essa determinação estimulou a expansão do criatório para áreas mais interiores, impulsionando a ocupação de novos territórios. Nesse contexto, os primeiros sesmeiros da Ribeira do Acaraú provinham, em sua maioria, dos atuais estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, chegando à região tanto pelo litoral quanto pelos sertões. Foram esses os responsáveis pela introdução dos primeiros rebanhos que se estabeleceram na região (Frota, 1974, p. 33).

A Primeira Sesmaria do Baixo Acaraú

No último quarto do século XVII, intensificou-se o processo de expansão da região do Forte em direção ao litoral oeste do atual estado do Ceará, tendo como marcos de preferência as fozes dos principais rios existentes. Essa empreitada foi estimulada pelas autoridades coloniais em nome da coroa portuguesa e realizada inicialmente pelos próprios soldados do Forte de N. S. da Assunção, em Fortaleza.

Em 1681, o capitão-mor Fernão Carrilho escreveu ao Rei de Portugal um memorial no qual destacou as supostas riquezas e potencialidades econômicas da Capitania do Ceará,

terras férteis, rios abundantes, madeira, criação de gado e a possível existência de metais e pedras preciosas, argumentando a viabilidade de seu povoamento. O relato contribuiu para sua nomeação como capitão-mor e incentivou a migração de outros interessados, atraídos pela promessa de riquezas ou, alternativamente, pela instalação de currais e pela submissão dos povos indígenas (Soares e Ferrão, 2013, p. 221).

Foi na esteira desse processo que se realizou o primeiro pedido de sesmarias do Acaraú. Essa doação de terras, feita pelo Capitão-mor Bento de Macedo de Farias, datada de 08 de novembro de 1682, foi realizada a um grupo de 26 pessoas, moradores das capitanias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (De Souza, 2015, p. 54). Muitos eram militares e seus aparentados, foram eles:

Domingos Ferreira Pessoa (Almoxarife do Forte); Capitão Francisco Gomes[2]; Domingos de Mendonça [da Câmara] (Soldado do Forte); Sargento-mor Manoel Dias de Carvalho[3]; Maria Joana de Lemos; Capitão Manoel Barreto da Silva; Capitão Francisco Martins Barrada; Capitão João de Nobalhas Correia; Padre Estevão Velho Cabral [de Melo]; Maria Rodrigues da Costa; Joana Barreto; André Fernandes; Francisco da Silva; Luzia Barreto; Antônio da Costa; Francisco Soares; Jorge Coelho de Sousa; Gonçalo Coelho de Sousa; D. Sebastiana da Fonseca; D. Violante da Fonseca; Gracia Barreto; Maria Vicente Solentino Marinho Falcão; Antônia Tavares de Melo; Paulo Coelho de Sousa; Capitão Bartolomeu Nabo Correia; Baltazar Rodrigues da Costa.

Segundo Aragão (1990), essa foi a maior concessão já feita a colonos de uma única vez no Ceará, cabendo a cada um,

[2] Sogro de Vitoriano Gomes da Frota e de Dionísio Alves Linhares, troncos dos Frotas e Linhares da ribeira do Acaraú (Araújo, 2000, p. 120).
[3] Recebeu sesmarias na Ribeira do Coreaú.

conforme a descrição, três léguas em quadra (392 km^2), totalizando 78 léguas (30.580 km^2), entre os rios Paracurú e Acaraú (Sesmarias, Vol. 1, nº 29, p. 68). Na petição, os sesmeiros informam que:

> *...eles suplicantes têm descoberto na Capitania do Ceará uma sorte de terras situada no Rio a que chamam os índios vulgarmente o gentio para confrontando do tal rio pela parte do sudeste pela costa abaixo com o Rio Curú e o Rio Mundaú e o Rio Aracatiaçu e o Rio Aracati-mirim e o Rio Acaraú, distante pela costa abaixo cinquenta léguas pouco mais ou menos, confrontando pelo sertão com a serra de Goapaba, Cahioqua e Eurubutama (Uruburetama), com todos os Rios e Lagoas que desaguarem nestes rios as quais terras querem eles suplicantes povoar e Cultivar com seus Gados Vacuns e bestas Cavalares no que fazem eles suplicantes grande serviço à Deus e a Sua Alteza que Deus Guarde em aumento desta Capitania (Sesmarias Cearenses Vol. 1, nº 29, p. 68, adaptado).*

Ressalta-se desse trecho a imprecisão dos métodos de medição da época. No contexto colonial, oficialmente, uma légua de sesmaria equivalia a 3.000 braças de 2,2 metros, ou 6,6 quilômetros (Carvalho, 2023). Entretanto, a distância entre Fortaleza e a foz do rio Acaraú, pelo litoral, é de cerca de 210 km, pouco menos de 32 léguas, muito inferior às 50 estimadas pelos sesmeiros.

Pompeu-Sobrinho (1979), na sua obra Sesmarias Cearenses (1680-1822), considera as sesmarias individuais concedidas nesta carta como sendo de 3x1 léguas (130,7 km^2) ao longo da costa. Por essa medida, se os 26 lotes seguissem a linha do litoral, com as testadas (lado mais estreito) voltadas para o oceano, totalizariam 171 km, medida relativamente

próxima da distância entre os rios Paracurú e Acaraú, de 145 km.

O fato é que a ocupação desse extenso território parece ter sido tão errática quanto sua delimitação, o que se verifica pelo fato de muitos desses lotes terem sido novamente concedidos, posteriormente, a outros sesmeiros, por estarem desaproveitados. Possivelmente, grande parte dessas terras foi desapropriada no tombamento, realizado em 1708, pelo Des. Cristóvão Soares Reimão (Dias, 2011).

Localização aproximada da Sesmaria de 1682.

Ademais, não foi possível identificar ao certo a quais dos sesmeiros coube a porção correspondente a região do Baixo Acaraú, objeto de nosso estudo, nem se estes chegaram de fato a tomar posse. Sobre isso, alguns dos sobrenomes listados no pedido de terras são sugestivos, como Correia, o mesmo de Antônio Correia Peixoto, sesmeiro da foz do rio Acaraú, do qual trataremos mais adiante. Chama atenção também o sobrenome Falcão, topônimo de um riacho que corre paralelo ao Rio Acaraú. Mas apenas com mais estudos, poder-se-á tentar lançar luz sobre esse distante momento da história.

Os Coelho de Moraes*

Como visto anteriormente, a consolidação do domínio luso no setentrião cearense, durante a segunda metade do século XVII, não foi apenas uma tarefa de burocratas ou missionários, mas o resultado da ação direta de "homens de armas" que converteram serviços militares em prestígio fundiário. Dentre esses personagens, destaca-se a trajetória da família Coelho de Moraes, cujo patriarca, Felipe Coelho de Moraes, desembarcou na capitania em 1654, integrando as tropas que vieram restaurar o poder português após a capitulação de Matias Beck.

O papel militar de Felipe Coelho foi decisivo para a “pacificação” do território norte do Ceará. Atuando como alferes e, posteriormente, ajudante e comandante de tropas, ele foi o braço armado da Coroa em momentos críticos de instabilidade indígena. O caso dos Coelho de Moraes é exemplar por revelar as nuances da estrutura social colonial. Classificados em registros oficiais e eclesiásticos como "mulatos", eles souberam utilizar o sistema de mercês para subverter a hierarquia estamental.

O mérito militar nas "guerras contra os bárbaros" permitiu que Felipe e seus descendentes fossem alçados à condição de potentados rurais, rompendo a dicotomia rígida entre o senhor branco e o escravo negro. A influência da família era tamanha que despertou a hostilidade direta do clero. Documentos de 1720, assinados pelos padres Antônio de Sousa

Leal e João Guedes, descrevem os Coelho de Moraes como "perniciosos", acusando-os de tiranizar tanto índios quanto brancos e de exercerem uma "justiça privada" por meio de seus próprios escravos armados. Essas queixas, embora carregadas de viés institucional, atestam o poder autárquico que a família exercia sobre o território, agindo frequentemente de forma independente das autoridades de Fortaleza ou do Bispado.

A base material desse poder foi consolidada através de imensas concessões de terras. Em 1680, Felipe Coelho obteve uma sesmaria de dez léguas em quadro entre o Comembe e o Rio Siupé, estabelecendo um dos primeiros currais de gado da capitania. Seus filhos e parentes, como Bento, Félix, Brás e Pedro de Mendonça de Moraes, expandiram esses domínios para as ribeiras do Aracatiaçu, Acaraú e Coreaú, controlando, nas primeiras décadas do século XVIII.

Em suma, ao final deste período de inquietações militares, os Coelho de Moraes deixaram de ser apenas soldados da conquista para se tornarem os genearcas de uma autêntica "aristocracia parda". Através de alianças matrimoniais com outras famílias influentes, como os Dias de Carvalho e os Albuquerque, eles ajudaram a moldar a fisionomia étnica e política do Baixo Acaraú. Se a espada de Felipe Coelho garantiu a "pacificação" necessária para a abertura das rotas do Norte, foram as suas sesmarias que assentaram os alicerces para a ocupação civil e econômica que passaremos a analisar no capítulo seguinte.

*Adaptado de De Souza (2015).

7. Manoel de Góes e seus Companheiros

Dadas as incertezas quanto a efetivação da sesmaria supramencionada, parte da historiografia local considera como marco inicial da ocupação da região do Baixo Vale do Acaraú, a sesmaria concedida, a 20 de setembro de 1683, aos requerentes Manoel de Góes, seu irmão, o licenciado Fernando de Góes e mais cinco companheiros, a saber: Francisco Pereira Lima, Manoel de Almeida Arruda, Pe. Amaro Fernandes de Abreu, Estevão de Figueiredo e Simão de Góes de Vasconcelos, este último filho de Manoel de Góes, todos moradores da Capitania de Pernambuco (Araújo, 2005, p.55).

Conforme a solicitação desta sesmaria, datada de 1682, Manoel e seus companheiros teriam conduzido o gado desde o Rio Grande do Norte, atravessando uma distância de duzentas léguas (1.320 km), enfrentando matas fechadas e terras de "tapuias selvagens". Originalmente, eles planejavam se instalar na capitania do Maranhão, quando se depararam com o Rio Acaraú, o qual consideraram propício para o desenvolvimento da pecuária (Sesmarias, Vol. 1, nº 36, p. 90).

Sobre Manoel de Góes de Figueredo, sabe-se que era pernambucano, nascido por volta do ano de 1650, tendo, portanto, pouco mais de trinta anos na época de sua solicitação de sesmaria na Ribeira do Acaraú. Tratava-se de um homem rico e grande pecuarista, visto que na solicitação das sesmarias, datada do ano anterior, 1682, ele e seus companheiros alegaram não haver terras na Capitania de Pernambuco próprias para a criação da quantidade de gado de que dispunham, o que os teria

motivado a buscar algum local onde pudessem desenvolver essa atividade. O mesmo argumento foi utilizado em outras solicitações de terras realizadas por ele, como a que fez, dois anos antes, em 15 de maio de 1680.

Em um outro pedido, datado de 28 de abril de 1708, Manoel de Góes afirma ter povoado a suas custas, com seus gados e escravos, as terras que descobrira na Ribeira do Jaguaribe e ter ajudado a reconstruir o Forte São Francisco Xavier. Na mesma solicitação, informou possuir cabedais para povoar as dez léguas de terras requeridas, sendo que somente ele possuía dez currais de gado bem providos (Documento Histórica Pernambucana, Sesmarias Vol. 1, 1954, p. 161).

Também era um homem religioso, tendo adquirido a Capela do Capítulo do Convento de Santo Antônio do Recife para servir de sepultura para sua família. Ademais, em 1704, determinou em testamento a doação de quantias significativas aos franciscanos, garantindo a celebração diária de missas em sua memória e vinculando o rendimento de uma de suas casas à manutenção desse compromisso, sob a administração de seu filho, o Cel. Simão de Góes de Vasconcelos (Jaboatão, 1859, p. 452).

Convento de Santo Antônio do Recife (esquerda), em 1640, por Frans Post.

As sesmarias concedidas ao grupo consistiram em três léguas (19,8 km) de terra de comprimento para cada um pelo Rio Acaraú acima, perfazendo o total vinte e uma léguas (138,6 km), por duas léguas (13,2 km) de largura, começando "das águas doces" do dito rio (Sesmarias Cearenses Vol. 1, nº 36, p. 90).

Quanto a sua localização, sabe-se que provavelmente iniciava em algum ponto no rio próximo ao limite entre os municípios de Cruz e Bela Cruz, coincidindo aproximadamente com a fronteira da sesmaria litorânea mencionada no capítulo anterior. Esta se estendia originalmente até o local onde posteriormente foi edificada a povoação do Riacho dos Guimarães, hoje o município de Groaíras (Linhares, 1922, p. 254-293).

Uma vez concedidas as sesmarias, a lei vigente à época determinava o prazo de cinco anos para sua efetiva ocupação, após o qual estas seriam prescritas (Araújo, 2005, p.56). Padre Sadoc, em seu livro História da Cultura Sobralense, afirma não ter encontrado nos termos de batismo, casamento ou óbito do Curato de Acaraú, cujos livros registram dados desde 1725, menção a Francisco Pereira Lima, Manoel de Almeida Arruda e Estevão de Figueiredo, o que o levou a concluir que eles não chegaram a tomar posse de suas sesmarias. Isso também vale para o Pe. Amaro Fernandes de Abreu, provido na igreja de Nossa Senhora da Assunção de Fortaleza em 1683 (Araújo, 1978, p. 22).

Com base nos registros consultados, é bastante provável que apenas Manoel Góes e seu filho Simão tenham vindo reivindicar suas posses, sendo que as demais nunca foram, de fato, ocupadas. Ao que tudo indica, a porção que os coube localiza-se no atual município de Santana do Acaraú, próximo à fronteira com a cidade de Morrinhos.

Sobre isso, sabe-se que em 1709 foram feitos os tombamentos das sesmarias concedidas no Ceará (Araújo, 2005, p.91). Como Manoel de Góes ocupou uma porção central das terras concedidas, provavelmente o segundo e/ou o terceiro lote de três léguas, tomou-se como referência para a delimitação das mesmas o marco inicial próximo a foz do rio Acaraú, a partir do qual mediu-se nove léguas, que entraram para a tradição oral como as “nove léguas dos Góes”.

Para delimitar esses lotes de terra, foram usadas marcações simples de divisa, como árvores, pedras ou formações naturais que pudessem ser utilizadas como referência. Em alusão a um desses marcadores deu-se o nome Marco à cidade de São Manoel, localizada nas margens do rio Acaraú. Formado por três pedras empilhadas, o monumento encontrava-se meia légua (3,3 km) ao sul de onde hoje encontra-se a sede do município (Silva, 2002, p. 37).

O memorialista Nicodemos Araújo nos conta, de maneira anedótica, como teria se dado a medição dessas terras:

> (...) *o sesmeiro Dr. [Manoel] Góes, recebendo autorização para medir o imóvel requerido, montou um cavalo bom estradeiro e partiu do "Marco do Guarda", em rumo do sul. Adiantam que esse cidadão conduziu à mão um relógio de tábua, e, ao fim de cada hora decorrida, marcava uma légua (6,6 km), até que a sesmaria de nove légua (59,4 km) que lhe fora concedida, foi terminar no lugar "Pau Ferrado", hoje pertencente ao município de Santana do Acaraú* (Araújo, 1967, p.15).

O "Marco do Guarda" provavelmente remete a atual localidade de nome Guarda, na divisa dos municípios de Cruz e Bela Cruz. Uma vez que nessa época, outras sesmarias já haviam sido concedidas nas mesmas terras, como a de Nicolau da Costa Peixoto, de 1702, é provável que essa medição servisse apenas como referências para demarcar os lotes a montante no rio.

O Sítio dos Tucuns

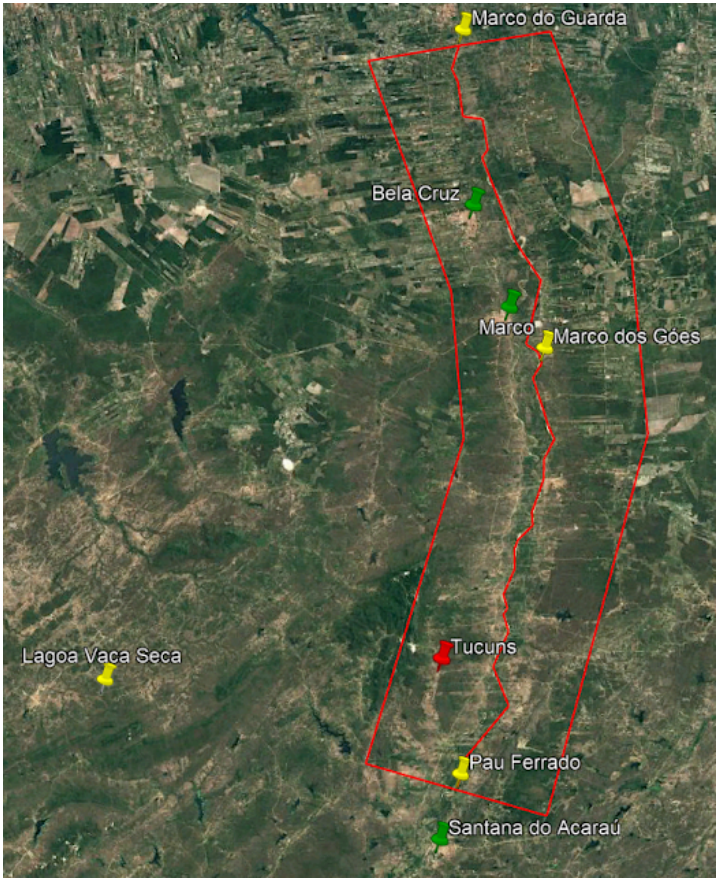
Em alguns documentos antigos, Manoel de Góes aparece como morador no Sítio dos Tucuns, na Ribeira do

Acaraú (De Souza e Duque, 2018, p. 18). Sabe-se também que D. Mariinha de Araújo Vasconcelos, mulher de Manoel de Góes, teria residido em uma fazenda de nome Vaca Seca, onde faleceu em 5 de janeiro de 1763. A dita Fazenda ficava localizada na margem direita do Rio Acaraú (Araújo, 2005, p. 45, 345).

Assim, buscando localizar essas propriedades, verificou-se que existe uma localidade chamada Tucuns em Santana do Acaraú, distante cerca de 4 km à direita do Rio Acaraú, na altura do distrito de Parapuí, portanto, dentro dos limites da sesmaria de Manoel Góes. Na mesma direção, ainda perpendicular ao rio, 24 km adiante, já no município de Senador Sá, existe também uma lagoa de nome Vaca Seca. Finalmente, verificou-se existirem no cadastro do IDACE, datado do ano de 2014, propriedades denominadas Tucuns e Vaca Seca no município de Santana do Acaraú.

Outra evidência de que essa seria a localização do Sítio Tucuns é o fato de que, a 15 de julho de 1734, Manoel de Góes ter recebido uma nova data de sesmaria, em cuja petição afirmou ter descoberto na Serra da Tucunduba, um olho d'água, o qual chamam "Ticum" e outros mais capazes de toda planta e criação de gados, solicitando três léguas de terra pegando o dito olho d'água abaixo (Sesmarias Cearenses Vol. 12, nº 105, p. 158). Essa dita serra corresponde precisamente ao atual Serrote do Mucuripe, vizinho à supramencionada localidade de Tucuns.

Mais adiante no livro será discutido ainda a possível relação entre Manoel de Góes e Francisco Ferreira da Ponte, proprietário da Fazenda Curral Grande, reforçando ainda mais essa suspeita.



Localização estimada das 9 léguas dos Góes e da Fazenda Tucuns.

Descendência de Manoel de Góes Figueiredo

1. Simão de Góes de Vasconcelos, nascido em Pernambuco, c.c. Feliciana Soares da Costa, dividiu sesmarias com o pai no Ceará e no Rio Grande do Norte.

2. Leonarda de Sá e Vasconcelos, nascida em Pernambuco, c.c. Marcos da Costa em 8 de maio de 1740.

3. Pascoal Leitão de Abreu, cearense, c.c. Sebastiana Saraiva, filha do Cel. Sebastião de Sá Barroso e Madalena Saraiva.

4. Fernando Dias de Ataíde, cearense, c.c. Apolinaria Fernandes em 24 de fevereiro de 1747, filha de João Fernandes Neto e Maria Fiesca.

5. Inês de Araújo Vasconcelos, nascida em Pernambuco, c.c. Sargento-Mor Antonio de Sá Barroso em 9 de fevereiro de 1733, filho do Cel. Leonardo Ribeiro de Sá, residentes na Fazenda Curral Grande em Santana do Acaraú.

8. As Novas Missões

Os antecedentes da nova missão jesuítica da Ibiapaba remetem a recomendação feita pelo padre Roque Monteiro Pain e apoiada pelo governador-geral de Pernambuco, a qual foi apreciada e aprovada pelo Conselho Ultramarino em 8 de janeiro de 1691. Como resposta, a 23 de março do mesmo ano, o governador-geral de Pernambuco determinou que fossem entregues ao padre Manuel Pedroso Júnior os recursos necessários para a execução de seu projeto missionário, incluindo meia arroba de pólvora, uma arroba de chumbo, além da quantia de seis mil réis, valor suficiente para custear as despesas de deslocamento da missão entre Fortaleza e a serra da Ibiapaba (Aragão, 1990, p. 216-217).

Assim, é provável que ainda em 1691 o padre Manuel Pedroso Júnior tenha se deslocado para a serra da Ibiapaba, iniciando, ainda que de forma provisória, os trabalhos missionários. Seu futuro companheiro, o padre Ascenço Gago, permaneceu por mais alguns anos à frente dos aldeamentos situados no entorno do Forte de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza. Essa configuração, contudo, seria alterada pela Carta Régia de 29 de novembro de 1694, que determinou a prestação contínua de assistência espiritual aos gentios da Ibiapaba por religiosos residentes no Ceará. Em cumprimento a essa ordem, no início de 1695, ambos os jesuítas retomaram, entre os indígenas da serra, o processo de catequese iniciado cerca de quatro décadas antes pelo padre Antônio Vieira.

Ressalta-se que a nova missão da Ibiapaba desenvolveu-se em um ambiente marcado pela violência. Ao seu redor, atuavam intensamente caçadores de indígenas, que espalhavam terror pelas regiões circunvizinhas. Rica em populações nativas, a serra era então vista como um verdadeiro "El Dorado" pelos bandeirantes que partiam de São Luís em busca de cativos. Embora cobiçassem as reduções jesuíticas, onde se concentravam indígenas já aldeados, esses grupos evitavam atacá-las diretamente, temendo a ação da justiça régia. Em geral, limitavam-se a intimidações, sendo os abusos mais graves relativamente raros.

Ainda assim, episódios de violência não deixaram de ocorrer. Por volta de 1692, paulistas tentaram escravizar indígenas da serra da Ibiapaba, mas foram impedidos pela intervenção do governador do Maranhão. Situação semelhante envolveu o sertanista João Velho do Vale, que capturou indígenas e os conduziu a São Luís, sendo posteriormente obrigado a devolvê-los por força de ordem régia de 1697. Apesar dessas ameaças, do êxodo de parte da população indígena e das instabilidades regionais, a missão serrana continuou a avançar, sustentada pela persistência dos jesuítas.

As Novas Missões

Nessa nova tentativa, ambos empenharam-se na incorporação de grupos tapuias à Igreja e na formação de novos aldeamentos de tabajaras. Visando ampliar e consolidar esse trabalho, Ascenço Gago apresentou ao rei D. Pedro II um projeto mais ambicioso, que previa a fundação de um hospício

jesuítico na Ibiapaba, o aldeamento de indígenas do sertão e a concessão de recursos materiais e terras para a sustentação da missão. Nas palavras de Carlos Studart-Filho:

> *Para a manutenção dos nativos, requeria o padre lhe fossem dadas, por sesmaria, todas as terras situadas entre à Barra do Aracati-mirim e a barra do Timonha, correndo, das citadas barras, o rumo direito à Ibiapaba. Entraria na sesmaria tudo que os rumos apanhassem da serra até entestar com os campos gerais que lhe ficam do lado oposto* (Studart-Filho, 1945, p. 51).

Para Batista Aragão, colaborou para esse projeto de expansão catequética para as terras baixas do vale do Coreaú, o fato de que, nessa época, as áreas mais propícias à criação de gado no planalto da Ibiapaba já haviam sido concedidas em sesmarias pelo governo do Maranhão (Aragão, 1990, p. 220). Isso é explicado em petição de sesmaria, datada de 3 de setembro de 1706, em que o sacerdote explica:

> *(...) para sua sustentação e de seu companheiro, e dos mais missionários que ao diante lhe sucederem na dita missão, como para o ornato daquela igreja, lhe é necessário criar gados vacuns e cavalares, sem as quais cousas não se pode viver naquela serra, distante do mar e sem rio algum vizinho de cuja piscaria se alimentar; que, porquanto na serra que Sua Majestade (que Deus guarde) foi servido mandar demarcar para os índios, não se acham pastos capazes de criar* (Sesmarias Vol. 3, nº 147, p. 32).

A proposta foi acolhida por meio de cartas régias de 1697, que autorizaram a criação da casa de residência, a doação de sesmarias e a instalação de currais de gado, além de preverem apoio financeiro inicial da Coroa. Essas mesmas ordens determinavam ainda a proteção das terras indígenas contra abusos de colonos, como forma de garantir a

subsistência dos nativos e estimular sua adesão ao projeto missionário. Apesar desse respaldo régio, a fundação do hospício não se concretizou. O principal obstáculo foi a oposição do padre Francisco de Matos, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, que se recusou a autorizar o envio de religiosos para iniciar a obra (Studart-Filho, 1945, p. 51).

Quanto as terras solicitadas, em resposta a essa determinação régia, foi expedido alvará em forma de lei a 23 de novembro de 1700, concedendo a cada Missão uma légua (6,6 km) de terra em quadro para sustentação dos índios e respectivo missionário, com a declaração que cada aldeia deveria ser composta de ao menos de cem casais (Studart, 2001, p. 126).

A Missão da Bracutiara

Os religiosos instalaram-se inicialmente às margens de um curso d'água, junto ao poço de Igapara (atual Iapara) na margem esquerda do Rio Coreaú, onde fundaram uma fazenda de criação que mais tarde ficou conhecida como Curralinho. Ali permaneceram por cerca de um ano e meio, dedicando-se à criação de gado e à catequese dos indígenas da região. Contudo, diante das limitações do local para o desenvolvimento da pecuária, transferiram o rebanho para as proximidades do poço de Bracutiara (também Guiraquatiara ou Guiracutiara), também nas margens do Rio Coreaú. Nesse novo espaço, ergueram casas, currais, cercas e um nicho de oração,

ampliando simultaneamente a produção econômica e a ação missionária.

Essa fazenda funcionou como missão por dois anos, tendo ali sido aldeados os chefes tabajaras D. Jacob de Souza e D. Salvador Saraiva. Durante esse período realizaram várias e arriscadas incursões aos territórios dos povos da região (Aconguaçus, Reriús e Anacés), que viviam em guerra entre si e contra os tabajaras, conseguindo, a duras penas, sua pacificação. Por volta de 1697, não obstante o sucesso econômico e evangélico alcançado na Bracutiara, os jesuítas decidiram encerrar o aldeamento, deixando porém aquela fazenda instalada às margens do rio Coreaú, entregue primeiramente a um vaqueiro de nome João dos Reis (Ximenes, 1996, p. 24).

Buscando assegurar juridicamente a posse da terra e proteger os nativos da cobiça dos colonos, os jesuítas solicitaram e obtiveram, em 1706, uma sesmaria concedida pelo capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago, garantindo duas léguas de terras em torno do poço de Bracutiara. Na petição, Pe. Gago informa que:

> *(...) ele suplicante há dez para onze anos tem situado uma fazenda de gados e bestas no rio Camuci, distante sete para oito léguas desta terra, em um poço chamado Guiraquatiara, terras que achou devolutas e desaproveitadas, as quais ele aproveitou e desimpediu, reduzindo à paz os gentios circunvizinhos, sendo os primeiros gados que, em distância de cinquenta léguas, entraram a povoar; o que fez com que as terras do dito sertão, a cujo exemplo se povoaram depois as terras adjacentes* (Sesmarias Vol. 3, nº 147, p. 32).

Essa concessão, entretanto, confrontava-se com uma sesmaria outorgada em 1702 aos irmãos Machado Freire, o que deu origem a um litígio. A disputa foi resolvida em 1706 pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão, que, aplicando a legislação vigente, reduziu a área destinada aos padres e aos indígenas ao limite de uma légua quadrada, considerada suficiente para sua subsistência e para a manutenção da capela. Entretanto, sabe-se que posteriormente os irmãos Machado Freire voltaram atrás e doaram as terras litigadas aos jesuítas (Maia, 2010, p. 183).

Quando da expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, essa fazenda, então denominada Missão, constou no inventário dos bens da Missão da Ibiapaba, levantada naquele ano, contando com mais de 1900 cabeças de gado. Essa propriedade originou uma localidade de mesmo nome, integrante do atual território do município de Granja.

A Missão da Tabainha

Tabainha, posteriormente chamada Serra de D. Simão, localiza-se no nordeste da Ibiapaba, a cerca de oito léguas de Viçosa, e apresentava terras mais aptas à agricultura que as áreas sertanejas vizinhas. Por sua posição intermediária entre o litoral e a serra, o padre Ascenço Gago a concebeu como espaço de conciliação catequética entre sertanejos e serranos. Com o apoio dos principais D. Jacobo de Sousa e D. Salvador Saraiva, transferiu-se para lá a Missão da Bracutiara. Ali, por

volta de 1697, foram construídas moradias e uma igreja, consolidando-se o aldeamento.

No final daquele ano, D. Simão Taguaibuna retornou do Maranhão desiludido com as promessas de João Velho do Vale e disposto a abandonar a rebeldia. Aproximou-se então do padre Ascenço Gago, declarou-lhe lealdade e apresentou uma carta régia que o exortava a integrar-se à missão religiosa. Amparado também por orientação régia dirigida ao próprio missionário, o encontro pôs fim a uma longa disputa, permitindo a pacificação do grupo e o aldeamento, em Tabainha, dos principais D. Jacobo de Sousa, D. Salvador Saraiva e D. Simão Taguaibuna.

Pinturas rupestres no Sítio Arqueológico dos Pilões, próximo a Serrinha de D. Simão.

Entre 1698 e 1699, circularam boatos sobre a intenção de invasores baianos, chefiados por Garcia d'Avila III, de instalar fazendas em terras da região, o que ameaçava os interesses missionários e provocou grande apreensão entre religiosos e indígenas. Temendo a perda de terras e a violência associada à expansão pecuária, algumas aldeias chegaram a migrar para áreas próximas ao rio Parnaíba. Apesar do clima de insegurança, a Ibiapaba permaneceu relativamente preservada, em parte por ser considerada pouco adequada à criação de gado.

Diante das ameaças crescentes, Ascenço Gago cogitou transferir-se para áreas mais seguras e chegou a apelar à Corte, pedindo a preservação das terras consideradas essenciais à sobrevivência indígena. Antes que a ocupação avançasse, decidiu desativar a Missão da Tabainha e transferi-la, em 1700, para a Ibiapaba, onde a missão se estabeleceu de forma definitiva. Nesse contexto, ergueu uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Assunção, marco do fortalecimento da ação catequética e ponto inicial da futura cidade de Viçosa do Ceará.

Em 1704, o tabajara D. Simão de Vasconcelos, um dos principais da Aldeia da Missão da Ibiapaba, retornou à Serra da Tabainha com o seu grupo. Em 4 de setembro de 1706, recebeu carta de sesmaria que lhe concedia a posse de parte daquela serra, a qual passou, desde então, a ser conhecida como Serra de D. Simão, denominação ainda hoje vigente (Sesmarias Vol. 3, nº 151, p. 42). A partir desse momento, o aldeamento indígena na região foi reativado e manteve-se por cerca de duas décadas, passando o local a ser conhecido como Missão da Serra de D. Simão.

A Fazenda Tiaia

Nas Serras, os jesuítas administravam quatro fazendas de gado: Pitinga, Emboeira, Missão e Tiaia. Todas elas foram compradas ou obtidas por doações de moradores da ribeira do Acaraú e de outras capitanias (Maia, 2010, p. 181). A mais importante delas era a Fazenda Tiaia, na ribeira do Camocim, conseguida através de sesmaria ainda durante a administração

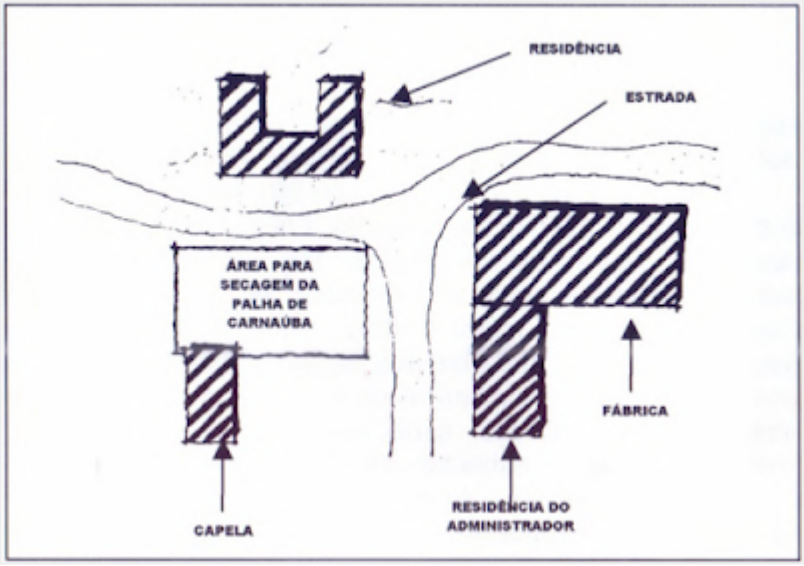
de Ascenço Gago, no ano de 1706 (Sesmarias, Vol. 3, nº 180, p. 102).

No ano de 1710, Francisco da Cunha, português, morador do Piauí, deixou em testamento 450 cabeças de gado, 27 cavalos e um escravo de nome José para Nossa Senhora da Assunção, com a condição de se rezarem todo ano três missas pela alma do falecido, morto em 30 de abril do mesmo ano. As missas deveriam ser realizadas nas festas da Santa padroeira, de Santo Antônio e São José, cujas imagens ele mandou colocar na igreja da aldeia. O primeiro vaqueiro da fazenda, o português Pedro Álvares Carneiro, foi buscar o gado doado na Parnaíba, no ano seguinte, ficando com este em Tiaia de Cima (Maia, 2010, p. 182).

No inventário patrimonial realizado por Gama Casco em 1759, aquela fazenda já contava com 720 vacas, 290 bois, 218 éguas e 44 cavalos. Essa propriedade foi vendida em 1926 à empresa Joaquim Pereira de Oliveira & Filhos, da qual fazia parte o Sr. Raimundo Oliveira, pelo então bispo de Sobral D. José Tupinambá da Frota, ao preço de cem contos de reis (Ximenes, 1996, p. 24).

Situada dentro do território do distrito de Parazinho, a fazenda deu origem a uma localidade que experimentou alguma prosperidade econômica com a exploração em meados do século XX, em função da expansão do extrativismo da carnaúba. Um levantamento realizado pela pesquisadora Marília Lima, em 2001, constatou a existência de remanescentes das edificações originais, já em avançado estado

de deterioração, dentre as quais destaca-se uma capela, dedicada à N. S. do Perpétuo Socorro, de corpo único, com acesso principal e nas laterais com altar ao fundo (Lima, 2001, p. 41).



Croqui do conjunto arquitetônico da Fazenda Tiaia (Lima, 2001, p. 41).

A Missão dos Aconguaçus

A pacificação e a catequização dos índios Aconguaçus, ou Acoanços, foram iniciadas pelo jesuíta Manuel Pedroso, companheiro de Ascenço Gago. Parte desses indígenas foi aldeada na Missão da Ibiapaba por volta de 1700, entretanto, a maior parte da tribo permaneceu na Serra da Ubatuba, seu local de morada original. Em carta anua de 10 de

outubro de 1695 os missionários descrevem-nos da seguinte forma:

> *"É esta nação dos Aconguaçus, também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do Tapuia Reriú. Não comem carne humana, mas os ossos de seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro, e os viúvos se não tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com o qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro"* (Leite, 1938, p. 43).

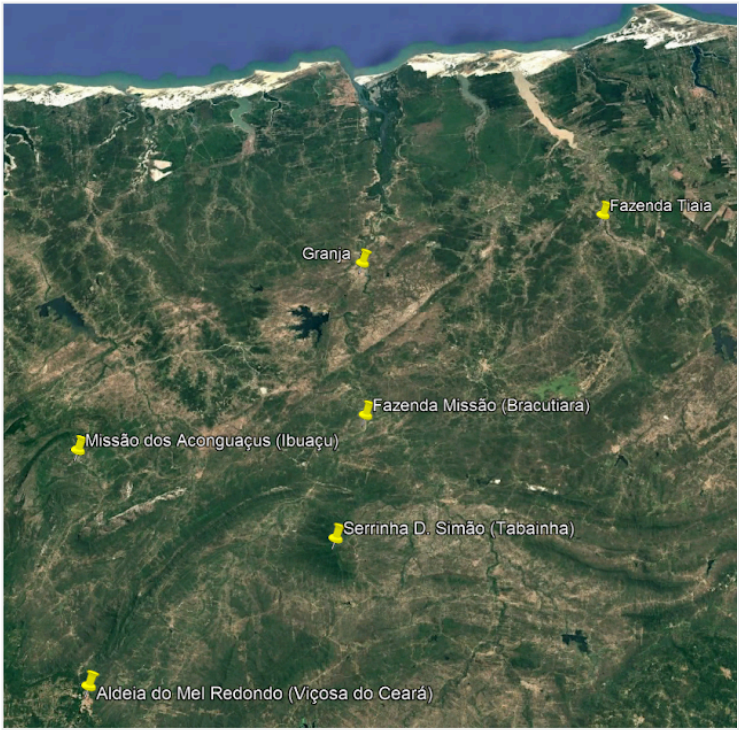
Pe. Gago diz ainda que os aconguaçus viviam em guerra com os tabajaras e os reriús, dominando o caminho entre a serra da Ibiapaba e o mar. Portanto, a pacificação desse povo era estratégico para o sucesso das missões.

Em 1712, eclodiu um levante geral envolvendo diversas tribos tapuias na região norte do Ceará. Nesse mesmo ano, o governador de Pernambuco enviou o padre secular Antônio de Sousa Leal para junto dos Aconguaçus, com a missão de pacificá-los definitivamente e promover sua catequização. Com idêntico propósito, foi também designado o padre José Teixeira de Miranda para atuar entre os Reiús, na Serra da Meruoca.

Capela de Santo Antônio do Ibuaçu. Foto: João Bosco Gaspar

O padre Leal estabeleceu-se no sítio Ibuaçu de propriedade do colono português Pedro da Rocha Franco, onde em seguida foi construída de taipa a Capela de Santo Antônio do Ibuçu, perto portanto da Aldeia dos Aconguaçus. Junto a este oratório aquele religioso realizou a pacificação e catequização desses aborígenes (Ximenes, 1996, p. 26).

Não se sabe a data certa da construção dessa primitiva Capela do Ibuaçu, de taipa, mas pelos assentamentos deixados pelo padre Leal referentes a registros de batizados e casamentos ali ministrados entre os anos de 1714 e 1718, conclui-se que esse oratório foi construído no ano de 1714, sendo uma das igrejas mais antigas do estado do Ceará. Teve como instituidor o já citado Comissário Pedro da Rocha Franco (Araújo, 2000, p. 42).



9. A Bandeira do Coronel Leonardo de Sá

Muito embora Manoel de Góes seja considerado por muitos o primeiro sesmeiro da Ribeira do Acaraú, este não necessariamente foi o primeiro europeu a povoá-la. A ocupação de suas sesmarias encontrou grandes dificuldades iniciais, desde a hostilidade do terreno à resistência dos nativos, questões que seriam amenizadas apenas vários anos depois. Nesse sentido, outro explorador arrogou para si o título de primeiro povoador do Acaraú.

Em 1697 foi realizada a primeira tentativa de colonização da Ribeira do Acaraú. O Sargento-mor Leonardo de Sá penetra pelo interior desta região em viagem de reconhecimento de terreno que desejava solicitar por sesmaria e no desejo de "*civilizar e domar os aborígenes*" (Araújo, 2005, p. 67). Na petição que dirigiu a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, Governador de Pernambuco, solicitando confirmação de uma sesmaria, diz textualmente Leonardo de Sá:

> *"...ser ele suplicante o primeiro povoador da dita Ribeira e havendo respeito do excessivo gasto que fez e dispêndio de sua Fazenda em fazer aldear o gentio bravio que nela habitava, reduzindo-os ao grêmio da Igreja como consta das certidões do vigário daquela Capitania e dos Missionários, sendo o suplicante Povoador das terras no ano de 97 em que não havia tributo nem pensão como consta as certidões dos Padres da Companhia, missionários da serra da Ibiapaba, por cuja causa deve ser isenta a confirmação da dita data..."* (Documentação Histórica Pernambucana - Sesmarias, Vol. 1, 1954, p. 80).

Essa sesmaria foi confirmada a 14 de outubro 1702, obtida em parceria com Antônio da Costa Peixoto, medindo três léguas (19,8 km) de comprimento seguindo o curso do rio Acaraú, com meia légua (3,3 km) de largo para cada banda do dito rio (Sesmarias, Vol. 2, p. 101). Os descendentes destes dois sesmeiros tiveram grande protagonismo nos primórdios da ocupação da Ribeira do Acaraú.

Na visão de Pe. Sadoc, Leonardo de Sá também foi o primeiro missionário leigo da região, influenciando diretamente na difusão da devoção à N. S. da Conceição, orago de quase todas as primeiras capelas construídas no Vale do Acaraú, tais como Almofala, Meruoca, São José, Santa Cruz, Mundaú, Ipueiras, Barra do Acaraú e Caiçara (Araújo, 1979, p. 33).

Companheiros de Armas e de Terras

Leonardo Ribeiro de Sá nasceu no ano de 1656, em Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal, filho do Padre Antônio de Sá Barreiros e de Maria Barroza. Migrou para o Brasil ainda criança, vindo inicialmente para Olinda, tendo passado pelo Rio Grande do Norte onde possuiu bens de raiz (Araújo, 2005, p. 76). Veio residir no Forte N. S. Assunção, em Fortaleza, já nos primeiros anos da década de 1670.

Lá serviu como soldado na praça na companhia do Capitão Domingos Gonçalves Freire e do Capitão Francisco Nogueira, juntamente com seu irmão (tio?) Sebastião de Sá Barroso, que alguns anos depois, a 7 de maio de 1678, seria

nomeado por carta patente Capitão-mor do Ceará. Sebastião de Sá ocupou o cargo duas vezes, sendo a primeira até 11 de setembro de 1682 (Araújo, 2005, p. 44, 51).

Nesse mesmo ano, a 7 de setembro de 1682, Leonardo de Sá conseguiu sesmaria de uma sorte de terra no riacho Juá, correndo pelo rio Siupé, onde se estabeleceu. Essa sesmaria foi obtida juntamente com seus companheiros de arma Francisco Dias Carvalho, Bernardo Coelho de Andrade e Domingos de Mendonça da Câmara (Sesmarias Vol. 1, p. 64). Note que Domingos também foi um dos sesmeiros da data mencionada no Capítulo 6.

Fortim de São Sebastião em Fortaleza, Arnoldus Montanus (1673).

Leonardo de Sá foi militar de alto conceito chegando até ao posto de Coronel. Ainda no final do século XVII ocupou, por um breve período, o posto de Capitão de Cavalos do Distrito do Ceará, tendo sido destituído desta função por ordem régia expedida a 6 de outubro de 1686 (RIC, vol. 27, p. 60). Participou também da vida política da capitania, tendo sido eleito vereador da Câmara da recém-criada Vila de São José do Ribamar, no ano de 1701 (Araújo, 2005, p. 44).

Já Antônio da Costa Peixoto nasceu em Portugal, por volta de 1658, mudando-se para o Ceará por volta de 1676, onde também serviu como soldado no Forte N. S. de Assunção, juntamente com Leonardo de Sá (Miranda, 2001, p. 350). Faleceu no ano de 1746, tendo seu inventário aberto a 20 de agosto deste ano (Lima, 2016, p. 117).

Segundo Pe. Sadoc, os dois sesmeiros, Antônio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá, mantinham íntimas e profundas relações de amizade. Ambos foram vereadores na composição das primeiras câmaras da Vila de Aquiraz, eram vizinhos em Siupé, tinham filhos casados entre si, professavam e praticavam a mesma fé religiosa, pediam juntos as mesmas sesmarias, o que bem demonstra a intimidade na vida social, política e familiar que os unia (Araújo, 2005).

Nenhum dos dois sesmeiros chegou a se apossar pessoalmente desta sesmaria de 1702, distribuindo-a entre seus filhos, que vieram povoá-la. Nessas terras, à margem direita do rio, foram construídas as Fazendas Várzea Grande e Marrecas, e à margem esquerda as Fazendas Caiçara, Cruz do Padre e

Pedra Branca. Exatamente a Fazenda Caiçara, recebida como dote de casamento por Apolônia Costa, filha de Antônio, foi o berço da cidade de Sobral (Araújo, 2005, p. 73).

Descendência de Leonardo de Sá

Existem seis filhos conhecidos de Leonardo de Sá, os quais vieram ocupar as terras recebidas pelo pai na Ribeira do Acaraú, entrelaçando-se com as principais famílias da região.

1. Maria de Sá, cearense, nascida em 1679, c.c. o português Félix da Cunha Linhares, filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, em 1702. O casal era proprietário do Sítio São José, atual Patriarca, distrito de Sobral, e receberam uma sesmaria no Riacho do Macaco em 1707.

2. Coronel Sebastião de Sá Barroso, pernambucano, nascido por volta de 1684, c.c. Madalena Saraiva. Era possuidor de muitas terras nesta Ribeira, inclusive onde hoje se encontra a cidade de Santana do Acaraú que foram compradas pelo Pe. Antônio dos Santos da Silveira. Residiu na Serra da Meruoca onde doou terra para a constituição do patrimônio da Capela de N. S. da Conceição.

3. João de Sá Barroso, nascido em Granja, c.c. Felícia Vasconcelos, filha de Simão Góes de Vasconcelos e Felícia Soares da Costa. Recebeu quatro sesmarias: no rio Acaraú em

1702, na Lagoa das Pedras em 1714, na Lagoa do Inheegua em 1716 e no rio Mundaú em 1718.

4. Sargento-mor Antônio de Sá Barroso, nascido em Portugal por volta de 1712, c.c. Ignez de Araújo e Vasconcelos. Recebeu uma sesmaria em 1736 no rio Acaraú

5. Leonarda de Sá, pernambucana, nascida aproximadamente em 1719, c.c. Capitão Francisco Dias Peixoto. Receberam uma sesmaria em 1726 no rio Aracati-mirim. Seu marido faleceu a 9 de junho de 1730, sendo sepultado na Capela do Sítio São José (Patriarca), capela esta cuja construção tinha sido começada por seu cunhado Felix da Cunha Linhares.

6. Paula de Sá, pernambucana, c.c. Nicolau da Costa Peixoto, filho de Antônio da Costa Peixoto, sesmeiros do Baixo Vale do Acaraú, se estabeleceram no Sitio Araticuns, Bela Cruz, em 1702. Nicolau foi doador de terras para a Capela de Santa Cruz (Bela-Cruz).

Além de sua filiação, Leonardo de Sá era primo do sesmeiro Domingos de Aguiar Oliveira, que junto com Nicolau da Costa Peixoto, filho de Antônio, foram os fundadores da cidade de Bela Cruz. Outra prima de Leonardo de Sá é Maria Madalena de Sá Oliveira, esposa de Manoel Vaz Carrasco, pai das sete irmãs, que deixaram gigantesca descendência no Baixo Vale do Acaraú.

Uma Nova Expedição

Quando chegou à Ribeira do Acaraú, Leonardo de Sá tratou de organizar uma caravana composta por ele, Félix da Cunha Linhares, Antônio Marques Leitão e Bento Coelho de Morais, a fim de explorar as terras desconhecidas, semeando "*com braço infatigável e alma sadia*" (sic) a civilização que começava a penetrar nestes sertões desertos (Araújo, 2005, p. 80).

Essa empreitada a cavalo chegou até quase ao pé da Ibiapaba, imediações de Pacujá, descobrindo rios e tomando conhecimento da situação geográfica da região. Narrando os episódios e riscos dessa aventura os quatro desbravadores sertanistas fazem petição de outra sesmaria às margens do rio Arariaçu (?), no que são atendidos pelo Capitão Gabriel da Silva do Lago a 13 de novembro de 1706 (Sesmaria, Vol. 3, nº 171, p. 83).

Estrada entre Sobral e a Serra da Ibiapaba, 1950. Fonte: IBGE

Nesse mesmo ano de 1706 lhe foram concedidas mais duas sesmarias na Ribeira do Acaraú. Uma a 29 de julho, em parceria com Mariana da Silva do Lago, medindo três léguas de terra no rio Acaraú pegando da testada de José Francisco, morador e povoador do dito rio, com meia légua de terra para cada banda do mesmo rio (Sesmaria, Vol. 3, nº 162, p. 64). E outra em 6 de agosto, medindo uma légua, principiando dos últimos providos dos "salgados" do rio Acaraú inteirando-se pelos moritizais de Jacuoca (Jacoca, Acaraú) correndo rumo direito para a parte do Aracati-mirim, terra estaria devoluta e desaproveitada e que só ele suplicante a teria povoado (Sesmaria, Vol. 3, nº 160, p. 61).

10. A Primeira Fazenda do Vale do Acaraú

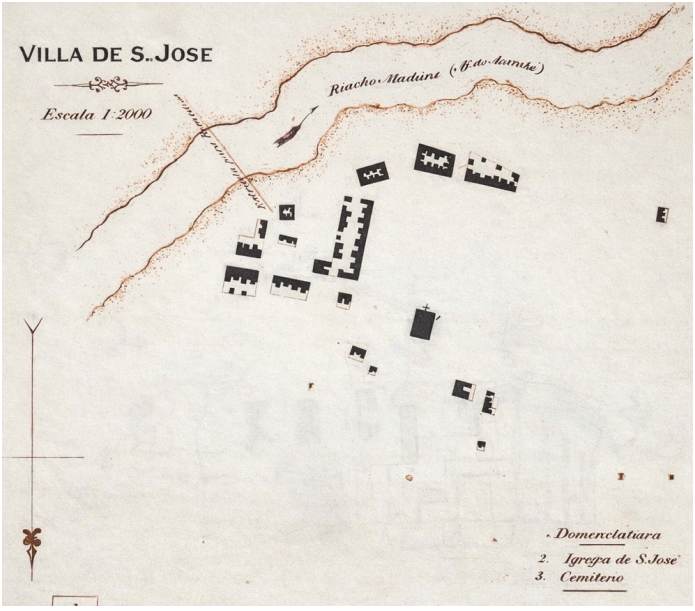
Entre os integrantes das expedições mencionadas no capítulo anterior destaca-se Félix da Cunha Linhares, que também foi um dos primeiros povoadores desta ribeira. Félix nasceu em 1672, na freguesia de Santa Marinha de Linhares, concelho de Paredes de Coura, distrito de Viana do Castelo, Portugal. Era filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, neto paterno de Pedro Mendes e Maria Vaz, e neto materno de Diogo de Araújo e Maria Gonçalves, todos humildes camponeses do Alto Minho (Lima, 2016, p. 697).

Segundo Vicente Miranda, seu nome de batismo era, na verdade, Félix da Cunha "Araújo", igual à sua mãe, sendo o sobrenome Linhares adotado posteriormente como uma referência ao seu lugar de origem, como era comum na época (Miranda, 2001, p. 131).

Ainda jovem, emigrou para o Brasil, vivendo primeiro em Natal dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, onde chegou a ser proprietário de terras. Posteriormente, transferiu-se para o Ceará, servindo como soldado no Forte de Nossa Senhora da Assunção, atual Fortaleza, no regimento do Cel. Leonardo de Sá (Araújo, 2000, p. 98).

Após a expedição de 1697, Cel. Leonardo teria proposto a Félix que casasse com sua filha, Maria de Sá, obtendo para o casal a concessão de uma sesmaria nas terras recém descobertas, bem como também assegurou ao, agora genro, a patente de coronel do Regimento dos Índios da ribeira do Acaraú (Araújo, 2000, p. 98).

Casaram-se em Fortaleza e, em 1700, já residiam no Sítio São José (da Mutuca), um lote de terras medindo três léguas (19,6 km), recebidas por Maria de seu pai e confirmadas em 1702, já mencionada anteriormente (Sesmarias Vol. 2, nº 118). Essa fazenda corresponde ao atual distrito Patriarca, em Sobral. Lá construiu uma casa de morada, acomodou seu gado, cultivou lavouras de subsistência, sendo a primeira fazenda rural a se organizar na região.



Planta baixa do Distrito de Patriarca, Sobral, 1880 (Costa e Rocha, 2008).

Cabe ressaltar que a data exata em que Félix Linhares chegou a Ribeira do Acaraú não é bem determinada, sendo que para alguns autores ele já estaria morando na região desde antes de 1690 (Linhares, 1941, p. 234; Linhares, 1939, p. 15;

Miranda, 2001, p. 69). O sesmeiro trouxe ainda para a região seu irmão Francisco da Cunha Araújo e seu sobrinho Domingos da Cunha Linhares, filho de sua irmã Suzana de Araújo com Jacinto Gonçalves, natural de Castela (Miranda, 2001, p. 131).

O casamento de Félix da Cunha Linhares com Maria de Sá não gerou filhos biológicos. Em 1715, acolheram uma recém-nascida exposta, Albina, legitimada como filha em 8 de junho de 1722, no cartório de Aquiraz (Lima, 2016, p. 697). Albina da Cunha Linhares casou-se em Recife com Antônio Gomes Bittencourt, filho do licenciado cirurgião Antônio Gomes Bittencourt e de Paula Dorneles, naturais da Ilha da Madeira. Fixaram-se na Fazenda Gravatá, às margens do rio Groaíras.

Em 1718, por influência do pároco João de Matos Monteiro, primeiro cura do Acaraú, iniciou a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, com licença do cabido de Olinda, cuja sede episcopal estava então vacante. Para constituir o patrimônio da dita capela, Félix Linhares doou para a igreja meia légua de terra em quadro e mais 50 vacas (Linhares, 1922, p. 267).

Juntamente com seu sogro Leonardo de Sá, empreenderam bandeiras que alcançaram até o rio Parnaíba, no Piauí, colaborando para consolidar o domínio português sobre a capitania. Como recompensa por seus serviços, obteve, além das terras da Fazenda São José, outras três sesmarias, todas concedidas pelo Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago. Nas

solicitações Linhares se intitulava como o "*primeiro povoador do rio Acaraú*":

- Em 13 de novembro de 1706, junto com Leonardo de Sá, Antônio Marques Leitão e Bento Coelho, requereu nova sesmaria de três léguas (19,6 km) de terra nos riachos: Arataiaçu e Pacujá, que desagua, um na ribeira do Acaraú e o outro na ribeira do Coreaú (Sesmarias Vol. 3, nº 171, p. 83);

- Em 16 de maio de 1707 de três léguas (19,6 km) de terra, no riacho do Macaco, no rio Acaraú (Sesmarias Vol. 4, nº 225, p. 16);

- Em 7 de janeiro de 1708, obteve nova sesmaria de meia légua (3,3 km) de terra nas margens do riacho Cachoeira, no Acaraú, afluente da Serra da Meruoca (Sesmarias, Vol. 5, nº 279, p. 70);

A Morte do Sesmeiro

Félix da Cunha Linhares faleceu em dezembro de 1723, aos 51 anos, na fazenda São José, Patriarca, Sobral. Ao que dizem, a morte teria sido causada pela picada de uma cobra venenosa. Em seu testamento, lavrado pelo tabelião Francisco Cardoso Pereira no Sítio Muritiapuá, a 7 de setembro do mesmo ano, declarava-se dono do incrível patrimônio de de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos (Girão, 1947, p. 154).

Após sua morte, seu sobrinho Domingos assumiu a administração da fazenda São José e concluiu a construção da capela, que se encontrava "*por acabar metade das paredes e com uma imagem*" (Arruda, 1998, p. 4). Depois de sucessivas reformas, a capela foi reinaugurada de forma mais permanente em 1764, reconstruída em pedra e cal (Araújo, 2005, p. 72).

Nessa época, Domingos ocupava terras às margens do Riacho Caioca, cuja posse foi confirmada por sesmaria a 2 de setembro de 1750, e que hoje corresponde ao distrito de Caioca, em Sobral. Conforme o historiador Raimundo Girão, a fazenda que originou este distrito pertenceu à Edna Pereira da Cunha em 1776, o que sugere fortemente que ela seja parente de Domingos (Girão, 1983, p. 252).

Outra propriedade de Félix da Cunha Linhares foi herdada por seu cunhado, o Cel. Sebastião de Sá, que também assumiu uma dívida de trezentos mil réis de Félix com os herdeiros de Manoel Nogueira Cardoso. Essa transação aparece no inventário do Cel. Sebastião de Sá, lavrado a 21 de novembro de 1742, onde o testamenteiro do credor é Antônio Rodrigues do Lago e entre as testemunhas estava João Vieira Passos, que confirmou a existência da dívida, que provavelmente envolvia, entre outras coisa, a compra de gado (Araújo, 2005, p. 196).

11. Guerras, Mortes e Conquistas: A vida Simão de Góes

Existem alguns personagens, cuja vida destaca-se pela participação nos mais variados eventos históricos. Esse é o caso de Simão de Góes de Vasconcelos, um dos "descobridores" do Rio Acaraú, ainda no final do século XVII. Simão é oriundo de Pernambuco, filho do lendário sertanista Manoel de Góes, mencionado no Capítulo 7. Assim como o pai, Simão foi enormemente beneficiado com terras obtidas por meio da solicitação de sesmarias.

Em 19 de fevereiro de 1685, Simão de Góes, juntamente com seu pai, Manoel de Góes, Francisco Ferreira da Ponte e outros sete companheiros recebem sesmarias nos Rios Curú e Banabuiú, na ribeira do Jaguaribe (DHP Vol. 1, 1954, p. 159). A solicitação dessa sesmaria foi feita inicialmente na Bahia e só depois foi confirmada no Ceará, em 26 de junho de 1708, pelo Capitão-mor Gabriel da Silva Lago (Sesmarias Vol. 5, nº 317, p. 135).

Em 12 de abril de 1703, juntamente com Antônio de Brito, Simão consegue sesmarias de três léguas de terra no riacho dos Porcos, Ribeira do Jaguaribe, concedida pelo Capitão-mor Jorge de Barros Leite (Sesmarias Vol. 2, nº 126, p. 119). Ainda nessa região, Simão envolveu-se em um conflito pela posse das terras do Sítio Boqueirão, que teria vendido ao Coronel João de Barros Braga. O sesmeiro dizia-se o primeiro povoador destas terras da ribeira do Icó, mas não teria confirmado legalmente sua posse. Na verdade, estas pertenciam por direito ao sesmeiro Leonardo Franco Lapenha,

que tinha mais de 30 anos de posse legítima, o que motivou uma disputa judicial entre os anos de 1722-23 (Bezerra, 1918, p. 96-100).

De volta a Ribeira do Acaraú, em 27 de julho de 1724, Simão de Góes consegue, juntamente com D. Engracia de Vasconcelos, uma sorte de terra de três léguas (19,8 km), para cada, concedida pelo Capitão-mor Manoel Francês. Tais terras encontravam-se nas ilhargas da sesmaria concedida ao seu pai em 1683. Conforme a solicitação, ao medir suas terras, perceberam que ainda sobravam trechos próximos ao rio, com nascentes de água. Eles argumentaram que não se poderia conceder essas sobras a terceiros, pois isso prejudicaria suas criações de gado, devido à estreiteza do rio. Por isso, solicitam que seja feito um aviso oficial aos demais moradores, para que não tentassem reivindicar essas terras (Sesmarias Vol. 11, nº 123, p. 194).

A Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates (1710-1711), na Capitania de Pernambuco, foi um conflito entre os senhores de engenhos de Olinda e os comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de mascates. Após a expulsão dos holandeses, em 1654, a economia açucareira entrou em crise devido à queda dos preços internacionais e à concorrência do açúcar das Antilhas.

Sem capital para saldar suas dívidas, os latifundiários passaram a recorrer a empréstimos junto aos comerciantes, que

cobravam juros altos, aumentando o ressentimento dos olindenses. A emancipação político administrativa do Recife, então subordinado a Olinda, foi vista como uma ameaça, pois elevava a burguesia mercantil à mesma posição política dos devedores aristocratas.

As hostilidades começaram em Vitória de Santo Antão, lideradas pelo Capitão-mor Pedro Ribeiro da Silva, e se intensificaram com reforços de Afogados, São Lourenço e Olinda, comandados por Bernardo Vieira de Melo e Leonardo Bezerra Cavalcanti. As tropas olindenses invadiram o Recife, destruíram o Pelourinho, rasgaram o Foral régio, libertaram prisioneiros e perseguiram pessoas ligadas ao governador Sebastião de Castro Caldas Barbosa.

Entre os perseguidos, estava, ninguém menos, que o Cel. Simão de Góes, que se escondera em um convento e depois, assim como o ex-governador, se viu obrigado a fugir para a Bahia em uma jangada, no dia 14 de novembro de 1710 (IHGB, T3-1, 1890, p. 54). De lá ele teria ido para a Paraíba, onde teria continuado apoiando o movimento dos mascates. Em carta da Câmara de Olinda ao Governador Geral do Brasil, João da Mota Gama, datada de 26 de junho de 1711, Simão de Góes é apontado como um dos apoiadores da resistência dos recifenses (IHGB, Nº 9, 1853, p. 26).

Em 3 de agosto de 1711, o governo local intercepta uma carta de Simão de Góes endereçada ao ex-governador Sebastião de Castro, "*com várias notícias da sua diligência, e gasto, e de Joaquim d'Almeida na fomentação da guerra, e do*

descuido, com que já se achava João da Maia" (IHGB, Nº 9, 1853, p. 59). Joaquim de Almeida foi eleito para compor a primeira câmara de Recife, era natural do Porto e considerado o mais rico habitante do Recife (Ferrer, 1915, p. 111). Já o Capitão-mor João da Maia Gama era governador da capitania da Paraíba, onde se encontrava Simão de Góes, e favorável a causa de Olinda, tendo seu comportamento repreendido pela interferência em assuntos de outra capitania.

O conflito foi encerrado pouco depois, ao final de 1711, com a intervenção da metrópole, a prisão dos líderes olindenses e a nomeação do governador Félix José de Mendonça. Em 1712, o Recife foi elevado à sede administrativa da capitania, com a reconstrução da Câmara e do Pelourinho, enquanto alguns revoltosos receberam perdão do bispo e, posteriormente, do rei D. João V. A vitória dos comerciantes reafirmou o predomínio do capital mercantil sobre a aristocracia rural, consolidando a autonomia política e econômica do Recife em relação a Olinda.

A Guerra dos Bárbaros

Anos depois, em 1715, Simão de Góes se envolveu em um processo judicial, mas na condição de juiz. Ele atuou na devassa ordenada pelo Capitão-mor do Ceará, Manoel da Fonseca Jaime, contra o mesmo Coronel João de Barros Braga, pela suposta subtração do imposto do quinto dos cativos. Dois anos antes, em 1713, Barros Braga participou da repressão aos ataques dos índios "muasés" aos moradores da Vila de Aquiraz.

Esse conflito fez parte da chamada Guerra dos Bárbaros, uma sequência de levantes coordenados entre os nativos de toda a capitania. Na ocasião foram capturados 400 indígenas, dos quais 95 foram executados por temer revoltas, enquanto outros foram mantidos em cativeiro. A acusação é de que o Coronel não havia pago os impostos devidos à coroa pelas capturas (Brígido, 1900, p. 37-39).

Em sua defesa, o Coronel acusa o então juiz de parcialidade, por ser este um público e reconhecido inimigo seu, que busca por "*meio da dita devassa para o inquietarem, e molestarem*". Entre os cativos, 140 pertencentes à etnia Tremembé foram entregues à Missão de Aracati-mirim (De Mello, 1859, p. 211; 214).

A devassa de Manoel da Fonseca Silva

A devassa conduzida pelo ouvidor Manoel da Fonseca Silva marcou uma das primeiras tentativas sistemáticas de impor o poder da justiça régia no sertão do Ceará, até então dominado por potentados locais, famílias armadas e religiosos influentes. Essa devassa teve início após os acontecimentos trágicos de 1721, quando os bandeirantes paulistas Sebastião Pinheiro Raposo e Antônio Soares Raposo foram assassinados na serra da Ibiapaba, durante uma expedição aurífera. O caso repercutiu em toda a região e motivou o governo-geral a investigar não apenas as mortes, mas também o conjunto de crimes e abusos cometidos nos sertões cearenses (De Souza e Duque, 2018, p. 17).

O vice-rei D. Vasco Fernandes César de Menezes determinou que Manoel da Fonseca Silva, ouvidor das capitanias da Paraíba e do Ceará, abrisse uma devassa geral sobre os assassinatos e as desordens registradas. As investigações abrangeram homicídios, rebeliões, práticas de escravização ilegal e conflitos entre senhores de terras e religiosos. Dentre os acusados, figuravam Simão de Góes de Vasconcelos, considerado culpado por duas mortes. a de Gonçalo de Freitas e a de José Soares Raposo, e Sebastião de Sá, responsabilizado pelo assassinato da própria filha, Eugênia de Sá [1].

Quanto às vítimas de Simão de Góes, sabe-se que José Soares Raposo era escrivão da câmara de Aquiraz em 1717 (Bezerra, 1918, p. 263). Não consegui informações adicionais sobre Gonçalo de Freitas, bem como sobre o destino de Simão de Góes, se chegou de fato a ser preso por esses crimes. Mas como mencionado anteriormente, Simão recebeu uma sesmaria em 1724, o que sugere que tenha ficado inocentado nesse processo.

A Caatinga dos Góes

Estima-se que Simão de Góes Vasconcelos tenha nascido em Pernambuco por volta de 1670, filho de Manoel de Góes de Figueiredo e Mariinha da Araújo Vasconcelos. Casou-se com Feliciana Soares da Costa, com quem teve três filhos conhecidos.

1. Felícia de Vasconcelos, c.c. João de Sá Barroso, filho do Coronel Leonardo de Sá.

2. Joana, batizada em novembro de 1757;

3. Juliano, batizado a 23 de março de 1758.

Não se sabe ao certo quando Simão de Góes faleceu, mas certamente foi antes de 6 de outubro de 1761, data em que sua esposa Feliciana, já viúva, fez uma doação de terras na ribeira do Jaguaribe para a construção de uma capela em honra da Senhora de Sant'Ana. Uma vez que a construção da capela iniciou quatro anos antes dessa doação, é plausível supor que Simão pudesse estar envolvido nesse processo (Montenegro, 2023, p. 30).

Em torno desse templo formou-se um povoado primitivamente denominado de Caatinga do Góes, o qual deu origem a cidade de Jaguaruana (Braga, 1964, p. 337). Coincidência ou não, Sant'Ana também era o orago da capela construída na Fazenda Olho D'Água em 1739, em terras compradas de Simão de Góes pelo Cel. Sebastião de Sá, as quais deram origem ao município de Santana do Acaraú (Município de Sant'Anna, 1926).

12. Os Tremembés e a Missão de Aracati-mirim

Os Tremembés são um povo indígena que ocupava uma extensa faixa litorânea, desde a baía de São José, no Maranhão, até as margens do rio Curú, no Ceará, alcançando também as ribeiras do Acaraú e a Serra Grande. De acordo com Batista Aragão, foram expulsos de seu território de origem, no Maranhão, e deslocaram-se para o Ceará a partir de 1671, estabelecendo-se inicialmente na barra do Timonha, depois em Camocim e, posteriormente, na bacia do rio Acaraú (Aragão, 1994, p. 102).

Essas disputas são sintetizadas pelo historiador Gustavo Barroso, no seu livro A Margem da História do Ceará:

> *Em 1671, o capitão-mor do Ceará Jorge Correia da Silva mandou contra eles o ajudante Francisco Martins. Em 1673, o tenente Manoel Pereira da Silva capitaneou outra expedição para acalmá-los e, graças ao missionário frei Francisco de Sá, conseguiu um tratado de paz e aliança. Todavia, em 1688 se reedificava a fortaleza de Piara, a fim de contê-los e dar avisos aos navios que buscassem o Maranhão* (Barroso, 1962, p. 112).

Eram tradicionalmente pescadores, embora também consumissem carne de caça. Suas técnicas materiais incluíam o uso cerâmica rudimentar, cabaças, além da confecção de machados de pedra, punções, raspadeiras, cestos e esteiras de carnaúba. Eram seminômades, sendo que suas habitações consistiam de palhoças construídas com folhas de palmeira (De Farias, 2018, p. 70).

Torém, dança típica do povo Tremembé. Fonte: PIB.

A denominação Tremembé significa terreno encharcado, pantanoso, coberto de vegetação aquática, uma possível alusão aos manguezais bastante frequentes no seu território habitual. Variantes do nome incluem ainda Teremembés, Taramembés e Tramaambés, entre outras. Studart Filho os descreve como "*gentios que muito se distinguiram por suas ações hostis aos brancos*" (Martins-Filho e Girão, 1966, p. 40).

De fato, o relacionamento com os portugueses foi marcado pela alternância entre momentos de paz e conflitos. Embora tivessem amizade com figuras como Soares Moreno e

com os jesuítas, mantiveram resistência tanto à colonização portuguesa quanto, em certa medida, à invasão holandesa (Girão, 1986, p. 17).

Existiu certa controvérsia na historiografia quanto à possibilidade dos Tremembés serem praticantes da antropofagia. Foram partidários dessa tese o Pe. Ivo d'Evreux, que os denominava "*Canibaliers*", além do historiador Pedro Theberge, para quem "*eram valorosos guerreiros e praticavam a antropofagia, não obstante se aplicarem à cultura do milho e da mandioca*" (Theberge, 1869).

Por outro lado, autores como Carlos Studart Filho contestam essa visão, argumentando que escritores lusitanos, "*sempre interessados em deprimir os nativos*", propagaram relatos de que, em 1674, alguns náufragos teriam sido devorados pelos Tremembés (Studart-Filho, 1977). Segundo esse autor, ao menos após o aldeamento na Missão do Aracati-mirim, "*não consta que os Tremembés comessem carne humana"*, o que põe em xeque as acusações de canibalismo comumente repetidas em fontes coloniais.

A Missão de Aracati-mirim

A origem da Missão de Aracati-mirim remonta à Carta Régia de 8 de janeiro de 1697, que ordenava ao Governador do Maranhão a concessão, por sesmaria, das terras necessárias aos aldeamentos indígenas, inclusive os Tremembés, situadas entre a barra dos rios Aracati-mirim e Timonha, na divisa com o estado do Piauí (Braga, 1964). A iniciativa partiu de solicitação do Pe. Ascenso Gago, Superior da Missão Jesuítica da

Ibiapaba, que havia atuado na Ribeira do Acaraú em 1693 (Araújo, 1979, p. 27).

Em resposta a essa determinação régia, foi expedido alvará em forma de lei a 23 de novembro de 1700, concedendo a cada Missão uma légua (6,6 km) de terra em quadro para sustentação dos índios e respectivo missionário, com a declaração que cada aldeia deveria ser composta de ao menos de cem casais (Studart, 2001, p. 126).

Assim, no ano seguinte, em 1701, chegou ao Ceará o padre secular da Ordem de São Pedro, José Borges de Novais, natural de Alfarela, Portugal, primeiro missionário a residir entre os Tremembés. Foi ele quem iniciou a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual se formou a povoação, chamada primitivamente de Aldeia do Cajueiro. A edificação era simples, feita em taipa e coberta de palha, sendo benzida e inaugurada em 19 de outubro de 1712, a primeira capela da Ribeira do Acaraú (Araújo, 2005, p. 93).

Conforme a tradição oral, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira dos Tremembés, teria sido encontrada na praia por membros da tribo durante uma pescaria. Levada com reverência para uma oca, a imagem desapareceu e foi misteriosamente achada no dia seguinte sobre a areia, a certa distância do mar, o que os indígenas interpretaram como um sinal divino, erguendo no local uma palhoça para sua veneração. Seria nesse mesmo local que Pe. José Borges de Novais teria erguido a capela definitiva (Araújo, 1981, p. 47).

Localização aproximada da Missão de Aracati-mirim

Em 3 de janeiro de 1707, Pe. José de Borges Novais e seu irmão Alexandre conseguiram, para cada um, datas de três léguas (19,8 km) de comprimento por uma (6,6 km) de largura situadas entre os rios Aracati-mirim e Aracatiaçu (Sesmarias, Vol. 4, nº 189, p. 5). Não está claro, entretanto, se essas terras também foram empregadas na referida missão, mas é provável que os indígenas tenham trabalhado nelas. Com a morte do Pe. José Novais, em 1721, foi designado para assumir a missão, Pe. Agostinho de Castro Moura.

A Irmandade Nossa Senhora da Conceição

O Pe. Antônio Tomás registra a existência de uma Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, possivelmente fundada ainda pelo Padre Novais, à qual a igreja permaneceu

vinculada. A confraria reunia pessoas abastadas, inclusive de localidades distantes, e era sustentada por doações em gado e dinheiro, o que lhe garantiu expressivos recursos para a manutenção do templo e das cerimônias religiosas (Duarte, 1972, p. 44). Entre suas propriedades figurava a fazenda "Tanque de Baixo", situada a oeste da atual Itarema.

A administração desse patrimônio era fiscalizada por visitadores eclesiásticos, que exigiam prestação de contas. Entre eles destacam-se Pe. Manoel Machado Freire (1747), Pe. Dr. José de Aranha (1750), Frei Manoel Jesus de Maria (1753), Pe. Luiz Fernandes da Cunha (1757), Pe. Veríssimo Rodrigues Rangel (1760) e Pe. José de Almeida Machado (1806). Um dos primeiros registros da irmandade data de 1740, quando os confrades decidiram suspender os ofícios religiosos em razão de uma dívida de 308$040 com o Pe. Agostinho de Castro Moura. A medida foi revertida meses depois pelo visitador José de Aranda (Studart, 2001, p. 202).

No ano de 1754, a irmandade buscava adquirir novas propriedades, possivelmente para expandir sua criação de gado. Em ata de 27 de junho, na presença do visitador Frei Manoel de Jesus Maria, resolveram adquirir o Sítio Mulungu, medindo uma légua e meia (9,9 km), do vigário Agostinho de Moura Castro, pelo valor de 280$000. Entretanto, a operação foi frustrada pela constatação de que o vigário anterior, Pe. Novais, já havia vendido a propriedade para Antônio Nogueira (Studart, 2001, p. 262). Deduz-se que essa propriedade se tratava de ao menos parte da sesmaria supramencionada.

No dia seguinte à anulação da compra, a Irmandade adquiriu o Sítio Bom Jesus do Capitão Manoel da Cunha Linhares, por 270$000. Em 1766, outra propriedade, justaposta a essa, do mesmo capitão, medindo uma légua (6,6 km) de terra na Ribeira do Aracati-mirim foi adquirida pela Irmandade, tendo por extremo o Sítio do Macaco, de João da Silveira Dutra (Studart, 2001, p. 313). Esse período marca provavelmente o apogeu econômico dessa organização.

A Reconstrução da Igreja

Atribui-se à Irmandade de N. S. da Conceição a reconstrução da igrejinha em alvenaria, o que teria ocorrido, possivelmente, entre os anos de 1745 e 1757 (Araújo, 1981, p. 54). Grande parte dos materiais usados na obra teriam vindo da Bahia, trazidos nas embarcações que chegavam ao porto de Oficinas, no rio Acaraú, para carregar carne-seca. De lá, esses insumos eram transportados em carros de bois até o local da construção. O historiador Renato Braga sugere que arquitetos baianos provavelmente teriam colaborado na construção do templo, o que explicaria sua arquitetura pouco usual para a região (Braga, 1964). Segundo Pe Thomaz, todo o serviço da construção da capela foi dirigido pelo capitão-mor Manoel Rodrigues Ribeiro da Costa.

Embora as afirmações do renomado historiador mereçam consideração, uma análise mais detalhada da edificação permite reconhecer a clara influência da arquitetura barroca, com elementos característicos do Nordeste setentrional brasileiro. A fachada da igreja exibe abundância de

curvas e ornamentos, incluindo volutas, pináculos e um óculo central, típicos dos estilos joanino e rococó. A torre alta, unilateral, com remates em forma de bulbo, remete aos conventos franciscanos da região, especialmente os da Paraíba e de Pernambuco.

Entre os exemplos mais notáveis estão o Convento de Santo Antônio, em João Pessoa, e o Convento de Igarassu, em Pernambuco, que guardam marcante semelhança com a Igreja de Almofala. Por outro lado, esse padrão decorativo aparece com menos frequência nas igrejas baianas da segunda metade do século XVIII, como é o caso da Igreja do Bonfim, em Salvador, cuja arquitetura difere significativamente da cearense. Essa opinião é corroborada pelo historiador Gustavo Barroso (Barroso, 1962, p. 118).

Ademais, há registros que comprovam a participação local na construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Em recibo datado de 30 de abril de 1758, o pedreiro José Lopes Barbalho declarou ter sido contratado pela Irmandade para erguer a igreja, incluindo paredes, madeiramento e um corredor em torno da edificação, pelo valor de 260 mil réis, pagos em parte em animais e parte em dinheiro.

O documento ainda registra que o administrador Elias Pinto de Azevedo arcou com as despesas do presbitério, enquanto o Capitão Ignácio João e Luís Vieira custearam o arco da Capela-mor, o Pe. Agostinho encomendou o cruzeiro e os portais laterais, e o Tenente Francisco Coelho de Carvalho, junto ao mesmo Capitão Ignácio João Coimbra, financiou a porta principal e as janelas do coro. O recibo foi redigido em Caiçara, no mesmo dia, com a presença de testemunhas e do vigário da Vara, uma vez que o mestre de obras se encontrava gravemente enfermo e impossibilitado de registrar pessoalmente no Livro de Contas da Irmandade (Araújo, 2005).

Durante muito tempo, a igreja foi a única construção de alvenaria do povoado, cujas casas, dispostas em apenas duas ruas, eram todas feitas de taipa e cobertas de palha, ou completamente de palhas de coqueiro ou carnaúba, com o chão de barro batido, não havendo cercas para dividir a terra ou formar quintal. Além da reforma da Igreja, coube também à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, a responsabilidade pela construção do cemitério de Almofala, que teria ocorrido em meados do Século XVIII (De Souza, 1983, p. 32-33).

A expulsão e o realdeamento dos Tremembés

Como mencionado anteriormente, a convivência entre os indígenas e os colonizadores no Ceará não foi sempre pacífica. Em agosto de 1713, a Capitania do Ceará foi alvo de um levante de várias nações indígenas (Guerra dos Bárbaros), o que levou o Capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcelos a organizar uma campanha militar, comandada pelo coronel João de Barros Braga. Durante os combates, cerca de 400 índios foram capturados, sendo 140 Tremembés entregues à Missão de Aracati-mirim (De Mello, 1859, p. 211).

Em 16 de junho de 1749 o Capitão-mor Manoel da Rocha de Almeida vai pessoalmente ao Palácio das Duas Torres, sede do poder da capitania de Pernambuco, para solicitar que os Tremembés fossem transferidos à força para a vila de Source, atual Caucaia, onde poderiam ser melhor vigiados. Para persuadir os indígenas, o diretor daquela vila mandou incendiar as casas em que viviam. Entretanto, a intervenção mostrou-se contraproducente, uma vez que os indígenas se recusaram a todo custo a obedecer, indo se refugiar em Tutóia, no Maranhão, o que acabou por demover os colonizadores de seus intentos (Studart-Filho, 1963, p. 109).

Segundo o historiador Carlos Studart, em 1766, o Governador Borges da Fonseca, compadecido da miserável existência que curtiam os Tremembés, "*desamparados de toda assistência material e moral, vivendo como verdadeiros brutos*", reuniu-os novamente na antiga missão da margem do Aracati-mirim e deu-lhes um cabo de esquadra do Presídio, de

reconhecida capacidade e prudência, para os dirigir, e um soldado de boas letras para que ensinasse os seus meninos a ler e escrever (Studart-Filho, 1963, p. 110).

Nesse mesmo ano, a 12 de novembro, foi expedida uma provisão do Bispo de Pernambuco criando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, até então conhecida como Missão do Acarati-mirim dos Tremembés, agora desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara. A mudança de nome ocorreu no contexto das reformas pombalinas, período em que antigos topônimos indígenas são substituídos por nomes europeus.

O termo "Almofala" tem origem árabe, derivado de al-mahalla, que significa "acampamento" ou "parada temporária", e provavelmente foi incorporado à toponímia portuguesa durante as invasões mouras, tanto que ainda existem freguesias com esse nome em Portugal (Barroso, 1962).

O Declínio de Almofala

A prosperidade econômica da vila que permitiu a construção de um templo tão requintado para os padrões da época foi subitamente interrompida pela grande seca de 1790-1793, que leva consigo grande parte dos rebanhos da ribeira e o outrora lucrativo comércio de charque que dava vida aos portos da região. A partir de então a vila, que em 1808 já contava com aproximadamente mil habitantes, inicia um lento processo de estagnação e esvaziamento (Menezes, 1997, p. 53).

Nesse período, como informa Pe. Antônio Tomás, a Irmandade de N. S. da Conceição, que administrava o patrimônio da capela, se vê em difícil situação financeira. Na sessão de 25 de outubro de 1795, a diretoria autorizou a venda de diversas fazendas, visto que não havia mais gados para povoá-las, marcando o declínio da outrora abastada confraria. Em 1830, alguns membros ainda tentaram reerguê-la, mas os esforços mostraram-se infrutíferos, levando à sua extinção definitiva nos anos seguintes (Araújo, 1981, p. 60).

A desorganização financeira veio acompanhada de transformações na estrutura religiosa e civil, com o fortalecimento da presença e do controle estatal. A primeira década do século XIX foi marcada por sucessivas mudanças no comando paroquial e pela formalização da Diretoria dos Índios da Povoação, inicialmente sob a liderança de Pedro Luiz Pereira e, posteriormente, de Vicente José Leitão, ambos nomeados pela autoridade provincial.

Na década de 1820, foram designados almotacés, fiscais responsáveis por supervisionar mercados, preços e medidas, e verificou-se a presença de religiosos acumulando funções civis, caso do Pe. Bernardo Clemente da Cruz Oliveira, que exercia simultaneamente a vigararia e o cargo de juiz de paz. Já nos anos 1830, surgiram reivindicações ligadas à ordem pública, como a solicitação de construção de uma cadeia, destinada a coibir abusos e desordens (Araújo, 2005).

Em 5 de setembro de 1832, um Decreto Imperial removeu a sede da Freguesia de Almofala para o povoado

Barra do Acaraú, atual município de Acaraú, criando assim a Freguesia N. S. da Conceição da Barra do Acaraú em substituição à primeira. O primeiro pároco nomeado foi o Pe. Bernardo Clemente da Cruz Oliveira. Poucos anos depois, em 10 de setembro de 1838, durante a administração de Manoel Felizardo de Sousa Melo, a freguesia de Almofala foi momentaneamente restaurada em sua área original e recebeu um vigário, cujo nome não foi registrado. No entanto, em 5 de dezembro de 1842, o então presidente da Província, Brigadeiro José Joaquim Coelho, sancionou uma lei que novamente extinguiu a freguesia.

Inconformados, os moradores de Almofala enviaram em 1844 um memorial ao presidente da Província, Brigadeiro José Maria Silva Bitencourt, solicitando a restauração da freguesia. O pedido, entretanto, foi submetido ao parecer do vigário de Acaraú, padre João Francisco Dias Nogueira, que relatou as condições precárias da capela de Almofala, carente de alfaias e materiais para o culto. Com base nesse parecer, o governo provincial decidiu indeferir a solicitação (Araújo, 1981, p. 82).

Em 1847, o cônego Antônio Pinto de Mendonça visitou a povoação e recomendou melhorias na conservação da igreja e na aquisição de ornamentos litúrgicos. Após essa data, as visitas pastorais tornaram-se raras, e a assistência religiosa passou a ser prestada pelo vigário de Acaraú, que visitava a comunidade apenas uma ou duas vezes por ano, aumentando o isolamento local.

Politicamente, o povoado permaneceu sob a jurisdição de Sobral até 31 de julho de 1849, quando Acaraú foi elevada a vila e município. Em 1851, a Câmara criou os distritos da sede e de Almofala, mas este último foi extinto no mesmo ano pela Lei nº 873, sendo restaurado em 1863 e permanecendo assim por 27 anos, até ser novamente extinto em 1890 com a criação do distrito de Tanque do Meio (atual Itarema), que o absorveu (De Souza, 1983, p. 32-33).

Em 1884, o local recebe a visita do historiador Antônio Bezerra, que traz uma descrição do templo setecentista:

> "*...no espaço compreendido entre duas ruas, do lado leste, situa-se a igrejinha, uma verdadeira joia arquitetônica, que distingue-se de todas as demais igrejas da Província, tanto pelo gosto quanto pela construção. Quem a visita não pode deixar de notar o evidente traço do estilo jesuítico em cada detalhe, cuja perspectiva remete aos antigos templos de Portugal"* (Bezerra, 1965, p. 379).

Apesar da descrição romântica de Bezerra, nessa época a capela encontrava-se bastante deteriorada. Sobre isso, Padre Antônio Xavier registrou em 01 de dezembro de de 1886 no livro de tombo da paróquia de Acaraú:

> *Capela de Almofala, no seio de antiga e decadente povoação, patrimônio constituído em 14.08.1730, na presença do Pe. Elias Pinto de Azevedo. Já foi elegante e bem ornada, hoje se acha em ruínas, apenas possui duas posses de terra, sem designação de braças e 4 ou 5 cabeças de gado* (Barroso, 1999, p. 239).

Soterramento e Redescoberta

Em 1897, uma duna começou a avançar sobre a área próxima à capela de Almofala, espalhando areia pelas casas

vizinhas. No início do ano seguinte, o vigário de Acaraú, padre Antônio Tomás, observou que a areia já invadira residências e ameaçava a estrutura da igreja. Preocupado, comunicou a situação ao bispo Dom Joaquim José Vieira, que autorizou a transferência das imagens sacras para a capela de Nossa Senhora dos Navegantes, em Tanque do Meio (Itarema).

Sobre o novo local, dizia-se “do Meio” porque existiam outros tanques, o de Cima e o de Baixo, construídos na praia do Guajiru, e destinados ao abastecimento de água às populações vizinhas e aos gados. No centro formou-se um pequeno arraial, onde foi construído um nicho de taipa, por volta de 1870 (Girão, 1983, p. 298). Tratava-se de um local remoto, existindo em 1905 apenas duas casas, pertencentes a José Manuel de Barros Barreto (Barroso, 1998, p. 244).

Ciente da religiosidade do povo de Almofala, o padre avisou previamente que precisava cumprir a difícil missão. Ao chegar, encontrou o templo em ruínas e celebrou uma última missa ao amanhecer, com cerca de três mil fiéis presentes. Durante a cerimônia, suas palavras de despedida causaram grande comoção, com fiéis chorando e cantando benditos à Virgem. Quando os andores começaram a ser preparados, surgiram rumores de que um grupo armado tentaria impedir a retirada das imagens (Braga, 1964, p. 95).

Dois líderes locais, José Caboclo e Pedro Duro, confrontaram o padre e se recusaram a permitir a remoção, mas foram presos pelo subdelegado para evitar confronto. A situação se agravou quando uma mulher, Joana Camelo, tentou

fugir com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, provocando tumulto e brigas. Após a contenção dos ânimos, a população seguiu em procissão por 12 quilômetros até a capela do Tanque do Meio, levando as imagens e objetos da igreja. Pouco depois, o povoado e a antiga igreja de Almofala foram soterrados pelas areias, e seus habitantes, em grande parte descendentes dos Tremembés, se dispersaram, muitos fixando-se na praia da Lagoa Seca (De Souza, 1983, p. 32-33).

Igreja N. S. da Conceição de Almofala. Fonte: IPHAN.

Após cerca de 45 anos soterrada, em 1943 a duna deslocou-se e revelou novamente o templo, ainda de pé, embora com sérios danos em partes de madeira e ferro. O sino voltou a soar, e antigas moradias começaram a ser recuperadas. Nesse mesmo ano, o padre Sabino de Lima celebrou missa no local e incentivou a restauração da igreja.

Entre 1943 e 1947, a comunidade de Almofala mobilizou-se para reconstruir o templo. Campanhas populares, como leilões e quermesses, foram organizadas para arrecadar recursos. A capela foi limpa, recebeu nova cobertura, portas, coro e um cruzeiro no adro. Em janeiro de 1944, as imagens retornaram em procissão solene da capela de Itarema, em um evento marcado pela ampla participação dos fiéis. As obras prosseguiram até 1947, quando, apesar das dificuldades financeiras, a restauração foi concluída.

Em 12 de janeiro de 1979 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala foi reconhecida e tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas sua reforma definitiva iniciou apenas três anos depois, em 1983, por pressão da população e após a publicação de uma matéria de grande impacto no jornal Diário do Nordeste. Foi reinaugurada em 17 de fevereiro de 1984, na presença de autoridades nacionais e locais (Barroso, 1999, p. 240).

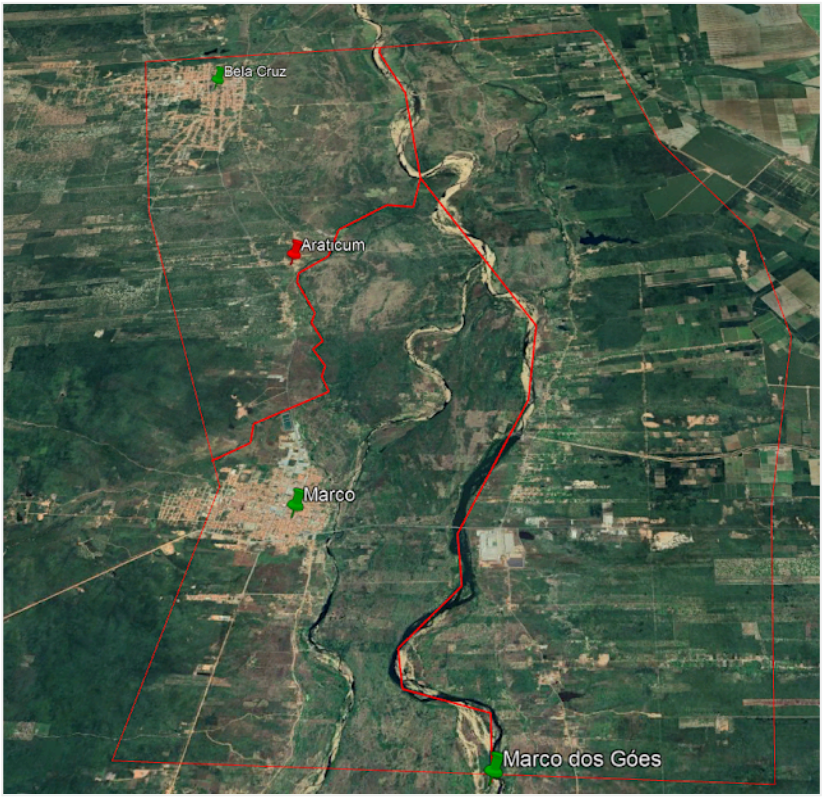
13. A Sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto

Como mencionado anteriormente, a 14 de outubro de 1702, Leonardo de Sá e o seu consogro Capitão Antônio da Costa Peixoto obtiveram sesmarias na Ribeira do Acaraú. Dois filhos de Antônio da Costa Peixoto vieram ocupar as terras das sesmarias obtidas pelo pai, Nicolau da Costa Peixoto e Apolônia da Costa. Apolônia teria herdado as terras que originaram a Fazenda Caiçara, berço de Sobral, ao passo que Nicolau fixou-se onde hoje se encontra a cidade de Bela Cruz.

Além das terras do pai, Nicolau Peixoto, que era casado com Paula de Sá, filha de Leonardo de Sá, conseguiu com o Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, também em 14 de outubro de 1702. Essa data foi obtida juntamente com Maria de Sá, cunhada de Nicolau e esposa de Félix da Cunha Linhares, consistindo de duas léguas (13,2 km) de comprido por uma (6,6 km) de largo para cada banda do Rio Acaraú. Segundo Araújo (2005, p. 81), essa porção de terra preencheria os vazios não ocupados por Manoel de Góes e seus companheiros, correspondendo hoje ao local onde se encontram as sedes dos municípios Marco e Bela Cruz.

De acordo com o inventário de Nicolau Peixoto, datado de 2 de setembro de 1746, além das duas léguas (13,2 km) de terras recebidas em 1702, correspondente ao Sítio Araticuns, em Bela Cruz, consta ainda uma légua (6,6 km) de terra no córrego junto ao referido sítio (Araújo, 2005. p. 220). Além destas posses, sabe-se que, por volta de 1725, Nicolau

vendeu terras para Manoel Ferreira Fonteles, que viriam a integrar a célebre Fazenda Tucunduba.



Sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto, segundo a descrição histórica.

Aparentemente, Nicolau era um homem letrado e católico fervoroso, uma vez que também constam em seu inventário livros de temática religiosa barroca, centrados na salvação da alma, na devoção aos santos, na penitência e na moral cristã (Araújo, 2005. p. 221). Entretanto, em que pese esse pretenso apego à moral cristã, sabe-se que Nicolau teve

um relacionamento extraconjugal com a índia Paula Dias, o qual resultou em uma criança de nome Helena (Araújo, 2005. p. 143). Paula era filha natural de Francisco Dias de Carvalho com a índia Margarida da Silva.

Talvez essa religiosidade tenha motivado a doação, junto com Domingos de Aguiar, de meia légua de terra para a constituição do patrimônio da Capela de Santa Cruz em 1732. Na certidão da doação supracitada, assinada por ele apenas em 1739, Nicolau já exibe o título de Capitão, provavelmente do corpo de Ordenanças ou Cavalaria (Araújo, 1967, p. 31). Essa patente provavelmente foi recebida como forma de distinção social em função de sua posição econômica privilegiada na região, bem como por sua ascendência influente.

Após o falecimento de Paula de Sá, seus filhos menores ficaram sob a tutela de seu genro Sebastião Dias Madeira Filho, esposo de sua filha Maximiana. Em justificação realizada em 10 de novembro de 1755 perante o juiz de órfãos Manoel Batista da Costa, Sebastião justifica a significativa redução do rebanho de seus tutorados em consequência da seca de 1753 e 1754 (Araújo, 2005, p. 257).

Descendência de Nicolau da Costa Peixoto

1. José da Costa Peixoto, nascido em Sobral a 11 de janeiro de 1722

2. João da Costa Peixoto, nascido em Bela Cruz a 13 de janeiro de 1726

3. Cecília da Costa Peixoto, nascida em Bela Cruz por volta de 1728, c.c. o português Antônio Ribeiro Guimarães, filho de Matias Rodrigues e Margarida Ribeiro, em 12 de julho de 1746

4. Antônio da Costa Peixoto Neto, nascido em Bela Cruz por volta de 1729, c.c. Ana Maria Cardozo, filha de Felix Cardoso da Silva e Francisca da Silva, em 1 de outubro de 1754

5. Maximiana da Costa Peixoto, nascida em Bela Cruz em 8 de novembro de 1733, casou-se duas vezes, a primeira com Antônio Pimentel, filho de Luciano da Costa e Catarina Pimentel, em 24 de janeiro de 1747. Antônio Falece pouco tempo após o casamento, sendo que Maximiana casou-se pela segunda vez com Sebastião Dias Madeira, filho de Sebastião Dias Madeira e Maria Dias Madeira, em 28 de outubro de 1748.

6. Jerônimo da Costa Peixoto, nascido em Bela Cruz por volta de 1740

O Abominável Crime de Luiz Frazão*

Quase três anos após a morte de Nicolau Peixoto, no dia 23 de junho de 1749, foi realizada uma denúncia feita por Francisco Ferreira da Ponte e Silva ao Frei Miguel da Vitória, comissário da Santa Inquisição que se encontrava na Ribeira do Acaraú, tendo como réu o preto Luiz Frazão, escravizado em Araticuns [2]. Conforme o documento, alguns anos antes Frazão teria violentado sexualmente um rapazote de nome José da Costa de Sousa, filho de Domingos de Sousa Carvalho,

morador da Fazenda Tapera, deixando-o "*mal tratado e todo ensanguentado*" (Gomes, 2015, p. 11).

A mãe da vítima, Antônia da Costa, provavelmente parente de Nicolau, fez queixa à dona do escravo, Paula de Sá. Antônia informa que o rapaz chegou a lutar com o preto para se defender e que ficou "*todo ferido a roda* (ânus)", só podendo deitar-se de barriga para baixo, tamanho o estrago. Como atenuante da violência sexual, há o registro de um gesto amigável do escravo Frazão, que após a agressão teria levado o rapaz a cavalo para sua casa (Mott, 1985. p. 97).

No documento consta ainda que senhora mandou prender o escravo no tronco enquanto esperava a volta do marido ausente, o qual logo que chegou, tratou de vender o escravo sodomita, temendo perdê-lo, seja vingado pelos parentes do coitadinho, ou seja sequestrado pelo Santo Ofício (Mott, 1985. p. 96). Uma vez que Nicolau Peixoto morreu em 1746, pode-se situar os fatos narrados como anteriores a essa data. Consta ainda no dito documento, que Nicolau vendeu o escravizado para Luiz de Moura, que ao tomar o conhecimento dos crimes cometidos pelo mesmo, o vendeu novamente ao Alferes Cosme Frazão de Figueroa, que o manteve na Fazenda Formosa, no riacho das Jaibaras [2].

Cosme Frazão de Figueroa, natural da Paraíba e residente na Fazenda Sapó, era sogro do Tenente João Carneiro da Costa, cuja descendência originou a numerosa família Carneiro do Baixo Vale do Acaraú. Cosme também era pai de José Mendes Machado, que comprou a Fazenda Caiçara, hoje

Sobral, do esposo de Bárbara Maria, sobrinha-neta de Nicolau Peixoto.

Ignora-se o desfecho do caso e o que aconteceu com o escravo Luiz Frazão. No testamento de Cosme Frazão de Figueroa, datado de 18 de março de 1762, não é feita menção ao cativo, sendo a única referência a escravizados, a mulata Vicência, tornada forra sob a condição de servir a sua mulher enquanto esta estiver viva (Liv. Óbitos, 1752-1774, fl. 34V apud Araújo, 2005, p. 301).

*Agradeço a Profª. Sara Cortez pela ajuda com a transcrição do referido documento.

14. A Missão dos Reriús na Serra da Meruoca

Os Reriús, também chamados de Areriús, Aperiús, Arariús, Acriús entre outras, eram um dos grupos humanos que primitivamente habitavam a Ribeira do Acaraú, concentrando-se principalmente nas imediações da Serra da Meruoca, próxima a Sobral. Sua procedência exata é em grande parte ignorada. Pe Sadoc, em seu livro História Religiosa da Meruoca, especula que poderiam ter chegado à região vindos da Bahia, de onde teriam sido expulsos com o avanço da colonização. O motivo de tal desconfiança reside em antigas tradições locais, envolvendo seres folclóricos como a Caipora e sua relação com tabaco, item intensamente negociado entre os nativos e os habitantes daquela antiga capitania (Araújo, 1979, p. 21).

Em termos de vestígios de sua habitação, segundo a tradição oral, parte desses indígenas ocupava uma gruta localizada na região centro-noroeste da Meruoca, onde hoje se encontra o sítio São Rafael. Conhecida como Furna dos Índios, essa formação rochosa é composta por blocos de pedra dispostos de modo a formar um abrigo natural, situado à margem esquerda da estrada Meruoca/Mato Grosso, a cerca de 300 metros da via Meruoca/Anil. Ainda são visíveis no local diversas cavidades talhadas na rocha em forma de pilões, que revelam indícios do uso cotidiano do espaço, possivelmente no preparo de alimentos pelos Reriús (Aragão, 1999, p. 23).

Pinturas rupestres da Serra da Meruoca. Fonte: Célio Cavalcante.

A primeira menção documentada aos Reriús da Serra da Meruoca é feita na Carta Ânula, enviada pelo Padre Ascenso Gago, chefe da missão da Ibiapaba, ao Padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus e Provincial do Brasil. Nessa correspondência, datada de 10 de outubro de 1695, o religioso narra a viagem realizada pelo sertão da Ribeira do Acaraú e à Serra da Meruoca, onde reuniu os índios Reriús.

O Primeiro Contato

O primeiro contato do padre Ascenso Gago com os índios Reriús da Serra da Meruoca ocorreu ao pé da serra, durante uma viagem empreendida em 1693, quando partiu da Ibiapaba em direção ao litoral, seguindo pela margem esquerda

do rio Acaraú. Esse encontro inicial de evangelização foi assim descrito pelo jesuíta:

> *Era-me necessário neste mesmo tempo ir ver na costa do mar terras capazes para aldear o gentio de língua geral. Tomei para me acompanharem ao mar 15 índios, e como necessariamente havíamos de passar junto à Serra do Tapuia, ficava-me a esperança de poder encontrar com eles no caminho. Porém sucedeu ao contrário; porque chegamos junto à dita Serra sem encontrar com o Tapuia. Perguntei aos Índios que meio poderia eu ter para falar com os Tapuia, pois eles não queriam me levar à sua Serra. Responderam que em se pondo fogo aos campos infalivelmente mandaria os Tapuia sentinelas a descobrir o que se passava. Porém requereram-me com grande insistência que não o fizesse, porque infalivelmente pereceríamos todos às mãos dos Tapuia, pois não trazíamos poder com que nos defendêssemos. Respondi-lhes que eu era sacerdote de Deus, a quem nada é impossível, e que andava em serviço do mesmo Senhor, que ele me defenderia se fosse servido, e quando não, que folgaria muito morrer em seu serviço; que eu havia de por fogo aos campos e se eles se não achavam com ânimo de acompanhar que se podiam ir embora, porque eu se escapasse com vida já saberia voltar para casa. Pus fogo ao campo, e como estava a erva seca, em breve tempo levantou mui grande lavareda e fumaça. Amanheceu o dia seguinte e resolveram-se os Índios da minha companhia a emboscar-se ao largo, para com mais segurança sua verem o que passava; e em caso que me não matassem os Tapuias me poderem tornar a fazer companhia; nesta conformidade se apartaram e eu me fiquei encomendando-me à Soberana Virgem da Assunção, não sem receio do que me poderia suceder* (Leite, 1938, p. 44-45).

Logo depois, apareceram alguns tapuias, de grande estatura, armados de arcos, flechas e tacapes. Ascenso Gago saudou-os em língua tabajara, sendo respondido com dificuldade no mesmo idioma. Perguntou-lhes de que nação eram, e responderam que eram Reriús, declarando estar em guerra contra todas as nações vizinhas, em especial contra os

Guanacés, que haviam matado, à traição, um de seus principais, chamado Guati, e mais um soldado. Os principais Reriús, segundo disseram, estavam no litoral, retirando madeira para fabricar flechas, a fim de se preparar para a guerra que pretendiam iniciar com as primeiras chuvas do ano.

O chefe que falava com o jesuíta chamava-se Arapá. Ele explicou que os Reriús já haviam vingado parte da afronta, matando também um principal e dois guerreiros guanacés, mas que não descansariam até exterminar todos os inimigos, tomando-lhes mulheres e filhos como cativos. O missionário respondeu louvando-lhes a coragem e a determinação, mas procurou exaltá-los ainda mais, dizendo que seria sinal de bravura buscar os inimigos em suas próprias terras. Ao mesmo tempo, aproveitou para introduzir o tema da paz, ressaltando as vantagens que ela poderia trazer: liberdade de viverem tranquilos, de obterem alimentos para suas famílias e ainda amizade com os brancos, de quem poderiam receber instrumentos úteis.

Arapá respondeu que estava disposto a aceitar a paz, contanto que os outros povos a pedissem primeiro, pois os Reriús tinham recebido grandes ofensas. Gago, então, chamou os índios tabajaras que o acompanhavam, entre eles o principal Dom Jacob de Souza, e organizou uma reunião com os Reriús. Após discussões e alegações de fidelidade entre seus antepassados, firmaram um acordo de paz, repetindo em alta voz a palavra guiaóa (paz) por três vezes, como sinal solene.

Em seguida, o principal Reriú enviou um mensageiro para chamar os outros chefes de sua nação que estavam no litoral. Esse encontro, considerado por Gago fruto de permissão divina, consolidou a paz naquele momento e evitou que, ao chegarem à costa, os jesuítas caíssem numa emboscada, pois lá se encontravam três principais Reriús com suas tropas armadas.

Continuando a viagem, o missionário narra ainda:

> *Caminhamos quatro dias pela beira do rio Acaraú abaixo e, ao cabo deles, encontramos oito tapuias que, da parte de seus principais, vinham ao nosso encontro com presentes de peixe assado em moquem e cabaços de mel de abelha. Muito agradeci o presente, pela necessidade em que me achava.* (Leite, 1938, p. 46-47).

Esse é o relato da primeira viagem missionária feita pela Ribeira do Acaraú. Ao final dessa mesma excursão, o padre Ascenso Gago também tentou catequizar os Tremembés, aldeando-os em Almofala, onde se fundou a Missão do Aracati-mirim. A primeira capela dessa missão seria construída, anos depois, pelo sacerdote secular José Borges de Novais, que ali chegou em 1702 (Araújo, 1979, p. 27).

Os Avanços da Colonização

As expedições empreendidas pelos conquistadores europeus, narradas nos primeiros capítulos, resultaram em choques violentos com os povos nativos, muitos dos quais buscaram refúgio no aldeamento no alto da Serra da Meruoca. Os novos moradores fixaram-se então na região, instalando suas fazendas de gado e legitimando a posse da terra por meio da solicitação de sesmarias (Araújo, 2000, p. 98).

Mas os conflitos entre indígenas e colonos não cessaram, pelo contrário amplificam-se de tal forma que em 1708 é expedida carta régia ao capitão general de Pernambuco "*mandando fazer guerra ao gentio do Ceará até exterminá-lo, ou fazê-lo deixar a capitani*a". O historiador Tomaz Pompeu de Souza Brasil traz sua leitura da situação precária em que se encontravam os nativos:

> *No começo do século XVIII todo o Ceará estava mais ou menos conhecido, povoado por uma raça cruzada, alguns portugueses e poucas hordas selvagens, as quais iam pouco a pouco desaparecendo. Combatidas de perto incessantemente pelos colonos, internavam-se pelas brenhas do Piauhy e Maranhão, e alguns que restavam, em aldeias formadas pelos missionários, pereciam, ou ceifados pela varíola, que bem cedo se desenvolveu, ou por um regime, que não era aquele sob que se tinham multiplicado tão extensamente. Homens, que tinham vivido errantes, eram obrigados a fixar residência, e não se lhes proporcionavam meios de haver do solo com que prover a sua subsistência. Essa aldeia era um lugar de misérias. Batidas as florestas, esgotados os viveiros, não havia mais nem a caça, nem a pesca, e os índios, presos ao solo, ficavam reduzidos às minguadas safras de legumes, que não lhes prestavam uma alimentação tão abundante e nutritiva, como a de outrora. Equiparados aos menores, quando não reduzidos a inteira escravidão, com habitação determinada, sem permissão de transpor as raias de seus aldeamentos, os índios eram acometidos de nostalgia, abandonavam-se a tristeza e a inercia, perdiam seu antigo humor, sua agilidade e a primitiva inteligência* (De Sousa Brasil, 1863, p. 264).

Embora os Reirús já estivessem incorporados ao aldeamento da Ibiapaba, a distância entre as duas localidades fez com que a assistência material e espiritual aos mesmos, em um primeiro momento se desse apenas de forma esporádica. Do ponto de vista dos nativos, a principal vantagem de

aldear-se seria, supostamente, mitigar esse assédio dos colonizadores que gradativamente chegavam à Ribeira do Acaraú. Dessa forma, em 1712 o padre José Teixeira de Miranda instala-se de forma permanente na Serra da Meruoca, atuando como mediador dos conflitos entre nativos e colonos (Studart-Filho, 1957, p. 37).

Apesar da diferença de sobrenomes, José Teixeira de Miranda era irmão do, também padre, José Borges de Novaes, vigário que dez anos antes já havia assumido a missão de Aracati-mirim. Ambos eram naturais de Alfarela, em Portugal, e filhos de José de Novais Sampaio. Foram eles os primeiros a empreender esforços de evangelização junto aos povos indígenas que habitavam as praias e sertões banhados pelo rio Acaraú (Araújo, 2005).

Já no ano seguinte à chegada de Padre Miranda, em 1713, os índios Reriús insurgiram-se contra os colonizadores e missionários que começavam a ocupar a região. Muitos deles foram forçados a buscar refúgio na Serra da Ibiapaba, onde os Tabajaras permaneciam fiéis sob a orientação do padre Ascenso Gago (RIC, Tomo 77, p. 9). A reação indígena foi marcada por forte resistência, sobretudo diante da chegada dos primeiros colonos que, amparados por sesmarias, pretendiam se apropriar das terras férteis do vale, até então dominado livremente pelos nativos, que dele viviam por meio da caça e da pesca.

A intensidade dos levantes preocupou o governador de Pernambuco, Félix José Machado, que enviou ao Ceará o padre

João Guedes para suceder Ascenso Gago no comando da missão da Ibiapaba. Sua principal incumbência era evitar que os índios já aldeados se aliassem aos revoltosos. Durante sua estada, Guedes constatou que alguns colonos recém-chegados mantinham relações de mancebia com mulheres indígenas, muitas vezes conquistadas à força ou retiradas das aldeias (Araújo, 2005, p. 95). O episódio foi comunicado ao bispo de Pernambuco, que expediu uma Carta Pastoral impondo pena de excomunhão àqueles que retivessem índias em suas casas e não as devolvessem às aldeias no prazo de noventa dias.

Empenhou-se na contenção dos ânimos o Coronel José de Lemos, que atuava como cabo da comitiva da missão da Meruoca, capitaneando os índios aldeados no combate às tribos invasoras (Studart-Filho, 1957, p. 30-51). Como resultado desses conflitos, mais de 400 indígenas padeceram, além de outros tantos feridos (Aragão, 1990, p. 233). Entre os sobreviventes, aqueles considerados "mansos" foram enviados para as missões da Ibiapaba e do Aracati-mirim, ao passo que aos resistentes, fossem homens ou mulheres, o destino foi a morte ou escravidão, como se verifica em diversos inventários e testamentos da época (De Mello, 1859, p. 211; Galdino, 2013, p. 49).

Cabe destacar que o Coronel Manoel José de Lemos já havia se estabelecido na região desde antes dos conflitos, tendo recebido datas de sesmarias localizadas entre os atuais municípios de Groaíras e Santa Quitéria, além de uma na Serra da Ibiapaba:

- Em 16 de setembro de 1705, juntamente com José Francisco, medindo quatro léguas (26,4 km) de comprimento, com uma (6,6 km) de largura, nas sobras dos últimos providos na Ribeira do Acaraú, concedida pelo Capitão-mor João de Moia (Sesmarias, Vol. 1, nº 48, p. 118);

- Em 7 de janeiro de 1708, meia légua (3,3 km) de terra no lugar Boa Vista, nas ilhargas dos providos do Acaraú pelo seu afluente Riacho Jacurutu (Groaíras), concedida pelo Capitão-mor Gabriel da Silva Lago (Sesmarias, Vol. 5, nº 277, p. 68);

- Em 27 de novembro de 1711, três léguas de comprimento (19,8 km), por uma (6,6 km) de largura, no Riacho Secco (Serra da Ibiapaba) que deságua no Rio Igoimarias, concedida pelo Capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcellos (Sesmarias, Vol. 10, nº 11, p. 22);

15. Conflitos no primeiro Curato do Acaraú

O Padre João de Matos Monteiro, mais conhecido como Padre Matinhos, foi figura central na implantação do primeiro curato no Vale do Acaraú. Natural de Lisboa e formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, chegou ao Brasil na primeira década do século XVIII, estabelecendo-se inicialmente na Bahia. Em 1712 ao tentar regressar para Portugal, foi capturado por franceses na barra de Salvador. Após libertar-se, deslocou-se para Pernambuco e, em 1716, veio ao Ceará com seu tio, o também lisboeta Padre João de Matos Serra, vigário-geral da Capitania (Studart, 2001, p. 143,150).

Nesse mesmo ano, Pe. Matinhos foi enviado à ribeira do Acaraú para atender aos fiéis durante a Quaresma. A pedido da população, decidiu fixar-se com intenção de estabelecer um curato, que abrangeria as vertentes dos três principais rios da região. Esse extenso território abrangeria, em sua visão, além da Missão da Ibiapaba, três missões seculares: a dos Tremembés, em Almofala; a dos Reriús, na Meruoca, e a dos Aconguaçus, no baixo Coreaú (Araújo, 2000, p. 37). Assim, Matinhos pretendia colocar todos esses aldeamentos sob sua jurisdição.

Cabe destacar que havia muitos interesses em torno dos aldeamentos, que não apenas religiosos. Os índios aldeados eram utilizados como mão de obra em diversos tipos de atividade, fosse nas próprias missões, fosse através de trabalhos prestados aos fazendeiros ou autoridades coloniais. Além disso,

os nativos aldeados poderiam ser utilizados como força militar, tanto na defesa das vilas e plantações quanto em ofensivas contra indígenas mais resistentes ou inimigos europeus (De Farias, 2018, p. 85).

Essa ambição desencadeou um sério conflito com a Companhia de Jesus, que administrava a missão da Ibiapaba desde o século anterior. Ao contrário das outras missões, esta encontrava-se vinculada à Casa Provincial do Maranhão e, portanto, julgavam-se isenta de qualquer prestação de contas ao Pe. Matinhos. Os jesuítas então denunciaram a intenção do sacerdote ao Bispado de Olinda, obtendo, em 7 de outubro de 1718, do vigário-geral de Pernambuco, Pe. Nicolau Paes Sarmento, um mandato proibindo Matinhos de se intrometer na vida missionária da Ibiapaba, sob pena de excomunhão (Farias, 1995, p. 42)[4].

Cabe ressaltar que nessa época, só existiam duas capelas na Ribeira do Acaraú, muito distantes uma da outra, correspondente às missões de Almofala e da Ibiapaba. Dessa forma, Pe. Matinhos obteve licença para a construção de mais dois templos, um no Sítio São José, do Capitão Félix da Cunha Linhares, em 1718, e a Capela de N. Sra. do Livramento do Pará (Parazinho), cujo instituidor foi o Capitão Domingos Machado Freire, em 1719. Deixou ainda em fase de construção

[4] A Bula "Super Universas Orbis Ecclesias", pela qual o Papa Inocêncio XI instituiu o Bispado do Maranhão em 1677, definiu o território deste entre "Cabo do Norte, ao longo do litoral e pelo interior da terra até à Fortaleza do Ceará". Esses limites perduraram, pelo menos, até 1755. Portanto, o Curato do Acaraú deveria estar vinculado eclesiasticamente ao Maranhão e não a Pernambuco, o que certamente influiu na confusão.

as capelas de Santo Antônio de Ibuaçú e do Olho D'Água (Coreaú). Durante sua estadia levantou ainda fundos para a construção da futura matriz, que planejava ser erguida no Riacho dos Guimarães (Groaíras) (Araújo, 2000, p. 42).

Quanto ao curato, mesmo com a proibição, Pe. Matinhos resolveu levar a ideia adiante, dirigindo uma petição ao seu tio, que, ignorando o mandado monitório de 1718, assinou a provisão, com data de 28 de março de 1722, pela qual o licenciado Pe. João de Matos Monteiro foi nomeado cura da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú (Studart, 2001, p. 157). Dessa forma surge o Curato e a organização hierárquica dele decorrente, a qual o aldeamento jesuíta estaria submetido. Para viabilizar financeiramente a implantação do curato, se obrigaram os moradores da ribeira a doar um boi por fazenda (Araújo, 1971, p. 97).

A provisão de Pe. Matinhos foi ratificada pelo Cabido de Olinda, então sede vacante, a 16 de setembro de 1722. Além disso, no mesmo dia ele foi nomeado Vigário da Vara da Ribeira do Acaraú, por um mandato de três anos, com jurisdição sobre a ação pastoral de todos os sacerdotes do vasto território (Studart, 2001, p. 158). Mas o conflito com os jesuítas tornou-se intenso e cheio de acusações mútuas. Os missionários o acusavam de incentivar colonos a não respeitar determinações eclesiásticas, instigar indígenas a deixar as aldeias e elaborar petições contra os jesuítas. Matinhos, por sua vez, acusava os padres da Companhia de restringir liberdades dos fiéis e de difamar sua conduta.

O cerne da contenda residia na rígida condenação dos missionários ao rapto de índias do aldeamento por colonos, que, por tais atitudes, foram ameaçados de excomunhão. Por outro lado, o padre João de Matos Monteiro tranquilizou os moradores quanto à aplicação da penalidade canônica, por não parecer bem que os homens, por falta de mulheres, se "*fizesse em risco de usar do pecado bestial*" (Cruz, 2019, p. 142).

Contraditoriamente, segundo Pe. Sadoc, Matinhos se envolveu em uma acirrada disputa com o influente Coronel Sebastião de Sá, filho de Leonardo de Sá, e um dos maiores proprietários de terras da região, devido ao seu relacionamento extraconjugal com a índia Madalena Saraiva, com quem teve dois filhos. O pároco teria insistido para que o coronel regularizasse sua situação, o que acabou resultando no casamento deste com a branca Cosma Ribeiro França. Apesar disso, o coronel jamais perdoou o padre pela imposição (Araújo, 2000, p. 42).

Destaca-se que antes da instituição do curato e a designação de um vigário permanente, a vida religiosa dos colonos dependia das visitas evangélicas que poderiam ser bastante espaçadas no tempo. Dessa forma, prevalecia a irregularidade na distribuição dos sacramentos, em particular do matrimônio, sendo rara a presença de homens casados na freguesia. Ademais, como fica claro ao longo do livro, era comum o concubinato, bem como a existência de relações extraconjugais com "parceiras" oriundas dos povos nativos, em contradição com os ditames da igreja.

Assim, o Coronel aliou-se aos jesuítas na campanha para afastar Pe. Matinhos, lançando mão de toda sorte de artifícios para tanto, o que levou a ser acusado de induzir falsos testemunhos para incriminá-lo, inclusive espalhando boatos de que solicitava mulheres na confissão. Isso encontra-se registrado em denúncia no Caderno do Ouvidor, segundo o qual Padre Antônio Barbosa da Silva afirmou ter ouvido boatos de que Pe. Matinhos:

> *"[...] indo a desobrigar seus fregueses na Ribeira do Caracú em casa de Sebastião de Sá, e do Coronel Félix da Cunha* [Linhares]*, fora aí apartado e visto beijar umas servas da casa no ato da confissão pela qual razão não quisera Sebastião de Sá, que ele no ano seguinte tornasse a desobrigar a sua família"* (Teixeira, 2025, p. 22).

Consta, entretanto, que, na verdade, Sebastião de Sá teria oferecido certo número de éguas às mulheres para que testemunhassem contra Pe. Matinhos, o que foi prontamente negado pelas mesmas. A crise se agravou ainda em 1722, quando o Pe. João Guedes, superior da Missão de Viçosa, foi intimado pelo Pe. Matinhos a se retirar da Serra, sob protestos de Sebastião de Sá (Farias, 1995, p. 42).

Segundo Pe. Sadoc, corriam boatos de que o visitador dos jesuítas havia chegado do Reino trazendo ordem expressa para prender Pe Matinhos, que supostamente estaria organizando uma tropa montada, munida de numerosas armas de fogo, para dirigir-se à serra no dia 15, festa da padroeira, com o fito de expulsar à força os jesuítas dali (Araújo, 2000, p.

40). A notícia correu até os moradores de Parnaíba, no Piauí, que se mobilizaram para vir à serra defender os missionários.

O caso foi parar na Corte, resultando no afastamento do Pe. Matinhos, que viria a ser substituído pelo Pe. Pedro da Cunha de Andrade, coadjutor da freguesia da Fortaleza do Ceará desde 1717. Entretanto, Pe. Pedro não conseguiu tomar posse imediatamente, em função de protestos movidos pela população. Nesse ínterim, vários abaixo-assinados foram dirigidos ao Rei contra o comportamento moral de Sebastião de Sá e pela absolvição de Pe. Matinhos.

Entretanto, segundo Pe Serafim Leite, tais petições, que teciam duras críticas aos membros da ordem jesuíta, eram eivadas de manipulações:

> *"... o Cura de Acaraú pedia aos moradores que assinassem certidões para enviar a El-Rei. Apresentava duas, uma correta, outra com as calúnias correntes. Lia a primeira, a correta, e depois fazia-as assinar ambas, dizendo que a segunda era duplicado da primeira. Naquele tempo tudo era possível.*" (Leite, 1938, p. 68).

Diante do vácuo de poder deixado por esse impasse, o Frei José da Madre de Deus, carmelita que se encontrava na Ribeira do Acaraú, aliado de Pe. Matinhos, tratou de providenciar a construção de uma Igreja sobre a Serra dos Cocos, a fim de limitar a jurisdição dos jesuítas na Ibiapaba. Frei José procurou o Capitão José de Araújo Chaves, grande proprietário local, que recebeu a ideia com entusiasmo e propôs a construção de duas capelas, uma na serra e outra no sertão,

tendo como oragos São Gonçalo e Nossa Senhora da Conceição, respectivamente (Farias, 1995, p. 42).

Em 16 de março de 1725, um grupo de moradores do Acaraú enviou ao rei uma representação denunciando Sebastião de Sá como soberbo, homicida (acusado de sete mortes, inclusive a de uma filha), corruptor de testemunhas e perturbador da ordem. Apesar dessas acusações, nada aconteceu de imediato ao coronel, que manteve-se influente por um bom tempo, até que acabou sendo preso por motivos políticos e enviado para a cadeia da Relação da Bahia, onde morreu em outubro de 1741.

Padre Matinhos, embora tenha recebido apoio de muitos moradores e de outros sacerdotes, acabou sendo afastado do curato cerca de um ano e meio antes do fim de seu tumultuado mandato, no início de 1724, quando foi finalmente substituído pelo Pe. Pedro. Em 1726, Matinhos regressou a Lisboa junto a seu tio. Lá fez um requerimento de mercê ao Conselho Ultramarino em função de seus serviços prestados à coroa portuguesa, pedido que foi prontamente negado. O conselho determinou ainda a proibição de que Matinhos voltasse ao Brasil, sob pena de ser desnaturalizado (Leite, 1938, p. 68).

Atendendo a determinação, o religioso passou seus últimos anos de vida em Lisboa, onde morreu em 1730 (Studart, 1896, p. 182). Já o jesuíta Pe. João Guedes, outro protagonista da disputa, morreu em 11 de fevereiro de 1743, no Real Hospício do Ceará.

Frei José Madre de Deus foi acusado de ter apoiado o Pe. Matinhos, de ter escrito do próprio punho uma denúncia falsa contra os padres da Companhia de Jesus e de ter sublevado a população. Em 1733, quando a capela de São Gonçalo estava já quase completamente construída, uma Carta Régia foi expedida pedindo a prisão do Frei, por desatinos cometidos no interior da Capitania. O religioso, então, fugiu para o sertão de Crateús, onde foi capturado a 5 de fevereiro de 1734 e levado a Pernambuco, sendo posteriormente inocentado (Araújo, 1988, p. 34).

Organização Eclesiástica da Ribeira do Acaraú

Em 28 de março de 1722 foi criado o curato da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú, com sede provisória na Capela da Fazenda São José, atual distrito de Patriarca, em Sobral. Posteriormente, a sede foi transferida para o Arraial da Caiçara, centro da Ribeira, onde se consolidou a futura cidade de Sobral. O território do curato era extenso, abrangendo desde a Serra da Ibiapaba até o rio Mundaú, incluindo as ribeiras do Coreaú, Acaraú, Aracatiaçu e parte do próprio Mundaú (Costa e Rocha, 2008).

Por provisão episcopal de 7 de julho de 1757, o Curato do Acaraú foi desmembrado, passando a existir cinco freguesias na ribeira, posteriormente também subdivididas (Girão, 1983):

Freguesia de Viçosa do Ceará

- Freguesia de São Benedito da Ibiapaba, criada em 23 de novembro de 1874;

- Freguesia de São Pedro de Ibiapina, criada em 20 de janeiro de 1883, desmembrada de São Benedito;

Freguesia de N. S. da Conceição da Caiçara, compreendendo todo o território, desde o litoral até a barra do Macaco, banhado pelas vertentes que despejam no Acaraú. Elevada à Freguesia de Sobral em 1773;

- Freguesia de N. S. da Conceição de Almofala, criada em 12 de setembro de 1766 e extinta em 05 de setembro de 1832, tendo sido transferida para Acaraú.
- Freguesia da Meruoca, criada em 10 de janeiro de 1799;
- Freguesia de N. S. da Conceição da Barra do Acaraú: criada em 05 de setembro de 1832, com sede em Acaraú. Em 10 de setembro de 1838, Santana é elevada a sede da freguesia, decisão revertida em 15 de dezembro de 1842;
- Freguesia de Santana, criada em 29 de agosto de 1848, desmembrada de Acaraú;

Freguesia da Amontada, compreendendo as ribeiras do Mundaú e Aracatiaçu, com suas vertentes e praias, com sede em Amontada Velha, inicialmente dedicada a Nossa Senhora da Conceição e, posteriormente, a São Bento;

- Freguesia de N. S. da Penha de Santa Cruz (Itapajé), criada em 3 de dezembro de 1842;

Freguesia da Ribeira do Coreaú da Mocaboqueira, compreendendo as vertentes desse rio, as ribeiras que vão ao mar até o braço oriental do Parnaíba, com o litoral correspondente, até o pé da Serra da Ibiapaba, cuja sede provisória foi a Capela de Santo Antônio de Pádua do Olho D'Água (Aracatiara), até a construção da igreja na Vila de Granja;

- Freguesia de N. S. da Piedade (Coreaú), criada em 10 de agosto de 1867;
- Freguesia Bom Jesus dos Navegantes (Camocim), criada em 9 de janeiro de 1883;

Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, compreendendo as vertentes do Acaraú, da barra do Macaco para cima, o sertão e a chapada correspondente da Serra da Ibiapaba, sendo destinada provisoriamente para Matriz a capela de São Gonçalo do Amarante, onde se chama Serra dos Cocos.

- Freguesia de Santa Quitéria, criada em 22 de março de 1823;
- Freguesia de Santo Anastácio de Tamboril, criada em 17 de dezembro de 1853.
- Freguesia de Ipueiras, criada em 21 de abril de 1884;
- Freguesia de N. S. dos Prazeres (Guaraciaba do Norte), criada em 25 de outubro de 1886

16. O Parazinho de Domingos Machado Freire

O distrito de Parazinho, hoje pertencente ao município de Granja, é um dos primeiros núcleos populacionais da Ribeira do Acaraú, contando inclusive com uma das igrejas mais antigas da região. O pioneiro e patriarca dessa localidade é o Português Domingos Machado Freire, natural da província do Minho, filho de Antônio Machado. Nascido por volta de 1674, Domingos saiu de sua pátria na companhia de dois irmãos: Miguel Machado Freire e José Machado Freire, sesmeiros nas Groaíras, e obteve cinco léguas de terra na Ribeira do Coreaú, concedidas a 03 de agosto de 1702 (Lima, 2016, p. 648).

Nessa sesmaria, Domingos fundou o povoado do Pará do Livramento, núcleo original do atual Parazinho (Falcão, 1999, p. 291). Segundo o historiador Raimundo Girão, o topônimo é a formação híbrida de "pará", mar, água, e o sufixo português "zinho" diminutivo (em tupi - mirim), daí a forma paralela parnamirim (Girão, 1983, p. 339).

Entretanto, é possível que a localidade seja ainda mais antiga. Barão de Studart, em sua obra Geografia do Ceará, situa o povoamento da região por volta de 1650, sem dar maiores detalhes (Studart, 2010, p. 326). Possivelmente esse precedente populacional esteja ligado à atuação missionária e ao aldeamento dos povos indígenas que viviam às margens do Rio Coreaú.

Sabe-se que anos depois, em 1706, Pe Ascenso Gago, líder da missão da Ibiapaba, removeu os tapuias da Serra,

realdeando-os no Rio da Cruz (Coreaú), de onde mais tarde se formaria a povoação chamada de Macaboquetra (maus caboclos), atual Granja (Aragão, 1996, p. 88). Entretanto, essa data de duas léguas concedida ao vigário teria se sobreposto às terras de Domingos Machado Freire, levando a um litígio judicial entre os dois. A sentença delimitou apenas uma légua em quadro, no lugar Guiraquatiara, para que se instalasse a referida missão (Martins, 1930, p. 21).

Além dessa sesmaria seminal, de 1702, há registros Domingos recebeu várias outras datas:

- Uma sesmaria recebida a 22 de novembro de 1706, juntamente com Miguel e José Machado Freire;
- A 9 de fevereiro de 1708 os irmãos Machado conseguiram nova sesmaria nas margens do rio Groaíras (Araújo, 2005, p. 74).
- Uma sesmaria recebida a 3 de janeiro de 1724, juntamente com Miguel, José e Inácio Machado Freire;
- Uma sorte de terra de 4 léguas no Riacho das Groaíras, concedida pelo Capitão Mor. Leonel de Abreu Lima, em 31 de outubro de 1731 (Sesmarias, Vol. 12, nº 44, p. 63);
- Três léguas de terra no rio Camocim, concedida pelo Capitão-mor Pedro de Moraes Magalhães, em 8 de setembro de 1750 (Sesmarias Vol. 7, nº 547, p. 105);
- Cinco léguas de terra no rio Camocim, concedida pelo Capitão-mor Pedro de Moraes Magalhães, em 4 de fevereiro de 1751 (Sesmarias Vol. 7, nº 551, p. 113);

Em 9 de maio de 1718, Domingos Machado Freire recebeu do rei Dom João V a Carta Patente que o nomeava

Capitão de Cavalos da Ribeira do Camocim até o Rio Parnaíba. O documento real o descreve como:

> *"...atendendo ao dito Domingos Machado Freire, por ser um homem nobre e afazendado daquele distrito e por ter servido no posto de tenente de cavalos fazendo várias entradas ao gentio bravo (...). Faça o zelo do meu real serviço, e por esperar dele a mesma sorte (..) Hey por bem fazer-lhe mercê de confirmar, como por esta confirmo, no posto de capitão de cavalos do distrito da ribeira do Camosy e demais povoações até o rio Acaracu e Parnaíba"* (Mascarenha, 2024, p. 18).

O título de Capitão de Cavalos era uma distinção militar reservada à nobreza. Inspirado nos antigos valores da cavalaria medieval, o cargo exigia que seu titular agisse com honradez e fidalguia, comandando um destacamento de soldados cavaleiros ou couraceiros, responsáveis pela defesa e pela manutenção da ordem nos sertões.

Sabe-se que Domingos teve ascendência nobre, tendo seu pai, Antônio Machado, passado por uma Inquisição de Genere, datada de 4 de julho de 1982 (Lima, 2016, p. 648). Essa investigação genealógica normalmente era realizada quando um membro da família desejava adentrar a vida eclesiástica, como forma de garantir a "pureza de sangue", ou seja, de o pai de Domingos não possuía origem judaica, moura ou ilegítima.

Além de militar e grande proprietário, Domingos Machado Freire foi um homem inclinado à fé católica. No primeiro quartel do século XVIII, mandou construir a Igreja de Nossa Senhora do Livramento do Pará, templo que se tornaria o principal símbolo de fé da localidade. Essa iniciativa também

se relaciona à atuação do Padre João de Matos Monteiro, primeiro cura da Ribeira do Acaraú.

A capela antiga de Parazinho teria sido concluída por volta de 1719, juntando-se as capelas da missão da Ibiapaba, em Viçosa do Ceará, e a da missão de Aracati-mirim, em Almofala, distrito de Itarema, como os mais antigos templos da região. No mesmo período foi também iniciada a ereção da capela do sítio São José (Patriarca), cuja construção foi iniciada em 1718, também a pedido de Padre Matinhos, por Félix da Cunha Linhares, e concluída muitos anos depois por seu sobrinho Domingos (Souza, 2015, p. 66).

Igreja Primitiva do Parazinho (Educandário). Fonte: Wikimapia.

Domingos Machado também libertou alguns de seus escravos por meio do batismo, sendo ele próprio padrinho de alguns deles. Outros cativos foram alforriados em seu testamento (Souza, 2025, p. 331). É importante lembrar que, naquele período, a maioria dos escravos na região era composta

por indígenas, já que a Coroa portuguesa orientava os colonos a subjugar e escravizar os povos nativos considerados "bravos", isto é, aqueles que resistiam ao domínio colonial (Mascarenha, 2024, p. 19).

Existe outra lenda antiga, mas menos crível, de que, na verdade, a igreja teria sido erguida por vítimas de um naufrágio, em promessa a N. S. do Livramento. A igreja desde longa data é um centro de peregrinação. Segundo o historiador Álvaro Gurgel, em descrição datada de 1903, nos informa que:

> *A padroeira é N. Senhora do Livramento, cujos milagres atraem anualmente e principalmente na época da festividade, grande número de peregrinos. Durante a festa, os habitantes de Granja, Camocim, Viçosa e de outras localidades vizinhas acorrem à velha povoação, digna de proteção divina em virtude de sua salubridade, excelente clima e bons recursos naturais* (Gurgel, 1939, p. 284).

O Patrimônio da Igreja

Domingos Machado Freire faleceu aos 80 anos de idade, em 15 de março de 1754, sendo sepultado na igreja que ele próprio mandara erguer em devoção a Nossa Senhora do Livramento do Pará (Lima, 2016, p. 648). Em seu testamento, instituiu um morgado, tendo a santa como padroeira, e destinou terras e animais ao patrimônio da capela (Araújo, 2005, p. 252):

- Um sítio chamado São Cosme nas Groaíras, o mesmo sítio com duzentas fêmeas de toda sorte vacuns, dois escravos Miguel e Felipe, com todos os aprestos e fábrica;

- O sítio do Estreito com duzentas fêmeas vacuns de toda sorte com dois escravos Antônio e Manoel, com todas as fábricas;

- O sítio do Pará de Cima com cento e cinquenta fêmeas de vacuns de toda sorte com todas as fábricas e hum escravo por nome José;
- O sítio de Santa Rosa com seu logradouro Mocambo com cem fêmeas e um escravo por nome Antônio, e cem vacas na mesma fazenda;
- Trinta bestas de toda sorte na Fazenda do Pará;

O testamento trazia como condição, que um padre residisse na capela e celebrasse todas as sextas-feiras uma missa em sufrágio de sua alma, o que, segundo consta, nunca chegou a acontecer (Mascarenha, 2024, p. 23).

Para administrar esse patrimônio, Domingos designou seu sobrinho Jerônimo Machado Freire, sob a condição de que este se casasse com uma prima, filha de Francisco Machado Freire. Caso o matrimônio não se realizasse, Jerônimo poderia desposar qualquer outra mulher, desde que fosse branca e cristã velha, isto é, descendente de família tradicionalmente católica e sem ascendência judaica, mourisca ou africana.

Ao final, Jerônimo acabou não se casando com sua prima, mas com Germana Francisca Avelar, filha do Capitão-mor Domingos Francisco Braga e de Elena Ferreira Cunha. Jerônimo, que chegou a ocupar o posto de Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Acaraú, faleceu a 4 de julho de 1797, com mais de 80 anos, sem deixar descendência conhecida (Lima, 2016, p. 626)

Segundo uma antiga tradição, relatada por Mons. Vicente Martins, o Coronel Jerônimo Machado Freire era entusiasta das caçadas de onças nas matas da região. Certa vez

teria sido surpreendido por uma dessas feras enquanto caçava sozinho, à beira de um riacho. Em perigo, invocou Nossa Senhora do Livramento e foi socorrido a tempo por seus cães e companheiros, que conseguiram matar o animal. Em agradecimento pela proteção recebida, Jerônimo doou meia légua de terras ao patrimônio da santa, tornando-se seu primeiro procurador (Mascarenha, 2024, p. 23-24).

De fato, Jerônimo parecia ser um homem religioso, uma vez que foi um dos primeiros membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, criada em em 1752 pelo Frei Manoel de Jesus Maria, tendo como sede a Igreja Matriz da Caiçara, Sobral (Araújo, 2005, p. 244). Essa associação religiosa contou com figuras célebres da ribeira, como Mateus Mendes de Vasconcelos e Tomé Pires de Queiroz, entre outros que serão tratados ao longo deste livro.

Em sua administração, foi adquirida em 1795 uma nova imagem de Nossa Senhora do Livramento, em substituição a anterior, de menor tamanho. Ainda segundo Mons. Vicente Martins, essa imagem, em estilo barroco, que ainda hoje é venerada no templo, foi adquirida em Pernambuco, ao significativo custo de 70$000 (setenta mil réis). Já a imagem anterior teria sido devolvida à família dos primeiros proprietários e encontra-se perdida.

Após a morte de Jerônimo, a administração do patrimônio passou a Manoel Machado Freire de Souza (1798–1803), depois a Manoel Pereira Dutra (1804–1808), filho de João da Silveira Dutra, e, em seguida, a Antônio Alves

de Oliveira (1809–1823), todos responsáveis por prestar contas regularmente à Ouvidoria de Sobral, conforme as determinações da corte de Lisboa.

Localização aproximada do Patrimônio da Capela de Parazinho.

Descendência de Domingos Machado Freire

O Capitão Domingos Machado Freire viveu maritalmente com Maria Soares, com a qual teve (Lima, 2016, p. 648):

1. Félix Machado Freire casou-se a 17 de fevereiro de 1744, na Capela de N. Senhora do Rosário do Riacho do Guimarães,

Groaíras, Ceará, com Vicência de Souza, filha do Ajudante Antônio de Souza e de Maria de Sá, solteira. Presentes, o Padre Lourenço Gomes Lelou, e as testemunhas, José Rodrigues Leitão, José Roiz. Leitão e Antônio Bernardes. Filho por Domingos Machado Freire.

2. Domingos Pinto casou-se a 20 de outubro de 1748, na Igreja Matriz da Caiçara, Sobral, com Maria Ramos, filha de Felipe Fernandes de Sá e de Antônia Ferreira. Presentes, o Padre Antônio de Carvalho de Albuquerque, as testemunhas, Cipriano Lopes da Fonseca e Francisco Lopes.

Filha de Domingos Machado Freire e uma mulher não nominada:

3. Micaela Maria Machado casou-se com Manoel do Prado Leão, batizado a 06 de setembro de 1758, filho de Miguel do Prado Leão e de Ana Maria de Vasconcelos. Neto paterno de Cosme do Prado Leão e de Luzia da Assunção Oliveira. Neto materno de Manoel Vaz Carrasco e de Maria Madalena de Sá e Oliveira.

17. Manoel Ferreira Fonteles e a Fazenda Tucunduba

O processo de ocupação de uma sesmaria envolvia, em geral, a construção de uma casa, com cobertura de palha, a instalação de currais e a aquisição de centenas de cabeças de gado. Segundo o professor Gisafran Jucá, a mão de obra utilizada era formada, em sua maioria, por indígenas e mestiços, além de fugitivos e criminosos em busca de refúgio, totalizando, no máximo, doze pessoas (Souza, 1994, p.16).

Dessa forma, muitas das sesmarias mencionadas anteriormente deram origem a fazendas agropastoris e nesses espaços, além da família dos proprietários, viviam escravos e outros trabalhadores (De Souza, 2015, p. 65). Nesse sentido, Nicolau da Costa Peixoto vendeu parte de suas terras ao português Manoel Ferreira Fonteles por volta do ano de 1725, as quais originaram a célebre Fazenda Tucunduba, que abrange boa parte dos atuais municípios de Marco e Morrinhos.

O topônimo da fazenda significa abundância de Tucum, um tipo de palmeira, cujas fibras são muito utilizadas pelas populações tradicionais. Lá, Fonteles viveu como homem influente na região (Araújo, 2000, p. 70; 2005, p. 59). A Fazenda Tucunduba ficou famosa na historiografia cearense pelo caso envolvendo o Ouvidor Loureiro.

O "Adão" do Vale Acaraú

Manoel Ferreira "Velho" nasceu em 7 de março de 1687, no lugar chamado Fontelo, freguesia de Meixomil, região de Entre Douro e Minho, Portugal, filho de Domingos

Velho da Cruz e Maria Ferreira Pinto. Teria imigrado para o Brasil por volta de 1715, juntamente com seu irmão mais novo Domingos Ferreira Pinto, tendo desembarcado inicialmente em Pernambuco, quando passou a adotar o sobrenome Fonteles, em referência ao seu local de nascimento, cujo topônimo remete a uma pequena fonte lá existente. Em Olinda estabeleceu fortes laços de amizade com um seu patrício de nome Francisco Ferreira Brandão, cuja filha, ainda menor de idade, lhe foi prometida em casamento quando esta alcançasse a puberdade (Araújo, 2000, p. 70).

Capela de Meixomil, onde Manoel Fonteles foi batizado em 1687

Nesse ínterim, Manoel veio para o Ceará, estabelecendo-se inicialmente na Vila de Aquiraz. Lá se relacionou com uma índia tapuia de nome Maria Fernandes,

com quem teve sua primeira filha, chamada Luísa Ferreira, nascida em 1718. Chegada a idade núbil de sua prometida, Manoel Fonteles rompeu sua relação com Maria Fernandes. A índia não reagiu bem ao término, passando a ameaçar Fonteles, que conseguiu que ela fosse presa na cadeira de Aquiraz até a realização do casamento (Araújo, 2000, p.70-72).

Buscando evitar maiores constrangimentos, tratou de adquirir a referida Fazenda Tucunduba, distante dos problemas de Aquiraz. Para lá, mudou-se com sua filha e sua futura esposa Maria Pereira da Rocha, casando-se por volta de 1728, com quem teve seis filhos. Sua numerosa descendência é de tal importância para o povoamento da região que Pe. Sadoc concedeu-lhe a alcunha de "Adão" do Vale do Acaraú.

Manoel Fonteles foi um dos pioneiros da atividade agropecuária na região, alcançando proeminência social e influência política, chegando ao elevado posto de Tenente-Coronel, como consta no registro de casamento de uma de suas filhas, de quem foi testemunha em 1743 (Lima, 2016, p. 2084). No campo religioso, ajudou na construção da capela de Santana do Acaraú, cuja benção se realizou no dia 9 de agosto de 1739. Também atuou como Juiz ordinário da Câmara de Fortaleza em 1741 e da Ribeira do Acaraú em 1745. Fundou a primeira escola a funcionar nos sertões do Vale do Acaraú. Segundo testemunho da época, "*era peão e mecânico e exercitava o ofício de vaqueiro e todos os atos mecânicos dele*". (Araújo, 2000, p.73).

Dona Maria Pereira faleceu a 28 de dezembro de 1747, de um parto de gêmeos, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles casou, em segundas núpcias, com Rosaura Maria de Mendonça, a 28 de maio de 1752, viúva de Bento de Barros, falecido a 7 de janeiro de 1752. Deste segundo matrimônio não houve descendência.

Manoel Ferreira Fonteles faleceu a 30 de abril de 1761, com 74 anos de idade, "*de doença que Deus lhe deu*". Em seu testamento, cujo resumo foi transcrito no próprio livro paroquial da freguesia de Caiçara, determina a realização de missas por sua alma e de seus pais e faz doação de animais à matriz de Sant'Anna, à sua mulher e aos seus afilhados. Estipula ainda como herdeiros do restante de suas terras, seus filhos Tomé, Francisco e Bibiana e Manoel Ferreira da Rocha a quem responsabilizou por fazer cumprir seu testamento juntamente com seu genro Caetano Soares Monteiro. O corpo de Manoel Fonteles foi sepultado, com todos os sacramentos, envolto em hábito franciscano, na capela de Santana do Acaraú (Livro de Óbitos, Sobral, 1774, fl. 26v. apud Araújo, 2000, p. 88-89).

A Localização da Fazenda Tucunduba

Segundo Pe Sadoc, a sede da Fazenda Tucunduba era localizada perto da serra de mesmo nome (hoje, Mucuripe), em território pertencente ao município de Marco, no distrito de Panacui (Araújo, 2000, p. 70; 2005, p. 59). Entretanto, o historiador Fábio Júnior Avelino argumenta que, na verdade, a

sede da fazenda localizava-se no território do atual município de Morrinhos, em uma localidade de mesmo nome.

Tal afirmação se baseia na descrição da propriedade feita por Mateus Mendes Vasconcelos, genro de Manoel Ferreira Fonteles, à câmara de Sobral em 1788, bem como em depoimentos de moradores da região, e nos nomes das fazendas fronteiriças, que hoje correspondem às localidades de Morrinhos. Ademais, Adelino considera improvável que Panacui fosse a sede da fazenda pelo fato do distrito ficar a 40 km da margem do rio Acaraú, portanto fora da demarcação conhecida da propriedade (Avelino, 2020, p. 40).

Apesar de não terem sido localizados registros claros sobre o tamanho da porção de terra vendida por Nicolau Peixoto a Fonteles, pode-se inferir que se tratou de parte das duas léguas (13,2 km) recebidas por ele em 1702. Uma evidência nesse sentido, deve-se ao fato de Manoel Ferreira Fonteles ter obtido, em 10 de outubro de 1726, a concessão de uma sesmaria de três léguas (19,8 km) na Ribeira do Acaraú, vizinho às terras que já lhe pertenciam e que se chamam "Olhos d'Água das picadas do Chora" (Araújo, 2005, p. 113).

É importante esclarecer que nesse período, legalmente, não era permitida a venda de terras recebidas como sesmarias. Entretanto essa era uma prática comum, sendo que após efetivada a ocupação pelo comprador, este deveria pleitear a confirmação da posse junto ao governo provincial (Figueiredo Filho, 1964). Dessa forma, é provável que as terras

concedidas a Manoel Ferreira Fonteles em 1726 sejam parte da terras adquiridas de Nicolau da Costa Peixoto.

Ademais, corrobora com isso o fato de que atualmente ainda existem duas localidades próximas entre si chamadas Olho d'Água e Chora, situadas no município de Santana do Acaraú, distantes cerca de 20 km, pelo rio Acaraú, do município de Marco, que demarcava a fronteira das terras de Nicolau da Costa Peixoto.

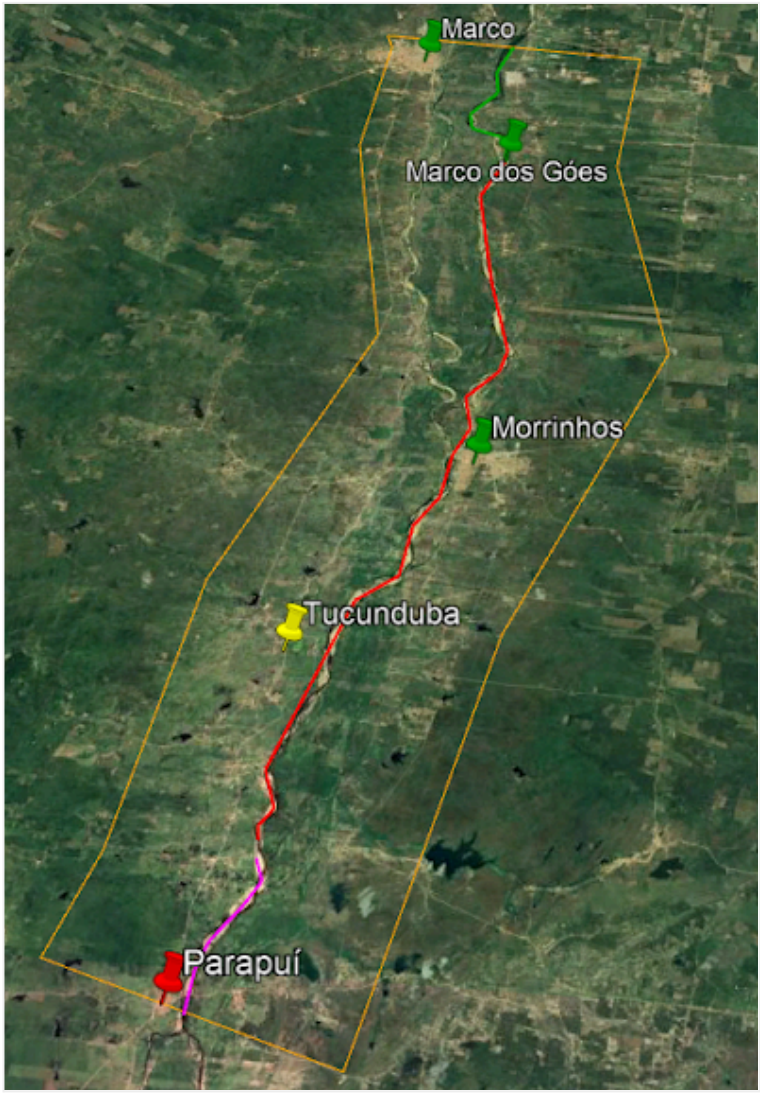
Dessa forma, pode-se inferir que a Fazenda Tucunduba foi composta por três partes:

- A porção adquirida de Nicolau da Costa Peixoto por volta de 1725;
- Um sesmaria de três léguas (19,8 km) de extensão, por uma (6,6 km) de largura, metade para cada lado do Rio Acaraú, obtida por Fonteles em 10 de outubro de 1726, possivelmente correspondente a mesma de Antonio Peixoto e Leonardo de Sá de 1702;
- A fazenda "Olhos d'Água das picadas do Chora", vizinhas a sesmaria;

Sobre a primeira parte, sabe-se que Francisco Ferreira Fonteles, filho de Manoel Ferreira Fonteles, herdou a Fazenda do Marco, na sede do atual município (Avelino, 2020, p. 63). Portanto, é plausível que essa área, pertencente originalmente à sesmaria de Nicolau Peixoto, tenha sido aquela vendida a Manoel Ferreira Fonteles e integrada à Fazenda Tucunduba.

Já quanto à segunda parte, considerou-se três léguas pelo rio acima, contíguas às de Nicolau da Costa Peixoto, indo até a fronteira entre os municípios de Morrinhos e Santana do Acaraú. Por fim, para a terceira parte, considerou-se o fato do Ajudante Francisco de Faria Almeida, genro de Manoel

Ferreira Fonteles, ter declarado em 1788 ser proprietário da Fazenda Estreito, atual distrito de Panacuí, possivelmente recebido como dote de casamento, desmembrado da Fazenda Tucunduba (Girão, 1983).



Localização aproximada da Fazenda Tucunduba em 1726.

Descendência de Manoel Ferreira Fonteles

1. Maria Ferreira Pinto Brandão, c.c. Mateus Mendes de Vasconcelos, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos e Ana Carvalho, naturais de Travanca, Portugal, na Fazenda Tucunduba, a 19 de setembro de 1743. Mateus faleceu a 7 de janeiro de 1793 e sua mulher faleceu a 2 de julho de 1795.

2. Ana Ferreira do Espírito Santo, c.c. Francisco de Faria Almeida, filho dos portugueses Francisco Faria de Almeida e Emerência de Jesus Magalhães, a 22 de julho de 1753. Moravam na Fazenda Morro Gadelhudo. Francisco de Faria Almeida faleceu a 10 de julho de 1795.

3. Manoel Ferreira Fonteles Filho, batizado a 5 de julho de 1740, c.c. Ana Dias Leitão, filha de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira , na Capela de Santa Cruz, a 12 de novembro de 1755. Faleceu a 18 de julho de 1795.

4. Bibiana Ferreira Fonteles, batizada 16 de dezembro de 1742, c.c. Quintiliano Dias Leitão, filho de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, a 20 de agosto de 1756.

5. e 6. Os gêmeos Francisco Ferreira Fonteles e Tomé Ferreira Fonteles, nascidos em 1747, e casados no dia 27 de novembro de 1764. Francisco casou-se com Inácia Ferreira de Verçosa e Tomé casou-se com Maria José de Verçosa, ambas filhas de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira.

***Luiza Ferreira Fonteles**, nascida por volta de 1712, filha natural de Maria Fernandes, c.c. Caetano Soares Moreiro, filho

de Simão Marques Leitão e Catarina Soares Monteiro, em 26 de novembro de 1733.

A Divisão da Fazenda Tucunduba

As fazendas agropastoris constituíam as sedes das sesmarias, e quando o sesmeiro vendia faixas de terras de alguma delas, ou os filhos do mesmo se casavam e obtinham faixas de terras como dote, presente de casamento, ou até mesmo quando o proprietário falecia e as terras eram divididas entre os herdeiros acontecendo com que a sesmaria se fragmentasse, geralmente ocasionava a criação de diversas fazendas originárias de uma mesma sesmaria (Avelino, 2020). Não foi diferente com a Fazenda Tucunduba.

Ao morrer, em 30 de abril de 1761, Manoel Ferreira Fonteles "(...) *instituiu por herdeiros do restante de sua terra seus filhos Manoel Ferreira da Rocha, Tomé, Francisco e Bibiana para igualmente repartirem*" (Livro de Óbitos. Sobral, 1774, 1. PEV apud Araújo, 2000, p.75). Destaca-se que Manoel Ferreira da Rocha é muito provavelmente um nome alternativo para Manoel Ferreira Fonteles Filho, que transmitiu essa alcunha a seu primogênito. Além das terras deixadas para os quatro filhos citados no testamento, Fonteles distribuiu terras em vida a suas outras três filhas na forma de dotes de casamento.

Desse modo, os descendentes de Manoel Ferreira Fonteles tornaram-se proprietários das fazendas que deram origem aos atuais municípios de Morrinhos e Marco. As terras que integravam a antiga fazenda Tucunduba hoje abrigam

diversas localidades desses dois municípios (Avelino, 2020, p. 30-40). A partir das descrições das propriedades, conseguimos esboçar sua localização.

1. Fazenda Olho D'Água: correspondia às terras, na margem direita do rio Acaraú, no extremo sul da Fazenda Tucunduba, no atual município de Santana do Acaraú, onde deu origem a uma localidade de mesmo nome. Foi dada a Luísa Ferreira Fonteles como dote de seu casamento com Caetano Soares Monteiro, em 26 de novembro de 1733 (Avelino, 2020, p. 117).

Localidades: Olho D'Água, Tabuleiro Alto, Rodeador e Mutambeiras (Santana do Acaraú)

2. Fazenda Curralinho: Em 1788 media duas léguas (13,2 km) de comprimento por uma (6,6 km) de largura, na margem direita (leste) do rio, extremando de um lado com a Fazenda São Joaquim, de Agostinho Moreira Moura, e do outro com a fazenda Olhos D'Água. Sua sede originou uma localidade de mesmo nome, contemplando também a sede do atual município de Morrinhos. Foi dada a Maria Ferreira Pinto Brandão, como dote de seu casamento com o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, em 19 de setembro de 1743 (Frota, 1974 apud Avelino, 2020, p. 41).

Localidades: Altinho, Oiticica, Umari, Guanabara, Curralinho, Alto Alegre, Santo Isidio, Areal, Brasília, Morrinhos (sede) Santo André e Santa Luzia (Morrinhos)

3. Fazenda Morro: correspondia às terras, na margem esquerda do rio Acaraú, no extremo sul da Fazenda Tucunduba,

no atual município de Santana do Acaraú, a qual deu origem a uma localidade de mesmo nome. Ana Ferreira do Espírito Santo, casada com o Ajudante Francisco de Faria Almeida em 22 de julho de 1753, coube a Fazenda Morro do Gadelhudo, atual localidade Morro dos Rocha, em Santana do Acaraú (Frota, 1974 apud Avelino, 2020, p. 35).

Localidades: Ateiras e Morro dos Rocha (Santana do Acaraú)

4. Fazenda Salgado: Em 1788 media meia légua (3,3 km) de comprimento por uma (6,6 km) de largura na margem esquerda (oeste) do rio Acaraú. Principiava com as terras do filho de Mateus e Maria Ferreira, Manoel Francisco de Vasconcelos (Fazenda Poço), provavelmente um desmembramento da mesma fazenda, e findava com as terras da (nova) Fazenda Tucunduba. Originou os distritos de Salgado e Junco Manso, em Morrinhos. Também pertenceu a Mateus Mendes de Vasconcelos e sua esposa (Frota, 1974 apud Avelino, 2020, p. 44).

Localidades: Salgado, Poço Branco e Junco Manso (Morrinhos); Araras, Passagem das Pedras e Taboleiro Grande (Marco)

5. Fazenda Tucunduba (nova): Em 1788 a nova Fazenda Tucunduba media apenas meia légua (3,3 km) de comprimento por meia légua (3,3 km) de largura na margem esquerda do rio Acaraú. Em um dos extremos encontrava-se com a Fazenda Várzea Redonda e no outro com a já referida Fazenda Salgado. Herdaram a antiga sede da fazenda, os irmãos Manoel Ferreira Fonteles Filho e Bibiana Ferreira, que provavelmente ainda era

solteira quando o pai faleceu em 1761 (Frota, 1974 apud Araújo, 2000, p. 72).

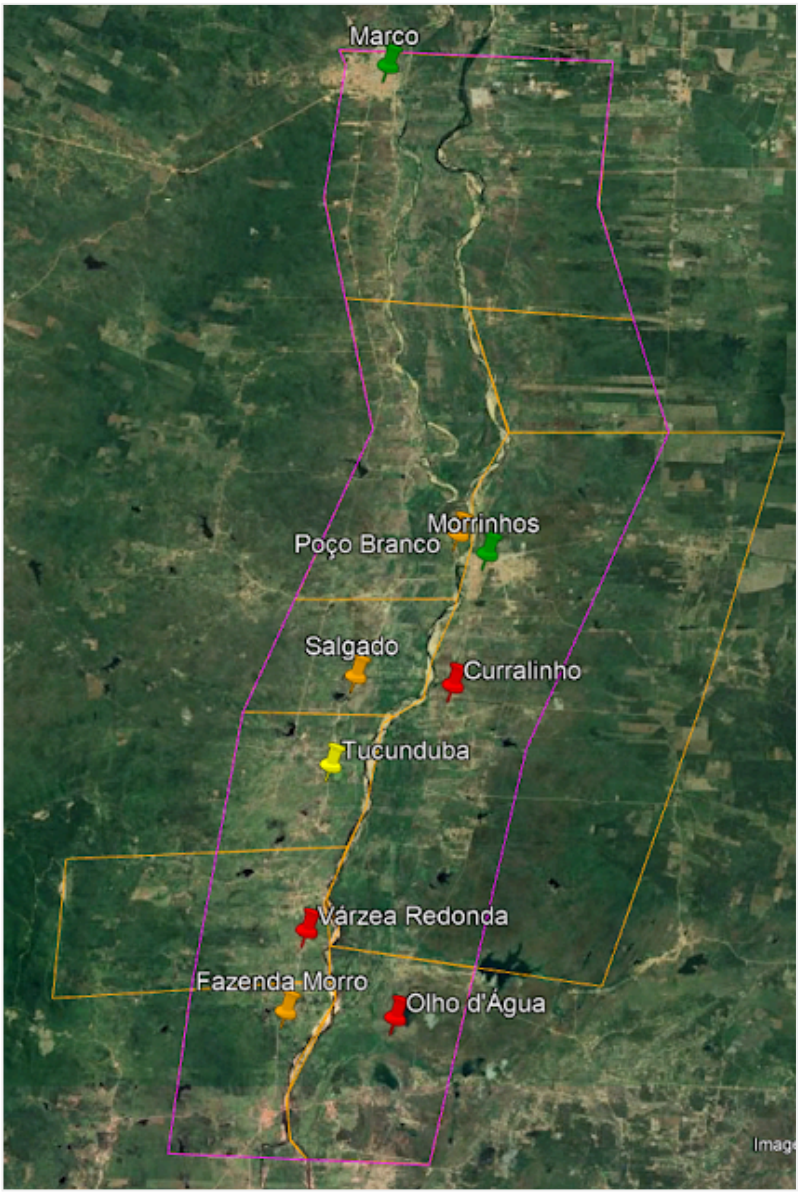
Localidades: Espinhos, Tucunduba e Juiz (Morrinhos)

6. Fazenda Várzea Redonda: Em 1788 também media meia légua (3,3 km) de comprimento por uma légua (6,6 km) de largura na margem esquerda do rio Acaraú, principiava com as terras de Francisco Ferreira da Ponte (Curral Grande) e com as terras de Francisco de Farias Almeida (Fazenda Morro). Foi herdada por Tomé Ferreira Fonteles em função da morte de seu pai em 1761 (Frota, 1974 apud Avelino, 2020, p. 106).

Localidades: Várzea Redonda, Capoeira Velha, Santa Luzia, Engenho Velho, Goiabeiras, Lajes, Cajueiro, Intans e Guaribas (Morrinhos)

6. Fazenda do Marco: correspondia às terras, na margem esquerda do rio Acaraú, no extremo norte da Fazenda Tucunduba, cuja sede originou o atual município de Marco. Foi herdada por Francisco Ferreira Fonteles em função da morte de seu pai em 1761 (Avelino, 2020, p. 108).

Localidades: Marco (sede), Barro Vermelho, Ilha do Córrego, Santa Rosa, Boa Esperança, Gado Bravo, Tapera Velha e Batim (Marco)



Divisão Estimada da Fazenda Tucunduba, em 1788

18. A Colonização da Serra da Meruoca

Em 1724 chega à região da Meruoca o primeiro casal de brancos com intenção de fixar residência. Tratava-se da família do Cel. Sebastião de Sá e sua esposa Cosma Ribeiro Franca, que tomaram posse de uma sesmaria de duas léguas e meia (16,5 km), recebida às margens do riacho Itacaranha. Lá construíram uma casa e um engenho de rapadura (Araújo, 1979, p. 36). Sebastião de Sá era filho do sertanista Cel. Leonardo de Sá, soltado do forte, e um dos primeiros a desbravar a região.

Conforme o livro Município de Santana, o casal teria se estabelecido inicialmente em terras hoje pertencentes a este município, migrando para a Meruoca apenas em 1726, juntamente com seu irmão Antônio de Sá, fugindo de uma grande estiagem ocorrida nesse ano. Lá Antônio teria fundado o Sítio Bom Sucesso e Sebastião, o Sítio Santa Maria (O Município de Santana, 1926, p. 44).

Nesse local, que já abrigava a missão dos reriús, existia uma capela construída provavelmente por volta de 1712 pelos indígenas, a pedido do Pe José Teixeira de Miranda, padre secular designado para comandar a dita missão. O templo seguia o padrão construtivo da época, com paredes de taipa e coberta de palha, erguida na margem esquerda do Itacaranha, no local denominado "pedra roída" (Araújo, 1979, p. 35). A igrejinha tosca, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, é uma das mencionadas no primeiro livro dos assentos de batizados e casamentos do Curato do Acaraú (Nobre, 1980, p. 320).

Por volta de 1716, Pe. Miranda deixa a Meruoca, indo se juntar ao seu irmão, José Borges de Novaes na Missão do Aracati-mirim. Nesse período, chega a Ribeira do Acaraú Pe. João Matos Monteiro, inicialmente em missão e posteriormente como chefe do recém criado Curato do Acaraú, cuja jurisdição abrangia também as missões seculares, inclusive a dos reriús. Padre Matinhos, como era conhecido, opôs-se aos planos do Cel. Sebastião de Sá de derrubar a antiga capela de taipa para que fosse construída uma outra em tijolo e cal (Nobre, 1980, p. 320).

A oposição vigário se justificaria pelo fato das terras onde seria realizada a obra não terem sido oficialmente doadas à igreja, o que fato só aconteceu alguns anos depois, em 1727, quando era cura o Pe. João da Costa Ribeiro. O patrimônio da capela consistia de "*meia légua (3,3 km) de terra, cem vacas parideiras e uma engenhoca de fazer mel*" (Araújo, 1979, p. 37). Segundo Pe Sadoc, a data mais provável para a bênção da nova capela teria sido 21 de setembro de 1727, realizada pelo próprio padre João da Costa Ribeiro e seu coadjutor, padre Dionísio Teixeira de Lira.

O patrimônio somente foi julgado por título canônico no ano de 1767, quando a capela foi visitada pelo Pe. Dr. José Teixeira de Azevedo, visitador canônico dos sertões do norte. Assim como em outros tantos casos, nos terrenos aforados a terceiros foram construídas as primeiras residências que viriam a formar o núcleo urbano do município de Meruoca.

Como abordamos anteriormente, o Cel. Sebastião de Sá terminou a vida preso em função de diversas acusações, como de envolvimento em uma revolta contra o então ouvidor geral da capitania, Loureiro de Medeiros, assim como por ter cometido três assassinatos, dentre os quais sua própria filha, Eugênia de Sá (De Souza e Duque, 2018, p. 18). Entre os bens deixados por ele, consta "*uma légua e meia de terra na serra da Meruoca, avaliada em 75$000*", em valores de 1741.

Descendência do Cel. Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro

Do matrimônio de Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro Franca nasceram os seguintes filhos:

1. Sargento-mor Antônio de Sá Barroso, c.c. Inês de Araújo Vasconcelos, filha do Cap. Manoel de Góes e Marinha de Araújo Vasconcelos, a 9 de fevereiro de 1723, na Capela de N. Sra. da Soledade de Gargahu.

2. Sebastião de Sá (Junior), batizado a 26 de julho de 1729 na, Capela de São José, c.c. Maria do Ó dos Prazeres, filha do escrivão José do Rego Monteiro e Maria Pereira, a 27 de maio de 1748.

3. Maria de Sá, batizada na Capela de Meruoca a 25 de setembro do 1727, c.c. o Alferes Manoel Francisco de Oliveira, o qual faleceu em dezembro de 1755 em Fortaleza.

O Coronel também teve duas filhas naturais com a índia Madalena Saraiva:

4. Maria José, c.c. Inácio Dias Ribeiro, filho natural de Isabel Ribeiro, índia mameluca forra a 29 de aposto de 1743, na Fazenda Lagoa do Sargento-mor Antônio de Sá Barroso. Inácio Dias foi criado pela mãe do Pe. Manoel Poderoso de Morais, sacerdote que faleceu na Meruoca a 27 de setembro de 1736, e foi educado pelo Pe. Antônio dos Santos Silveira, fundador da Capela de Santana do Olho D'Água.

5. Sebastiana Saraiva, c.c. Pascoal Leitão e Abreu, filho de Manoel de Góes e Mariinha de Araújo Vasconcelos.

D. Cosma Ribeiro, antes de casar com o Cel. Sebastião de Sá, também tivera dois filhos naturais:

1. Luis Nicolau Henriques, solteiro, participante da rebelião de 1732, condenado e preso pela Relação da Bahia, deportado para Angola, onde falaceu;

2. Antônia Dias Ribeiro, c.c. José Barbosa de Carvalho**.**

19. A Sesmaria de Domingos de Aguiar Oliveira

Em 19 de agosto de 1726 é feito o registro da data de sesmaria de Domingos de Aguiar Oliveira, em cuja petição endereçada ao Capitão-mor Manoel Francês, o beneficiário alega ter descoberto na Ribeira do Acaraú terras devolutas ao lado das terras de Nicolau da Costa Peixoto, em um córrego chamado dos Tucuns, que desemboca na Lagoa do Mato. A sesmaria media uma légua (6,6 km) de terra córrego acima, e a largura de meia légua (3,3 km) de cada de cada lado do riacho. Essa região pertence ao atual município de Bela Cruz.

Domingos de Aguiar nasceu em Pernambuco por volta de 1705, filho de Nicácio de Aguiar e Oliveira e de Madalena de Sá, irmã do Cel. Leonardo de Sá. Longe de qualquer vínculo com a nobreza, a ascendência de Domingos está enraizada nos segmentos mais populares e heterogêneos da sociedade colonial. Segundo a classificação de Cândido Koren Lima, entre seus ancestrais, figuram desde raízes indígenas a muçulmanos das correntes negro-rramita, de origem africana e árabe semita (Lima, 2014, p. 161).

Essa herança muçulmana possivelmente remonta à influência dos mouros durante a ocupação de Portugal, entre os séculos VIII e XV. Ademais, Koren identificou em sua árvore genealógica origens bastardas, inclusive envolvendo membros do clero, além de ligações com cristãos novos, os quais foram perseguidos pela igreja católica.

No Ceará, Domingos casou-se com Francisca do Canto Almeida, viúva de Antônio Álvares de Sá, em 16 de

novembro de 1736, na Capela de Almofala (Liv. Missão Velha de Almofala, fl. 132 apud Araújo, 2005, p.159). O casal teve uma única filha, de nome Maria Patrícia Lopes Madeira, nascida em 1747, de cujo parto faleceu sua mãe.

Sobre ele, sabe-se que foi um grande proprietário de terras, onde criava gado e plantava lavouras, como expresso no pedido de solicitação de sua sesmaria (Livro de Sesmarias Vol. 11, nº 150). Domingos de Aguiar pode ser considerado um dos fundadores da cidade de Bela Cruz, tendo doado juntamente com Nicolau Peixoto meia légua de terra, quarenta vacas e seis éguas para compor o patrimônio da Capela de Santa Cruz em 12 de setembro de 1732.

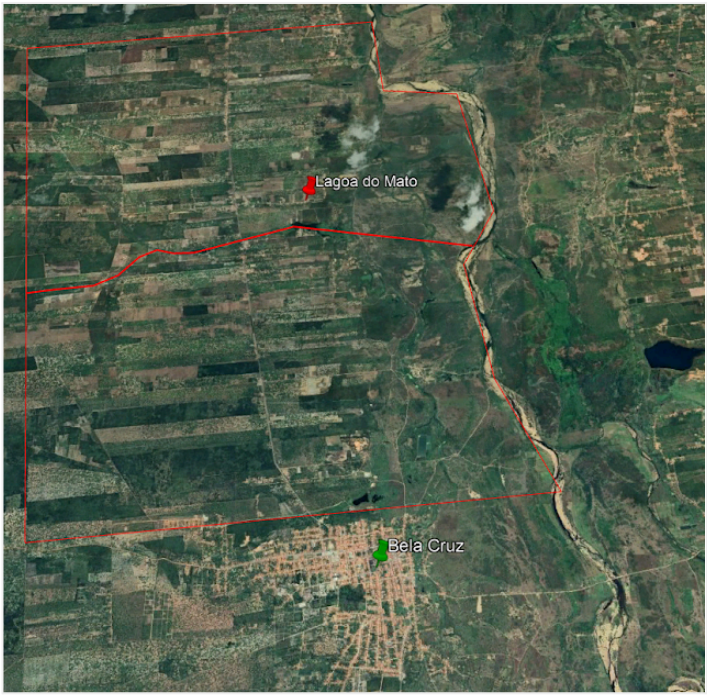
Ademais, Domingos exerceu funções de destaque tanto no âmbito militar quanto no administrativo nos primórdios da capitania. Conforme registra o Pe. Sadoc, em 1730 já detinha o título de Capitão, provavelmente de ordenanças, indício de elevado prestígio social e de proximidade com as autoridades locais (Araújo, 2005, p. 128). Poucos anos depois, em 1736, é referido como Comissário Geral, cargo que o situava como representante da Coroa, encarregado da arrecadação de tributos, da fiscalização do comércio e do exercício de atribuições militares e policiais voltadas à manutenção da ordem na capitania (Sesmarias, vol. 13, nº 61, p. 122). Essa trajetória no serviço público dialoga com seu histórico familiar, já que tanto seu pai, Nicacio Aguiar, quanto seu cunhado, Manoel Vaz Carrasco, teriam igualmente atuado como coletores de impostos (Lira, 1971, p. 35).

Além da sesmaria já mencionada, no mesmo ano de 1736, Domingos de Aguiar consta como o primeiro proprietário da Fazenda Timbaúba, na atual localidade de Aranaú, em Acaraú (Sesmarias, vol. 13, nº 61, p. 122). O topônimo Timbaúba é de origem tupi e significa "árvore da espuma", em referência à *stryphnodendron guianense*, uma das árvores de maior porte da caatinga. Essa propriedade foi posteriormente vendida a Antônio Correia Peixoto, constando em seu inventário de 1755.

Outra propriedade de nome Sítio "Saucóca" (Caioca ?), medindo uma légua e meia (9,9 km) de comprimento no Rio Acaraú, foi colocada a leilão e arrematada por Manoel Leite de Távora. Manoel Leite descreve a transação quando realizou um pedido de sesmarias nas ilhargas dessa propriedade, acrescentando-lhe uma légua (6,6 km) de comprimento rio abaixo, confirmada a 18 de novembro de 1738 (Sesmarias, Vol. 14, nº 121, p. 36). Conforme o pedido, o sítio localizava-se próximo à sesmaria do Cel. Simão de Góes, de 1724 (Sesmarias Vol. 11, nº 123, p. 194), e teria sido comprada por Domingos de Aguiar ao Cel. Sebastião de Sá, que a obteve de Félix da Cunha Linhares, que, por sua vez, a recebeu de seu sogro, Leonardo de Sá, por sesmaria em 1702.

Domingos Aguiar não parece ter terminado sua vida de forma tranquila, uma vez que teve sua falência decretada em 25 de fevereiro de 1739, o que levou ao sequestro dos seus bens por dívida com Mateus Luis das Chagas (Araújo, 2005, p. 170). Dessa forma, Domingos faleceu em maio de 1747, falido, na Serra dos Cocos, deixando a viúva grávida de sua única

filha, a qual ficou órfã logo após o nascimento (Araújo, 2005, p. 159,224). Seu inventário foi feito na Fazenda Tucunduba, de Manoel Ferreira Fonteles, perante o Juiz de Órfãos Barnabé Vieira Coelho e seu escrivão Manoel Matos Pessoa, em 2 de julho de 1749 (Araújo, 2005, p. 235).



Representação da Sesmaria de Domingos de Aguiar Oliveira de 1726, a partir da descrição histórica.

Cabe esclarecer aqui o topônimo "Serra dos Cocos" utilizado pelo Pe. Sadoc refere-se a região que formaria a freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, desmembrada da freguesia do Acaraú em 1757, cuja sede corresponde ao atual município do Ipú (Farias, 2013, p. 78; Machado, 1997, p. 204).

Não se sabe exatamente quando, se antes ou após sua morte, mas as terras da sesmaria de Domingos Aguiar de Oliveira foram parar nas mãos de sua irmã Maria Madalena de Sá e Oliveira e de seu marido, Manoel Vaz Carrasco, pais das Sete Irmãs. Este casal se estabeleceu na Fazenda Lagoa Seca, dentro da área da dita sesmaria e, após a morte de Carrasco, Madalena vendeu parte dessas terras a José de Araújo Costa, como consta em seu inventário (Araújo, 2000, p. 162).

20. A Fazenda Tapera de João Vieira Passos

João Vieira Passos nasceu no ano de 1692 na Freguesia do Porto, Portugal, filho de João Vieira e Joana Pereira. Emigrou para a Ribeira do Acaraú, ainda menor de idade, no início da segunda década do século XVIII, onde foi homem influente, sendo mencionado em documentos da época como um dos "principais dessa Ribeira" (Araújo, 2005).

Em 20 de abril de 1730, Vieira Passos casou-se com Maria de Jesus Milanez, paraibana, filha natural do Capitão Luís da Fonseca Milanez e Margarida Rabelo. A cerimônia foi realizada na Fazenda Tapera, onde o novo casal fixou residência. Tal propriedade, cujo nome remete a casa ou povoação abandonada, ficava localizada no território do atual município de Acaraú, na divisa com Bela Cruz.

Casa de Fazenda setecentista (Fonteles, 1994, p. 13).

Serviram de testemunhas o Sargento-mor José da Costa e Sá, Domingos da Costa de Sá, o Coronel Antonio Teixeira de Carvalho e o Coronel Antonio Monteiro. O fato de o noivo possuir a elevada patente de Tenente-coronel, provavelmente de milícias, explica a presença de tão graduadas testemunhas em seu casamento.

Na condição de grande proprietário de terras, João Vieira Passos teve participação ativa na vida pública dos primórdios da ribeira, sendo chamado frequentemente como testemunha em processos administrativos e inventários. Por exemplo, no inventário de Francisca da Fonseca, mulher de Domingos Ferreira Pinto, lavrado na própria Fazenda Tapera em 1732. Ou ainda no inventário do Cel. Sebastião de Sá, datado de 23 de novembro de 1742, quando João diz saber que Sebastião de Sá era devedor a Antônio Fernandes da quantia de trezentos mil réis por herdar a metade da fazenda do Cel. Felix da Cunha Linhares e que parte dessa quantia ficara em sua mão na forma de gado (Araújo, 2005).

Ademais, neste último inventário consta que o Cel. Sebastião de Sá possuía uma légua (6,6 km) de terra no Sítio Tapera, em litígio com Manoel Francisco de Oliveira, no valor de 30$000. Não fica claro se trata da mesma propriedade supramencionada.

João Vieira Passos faleceu a 24 de novembro de 1745 na sua Fazenda Tapera, deixando a viúva D. Maria de Jesus e cinco filhos. Seu inventário foi feito a 2 de setembro de 1746,

perante o Juiz de Órfãos Barnabé Vieira Coelho e o escrivão Manoel da Fonseca Lima.

No livro Datas para a História do Ceará, do Barão de Studart, é mencionado que João Vieira Passos também fora eleito juiz de Acaraú, entretanto a data apontada, 26 de julho de 1748, é posterior ao seu falecimento, desse modo ou a data está incorreta ou trata-se de um homônimo (Studart, 2001). Essa segunda possibilidade é plausível, pois sabe-se que, de fato, houve outro João Vieira Passos, que emigrou para a Ribeira do Coreaú por volta de 1740, gerando grande descendência no Sertão de Pirapuruca, Piauí (Miranda, 2001, p.181).

Após a morte de João Vieira Passos, a viúva Maria de Jesus casou-se, em segundas núpcias, com Floriano da Silva Tinoco, natural do Capibaribe, Pernambuco, a 15 de maio de 1746, na Fazenda Tapera. Ele era filho do Alferes Alexandre da Silva Tinoco e Maria de Abreu. Presente, o Padre Antônio Carvalho de Albuquerque, Cura do Acaraú, as testemunhas, Manoel da Silva, solteiro, e Manoel Gomes, casado, moradores nesta Freguesia (Lima, 2016, p. 1238). D. Maria de Jesus faleceu de problemas pós parto a 23 de maio de 1753.

Outros Moradores da Fazenda Tapera

Com a morte de João Vieira Passos e D. Maria de Jesus, não se sabe ao certo o que aconteceu com a Fazenda Tapera. Em 10 de novembro de 1755, é lavrado um termo de justificação atestando que houve uma severa seca entre os anos de 1752 e 1754, o que levou à enorme mortandade de gado na região. Nela consta que entre as testemunhas Domingos de

Sousa Carvalho, homem branco, casado, 57 anos, morador no Sítio Tapera (Araújo, 2005, p. 258).

Sobre Domingos, sabe-se que era casado com Antônia da Costa, provavelmente parente de Nicolau da Costa Peixoto. Esse casal tinha um filho de nome Manoel de Sousa da Costa, n. ~1705, c.c. Maria do Nascimento, filha do paraibano Luís Quaresma Coutinho e de Lourença Romana. Domingos era tutor dos filhos menores de seu cunhado, também chamado Luís Quaresma Coutinho.

Em 30 de junho de 1762 casa-se Manoel Pereira Passos, morador na Fazenda Tapera, filho de João Pereira da Fonseca e Dionisia Pereira Passos, com Rosa Maria, filha natural de Antônio de Sá de Morais e Damiana de França, cuja cerimônia religiosa foi realizada na Matriz da Caiçara às nove horas da manhã, servindo de testemunhas Inácio Machado Portela e José Vieira da Fonseca (Lima, 2016).

Pelo sobrenome, infere-se que Dionísia Pereira Passos, natural de Ipojuca, Pernambuco, mãe de Manoel, seja parente de João Vieira Passos, cuja mãe também tem o sobrenome Pereira. Quanto ao pai de Manoel, João Pereira da Fonseca, da Vila de Goiana, Pernambuco, era filho de Jorge Camelo Valcacer, da Freguesia de N. Senhora das Neves, da cidade da Paraíba, João Pessoa, e de Esperança do Rego, natural de Angola. Pelo sobrenome Fonseca e a procedência da Paraíba, infere-se que o pai de Manoel Pereira Passos era parente do Capitão Luís da Fonseca Milanez, sogro de João Vieira Passos.

Dezesseis anos depois, em 1788, o Alferes Luís Joaquim Correia informou à Câmara de Sobral que era proprietário do Sítio Tapera, nas margens do Acaraú, e que tinha nesta propriedade: "*04 escravos, cria 70 ovelhas, 20 éguas, 10 cavalos de fábricas, 6 poldros, 11 bois de açougue, 40 vacas parideiras, 16 novilhos, 18 garrotes, 30 bezerros*". Em 1797, por ocasião da morte de sua mulher Felipa de Sá e Oliveira, legou aos seus herdeiros "*460 braças de terras de criar gado no Sítio Tapera*", entre outras propriedades (De Souza, 2015, p. 139).

A Doença de Luis Quaresma*

O já mencionado Luís Quaresma Coutinho, o sogro de Domingos de Sousa Carvalho, protagonizou um dos primeiros casos registrados de "tratamento médico" na Ribeira do Acaraú. Quaresma era um homem abastado que residia na Ribeira do Aracatiaçu com sua mulher, Lourença Romara, e seus quatro filhos. Segundo Pe. Sadoc:

> *A terrível seca que assolou o Ceará no ano de 1745 desmontou a fortuna do velho sertanejo, que perdeu a mulher e muitos bens, obrigando-o a se deslocar para as praias do Acaraú em busca de melhores condições de vida, procurando encontrar no mar o alimento que a terra lhe negava. Viúvo, partiu com os filhos órfãos de mãe e teve a infelicidade de contrair doença venérea em contatos que manteve com alguma índia que, por sua vez, tentava também sobreviver do comércio do próprio corpo*.

Coutinho buscou ajuda com Pe. Félix de Azevedo Faria, sacerdote que, desde 1730, pelo menos, missionava nas praias do Almofala. Foi acolhido na própria casa paroquial, onde ficou hospedado por vários meses, visto que o

agravamento da enfermidade o tornava inapto para exercer qualquer trabalho.

Em Almofala, ficou aos cuidados do Capitão Manoel de Barros Barreto, espécie de herbanário ambulante, que ganhava a própria subsistência do trabalho fácil de apozemar os doentes que encontrava nos caminhos de suas peregrinações a cavalo, através dos ínvios e ermos sertões. O tratamento a que foi submetido bem retrata a situação precária da medicina nesses recuados tempos.

Falecido a 24 de novembro de 1745, em seu inventário, Capitão Manoel de Barros declarou ter assistido ao enfermo "c*om medicamentos de purgar, apózemas e mercúrio para a cura das feridas que tinha nas virilhas*", e cobrou a quantia de catorze mil quatrocentos e sessenta réis, total das despesas gastas com "p*ílulas mercuriais, apózemas de salsa, quatro purgas laxativas, quatro limpas, três vomitórios e cem gotas*". Demonstrando ainda espírito de desprendimento, afirma não estar cobrando "*cinco patacas de unguentos, afora algum óleo*".

Assim, na tentativa de extirpar a origem do mal, o capitão submeteu o enfermo a um regime extremo destinado a expulsar do corpo já debilitado todos os chamados "*maus humores*", recorrendo simultaneamente ao vômito, à micção, à defecação e à sudorese. Não surpreende que a vítima não tenha resistido nem à violência da enfermidade, nem aos esforços físicos extenuantes impostos pelo tratamento.

Ao que tudo indica, naquele tempo, sobrevivia mais facilmente quem sucumbia à penúria do que aos remédios disponíveis. Ainda assim, apesar dos reiterados fracassos, o capitão continuou a percorrer a Ribeira do Acaraú, oferecendo seus serviços terapêuticos, firmemente ancorados na antiga teoria dos humores de Hipócrates.

*Adaptado de Araújo (1978), p. 32-33.

A Sesmaria de Francisco Antônio Linhares

No fim de 1819, Francisco Antônio Linhares faz uma solicitação de sesmaria ao então Governador Manoel Ignácio de Sampaio, de uma légua e meia de terras (9,9 km) de comprimento por uma légua (6,6 km) de largura nos fundos de sua Fazenda Tapera. O pedido é analisado pela junta provisória de governo do estado. As terras ficavam à nascente da sesmaria do Capitão Diogo Lopes, sendo concedidas no dia 3 de setembro de 1823 (Sesmarias, Vol. 9, nº 775, p. 160).

Ignora-se como Francisco Antônio adquiriu a Fazenda Tapera. Sobre ele, sabe-se que nasceu em 25 de junho de 1765, sendo filho de Antônio Álvares Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos (uma das sete irmãs). Casou-se em 22 de março de 1787 com sua prima legítima Maria Manoel da Conceição Uchoa, filha de José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá e Oliveira (outra das sete irmãs).

Cabe registrar que no pedido de sesmaria do Capitão Diogo Lopes, datado de 17 de junho de 1817, Francisco aparece como proprietário da Fazenda “Malassombrado”

(Sesmarias, Vol. 9, nº 728, p. 59). Essa propriedade também aparece no inventário de Ana Maria de Vasconcelos, outra das sete irmãs, datada de 9 de julho de 1771: "*um quarto de légua de terra chamado Malassombrado, entre a Lagoa Seca e a Lagoa do Mato, avaliado em cem mil rei*s" (Araújo, 2005, p. 355).

21. A Mina de Prata do Coronel Sebastião de Sá

Segundo uma antiga tradição local, de conotações lendárias, a primeira presença européia nas terras do atual município de Santana do Acaraú ocorreu por volta de 1626, quando Frei Cristóvão de Lisboa, um missionário franciscano e naturalista português, teria visitado a região, tendo registrado por escrito sua passagem. Esse relato é trazido no livro apócrifo intitulado "O Município de Santana", impresso em 1926 na gráfica do jornal sobralense Correio da Semana e atribuído ao advogado Inácio Ribeiro Pessoa (Araújo, 1985, p. 9).

Na suposta carta, Frei Cristovam relata que durante sua expedição, após escapar de sucessivos ataques indígenas, encontrou um local, ao pé de um serrote, onde haveria um altar natural sob uma laje, com água brotando da rocha como uma pia batismal, onde teria prometido erguer uma capela em devoção a Nossa Senhora de Sant'Anna.

Frei Cristóvão de Lisboa (Lisboa, 1967).

Ademais, com o intuito de viabilizar o cumprimento de sua promessa, Cristóvão traz o relato do índio Potiguara que o havia acompanhado em sua missão:

> *(...) o índio voltando-se ao poente disse: - Ali, a uma légua deste morro, mais ao Sul, na margem oposta do Rio Acaraú, um monte que se cobre de pedras pretas, encerra no seu seio uma jazida de prata, cujo pó alvíssimo, é abundante* (O Município de Santana, 1926, p. 32).

Segundo a lenda, o frei então teria prosseguido viagem, chegando ao Fortim do Amparo, na atual Fortaleza, em 25 de junho de 1626, onde entregou a carta aos cuidados de

Diogo Pinheiro Camarão com instruções para que a guardasse até que fosse nomeado um ouvidor para a capitania. Diogo, em seu leito de morte, teria repassado as instruções a sua filha Mecejana, que, mais de cem anos depois, finalmente entrega a carta ao Ouvidor Antônio Loureiro de Medeiros, em 1729.

Essa lenda se relaciona diretamente com outra, onde a mesma expedição teria passado pelo atual município de Sobral, cuja plausibilidade será devidamente questionada mais adiante. Apesar do conteúdo eminentemente literário, com menções a vários personagens históricos, acreditamos que se tratou de um artifício do autor para preencher as lacunas entre acontecimentos reais, cuja veracidade buscamos confirmar através de fontes alternativas. Assim, optamos por manter o tecido narrativo original, apenas verificando se os fatos, datas e pessoas citadas de fato encontram amparo em fontes diversas.

Seguindo com a narrativa de Ribeiro Pessoa, ao examinar os documentos da capitania, Loureiro teria constatado que a região onde estaria localizada a suposta mina havia sido concedida em sesmaria a Manoel Góes e seus companheiros em 1683, entretanto a posse da mesma não havia sido efetivada. Dessa forma, as mesmas terras foram solicitadas pelo Capitão-mor Sebastião de Sá em 14 de outubro de 1702, medindo duas léguas (13,2 km) de comprimento por meia (3,3 km) para cada lado do rio Acaraú (Sesmarias, Vol. 2, nº 119). Entretanto, em 1703 essa concessão foi anulada a pedido de Simão Góes, filho de Manoel Góes, motivando o tombamento das sesmarias da capitania, processo que terminou apenas em 1709 (Araújo, 2005, p. 91). Nessa nova medição, as terras dos

Góes foram reduzidas de 21 para nove léguas, terminando num marco de pau ferrado (Município de Santana, 1926, p. 35).

Em 1724, o Cel. Sebastião de Sá, sobrinho neto do Capitão-mor Sebastião de Sá, tentou novamente adquirir a sesmaria na mesma região, sendo que tal pedido foi mais uma vez bloqueado pelos primeiros sesmeiros. Perdida então a causa, Sebastião de Sá comprou em 1725, dos sócios de Góes, um légua e meia (9,9 km) de terra, do Pau Ferrado rio acima, onde se estabeleceu com seu irmão Antônio de Sá Barroso, a quem cedera meia légua (3,3 km) daquela extrema, ao lugar Pedrinhas, onde começava então a légua de sua posse, que denominou de Olho d'água (O Município de Santana, 1926, p. 37). Estas terras originariam a atual sede do município de Santana do Acaraú.

Dada a persistência da família Sá em obter essas terras, ainda segundo a narrativa, Loureiro desconfiou que os mesmo soubessem da existência da suposta mina, de forma que intimou o Cel. Sebastião de Sá a comparecer a um encontro na Vila de Aquiraz, onde pretendia extorqui-lo (Araújo, 2005, p. 137). Nessa época, Sebastião de Sá já havia se mudado para a região da Meruoca, fugindo da seca de 1725, juntamente com o seu irmão, Antônio. O coronel, conhecendo as ambições de Loureiro, teria desobedecido a ordem, despertando a ira do ouvidor, que o teria mandado prender.

O Real Caso do Ouvidor Loureiro

Antônio Loureiro de Medeiros, natural do lugarejo de Tinhela da antiga comarca de Moncorvo, atual Bragança,

nasceu no ano de 1692, filho de Afonso de Medeiros Teixeira e Francisca de Morais. Foi nomeado Ouvidor da Capitania do Ceará em 09 de dezembro de 1728, assumindo formalmente o cargo em 5 de junho de 1729. Bacharel em Cânones desde 1723, Loureiro já havia atuado como juiz de fora em Castelo Novo e Alpendrinha sendo tirada sua residência na data de 20 de maio de 1726 (Carvalho, 2015, p. 98).

Sua atuação ficou marcada por arbitrariedades e abusos de poder, a ponto de ter ajudado a popularizar a expressão "*que a justiça do Ceará te persiga...*", símbolo da desconfiança nas instituições judiciais locais da época. Entrou em conflito com os vereadores da Câmara de Aquiraz e com os jesuítas, a quem se opôs firmemente, tentando inclusive impedir a instalação do Hospício (casa de apoio) de Aquiraz e fomentando rivalidades entre ordens religiosas (Araújo, 2005, p. 119).

Os conflitos de Loureiro com as elites locais culminou com sua demissão e a nomeação de Pedro Cardoso Novaes Pereira, em 21 de junho de 1730 (Aragão, 1990, p. 278). Embora legítima e aparentemente incontestável, a exoneração de Loureiro não seguiu o mesmo trâmite administrativo que resultou na nomeação de seu sucessor, o que gerou a impressão de uma sobreposição de poderes. Aproveitando-se dessa ambiguidade, Loureiro recusou-se a deixar o cargo, dando início a um acirrado conflito com o novo Ouvidor. Para tentar invalidar a nomeação de Novaes, chegou a abrir um processo-crime contra o adversário e cercou-se de um grupo

armado, numa tentativa de impor pela força a manutenção de sua autoridade (Santos, 1919, p. 194).

Em correspondências trocadas, em novembro de 1731, entre o governador de Pernambuco, o vice-rei do Brasil e o próprio Loureiro, relata-se que, naquele período, o Ouvidor encontrava-se no Acaraú para investigar um motim ocorrido na região, envolvendo a expulsão do cura da freguesia, fato que teria se dado cinco ou seis anos antes. Ao que tudo indica, Sebastião de Sá recusou-se a prender todos os acusados, tendo cumprido apenas seis das vinte ordens de prisão expedidas pelo Ouvidor (Soares e Ferrão, 2013, p. 299). Diante disso, Loureiro passou a acusá-lo de envolvimento em assassinatos, bem como de ter subornado o governador com 500 moedas de ouro, que, segundo alegava, também conspirava para afastá-lo do cargo (Carvalho, 2015, p. 123).

Novaes também apresentou sua versão dos fatos ao vice-rei, que da Bahia ordenou ao capitão-mor governador, Leonel de Abreu Lima, prestasse-lhe todo o auxílio. Acuado, Loureiro fugiu em 04 de junho de 1732, para a Fazenda Tucunduba, do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, na Ribeira do Acaraú. Nessa propriedade, refugiou-se na chamada Ipueira do Juiz, atual localidade de Juiz, em Morrinhos (Avelino, 2020). Loureiro, que estava acompanhado de um grupo armado e de seu primo João de Medeiros, levou consigo o arquivo da Ouvidoria e da Câmara, visando impedir a posse de seu sucessor (Aragão, 1990, p. 279).

Em agosto de 1732, uma expedição militar com mais de 190 homens, liderada por Domingos Fernandes Barbosa, comandante da Fortaleza de Cinco Pontas, foi enviada de Fortaleza para capturá-lo (Santos, 1919, p. 195). Aparentemente, houve um conflito desse grupo com os partidários do ex-Ouvidor, onde o Cel. Sebastião de Sá teria sido gravemente ferido.

Sentindo-se cercado, Loureiro fugiu novamente para a Serra dos Cocos (Ipu), abrigando-se na propriedade de José de Araújo Chaves, poderoso fazendeiro ligado ao Clã dos Feitosa. Lá continuou atuando como juiz, cometendo todo tipo de arbitrariedades, inclusive confiscando, sob o pretexto de falsos impostos, recursos dos produtores locais (Aragão, 1990, p. 279).

Em 28 de janeiro de 1733, ex-Ouvidor tentou prender o Capitão João de Sá, irmão de Leonardo de Sá e tio do Cel. Sebastião de Sá, por ter tomado parte no conflito um ano antes, o que resultou em quatro mortes e vários feridos nas escaramuças. A prisão do Capitão e as desordens ao redor dela foram comunicadas em correspondência, datada de 11 de fevereiro de mesmo ano, pelo Capitão-mor do Ceará, Leonel de Abreu e Lima, a Duarte Sodré Pereira, governador de Pernambuco (Araújo, 2005, p. 141).

Com o aumento da resistência a sua atuação, Loureiro se vê encurralado e foge para Fortaleza, chegando a 19 de maio de 1733, onde foi preso pouco mais de um ano depois, em

setembro de 1734, e enviado a Lisboa para ser julgado por ordem da Coroa portuguesa (Aragão, 1990, p. 279).

De volta ao Coronel Sebastião de Sá

O Coronel Sebastião de Sá foi condenado no processo que o acusara de ter cometido assassinatos, inclusive de sua filha Eugênia de Sá (De Souza e Duque, 2018, p. 18), bem como por ter perseguido, alguns anos antes o primeiro cura de Acaraú, Padre João de Matos Monteiro (Araújo, 2000, p. 42).

Um ano após a prisão de Loureiro, em 1735, o Cel. Sebastião de Sá e, posteriormente, seu irmão Antônio venderam a Fazenda Olho D'Água para o Padre Antônio dos Santos Silveira. Nessa época, o Coronel já encontrava-se bastante debilitado pelo cárcere, sendo a venda feita por procuração, a qual foi registrada no Livro de Notas do Tabelião da Vila de Fortaleza, de 21 de agosto de 1735. O procurador, Padre Miguel Gonçalves Marzagão, informa no documento que Sebastião encontrava-se incapacitado em função dos acontecimentos de 1732, ao ponto de ficar "*... lezo do juízo, balbuciante da língua e entrevado...*" (Nobre, 1980, p. 329).

Não se sabe ao certo quando Sebastião de Sá foi efetivamente preso. Sabe-se, contudo, que em 2 de setembro de 1737 o comandante da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, coronel José Bernardo Uchôa, comunicou haver no local vinte e um detentos, dezesseis deles acorrentados por crimes políticos, "*muitos dos quais deviam ser culpados do levante de 1732*". Entre esses prisioneiros encontravam-se o coronel Sebastião de Sá e sua esposa, Cosma Ribeiro (Santos,

1919, p. 195). Posteriormente, ambos foram transferidos para a Bahia, onde o coronel veio a falecer em outubro de 1741 (Araújo, 2005, p. 182).

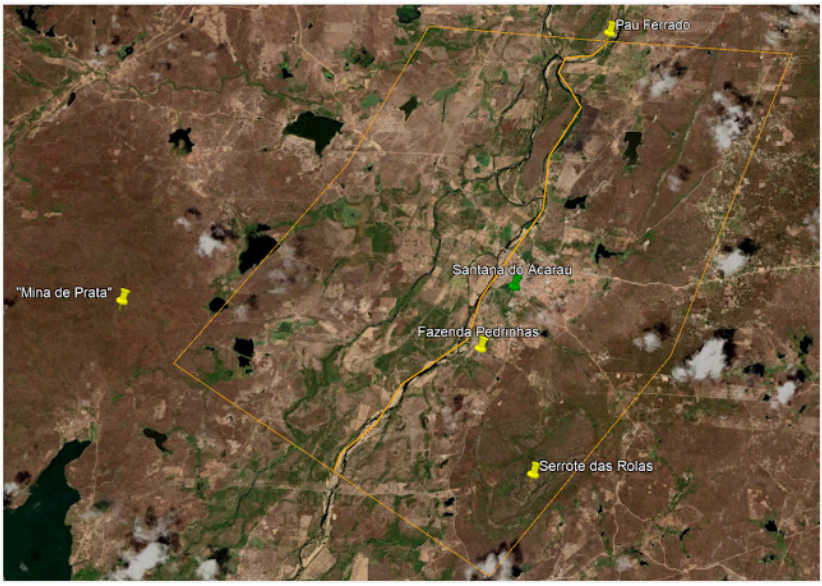
Além disso, o Coronel teve todos os seus bens sequestrados, o que fez com que os filhos desistissem da herança. Uma dessas propriedades era o sítio Andu-Sapuá, que originou a localidade de Sapó (Girão, 1983). Nas terras da Fazenda Olho D'Água, cumprindo a promessa de Frei Cristóvão, Pe. Silveira construiu, em 1739, a capela ao redor da qual surgiu o povoado de Santana.

Afinal, onde ficava a suposta mina?

Tradicionalmente, a formação descrita por Frei Cristóvão é atribuída ao chamado Serrote das Rolas, formação rochosa que se ergue ao lado da sede do município de Santana do Acaraú. Tomando-o como ponto de referência, pode-se situar no espaço os acontecimentos narrados anteriormente. Aparentemente o monte que conteria a suposta mina de prata fica situado na fronteira com Massapê, próximo a localidade de Madeiro. Por ironia, segundo a descrição, parece que a mesma fica fora das terras do Cel. Sebastião de Sá.

Para tentar entender um pouco mais sobre o local, consultei o Mapa de Recursos Minerais do Ceará. Esse morro faz parte da Formação Parapuí, e é formado por rochas de origem vulcânica, como basaltos e dioritos. Até onde descobri, embora esse tipo de formação não seja normalmente associado à presença de prata, existe a possibilidade de ocorrência do metal caso tenham existido, no passado, movimentações de

fluidos subterrâneos que transportaram e concentraram minerais em fraturas ou rachaduras dessas rochas. Mais adiante viu-se que na verdade o referido metal tratava-se de Antimônio.



Terras de Sebastião e Antônio de Sá entre 1725 e 1735, descrição histórica.

22. O Alto da Genoveva e a Santa Cruz do Acaraú

Toda sociedade tem seus mitos fundadores, não sendo o município de Bela Cruz a exceção. Nicodemos Araújo, em seu livro Santa Cruz do Acarahú, de 1935, nos conta sobre a origem do nome Alto da Genoveva, que seria o primeiro topônimo do referido município. Segundo a tradição oral, a primeira habitante do local onde hoje encontra-se sede do município de Bela Cruz teria sido uma velha mulata de nome Genoveva, a qual teria mandado construir uma casa sobre a colina ao noroeste da povoação por volta do ano de 1730 (Araújo, 1935, p. 18; Araújo, 1985, p. 17).

Nicodemos relata que Genoveva seria uma espécie de bruxa ou curandeira capaz de proferir *"mil variedades de benzeduras e bruxedos*", o que a teria feito ganhar fama na região, atraindo toda sorte de "clientes". Dessa forma, em função de sua proeminência, o local onde residia a mulata e o povoado que se desenvolveu ao seu redor teria sido primitivamente chamado de Alto da Genoveva.

Segundo o historiador Airton de Farias, às populações sertanejas era profundamente místicas, sendo comum as crenças em fórmulas mágicas, rezas fortes, os ensalmos e simpatias para curar quebrantos, mau olhado, espinhela caída, feitiços, etc., tudo realizado por benzedeiras e adivinhos, resquícios de tradições medievais europeias (De Farias, 2018, p. 94).

Em uma obra mais recente denominada o Município de Bela Cruz, o Nicodemos cita ainda como fontes para a

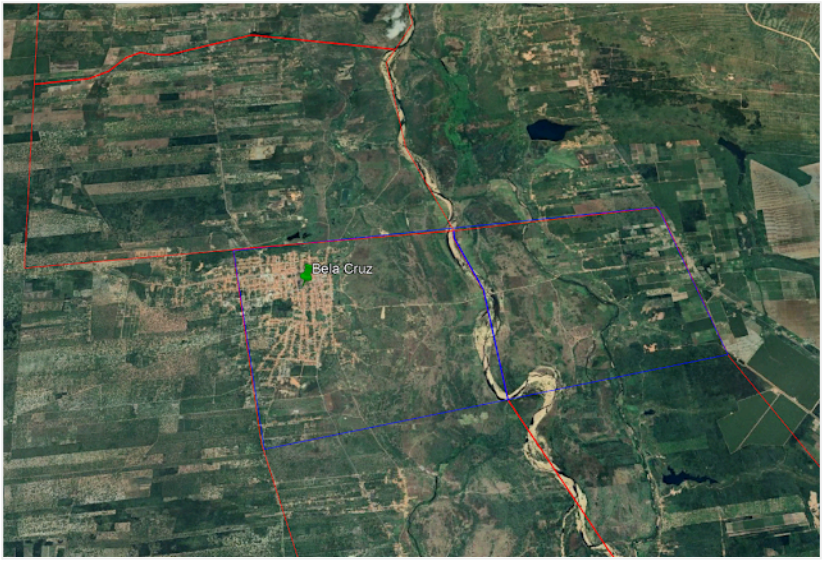
existência de Genoveva os historiadores Álvaro Gurgel de Alencar ("Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará", p. 345), Renato Braga (Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará", p. 85) e Raimundo Girão ("Os Municípios Cearenses e seus Distritos", p. 51) (apud Araújo, 1985, p.17).

Entretanto, o escritor Vicente Freitas em seu livro Famílias Endogâmicas do Vale do Acaraú, nos informa que a referida Genoveva se tratava de Genoveva Maria de Jesus, neta de José de Araújo Costa, filha do Alferes Anselmo de Araújo e de Francisca dos Santos Xavier, naturais de Recife. Segundo o autor, Genoveva casou-se com Martinho do Prado Leão, neto de Manoel Vaz Carrasco, em 22 de julho de 1793, indo morar nas proximidades da Capela de Santa Cruz (Freitas, 2021, p. 27). Vicente considera improvável que o topônimo Alto da Genoveva tenha sido empregado para se referir ao povoado como um todo, mas tão somente do local onde Genoveva residia (Freitas, 2012, p. 51).

Portanto, fica claro que Genoveva não foi a primeira habitante de Bela Cruz, mas sim que teria se mudado posteriormente para o nascente povoado. É provável que o povoado tenha se desenvolvido a partir das famílias dos próprios sesmeiros Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, os quais foram os doadores do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Santa Cruz. A doação, realizada em 12 de setembro de 1732, consistiu em 40 vacas, seis éguas e meia légua (3,3 km) de terras (Cavalcante, 1909, p.168).

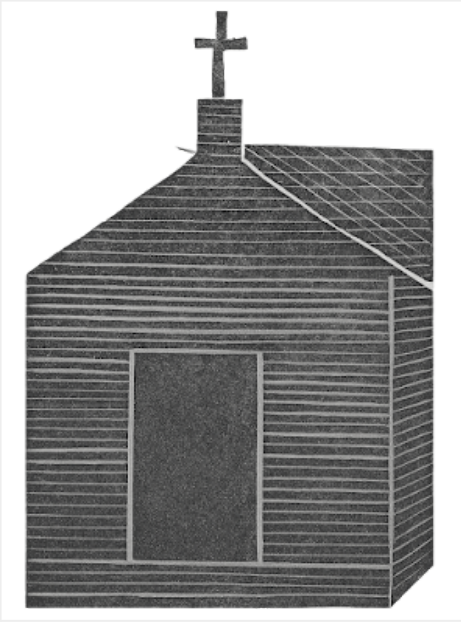
Importante destacar que na própria escritura de doação, o local já é referido como Sítio Santa Cruz, reforçando que essa foi a sua primeira denominação (Freitas, 2012, p. 51). Esse topônimo provavelmente foi empregado durante todo o século XVIII, visto que a mesma denominação foi utilizada pelo Padre José de Almeida Machado ao reportar sua visita a Sobral, em 7 de abril de 1806, na qual informou existir na freguesia sete capelas, sendo uma delas, distante da vila quinze léguas (99 km), a de Nossa Senhora da Conceição no Sítio da Santa Cruz (Machado, 1997, p. 201).

Sobre isso, acrescenta-se que, com base nas descrições das sesmarias, é bem provável que as terras doadas pertenciam integralmente a Nicolau Peixoto, sendo possivelmente os gados a contrapartida de Domingos Aguiar de Oliveira.



Patrimônio da Capela de Santa Cruz em 1732 (azul).

Em sua Tese de Doutorado, o professor Raimundo Nonato de Souza nos explica que alguns senhores concediam esmolas para um santo de sua proteção, especialmente braças de terra para o patrimônio do orago da fazenda, pleiteando junto às autoridades eclesiásticas licenças para edificações de capelas em suas propriedades. Tais capelas foram importantes para formação dos povoados, devido aos seus chãos serem utilizados para construção de casas ao redor e aos donos dos imóveis pagarem foro para o patrimônio da igreja (Souza, 2015, p. 64).



Esboço da primeira Capela de Santa Cruz (Araújo, 1935, p. 88).

Portanto, determinar o período de surgimento das capelas fornece uma boa noção do início da urbanização e do

adensamento populacional de certa localidade. Sobre isso, Nicodemos Araújo nos informa que por volta de 1730 vieram residir na localidade alguns homens abastados como: Bernardo da Silveira, João da Silveira (Dutra), Ignácio de Almeida, Antônio Lisboa da Silveira, Domingos de Aguiar Oliveira e Nicolau da Costa Peixoto. Nesse ano teriam iniciado a construção, em taipa, da primeira capela, vizinho à (futura) casa de Genoveva, onde fixaram residência, tendo o primitivo templo ficado pronto em 1732.

Ainda segundo o memorialista, desde sua construção a capela sempre foi dedicada à Nossa Senhora da Conceição, sendo que a primeira imagem da santa teria sido adquirida contemporaneamente a sua fundação, em 1732. Tal imagem, esculpida em madeira, medindo apenas dez centímetros, foi enviada em 1945 para o Museu Diocesano de Sobral, onde permanece até hoje (Araújo, 1985, p. 28, Araújo,1990, p. 27).

Destaca-se que a Imaculada Conceição (ou concepção) é um dogma católico, segundo o qual a Virgem Maria foi preservada de todos os pecados desde o momento de sua concepção. Em Portugal, a devoção a N. S. da Conceição remonta aos primórdios da formação do estado nacional, tendo esta sido reconhecida, em 1646, pelo rei D. João IV, como padroeira do reino e de todos os seus impérios ultramarinos. Essa devoção chegou ao Brasil, e ao Vale do Acaraú, por meio dos imigrantes portugueses, sendo eleita padroeira de várias cidades da região, inclusive de Bela Cruz.

De volta ao templo, são apresentadas duas versões para benção da capela. Na primeira, e mais provável, teria sido abençoada pelo Padre Sebastião Vogado Souto Maior que teria visitado as capelas da ribeira entre o período de 1731 a 1737 (Araújo, 1935, p. 21). Já na segunda versão, a benção teria sido dada por um frei franciscano de nome João de Maria, a 25 de março de 1733, o qual seria responsável pela mudança do nome do lugar para Santa Cruz (Araújo, 1985, p. 15). Isso nos permite concluir que esse foi o período aproximado do início da povoação do núcleo urbano do município de Bela Cruz.

No final do século XVIII, por influência do missionário Frei Vidal da Penha, e com o auxílio do Capitão Diogo Lopes de Araújo e José da Silveira, a igreja foi demolida da colina e removida para a atual localização (Araújo, 1936, p. 23). A partir do final do século seguinte, foram realizadas significativas reformas e melhorias no tempo, até alcançar a configuração que se verifica hoje.

Desenvolvimento do Povoado

O Povoado que se desenvolveu ao redor da atual Igreja Matriz pertencia inicialmente ao Termo da Vila de Sobral e depois a Freguesia de Acaraú. Em 1917, por ato estadual, foi elevado à condição de distrito, sendo seus limites, estabelecidos em 1923. Uma vez que alguns dos locais são mencionados em outras partes deste livro, achei por bem transcrevê-lo na íntegra:

> *Ao Norte, uma reta que, partindo da Lagoa das Pedras até o lugar Paraguai, e daí à Lagoa dos Caboclos, vai até o Marco do*

> *Guarda, e daí ao logar Tabuleirinho, em casa da viúva de Miguel Alves de Medeiros; daí, ao rio Canema, no logar S. Gonçalo; rumando em linha reta até a conhecida estrada da Aroeira, e por estrada acima até a Fazenda "Corrego da Volta"; daí, Córrego da Volta acima, até o lugar "Volta", propriamente dito, na margem esquerda do rio Aracati-mirim, e pelo mesmo rio acima, até a confrontação da fazenda S. Francisco. Ao Sul, o município de Sant'Ana, em suas respectivas extremas com o de Acaraú; e, ao Poente, as extremas de Granja* (Lei Municipal nº 94, de 29 de junho de 1923).

Nessa época, a sede do então distrito já contava com cerca de oito mil almas e 200 prédios (Araújo, 1936). Em 1938, o topônimo é alterado de Santa Cruz para Bela Cruz e em 1957 o distrito emancipou-se de Acaraú, finalmente ganhando o status de município.

Praça do Mercado do Distrito de Santa Cruz do Acaraú, 1948. Fonte: IBGE.

23. De Caiçara a Sobral

Muito já foi escrito sobre a origem de Sobral, de modo que tenho pouco a avançar frente aos competentes esforços dos pesquisadores que me precederam. Ademais, apesar de Sobral estar fora do escopo original desta pesquisa, que tem como objeto principalmente o Baixo Vale do Acaraú, são incontáveis as referências a Princesa do Norte e seus primeiros colonizadores, de modo que a obra não estaria completa sem abordá-la, mesmo que brevemente. Portanto, essa postagem visa tão somente apresentar as principais referências sobre o tema, de modo a contextualizar aos leitores, dada sua importância.

A Lenda de Frei Cristóvão

Existe uma lenda transmitida oralmente, segundo a qual a primeira presença europeia na região do atual município de Sobral teria se dado por meio de uma expedição missionária vinda do Maranhão nas primeiras décadas do século XVII. Composta por quatro clérigos e quinze soldados, essa missão teria por objetivo inicial levar o evangelho aos indígenas que habitavam a região da Ibiapaba. Sob seu comando estava o lendário Frei Cristóvão de Lisboa (Lira, 1971, p. 15).

Entretanto, um desentendimento conflituoso com os indígenas teria levado o grupo a desviar-se do caminho. Perseguidos pelos nativos hostis, e após percorridas muitas léguas, foram guiados por um indígena amigo ao arredores da serra da Meruoca, onde hoje situa-se o município de Sobral (Município de Santana, 1926, p. 28).

Ao atingirem a região sobralense, foram mais uma vez atacados pelos Tabajaras próximo a um afloramento rochoso na região que hoje corresponderia a antiga fábrica de tecidos, atual campus da Universidade Federal do Ceará. O local, que ficou por algum tempo conhecido como Fortaleza, ostentava até 1893 marcadas com tinta vermelha onde se viam pintados rostos humanos e outros sinais (Frota, 1974, p. 46).

Aquarela “Lugar chamado Fortaleza em Sobral”. Reis Carvalho, 1861.

Nesse conflito, um dos padres da missão teria sido alvejado e morto, tendo sido enterrado às pressas. Sobre a sepultura deste dito padre anônimo, anos mais tarde teria sido erguida a primitiva capela que deu origem à povoação de Caiçara, atual Catedral de N. S. da Conceição (Linhares, 1922, p. 264). Em outra versão, a comitiva, fugindo do conflito, foi parar em Santana do Acaraú, o que já foi abordado em capítulos anteriores.

É difícil precisar o que há de verdade nessa história. Ao que parece, existem evidências de que Frei Cristóvão de Lisboa de fato veio ao Ceará no ano de 1626 (Studart, 2001, p.

37). Segundo o relato de Bernardo Berredo (1749), nesse ano Frei Cristóvão de Lisboa deixou Belém para visitar o Ceará. Ao chegar ao Maranhão, sem conseguir uma embarcação mais adequada, organizou sua comitiva em duas canoas e partiu no dia 18 de maio. Entretanto, o mar revolto os obrigou a seguir por terra, enfrentando mais de um mês de marcha com fome e cansaço.

Na véspera do dia de São João, foram atacados por cerca de 90 índios tapuias. Apesar de mal armados e em menor preparo, resistiram bravamente, com Frei Cristóvão empunhando espada e escudo e animando os companheiros. Perderam a bagagem e alguns aliados, mas obrigaram os inimigos a negociar a paz. Finalmente, em 25 de junho de 1626, chegaram ao Presídio do Ceará, acolhidos pelo capitão Martim Soares (Berredo, 1988).

D. José Tupinambá da Frota é cético quanto a se os acontecimentos narrados de fato poderiam ter se dado em Sobral. Nessa época os sertões do Ceará eram totalmente desconhecidos e despovoados e todas as comunicações ao norte se faziam pelo litoral, através de Jericoacoara. Além disso, há certa incoerência temporal, visto que a batalha teria acontecido na véspera do dia de São João (23 de junho) e a chegada ao Presídio, apenas três dias depois, em 26 de junho. Portanto, é mais provável que o evento narrado tenha se dado no litoral próximo a Fortaleza, e não em Sobral (Frota, 1974, p. 48).

Ademais, Berredo menciona os nomes dos três padres que acompanharam Frei Cristóvão de Lisboa, feridos no

ataque, eram eles os freis João e Baltazar João Correia e o padre secular João Pereira, o qual havia sido vigário da Matriz do Pará. Anos mais tarde, em 1612, padre Baltazar João Correia foi designado como vigário do Presídio do Ceará, sendo considerado um dos primeiros da igreja cearense (Leal, 1993, p. 41).

Primeiros Colonizadores*

Segundo Pe. Sadoc Araújo, o território onde hoje se encontra a cidade de Sobral pertencia à já mencionada sesmaria, confirmada em 1702 a Antônio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá (Araújo, 1978, p. 23). Na divisão, coube a Antônio da Costa Peixoto a porção que originaria a Fazenda Caiçara, sendo ele, portanto, o primeiro proprietário das terras em que se edificaria a futura cidade de Sobral.

O termo "Caiçara", de origem tupi, significa "cerca feita de mato" e, por extensão, tapume, trincheira ou arraial. A palavra deriva de caá (mato) + yçá (cerca, estaca) + ara (sufixo). Segundo Teodoro Sampaio, havia diferentes tipos de cercas utilizadas nas aldeias indígenas, como estacas unidas, de troncos espaçados, de rede ou de ramagem, sendo esta última chamada kaiçã, que evoluiu para caiçara. Esses cercados protegiam casas, criações e roçados, e deram origem a diversos topônimos no Nordeste. No caso de Sobral, o nome "Caiçara" designou a localidade até sua elevação à categoria de vila e sede de município (Araújo, 2000, p. 21).

Apolônia da Costa, filha de Antônio, herdou as terras de seu pai na Ribeira do Acaraú, exatamente onde se encontra a

cidade de Sobral, sendo portanto sua segunda proprietária. Casou-se com o Sargento-mor Antônio Marques Leitão, natural de Óbidos, Portugal, e residente no Siupé. Deste casal nasceram sete filhos, três dos quais vieram residir na Ribeira do Acaraú para ocupar e administrar as terras da sesmaria da família. Foram eles:

1. Antônio da Costa Leitão, sapateiro, casado a 6 de junho de 1740, na Capela da Santana, com Maria Barbosa, filha legítima de Domingos Rodrigues Peniches e Inês Barbosa. Residia na Fazenda Cruz do Padre, distante dois quilômetros da Caiçara, onde faleceu a 8 de julho de 1773, exatamente dois dias antes da criação da Vila de Sobral.

2. João Marques da Costa, criador, casado, a 1º de março de 1745 na Capela de Almofala, com Ana Maria Josefa de Barros, filha legítima do escrivão Luís Vieira de Barros e Rosaura Gomes de Oliveira, Residia na Fazenda Marrecas, onde faleceu a 18 de abril de 1785, deixando numerosa prole de 14 filhos.

3. Quitéria Marques de Jesus que foi a terceira proprietária da Fazenda Caiçara. Casou-se, à 5 de março de 1733, com o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, natural do Natal dos Reis Magos, Rio Grande do Norte, filho legítimo de Luís de Oliveira Magalhães, e Isabel Gonçalves. O casal, Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, residiram durante muito tempo no Siupé onde nasceu a maioria de seus filhos. Pelo ano de 1750, o casal transferiu-se definitivamente para a Fazenda Caiçara, berço e Sobral, onde fez doação de cem braças de terras em quadro para a constituição do

patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú. Dona Quitéria faleceu a 31 de agosto de 1758 e foi sepultada na Matriz da Caiçara.

Falecendo Dona Quitéria, a Fazenda Caiçara tocou por herança à sua filha caçula Bárbara Maria, que foi, assim, a quarta proprietária destas terras. Bárbara Maria foi batizada a 7 de janeiro de 1755 na Matriz da Caiçara e se casou, a 9 de setembro de 1786, com Antônio José Marinho, filho legítimo de João Machado do Rego e Maria Francisca. Até aqui, as terras da Caiçara pertenceram à mesma família.

Casinhas setecentistas na Praça da Matriz de Sobral (Frota, 1974, p. 27).

Por este tempo, já havia um povoado relativamente adiantado no centro que era de toda a região. Conforme relata o Padre João Ribeiro Pessoa, em 1767 existia naquela povoação "*75 casas, das quais 53 são de telha. Consta em toda a freguesia de 21 mil almas de confissão e 670 fogos, dos quais 105 são fazendas de gado maiores ou menores*" (Pessoa, 1898, p. 142).

O casal Antônio José Marinho e Bárbara Maria arrendou as terras a Luís Soares Ferraz Porto pela quantia de oito mil réis por ano, e logo após as vendeu a José Mendes Machado, que foi assim o quinto proprietário. Com estas vendas, a Fazenda saiu das mãos da primeira família. José Mendes Machado era filho do Capitão Cosme Frazão de Figueroa e D Maria Coelho de Vasconcelos, residentes na Fazenda Sapó, hoje município de Santana do Acaraú, e se casou, à 2 de setembro de 1747, com Antônia Maria Lopes, filha legítima de José Leitão Arnoso e Maria Lopes Leitão.

No inventário de José Mendes Machado feito na Caiçara, no dia 18 de dezembro de 1772, diz-se que:

> "*... possuía uma sorte de terra de criar gados neste próprio lugar chamado a Caiçara, com uma légua de comprido pelo rio Acaraú acima e meia de largo para fora dele, tudo somente para a parte do poente, pegando no comprimento das testadas da Fazenda Pedra Branca do Capitão Francisco Cunha de Araújo até contestar com terras da Fazenda Corgo da Onça, do Capitão Vicente Lopes Freire; e na largura pegando da beira do mesmo rio Acaraú, buscando a serra chamada Beruoca (Meruoca), até contestar com as terras do Capitão Antônio Miguel Pinheiro, excetuando-se cem braças de terras que dentro da referida povoação pertencem a N. S. da Conceição, a qual légua de terra houve por título de compra que dela fez ao Alferes Antônio José Marinho e sua mulher Bárbara Maria de Jesus*".

José Mendes Machado doou um quarto de légua desta terra, exatamente o sítio Cruz do Padre, para dote de casamento de sua filha Inácia Maria que, a 2 de agosto de 1768, contraiu núpcias com Francisco Rodrigues da Cruz. Com a morte de José Mendes Machado, ocorrida a 26 de dezembro de 1771, os

restantes três quartos de terra foram herdados por seus outros filhos Matias, Antônio, José e Vitorino.

A parte central, exatamente cercando as casas da Povoação, tocou ao filho Matias Mendes Machado, que era soldado servindo na guarnição do Forte de N. S. da Assunção, Fortaleza, que foi assim o sexto proprietário. Por residir em Fortaleza, impossibilitado de ocupar e administrar estas terras, o soldado Matias as vendeu ao preto forro Manoel de Sousa Leal, que foi o sétimo proprietário. Manoel de Sousa Leal era negro natural da África, nascido na Costa de Mina casado com Vitorina de Sousa Dorneles, filha do preto Antônio, natural de Angola e escravo do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque.

Apesar de ser homem de cor, Manoel de Sousa foi pessoa influente na Vila de Sobral, não só por possuir as terras circunvizinhas da Vila, como também por ter sido, por muitos anos, arrendatário do contrato da venda de carnes verdes e responsável pelo açougue público. Esta função lhe deu oportunidade de fazer economias e acumular relativa fortuna com que conseguiu comprar o terreno.

Neste tempo, a Capela de N. S. do Rosário dos Pretinhos, situada hoje no centro comercial de Sobral, servia aos homens e famílias de cor, tendo à frente de sua administração o Alferes Eusébio de Sousa Farias. Para garantir o sustento do culto desta Capela, o administrador propôs a compra das terras a Manoel de Sousa Leal, com o fim de constituir bom patrimônio. Realmente assim aconteceu, a

venda foi feita e as terras passaram a pertencer ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Rosário, em 1795.

Igreja N. S. do Rosário, Sobral.

A partir desta data, tornou-se terreno foreiro, de quando então começou a ser retalhado em palmos para edificação do casario da florescente Vila e atual cidade moderna de Sobral. E assim, ainda hoje, quase toda cidade de Sobral está edificada em terrenos aforados pertencentes ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

* Adaptado de Araújo (1978, p. 19-27)

Organização Política e Administrativa

Uma confluência de fatores colaborou para que Sobral despontasse como maior adensamento urbano da Região Norte do Ceará. Entre eles, pode-se destacar a posição geográfica privilegiada, ao lado do rio Acaraú, em posição quase central entre sua nascente e sua desembocadura no Oceano Atlântico, o que permitia um acesso fácil aos portos do Acaraú e de Camocim, bem como às missões da Ibiapaba e de Almofala.

Com o desenvolvimento da pecuária, inicialmente através do gado vivo e, posteriormente, por meio do charque, consolidaram-se as chamadas estradas de boiada, interligando entre si e ao mercado consumidor as distantes fazendas da região. Dois desses caminhos, ligando o litoral e o sertão, se cruzavam precisamente na antiga Fazenda Caiçara, o que fazia dessa localidade um natural entreposto comercial.

Mas foi com a chegada do primeiro vigário, Padre Matinhos, e a posterior instalação do curato do Acaraú em 1722 que a região ganhou mais centralidade (Brasil, 1972, p. 108). Como descrito em capítulos anteriores, a jurisdição do curato compreendia uma ampla área, deste o rio Mundaú até a Serra da Ibiapaba, que agora estavam eclesiasticamente subordinadas a Caiçara, a ela vinha em busca dos serviços espirituais.

Em 1748 os vereadores da Câmara de Aquiraz encaminharam um ofício à corte solicitando a transferência da capital da província da Vila de Fortaleza para a "Ribeira do Acaraú, lugar chamado Caiçara" (Frota, 1974, p. 271). Apesar

de o pedido ter sido negado em função de um parecer emitido por Pernambuco, reconheceu-se que o povoamento já possuía aspectos de uma vila colonial.

Em 1757, o Curato do Acaraú foi dividido em quatro freguesias, sendo Sobral a sede de uma delas. Nesse período, em função das reformas pombalinas, houve um esforço administrativo para criar novas vilas em toda a colônia, o que também alcançaria a Caiçara (Costa e Rocha, 2008, p. 13). Conforme relatório do Padre João Ribeiro Pessoa, em 1768 Sobral contava com 75 casas, sendo 53 cobertas com telhas (Frota, 1974, p. 273).

Após uma visita do então Governador Capitão-mor Borges da Fonseca, que decidiu-se criar na povoação de Caiçara a Vila Distinta e Real de Sobral, no ano de 1772, sendo a mesma instituída no dia 5 de julho de 1773 pelo Ouvidor Geral João da Costa Carneiro e Sá. Aparentemente, o nome Sobral foi uma homenagem do Ouvidor à sua terra natal, visto que o mesmo era originário do Distrito de Sobral, Freguesia de Viseu, ao norte de Portugal (Frota, 1974, p. 284).

Para marcar a criação da vila foi construído o pelourinho, símbolo da supremacia local, que consistia em uma coluna de pedras erguida em local público, onde eram pregados os editais e castigados (ou mortos) os contraventores (Araripe, 1867, p. 350). No mesmo dia também foram empossados os membros da primeira Câmara de Vereadores de Sobral, que deveriam exercer o cargo até o fim do referido ano. Foram eleitos para Juízes, o Sargento-mor Sebastião de Albuquerque

Melo e Capitão Manoel José do Monte; Juiz de Órfãos, Gregórios Pires Chaves; Vereadores: Capitão Vicente Ferreira da Ponte e Manoel Coelho Ferreira.

Assinaram a ata de criação da Vila de Sobral:

Bernardo Pereira Gomes Pessoa (Escrivão), João da Costa Carneiro e Sá (Ouvidor Geral), Bento Pereira Vianna, Jeronimo Machado Freire, José Xerez Furna Uchoa, Sebastião de Albuquerque Mello, Luiz de Souza Xerez, Alexandre Holanda Correia, Vicente Ferreira da Ponte, Manoel Coelho Ferreira, José de Araújo Costa, Manoel da Cunha, Antônio Miguel Pinheiro, João Marques da Costa, Feliciano José de Almeida, Manoel Ferreira Torres, André José Moreira da Costa Cavalcante, Manoel de Souza de Carvalho, Miguel Alves de Lima, Antônio de Carvalho Souza e José da Costa Souza.

24. A Origem da Vila de Granja

Como já mencionado em capítulos anteriores, desde os primórdios da colonização do território brasileiro, piratas e corsários franceses e holandeses frequentaram o litoral do Ceará. Uma das principais portas de entrada era a foz do Rio Coreaú, então conhecida como Camocim ou Rio da Cruz. Dotada de boa profundidade, essa barra permitia, em meados do século XVII, o ingresso de embarcações à vela de médio porte, como barcaças e sumacas. O principal atrativo dessas incursões era o escambo com os povos indígenas: os europeus trocavam produtos manufaturados — machados, foices, facas e facões — por madeiras, animais e outras especiarias da terra.

Convém destacar que a designação "Camocim", recorrente em textos e mapas antigos, referia-se, na verdade, à atual cidade de Granja. O chamado porto de Camocim consistia em um ancoradouro natural, situado junto a um barranco elevado, que facilitava a atracação de embarcações de médio porte e o acesso à água potável. No século seguinte, o local abrigou uma salgadeira de carne e passou a ser conhecido pelo topónimo "Oficinas". A partir desse ponto, os aventureiros estrangeiros tinham acesso às trilhas indígenas que conduziam à Serra da Ibiapaba. Foi nessa foz estratégica que holandeses — e possivelmente franceses — ergueram fortificações para assegurar sua presença e suas atividades comerciais (Oliveira, 1995, p. 45).

Não apenas corsários estrangeiros utilizaram essa rota. Os primeiros exploradores luso-brasileiros também a

percorreram na tentativa de alcançar o Maranhão, assim como missionários jesuítas que, ao longo de todo o século XVII, buscaram estabelecer aldeamentos na região. Ao final desse século, portanto, o sítio onde hoje se encontra a cidade de Granja já era relativamente conhecido e integrado às dinâmicas de exploração, comércio e evangelização do extremo norte do Ceará.

Primeiros Sesmeiros

Entre os primeiros sesmeiros da região, destaca-se Capitão Rodrigo da Costa de Araújo, estabelecido no lugar Outeiro. Segundo Vicente Miranda:

> *"[...] ele saiu de Recife, no ano de 1695, em busca das terras próximas à Ibiapaba e que margeavam aquele rio. Sua comitiva de homens e animais levou meses para alcançar e se instalar definitivamente na terra que chamou de "Várzea Grande", hoje Coreaú, onde recebeu sesmaria em 7 de janeiro de 1702. No caminho, encontrou "arrancho" na isolada fazenda São José da Mutuca, onde morava, desde 1690, Félix da Cunha Linhares, genro de Leonardo de Sá" (Miranda, 2001, p. 68).*

Na petição da dita sesmaria o capitão informa que "*no sertão do Ceará, no riacho que chama Coroassu e Cabeceiras do Boqueirão da serra em que moram os indios da nação Ararius* [Reriús] *e vertentes do Camocy, descobriu humas terras devolutas e desaproveitadas* [...]" e solicita três léguas de terra nesse local, as quais foram concedidas por D. Fernando Mascarenhas de Alencastro, governador de Pernambuco (Fontenele, 2001, p. 30-32).

Sobre ele, sabe-se que é natural de Paços de Ferreira, Porto, Portugal, possivelmente filho de Domingos da Costa Araújo e Tereza Gomes Figueiredo. Domingos era um próspero comerciante na praça do Recife, tendo sido vereador na Câmara de Olinda em 1706 e admitido como Cavaleiro da Ordem de Cristo desde 1695 (Sousa, 2020, p. 444). Ele também conseguiu uma sesmaria de uma légua, nas testadas do seu "filho", confirmada em 1704, tendo-o como preposto (Documentação Histórica Pernambucana, Vol. 1, p. 175). Já estabelecido no Ceará, Rodrigo da Costa casou-se, em 1722, com Juliana Ferreira de Barros, filha de Mathias Vidal de Negreiros e de Clara de Araújo Sampaio. Faleceu no dia 17 de julho de 1758 (Pildas, 2002, p. 49).

No pedido dos irmãos Miguel Machado Freire e Domingos Machado Freire, outros pioneiros da região, de 3 de agosto de 1702, consta que também obtiveram de D. Fernando Mascarenhas, *"5 léguas de terra de comprido e uma de largo, na ribeira do rio Camusy, cortando o mesmo rio, começando das testadas das terras de Rodrigo da Costa Araújo até o Salgado, reservando caatingas e voltas do rio"* (Documentação Histórica Pernambucana, IV, p. 122). Essa porção de terra foi reduzida para quatro léguas após um litígio com Pe. Ascenso Gado, missionário da Ibiapaba, julgado por pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão em 22 de novembro de 1706. Estabeleceram-se na região do atual distrito de Parazinho.

Destaca-se ainda, nessa primeira leva, o pedido efetuado em 30 de março de 1705, pelos os sesmeiros Manoel Dias de Carvalho e seu primo Félix Coelho de Morais, que obtém datas de três léguas de terra, entre o Riacho das Rolas e o Rio Coreaú, também pegando das testadas do Capitão Rodrigo da Costa Araújo (Sesmarias, Vol. 2, nº 100, p. 57). Como não foi registrada, após três anos, a 13 de janeiro e 1708, eles solicitaram que fosse concedida novamente e inscrita nos livros de terras da Capitania (Sesmarias, Vol. 5, nº 316, p. 134). Por fim, o próprio capitão também obtém outra sesmaria de uma légua no Rio Jaguaraçui (atual Campanário), pegando as testadas (lado mais estreito) de sua data anterior, confirmada a 14 de setembro de 1706 (Sesmarias, Vol. 4, nº 192, p. 10).

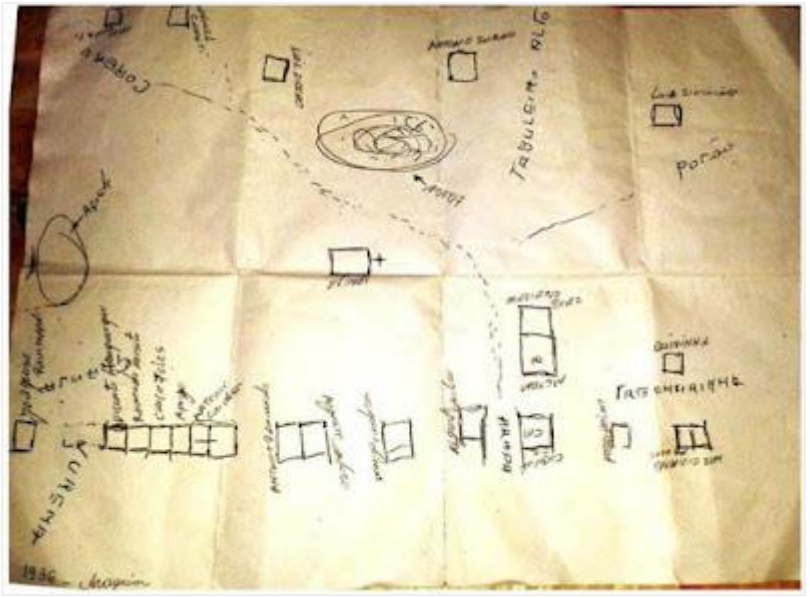
A Capela de Santo Antônio do Olho d'Água

As terras supramencionadas, conseguidas pelo Sargento Mor Manoel Dias de Carvalho localizava-se entre o Rio Coreaú e o Serrote das Rolas, nas proximidades das aldeias dos Tabajara, na Serra da Ibiapaba, e dos Reriús, na Serra da Meruoca, abrangendo o atual município de Coreaú. Ele era filho de Francisco Dias de Carvalho, soldado do forte, tendo nascido em 1673, dois anos antes de seu pai vir para o Ceará.

Nessas terras, próximo ao riacho Juazeiro, em 3 de agosto de 1726, juntamente com sua mulher, Dona Bárbara Cabral de Olival, doaram terreno para a construção de uma capela dedicada a Santo Antônio da Mouraria. D. Bárbara era filha do capitão mor Tomás Cabral de Olival, comandante da fortaleza do Ceará de 1688 a 1692 (Nobre, 1980, p. 36). A

doação encontra-se registrada no livro de notas, o tabelião Manuel de Miranda Barbosa, da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, às fls. 70v, sendo seu administrador o ermitão Francisco de Sagres (Nobre, 1980, p. 323).

O templo primitivo, erigido em taipa com cobertura de palha, foi reconstruído em 1742, quando foi inaugurado com a presença de seus fundadores: o comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro, o coronel Bento Pereira Viana, o capitão Marcos José de Sousa e João da Mota Pereira. Nessa época, o Sargento-mor morava no sítio Coité, “arrebalde do arraial da Ubajara" [1]. Em torno da capela de Santo Antônio do Olho d'Água formou-se a povoação de mesmo nome, hoje distrito de Araquém, sendo o mais antigo templo do território paroquial de Coreaú e uma das povoações mais antigas do Vale do Coreaú.



Representação de Araquém em 1936 (Araújo e Sales, 2014, p. 70)

Desde 1867, a capela tornou-se filial da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, após anteriormente pertencer à Freguesia de Granja. Em 1993, foi tombada como Patrimônio Histórico de Coreaú pela Lei Municipal nº 219, de 14 de junho, sancionada pelo prefeito Dr. Francisco Antônio Menezes Cristino. No mesmo ano, passou por ampla reforma promovida pela Prefeitura, sendo reinaugurada em 10 de julho de 1993, quando foi instalada, em sua fachada, uma placa comemorativa do tombamento (Pildas, 2002, p. 49).

O Aldeamento de Santa Cruz do Coreaú

Em 1706, o remanescente indígena da Tabainha, já sem meios de subsistência, foi compelido a emigrar. O padre

Ascenço Gago reuniu esse grupo no aldeamento de Santa Cruz do Coreaú, posteriormente conhecido como Macaboqueira, onde já se encontravam outros nativos. Com a transferência, o arraial da Tabainha desapareceu definitivamente, ao mesmo tempo em que colonos brancos passaram a ocupar suas imediações por meio de fazendas instituídas sob o regime de sesmarias, então em franca expansão (Aragão, 1990, p. 232).

Na esteira desse movimento, o morubixaba tabajara da Ibiapaba, D. Jacob de Sousa e Castro, estabeleceu uma fazenda de gado, de nome Ubaiaçu, à margem esquerda do rio Coreaú, em frente ao poço então conhecido como Eiperuquara (atual Periquara). A posse foi formalmente regularizada em 4 de setembro de 1706, por meio de carta de sesmaria que lhe concedia uma data de terras estendendo-se meia légua rio acima a partir do referido poço e uma légua rio abaixo, até a foz do riacho Camboa. Essa concessão abrangia a faixa territorial onde hoje se situa a cidade de Granja.

Em sua petição, D. Jacob afirma ser um dos principais da Aldeia da Serra da Ibiapaba da nação tabajara e que:

> *Pelo trabalho que teve em mostrar aos brancos as terras e caminhos circunvizinhos à dita serra, a fim de as povoar e com eles assistir para defendê-los do inimigo tapuia, adquiriu algum gado vacum e cavalar. Entretanto, [...], não podia criá-lo, em razão dos danos que o gado causaria às lavouras, nem havia nelas capacidade de pasto suficiente. Assim, no rio Camocim, no poço chamado Eiperuquara, encontrou terras devolutas e desaproveitadas, as quais passou a utilizar, nelas situando os referidos gados (Sesmarias, Vol. 3, nº 149, p. 37).*

Conclui solicitando como remuneração pelos serviços prestados que lhe concedam uma légua e meia de comprimento e uma de largura, meia légua para cada lado do referido rio, meia légua cima e uma légua baixo do dito poço.

Nessa época, um homem chamado Vicente Ribeiro, casou-se com Luzia da Silva, uma filha do donatário D. Jacob de Sousa e recebeu parte dessa sesmaria como dote. Logo após efetuar a doação ao genro, o chefe tabajara retornou a Serra da Ibiapaba. Essa doação é trazida carta de sesmaria concedida posteriormente ao povoador Domingos Machado Freire:

> *"Diz o capitão Domingos Machado Freire, morador no Curuiyu, termo desta Capitania, que o defunto Vicente Ribeiro, em sua vida, pediu uma data de terras no rio Camosy, freguesia do Acaracu, de légua e meia, fazendo princípio no poço Periquara, a saber: meia légua do dito poço para cima e uma légua do dito poço para baixo; e porque, inteirada a dita data na forma referida, ficam terras de sobra devolutas, onde pastam gados do suplicante, posto que sem águas, quer o suplicante haver as ditas sobras por sesmaria para nelas criar seus gados. [...]* ***Declaro que a data referida foi concedida a D. Jacob de Sousa e Castro, e este a deu em dote a Vicente Ribeiro, defunto acima declarado****"* (Sesmarias, Vol. 7, nº 547, p. 105).

Ressalta-se que o restante dessa sesmaria foi vendida por D. Jacob de Sousa aos próprios jesuítas, pelo valor de quinze bestas, à época, pouco mais de 8 mil réis (Maia, 2010, p. 183).

A Fazenda Macaboqueira

Após o casamento, Vicente Ribeiro transferiu o curral da fazenda da Periquara para o local onde passou a residir com sua esposa, formando ali um núcleo de ocupação que deu origem a atual cidade de Granja. A maioria dos primeiros habitantes da nascente povoação de Santa Cruz do Coreaú e Camocim era composta por indígenas catequizados da Missão da Ibiapaba, pertencentes à parentela do donatário D. Jacob de Sousa. Presume-se que essa aldeia estivesse localizada no atual Alto dos Pescadores, nas proximidades do poço do Pucu, onde até tempos recentes existia uma antiga casa pertencente a Joaquim Ribeiro, descendente de Vicente Ribeiro (Ximenes, 1996, p. 37).

Os filhos desse casal podem ser considerados, em certo sentido, os fundadores do município. Uma delas, Grácia Ribeiro de Souza, casou-se, a 10 de janeiro de 1731, com João Rodrigues Magalhães, que segundo Pe. Sadoc é o fundador da fazenda Macaboqueira, berço da cidade de Granja (Araújo, 2000, p. 203). Outro filho daquele casal, o Tenente Francisco Ribeiro de Sousa, casado com Luisa da Mota Pereira, filha de João da Mota Pereira, radicados na antiga povoação de Olho D'Água, doou, em 29 de outubro de 1758, terras para constituir o patrimônio da Matriz da Macaboqueira, cujos rendimentos ajudariam na construção do templo, dedicado a São José. A doação consistiu em um quarto de légua, medido a partir da "Pedra Grande", na margem ocidental do rio Coreaú (Aragão, 1990, p. 379).

Ressalta-se que quando da divisão do Curato do Acaraú, em 1757, ainda não existia uma igreja em Macaboqueira, sendo a sede provisória da nova freguesia ficou sendo a já mencionada Capela de Santo Antônio de Pádua Olho d'Água. Apenas dois anos depois, a 8 de setembro de 1759 é que foi inaugurado o templo permanente, no atual município de Granja. No dia seguinte à inauguração, foi instituída a Irmandade do Santíssimo Sacramento, sob a orientação do vigário da Vara Luiz Fernandes de Carvalho.

Igreja Matriz de Granja, Sec. XX.

Pelo Alvará de 27 de junho de 1776, o povoado de Macaboqueira foi elevado à categoria de vila com o nome de Granja. Posteriormente, em 3 de novembro de 1854, foi

elevada à condição de cidade pela Lei provincial nº 692, mantendo a mesma denominação. O nome Granja foi escolhido em referência à Freguesia de São Brás da Granja, no Concelho de Mourão, Distrito de Évora, em Portugal.

25. Vilas e Municípios da Ribeira do Acaraú

Até meados do século XIX não havia uma unidade política e administrativa no território que hoje conhecemos como Ceará. A região estava dividida em três grandes áreas: as ribeiras do Acaraú, do Siará e do Jaguaribe, cada qual com ampla autonomia em relação às demais e ao governo da capitania. Nesse período, a Ribeira do Acaraú tinha seus limites definidos pela bacia hidrográfica do rio Acaraú e pela Serra da Ibiapaba (De Farias, 2018).

Com a expansão da pecuária e a atuação de religiosos, surgiram as primeiras vilas cearenses, entre o final do século XVII e o início do XVIII. Nesse contexto foram criadas Aquiraz (1699) e Fortaleza (1725). Vale destacar que o título de "vila" não significava o reconhecimento do crescimento de um arraial ou aldeia, mas a necessidade de assumir responsabilidades administrativas e políticas, como manter a ordem, aplicar a justiça e contribuir para o erário real (Silva, 2003; Nogueira, 2010).

Em 1722 foi criado o Curato do Acaraú, com sede no Arraial da Caiçara (atual Sobral). Seu território ia da Serra da Ibiapaba ao rio Mundaú, abrangendo as ribeiras do Coreaú, Acaraú, Aracatiaçu e parte do Mundaú. Trinta e cinco anos depois, pela provisão episcopal de 7 de julho de 1757, o curato foi desmembrado em quatro freguesias, influenciando diretamente a organização administrativa da ribeira: Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, Amontada, Ribeira do

Coreaú e São Gonçalo da Serra dos Cocos (Costa e Rocha, 2008).

No mesmo ano, atendendo à determinação do primeiro-ministro do rei D. José I, Marquês de Pombal, algumas aldeias jesuíticas do Ceará foram transformadas em vilas. Assim, surgiu a primeira vila da Ribeira do Acaraú: Viçosa Real da América (1759), instalada na antiga aldeia da Ibiapaba. Poucos anos depois, impulsionadas pela criação e comercialização de gado, surgiram mais três vilas nas sedes das novas freguesias: Vila Distinta e Real de Sobral (1773), sede de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara; Vila Real da Granja (1776), sede da Ribeira do Coreaú; e Vila Nova d'El Rei (1791), atual Guaraciaba do Norte, na freguesia de São Gonçalo da Serra do Cocos.

Cabe destacar que, nesse período, não havia precisão quanto aos limites dos territórios de cada vila, então designados como "termos", equivalentes ao atual município. Isso ocorria porque o escasso contingente populacional não exercia pressão sobre as fronteiras territoriais, não havendo, portanto, grande utilidade em delimitá-las.

Primeiras Vilas do Ceará 1699 a 1822 (Pontes, 2010).

Os termos poderiam dividir-se em freguesias, a circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial, também integrante da administração civil (Lima, 2008, p. 119). No caso da Ribeira do Acaraú, de forma geral, cada vila continha inicialmente apenas uma freguesia,

com exceção de Sobral, que abrangia as freguesias da Caiçara e de Amontada.

Cada termo ou município era dirigido pelas Câmaras Municipais que, no início da colonização, eram dotadas de relativa autonomia para governar, possuindo funções fazendárias, político-administrativas, judiciais e de polícia (Silva e Alencar, 2015, p. 57). Eram compostas por dois juízes leigos (que se revezavam no exercício da função) ou por um juiz de fora (bacharel em Direito), além de três vereadores, todos eleitos entre os membros da elite local (De Farias, 2018, p. 110).

Apesar de não existir um regramento claro para a criação de novas vilas e municípios, prevalecendo interesses políticos e outros de ordens diversas, normalmente essa criação estava associada ao crescimento e ao movimento populacional pelo território. Nesse sentido, a quantidade de habitantes constituía um elemento de pressão para a criação de novas divisões administrativas.

Os dados disponíveis revelam que, em 1804, trinta anos após sua criação, Sobral contava com 9.952 habitantes, correspondendo a 12,9% do total da capitania, contingente que quase dobraria nas décadas seguintes, alcançando 19.653 habitantes no recenseamento geral de 1860 (Funes, 2000, p. 104). Ao longo dos anos, os territórios dessas quatro vilas seminais foram se desmembrando, dando origem a todos os municípios da região norte do Ceará, como pode ser visto, de forma resumida, no quadro abaixo.

<table>
<tr><td rowspan="4">Vila Viçosa Real da América (1759)</td><td colspan="2" rowspan="2">Viçosa do Ceará</td><td>Viçosa do Ceará</td></tr>
<tr><td>Tianguá (1890)</td></tr>
<tr><td rowspan="4">São Benedito (1873)</td><td rowspan="4">São Benedito</td><td>São Benedito</td></tr>
<tr><td>Pacujá (1959)</td></tr>
<tr><td>Carnaubal (1959)</td></tr>
<tr><td>Graça (1987)</td></tr>
<tr><td rowspan="20">Vila Distinta e Real de Sobral (1773)</td><td rowspan="8">Sobral</td><td rowspan="4">Sobral</td><td rowspan="2">Sobral</td><td>Sobral</td></tr>
<tr><td>Forquilha (1986)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Massapê (1898)</td><td>Massapê</td></tr>
<tr><td>Senador Sá (1959)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Santa Quitéria (1857)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Meruoca (1887)</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Itapipoca (1823)</td><td rowspan="2">Itapipoca</td><td>Itapipoca</td></tr>
<tr><td>Amontada (1986)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Itapajé (1850)</td><td>Miraíma (1989)</td></tr>
<tr><td>Itapajé</td></tr>
<tr><td rowspan="8">Acaraú (1851)</td><td rowspan="5">Acaraú</td><td>Irauçuba (1959)</td></tr>
<tr><td>Tejuçuoca (1987)</td></tr>
<tr><td>Uruburetama (1890)</td></tr>
<tr><td>Acaraú</td></tr>
<tr><td>Bela Cruz (1959)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Santana do Acaraú (1863)</td><td>Cruz (1986)</td></tr>
<tr><td>Itarema (1986)</td></tr>
<tr><td>Jijoca de Jericoacoara (1993)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Santana do Acaraú</td></tr>
<tr><td>Marco (1955)</td></tr>
<tr><td>Morrinhos (1958)</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="9">Vila Real da Granja (1776)</td><td rowspan="3">Granja</td><td>Granja</td></tr>
<tr><td>Martinópole (1959)</td></tr>
<tr><td>Uruoca (1959)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Coreaú (1870)</td><td>Coreaú</td></tr>
<tr><td>Frecheirinha (1955)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Camocim (1883)</td><td>Camocim</td></tr>
<tr><td>Chaval (1955)</td></tr>
<tr><td>Barroquinha (1988)</td></tr>
<tr><td rowspan="8">Vila Nova Del Rei (1791)</td><td colspan="2" rowspan="2">Guaraciaba do Norte</td><td>Guaraciaba do Norte</td></tr>
<tr><td>Reriutaba (1923)</td></tr>
<tr><td rowspan="6">Ipú (1840)</td><td rowspan="2">Ipú</td><td>Ipú</td></tr>
<tr><td>Pires Ferreira (1987)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tamboril (1854)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Ipueiras (1884)</td><td>Ipueiras</td></tr>
<tr><td>Poranga (1957)</td></tr>
<tr><td>Nova Russas (1923)</td></tr>
</table>

Evolução dos Municípios da Ribeira do Acaraú 1759 a 1993

26. Antônio Correia Peixoto e a Fazenda Timbaúba

Em 28 de novembro de 1736 foi concedida pelo Capitão-mor Domingos Simões Jordão, a Antônio Correia Peixoto uma sesmaria de três léguas (19,8 km) de comprimento, por meia (3,3 km) de largura, entre a barra do rio Acaraú e o lagamar do Uruanahu (atual Aranaú), margeando a costa, indo ao encontro do Córrego do Falcão (Sesmarias, Vol. 13, nº 61, p. 122). Essa propriedade está compreendida nos atuais municípios de Cruz e Acaraú.

Sobre Antônio Correia Peixoto, sabe-se que nasceu no ano de 1685, "nas partes" de Portugal, tendo migrado para o Ceará provavelmente em meados da segunda década do século XVIII, tendo se casado com a cearense Maria da Silva Moraes, filha de Manoel da Costa Resplandes e de Maria José da Conceição, por volta de 1718. Em função do sobrenome, é provável que tenha algum grau de parentesco com os também sesmeiros Antônio da Costa Peixoto e seu filho, Nicolau da Costa Peixoto.

No Ceará, Antônio teve relevante atuação política nos primórdios da capitania, tendo sido eleito em 1723 como vereador da Câmara de Aquiraz, tomando posse a 6 de janeiro do ano seguinte (Pinheiro, 2008, p. 102). Atuou também como Juiz ordinário da Câmara de Fortaleza no ano de 1740 (Studart, 1896, p. 205).

Ocupava-se também da criação de gado, como muitos no seu tempo. Na petição de sua sesmaria, Antônio afirma que, sendo morador da Capitania do Ceará Grande, não possuía

terras para criar seus gados "vacuns e cavalares", e dessa forma solicita as terras nas ilhargas do Sítio Timbaúba, do Comissário geral Domingos de Aguiar [Oliveira], que se achavam devolutas (Sesmarias, Vol. 13, nº 61, p. 122).

Além das terras que obteve como sesmaria, Antônio adquiriu um terço da já mencionada Fazenda Timbaúba, de Domingos de Aguiar Oliveira (Souza, 2015, p. 123). Assim, consta em seu inventário três quartos de légua de terra referente a essa fazenda, com casas de palha e coqueiros, avaliadas em 100$000 réis, além de três léguas de terra no Córrego do Falcão, avaliadas em 40$000 réis. Essas terras deram lugar ao distrito litorâneo de Aranaú (Araújo, 1971, p. 51).

Segundo Nicodemos Araújo, em terras deste distrito, na localidade de Morgado, ainda no início do século XIX, foi construída em alvenaria uma capelinha, consagrada a N. S. da Conceição, pelo “colono português” Valério Vaz do Nascimento (ou de Maria). Lá foram realizadas concorridas festas religiosas até o seu desabamento, em 1924 (Araújo, 1971, p. 316). A imagem da padroeira e o pequeno sino que chamava os fiéis foram levados ao Museu Diocesano de Sobral.

Homem branco, Antônio Correia Peixoto faleceu a 28 de abril de 1755, com idade de 70 anos, pouco mais ou menos, com todos os sacramentos, sem deixar testamento, tendo sido sepultado na Capela da Santa Cruz, atual Bela Cruz (Lima, 2016, p. 114).

Localização aproximada da Fazenda Timbaúba, descrição histórica.

Os Escravizados

Além dos bens já citados, o inventário de Antônio Peixoto revela ainda o emprego de mão de obra escravizada em sua propriedade, constando ao todo sete cativos:

- **Matias**, negro de Angola, já de idade avançada e com limitações físicas, avaliado em 70$000;
- **José**, também de Angola e de idade avançada, avaliado em 60$000;
- **Maria**, também de Angola e ainda nova, avaliada em 60$000;
- **Margarida**, já idosa, avaliada em 15$000;
- **João**, mestiço, ainda jovem, avaliado em 65$000;
- **Bastião**, mesticinho, avaliado em 45$000

- **Antônia**, mestiça, filha da referida tapuia, avaliada em 40$000.

Conforme o professor Raimundo de Souza, o escravo José era casado com Margarida, a tapuia mencionada, cuja etnia específica não foi identificada nos documentos. Os mesticinhos, ao que tudo indica, seriam, portanto, filhos do casal e provavelmente nasceram na Fazenda Timbaúba (Souza, 2015, p. 125).

27. A Cruz da Viúva Joana Correia da Silva

Como discutimos anteriormente, o português Antônio Correia Peixoto obteve em 1736 sesmarias na região litorânea próxima a barra do rio Acaraú. Essas terras, assim como outras obtidas posteriormente, integraram a chamada Fazenda Timbaúba, que corresponde a grande parte dos atuais municípios de Cruz e Acaraú.

Em 5 de outubro de 1735, sua filha mais velha, Joana Correia da Silva, casou-se no Sítio Castelhano com Manoel Carlos de Vasconcelos, natural da vila de Cabeceiras de Basto, filho de Carlos Manoel de Vasconcelos e Antônia Maria Luísa (Araújo, 2000, p. 206). Quanto ao noivo, ele declarou ter vindo para o Brasil ainda menor de idade, sendo primo legítimo do Capitão Mateus Mendes Vasconcelos, outro tronco dos Vasconcelos na região, ambos netos paternos de Antônio Leite Pereira.

Manoel tinha origem nobre, sendo seu pai fidalgo da Casa Real, conforme alvará expedido em 28 de agosto de 1716, tendo inclusive direito ao recebimento de uma pensão, paga pela coroa, em dinheiro e cevada (Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.306 apud Lima, 2016, p. 1683).

O casamento foi realizado pelo Padre Elias Pinto de Azevedo Cura, vigário de Vara do Acaraú, na presença do Padre Agostinho Moura de Castro, vigário da Missão do Acarati-mirm, e teve como testemunhas o Tenente Coronel Manoel Barbosa de Morais e Antônio de Azevedo de Oliveira Meneses (Liv. Cas. Missão Velha, fl. 126v). Ressalta-se que

existe uma forte suspeita de que o Coronel Barbosa de Morais, testemunha e dono do sítio onde foi realizada a cerimônia, seja, na verdade avô materno de Joana (Albuquerque, 2009, p. 41).

O casal, considerado "Matriz do Vasconcelos" na região, recebeu como dote pelo casamento as terras da Fazenda Cruz, no atual município do mesmo nome, onde deixaram grande descendência (Araújo, 2000, p. 206). Conforme a memorialista Elizabeth Albuquerque, a casa de Joana Correia ficava no local onde hoje é "esquina da Av. Tenente Albano com a Rua Vicente Justa" (Albuquerque, 2009, p. 39).

A presença de Joana Correia da Silva nos primórdios da região atravessou os séculos por meio da tradição oral, segundo a qual se tratava "da viúva de um Português que chegou ao povoado de Cruz por volta do fim do Século XVIII" (Albuquerque, 2009, p. 37). Segundo nos informa Nicodemos Araújo:

> *(...) reza a tradição, [que] outro ramo da Família Silveira deriva da viúva portuguesa, Joana Correia da Silva, a qual, no ano de 1750, desembarcou no porto de Cacimbas. Em 1760 conseguiu uma sesmaria que lhe foi concedida por Sua Majestade, Dona Maria I. Mencionada sesmaria localizava-se no território do hoje Município de Cruz, media duas léguas e "compreendia desde o lugar Porteiras até o Marco* (Araújo, 1989, p. 35).

Como demonstrado anteriormente, essa tradição mostrou-se equivocada, sendo que Joana é muito provavelmente cearense e já estava na região antes do período apontado. A referida Sesmaria, atribuída a Joana pelo memorialista, encontra-se dentro dos limites daquela obtida por seu pai, Antônio Correia Peixoto, mencionada anteriormente.

Isso reforça a ideia de que esse imenso lote de terra foi legado por Joana e seu esposo.

Sesmaria de Antônio Correia Peixoto e casa de Joana Correia da Silva.

Quanto ao fato dela ser viúva, sabe-se que Manoel Carlos de Vasconcelos faleceu em 27 de janeiro de 1758, com apenas 43 anos de idade. Apesar de não sabermos exatamente as datas de nascimento e falecimento de Joana, é plausível que fosse mais nova que Manoel e considerando que a expectativa média de vida das mulheres é superior à dos homens, ela deve ter vivido por certo tempo após a morte de seu marido.

O porque da "Cruz"

A adoção do topônimo Cruz remonta a meados do século XVIII, e remete a um cruzeiro de aroeira que indicava a

presença de uma sepultura próxima a lagoa na sede da fazenda. Não se sabe ao certo quem estaria enterrado no local, sendo uma das versões, de que se tratava de um retirante que fugia da seca de 1725. Outra versão sugere que a cruz teria sido posta com o fim de indicar o lugar em que ocorrera um assassinato por motivos familiares (Girão, 1983, p. 266).

Segundo a memorialista Elisabeth Albuquerque, o enredo do trágico acontecimento teria iniciado em uma Fazenda da Parnaíba, onde um rapaz de nome Renato (ou Edmundo), originário de Pernambuco, teria se arranchado e depois se empregado por algum tempo. O jovem teria então se engajado em um romance secreto com a filha do dono da fazenda, que acabou ficando grávida. Temendo a reação do pai da moça, Renato teria debandado do local.

Quatro dias após o desaparecimento do empregado, o Fazendeiro tomou conhecimento da "tragédia", e, juntamente com seus filhos saiu a procura do fugitivo. Ao longo da estrada conseguiram informações de que Renato havia passado por Jericoacoara, indo se refugiar na localidade de Cajueirinho, no atual município de Cruz. Lá uma família teria dado guarida ao rapaz, que passara a noite sob um pequeno cajueiro, o que motivou o referido topônimo (Albuquerque, 2009, p. 31).

Munido dessas informações, o pai da moça teria perseguido Renato até a região da Lagoa do Escondido, atual Lagoa da Cruz, onde o executou, deixando para trás o corpo do rapaz. Compadecida, a população enterra o pobre infeliz, marcando a cova com o dito cruzeiro, que passa a ser

referência para quem passa no local. Assevera a tradição que o rapaz teria passado três dias no povoado antes do ocorrido, tendo nesse ínterim prestado serviços aos moradores Antônio Carlos de Vasconcelos (neto de Joana Correia), seu cunhado Francisco Teixeira Pinto e ao Capitão Theotónio, filho deste último. Isso teria acontecido por volta de 1840 (Albuquerque, 2009, p. 32).

Elisabeth traz ainda mais detalhes:

> "*... o fazendeiro e seus filhos teriam passado na casa dos citados senhores à procura do fugitivo, sendo informados que ele já havia saído, há pouco tempo, para a Barra do Acaracú (hoje Acaraú). Eles saem, encontram Renato, ou Edmundo, e o matam. Em seguida, os criminosos teriam retornado à casa do Capitão Theotónio, comunicado o fato e pedido que este providenciasse o enterro. Nesse momento, diz a história em foco, o capitão Thetónio preparou-se para prendê-los; mas, o pai da "moça desonrada" tinha uma patente igual a sua. Assim ele teria se limitado a pedir explicações, e registrar a ocorrência na qualidade de autoridade local. Depois, juntamente com os moradores da comunidade providenciou o enterro da vítima*" (Albuquerque, 2009, p. 32).

Não se sabe ao certo o que aconteceu com a dita cruz, mas existem relatos de que pelo menos até 1942 ela se encontrava no local descrito, conforme testemunham os mais antigos moradores. Já quanto à data dos eventos mencionados, na Cronologia Sobralense, de Pe. Sadoc Araújo, a menção mais antiga a essa fazenda é o casamento de Ana Maria Leite, que ocorreu em 16 de novembro de 1776. Portanto, pode-se inferir que essa denominação já era utilizada pelo menos desde esse período. Esse topônimo também aparece na solicitação de sesmaria do Capitão Diogo Lopes de Araújo, datada de 1817 (Sesmarias, Vol. 9, nº 728, p. 59). Ademais, uma vez que

Antônio Carlos Vasconcelos nasceu apenas em 18 de junho de 1790, se ele foi o protagonista da história, não foi esta que motivou a denominação do local.

Portanto, resta a outra hipótese, apontada por Nicodemos Araújo e citada por Raimundo Girão como sendo a mais aceita, de que se tratava do túmulo de um retirante da seca de 1725. Um trecho do livro Município de Sant'Anna traz uma descrição desse evento:

> *A seca de 1725, que durou 04 anos, assolando quase todo o Norte do Brasil, se fez sentir no Ceará de um modo fatalíssimo aos seus habitantes, pela completa escassez de gêneros alimentícios e mortalidade dos seus gados. Esse fato deu lugar à emigração, sucedendo que muitas famílias se viram obrigadas a refugiarem-se na Ibiapaba e outras serras, a fim de se furtarem aos rigores do cruel flagelo* (Município de Sant'Anna, 1926, p. 44).

Essa hipótese é de mais difícil verificação, mas é fato que nessa época a região deveria ser pouquíssimo habitada por europeus, a própria sesmaria do pai de Joana só foi concedida mais de dez anos depois, 1736.

São Francisco da Cruz

A capela da Cruz data do final do século XIX e teve por instituidores Francisco Bernardino de Albuquerque e Albano José da Silveira, que em 1880 iniciaram a construção do templo dedicado a São Francisco de Assis. Segundo a memorialista Elizabeth Albuquerque, Francisco Bernardino trabalhava na extração de borracha no Amazonas, quando, em um momento de apuro, teria feito uma promessa a Sáo

Francisco de construir uma Igreja se chegasse vivo à sua terra (Albuquerque, 2009, p. 50).

A construção, que contou com a colaboração de toda a comunidade, terminou quatro anos depois, sendo a sua bênção realizada a 20 de dezembro de 1884, pelo Pe. Vicente Giffoni Patricio. A imagem do Padroeiro, de fabricação portuguesa, foi encomendada um ano antes pelo Pe. Antônio Xavier de Maria Castro, então Vigário da Paróquia de Acaraú (Araújo, 1989, p. 65).

Capela de S. Francisco da Cruz. Fonte: Iphan.

Na autorização para a consagração do templo, Dom Joaquim José Vieira, bispo do Ceará, informa que Cruz tratava-se de "*uma pequena povoação ocupada na quase totalidade, por fazendeiros de uma só família"*. Nesse sentido,

ressalta-se que Albano José da Silveira e Francisco Bernardino de Albuquerque eram bisneto e trineto de Manoel Carlos de Vasconcelos e Joana Correia da Silva, respectivamente, bem como descendentes de outros sesmeiros da Ribeira, como João da Silveira Dutra e João Vieira Passos.

Francisco Bernardino de Albuquerque doou 55 braças (121 m) de terra, com 155 braças (341 m) de fundo a capela, conforme escritura registrada no Cartório de Acaraú, a 26 de dezembro de 1885, além de outras terras, em 1900. A capela também recebeu doações de 50 braças (110 m), dadas por Luiz José de Farias e Antônio Rafael de Vasconcelos e, mais tarde, D. Francisca Romana de Albuquerque doou uma casa, que, reformada, veio a ser a Casa Paroquial. Em 27 de dezembro de 1969, Miguel Albano da Silveira ofertou meio hectare na área central da cidade (Barroso, 1998, p. 248).

28. Pe. Silveira e a Capela do Olho D'Água de Santana

Como relatamos anteriormente, o lendário Frei Cristóvão de Lisboa supostamente teria percorrido em missão a região da Ribeira do Acaraú no distante ano de 1626. Nesta ocasião, fugindo de ataques dos índios que pretendia aldear, deparou-se com uma elevação rochosa, contendo uma gruta, onde teria se abrigado e jurado erguer uma capela a N. S. de Santana, única imagem que sobrevivera à perseguição.

Segundo a tradição católica, Santa Ana (ou Sant'Ana) era mãe de Maria, esposa de Joaquim e, portanto, avó materna de Jesus. A devoção aos pais de Maria remonta aos primeiros séculos do cristianismo, tendo surgido no Oriente e sido introduzida na Europa a partir das cruzadas de 710 d.C. Em Portugal, a veneração a Sant'Ana aparece em pinturas dos séculos XVI e XVII e chega ao Brasil com os primeiros colonizadores, onde adquire o caráter de matrona e catequizadora nos engenhos do Nordeste, sendo plausível sua associação à figura do missionário.

A promessa de Frei Cristóvão de Lisboa foi então registrada em uma carta, que também apontaria a localização de uma suposta mina de prata, cuja exploração poderia financiar a construção do templo. Segundo a lenda, após o decurso de um século, esta carta foi parar nas mãos do Ouvidor Loureiro, o qual entrou em disputa com o Cel. Sebastião de Sá, então proprietário das terras da referida mina, conflito que resultou na prisão de ambos (Município de Santana, 1926).

No decurso dessa contenda, em 1735, o Coronel Sebastião de Sá e, posteriormente, seu irmão Antônio venderam parte da propriedade, correspondendo a uma légua e meia (9,9 km) de terra, para o Padre Antônio dos Santos Silveira, no lugar denominado Olho D'Água. Padre Silveira, presbítero do hábito de São Pedro (clérigo secular), era natural de Pernambuco e teria vindo para a ribeira no final do ano de 1733, assumindo a posição de coadjutor do Pe. Elias Pinto de Azevedo no curato do Acaraú, onde exerceu também a função de escrivão de vara (Araújo, 2005, p. 242).

Além disso, por ser dotado de boa formação humanística, atuou ocasionalmente como professor, oferecendo aulas particulares aos filhos dos fazendeiros mais abastados. Embora não tenha mantido uma escola regular, foi um dos primeiros a exercer, ainda que de maneira rudimentar, o magistério na região (Araújo, 1978, p. 118).

Tomando conhecimento da lenda do Frei Cristóvão, o sacerdote teria se inspirado a levar adiante a promessa e erguer nas terras adquiridas o templo dedicado a Santana. Para tanto, requereu licença às autoridades eclesiásticas para erigir no seu sítio uma capela sob a invocação de N. S. Santana do Olho d'Água e Almas. Conseguida a licença, deu início a construção do templo a 9 de novembro de 1738, assentando-o em terreno elevado, não longe da casa da fazenda onde morava, tendo os trabalhos sido finalizados em 31 de julho do ano seguinte (De Menezes, 1889, p. 74). Essa construção teria contado com a colaboração dos moradores da região, entre eles o Capitão Manoel Ferreira Fonteles (Araújo, 2000, p. 73).

A benção do templo e das quatro imagens contidas nele, Cristo, Santana, S. Joaquim e Sta. Rita, foi realizada em 9 de agosto do mesmo ano, pelo próprio Pe. Silveira, auxiliado pelo Pe. Dionísio da Cunha Araújo, autorizado pelo Rev. Antônio de Aguiar Pereira, vigário geral da capitania (Araújo, 2005, p.168). No dia seguinte foi celebrada a primeira missa com assistência dos moradores da região.

Para constituir o patrimônio da Capela de Santana, Pe. Silveira doou meia légua (3,3 km) de terra, cinquenta vacas; e um touro reprodutor, tendo sido lavrada a escritura de doação a 6 de outubro de 1739, tendo como testemunhas o padre Miguel Gonçalves Marágoa e Arnaud de Holanda e Vasconcelos (Araújo, 1985, p. 14). Nessas terras do entorno da capela e imediações formou-se um povoado, denominado primitivamente de Curral Velho, a partir do qual se originaria o atual município de Santana do Acaraú.

Mas a lenda da mina de prata voltaria para perseguir Pe. Silveira. Por volta de 1740, iniciou-se na Serra da Ibiapaba uma expedição voltada à prospecção de metais preciosos, sob a liderança de Antônio Gonçalves de Araújo, superintendente da exploração. A iniciativa tinha como base relatos lendários acerca da suposta existência de prata na região onde hoje se localiza o município de Ubajara. Contudo, a empreitada revelou-se um completo fracasso: as análises realizadas em 1745 não identificaram prata alguma, mas apenas vestígios insignificantes de outros metais sem valor econômico (Girão, 2000, p. 139).

Por meios ignorados, talvez através dos registros do processo movido contra o Cel. Sebastião de Sá, de que falamos anteriormente, Antônio Gonçalves de Araújo tomou conhecimento do relato descrito por Frei Cristóvão mais de um século antes. Tentando contornar o revés que tivera na Ibiapaba, Araújo teria interpelado Pe. Silveira sobre a mina de prata que existiria em sua propriedade. Sentindo-se ameaçado, o sacerdote decide vender sua propriedade para um terceiro e mudar-se para Pernambuco, em 15 de novembro de 1751, onde teria morrido pouco tempo depois (Araújo, 1978, p. 118).

A légua de terra restante após a construção da capela foi então adquirida pelo Capitão Cláudio de Sá Amaral, em Recife, a 30 de janeiro de 1761. Como consta em seu inventário, a 7 de março de 1781, tratava-se de "*uma légua de terra de comprido, de criar gados, neste sítio de Santa Anna, margens do rio Acaraú, com meia légua de largo por uma só banda do rio, parte do nascente, a qual comprou ao Pe. Antônio dos Santos Silveira, avaliada em 460$000*" (Araújo, 2005, p. 409).

Com a partida do Pe. Silveira, a capela passou a ser administrada por Antônio Coelho de Albuquerque, a quem o sacerdote confiou também o segredo sobre a localização da suposta mina. Mais tarde, com a aquisição da propriedade por Cláudio de Sá, este assumiu a gestão do patrimônio de Santana e, em razão de sua amizade com Coelho, tomou conhecimento da lenda atribuída a Frei Cristóvão. Movido pela curiosidade e pela expectativa de encontrar o metal precioso, Cláudio de Sá dirigiu-se ao local indicado por Coelho, situado cerca de uma

légua (6,6 km) ao sul do Serrote da Rola. Após uma jornada penosa, chegou ao ponto assinalado e deparou-se com um mineral branco e reluzente que, no entanto, revelou-se ser apenas antimônio, metal de baixo valor comercial. Assim, desfez-se a crença na existência da lendária mina de prata (O Município de Santana, 1926, p. 85).

A capela de Santana foi bastante frequentada nesse período pelos primeiros moradores da Ribeira, conforme nos conta o livro Município de Santana, "desde meia até cinco léguas de distância e dela se diziam fregueses por devoção", entre outros, os seguintes cidadãos: Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, Mateus Conde Barreto d'Almeida, Ajudante Manoel Carneiro da Costa, Capitão Francisco Ferreira da Ponte, Gonçalo Ferreira da Ponte, Pedro Ferreira da Ponte, Capitão José de Xerez Fuma Uchoa, João de Lima Raposo, João da Silveira Dutra, José Henriques de Araújo, Capitão Antônio Henriques de Araújo, Manoel José de Farias e Caetano José Soares, casado com D. Luiza Ferreira, filha do Capitão Manoel Ferreira Fonteles (p. 82). Essa relação é atestada por farta documentação eclesiástica, sendo que muitas das pessoas mencionadas foram inclusive enterradas nos chãos da capela.

29. Manoel Vaz Carrasco e as Sete Irmãs

Manoel Vaz Carrasco e Silva nasceu em Ipojuca, Pernambuco, no ano de 1673, filho de Francisco Vaz Carrasco e de Brites de Vasconcelos. Seu pai foi Capitão de Ordenanças em Ipojuca e ordenou-se sacerdote após a morte de sua mãe, Brites, que era filha de Gaspar da Costa Coelho, cavalheiro de Cristo e capitão de Infantaria no tempo da guerra holandesa (Da Costa, 1952, p. 3; Araújo, 2005, p. 42).

Manoel Vaz migrou para o Ceará no primeiro terço do século XVIII, se estabelecendo na Fazenda Lagoa Seca, no atual município de Bela Cruz. Manoel é o pai das célebres Sete Irmãs, as quais deixaram grande descendência no Vale do Acaraú (Araújo, 2005, p. 46). Segundo Jarbas Aragão, no seu livro Colonizadores do Nordeste, as sete filhas de Carrasco, "*através de importantes casamentos, lançaram em suas respectivas fazendas, os fundamentos de várias cidades das ribeiras do Acaraú*" (Aragão, 1969, p.45).

Sobre Manoel Carrasco, sabe-se que era um homem letrado, uma vez que atuou como escrivão da capela de Olinda, onde teria lavrado em 1707 a certidão do testamento de João Fernandes Vieira, um dos heróis da Insurreição Pernambucana, movimento que culminou com a expulsão dos holandeses da capitania em 1654. Segundo Pe. João Mendes Lira, em seu livro De Caiçara a Sobral, Manoel Carrasco teria vindo para a então povoação de Caiçara a fim de supervisionar os trabalhos de arrecadação provincial (Lira, 1971, p. 35).

No mesmo trecho, Pe. Lira conta também que Manoel Carrasco teria vindo para o Ceará ainda viúvo de seu primeiro casamento, e que seu superior, residente em Fortaleza, teria lhe prometido sua filha em casamento, promessa que foi cumprida apenas um ano e meio depois. Desse relato, deduz-se que Carrasco veio para o Ceará por volta de 1714, se instalando inicialmente na povoação de Caiçara, onde teria trabalhado com seu sogro, Nicácio Aguiar e Oliveira, no já referido trabalho de arrecadação, e somente após seu casamento teria mudado para a Fazenda Lagoa Seca.

Conforme Pe. Sadoc, a família Carrasco é de linhagem distinta, ostentando brasão de armas desde o século XVII, um indicativo de nobreza e elevada estirpe, com vínculos diretos à aristocracia da Holanda, de Portugal e da Espanha (Araújo, 2005, p. 46). Entre as figuras ilustres que o antecedem, destacam-se seus tetravós Arnaud de Holanda, distinto do fidalgo holandês e Brites Mendes de Vasconcelos (Aragão, 1969, p.127). Ressalta-se ainda que Manoel Carrasco é descendente direto de cristão novos, judeus perseguidos pela inquisição e pelo governo Português, forçados a se converterem ao catolicismo (Lima, 2014, p. 111).

Manoel casou duas vezes, sendo a primeira com Luiza de Souza, natural de Goiana, Pernambuco, por volta de 1696. Com ela teve três filhos: Maria de Góes (1ª irmã), Sebastiana de Vasconcelos (2ª irmã) e Manoel Vaz da Silva. Após o falecimento de sua primeira esposa, Manoel teria migrado para o Ceará, casando-se em segundas núpcias com Maria

Magdalena de Sá e Oliveira em 1715, irmã do sesmeiro Domingos Aguiar de Oliveira e sobrinha de Leonardo de Sá.

Ressalta-se que Madalena de Sá e Oliveira era viúva de Francisco Bezerra de Meneses, filho do Capitão Bento Rodrigues Pereira e D. Petronila Meneses, com quem teve dois filhos, Gonçalo João Coimbra e Amaro Lopes de Meneses. Uma vez que ambos os filhos eram pequenos quando houve o segundo casamento da mãe, provavelmente moraram com ela e Manoel Carrasco na Fazenda Lagoa Seca.

Desse segundo casamento, nasceram sete filhos, a saber: Nicácio de Aguiar Oliveira, Maria Madalena de Sá (3ª irmã), Inês Madeira de Vasconcelos (4ª irmã), Rosa de Sá e Oliveira (5ª irmã), Brites de Vasconcelos (neta) (6ª irmã), Ana Maria de Vasconcelos (7ª irmã) e Sebastiana de Sá e Oliveira, que faleceu sem deixar descendentes.

Não encontrei informações sobre como Manoel Vaz Carrasco obteve a Fazenda Lagoa Seca, entretanto, sabe-se que esta deu origem a uma localidade de mesmo nome, que se desenvolveu ao redor de um córrego que deságua na lagoa que motivou esse topônimo (Araújo, 1990, p.17). Esse curso d'água corre paralelo ao antigo Riacho Tucuns, distanciando-se do mesmo por cerca de 2,5 km (0,38 léguas) ao Norte, portanto, dentro da sesmaria de Domingos Aguiar de Oliveira, cunhado de Manoel Vaz Carrasco. Dessa forma, pode-se inferir que Manoel tenha adquirido as terras de seu cunhado ou as recebido como dote de casamento.

Entretanto, é importante destacar que, além dessa propriedade, deve ter possuído muitas outras terras. Segundo Jarbas Aragão, Manoel Carrasco teria recebido muitas sesmarias na Ribeira do Acaraú, sendo um homem de grande prestígio na região (Aragão, 1969, p. 126-127). Em que pese a plausibilidade dessas afirmações, não consegui localizar menções diretas a ele nos arquivos das sesmarias cearenses, de modo que é possível que estas tenham sido concedidas, por seu intermédio, diretamente a seus genros.

Manoel Vaz Carrasco faleceu em 23 de novembro de 1753, aos oitenta anos, "*de doença que Deus lhe deu*", sem deixar testamento, tendo sido sepultado envolto em hábito franciscano na Capela de Santa Cruz, em Bela Cruz, pelo Padre Felis de Azevedo (Livro 3º de óbitos de Sobral, fl. 5 apud Frota, 1974).

Fazenda Lagoa Seca (laranja), adquirida de Domingos de Aguiar

As Sete Irmãs*

1. Maria de Goes Vasconcelos c.c. Nicácio Aguiar de Oliveira, irmão do sesmeiro Domingos Aguiar de Oliveira, filho de Nicácio Aguiar de Oliveira e Madalena de Sá. Nicácio, seu marido, faleceu a 3 de novembro de 1761, com 65 anos,

“pobre que vivia de esmola”, segundo atesta o registro de óbito. Foi sepultado na Capela de Santa Cruz.

2. Sebastiana de Vasconcelos c.c. João da Soledade, também chamado João Dias Ximenes de Galegos, filho de Domingos de Santiago Montenegro e Lourença de Aguiar Dias Ximenes.

3. Maria Madalena de Sá c.c. Francisco Ferreira da Ponte, filho do primeiro matrimônio de Gonçalo Ferreira da Ponte com Maria de Barros Coutinho, a 20 de setembro de 1738. Maria Madalena foi a primeira das Sete Irmãs a falecer, fato que ocorreu a 16 de março de 1743, em consequência de melindroso parto. Francisco Ferreira da Ponte faleceu a 1º de novembro de 1758, com 61 anos de idade.

4. Inês Madeira de Vasconcelos que casou duas vezes. A primeira, com o Capitão Luis Gonçalves de Matos, filho de Luis Gonçalves e Ana Peralta, naturais de Igarassu, a 14 de setembro de 1739. A segunda, com Antonio Álvares Linhares, filho de Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá, a 31 de julho de 1758. D. Inês faleceu a 13 de agosto de 1802. Antonio Alves Linhares, doente há muitos anos de tuberculose pulmonar, faleceu com hemoptizes a 10 de outubro de 1785.

5. Rosa de Sá e Oliveira c.c. Capitão José de Xerez da Furna Uchoa, filho de Francisco de Xerez Furna e Inês de Vasconcelos Uchoa, a 21 de outubro de 1747, na Matriz da Caiçara. Dona Rosa faleceu a 10 de fevereiro de 1812, com 96 anos. José de Xerez faleceu a 1º de abril de 1797, com 75 anos de idade.

6. Brites de Vasconcelos c.c. José de Araújo Costa, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá, a 31 de julho de 1747. Dona Brites faleceu a 10 de fevereiro de 1814, com 90 anos. José de Araújo Costa faleceu a 4 de agosto de 1791, com 74 anos. Moravam na Fazenda Lagoa Grande.

7. Ana Maria de Vasconcelos c.c. Miguel do Prado Leão, filho de Cosme do Prado Leão e Luzia da Assunção de Oliveira, a 1º de novembro de 1753, na Capela da Santa Cruz (hoje Bela Cruz). Ana Maria faleceu no mês de julho de 1770 e Miguel do Prado faleceu a 11 de julho de 1794, com 83 anos, sendo sepultado na Capela de Santa Cruz.

*Trecho retirado na íntegra de Araújo (2005, p. 47-48)

30. José de Xerez Furna Uchoa e o Café no Ceará

Nascido a 16 de setembro de 1722 em Goiana, Pernambuco, filho de Francisco de Xerez Furna e Inês de Vasconcelos Uchoa, José de Xerez Furna Uchoa migrou para o Ceará provavelmente entre os anos de 1731 e 1742, estabelecendo-se inicialmente em Bela Cruz. O motivo para a migração é incerto, sendo uma hipótese plausível, de que D. Inês de Vasconcelos, então viúva, teria problemas de saúde que poderiam ser amenizados pelo clima litorâneo (Almeida, 2016, p. 171). Já a escolha do local, muito provavelmente se deveu ao fato desta ser sobrinha de Manoel Vaz Carrasco, dono da Fazenda Lagoa Seca.

Uma hipótese mais intrigante, é que a família tenha fugido da Guerra dos Mascates ou mesmo das devassas que ocorreram em Pernambuco e Paraíba no período de 1729 a 1741. A família de José de Xerez, assim como a de Manoel Carrasco possuía ascendência de cristãos-novos, judeus convertidos à força pelo estado Português. Esse grupo muitas vezes era perseguido injustamente pela supostas práticas judaizantes, o que poderia resultar na prisão, confisco dos bens e até mesmo a pena capital (Souza, 2007, p. 160).

Após uma breve permanência em Bela Cruz, Xerez transferiu-se para Caiçara por volta de 1743, onde adquiriu terras e consolidou um prestígio notável. Em 5 de abril de 1758, foi designado almotacé da freguesia da ribeira do Acaraú, com atuação prevista para os meses de julho a setembro do mesmo ano. Pouco depois, em 26 de julho de

1758, foi eleito oficial da Câmara de Fortaleza para a mesma ribeira, tomando posse em 17 de agosto como juiz ordinário, função que exerceu durante o ano seguinte. Ao longo de sua carreira pública, ocupou ainda os cargos de juiz de órfãos e vereador da Câmara, vindo a ser nomeado capitão-mor das Entradas do Acaraú e capitão-mor das ordenanças (Linhares, 1901).

Entretanto, em meio a essa trajetória de ascensão, enfrentou acusações de um desafeto, que o acusava de descender de cristãos-novos. Essa acusação, motivou-o a empreender um extenso estudo genealógico visando provar (em vão) não constar entre seus ancestrais máculas de sangue "*índio, mouro, judeu ou qualquer outra raça reprovável em direito*". Infelizmente esse preciosíssimo estudo, que demorou cerca de 12 anos para ficar pronto, encontra-se perdido, havendo apenas referências indiretas ao mesmo (Linhares, 1901, p. 70).

Ao que parece, a acusação não teve maiores consequências sobre sua reputação, visto que continua a ocupar posições de prestígio até o final de sua vida. No ápice de sua atuação pública, em 2 de setembro de 1778, é nomeado Capitão-mor da Vila Distinta e Real de Sobral. Faleceu José de Xerez da Furna Uchoa a 1º de abril de 1797 e foi sepultado na Matriz de Sobral.

A vinda do Café para o Ceará*

Em 1747, o capitão-mor da vila de Sobral e da ribeira do Acaraú, José de Xerez Furna Uchoa, descendente de

tradicional família e figura de prestígio regional, introduziu o cafeeiro em sua propriedade, o sítio Santa Úrsula, na serra da Meruoca. O exemplar por ele plantado teria sobrevivido por 114 anos, segundo o historiador Barão de Studart, ainda existindo em 1861. Dessa planta derivaram as sementes que abasteceram os primeiros cafezais da Meruoca e da vizinha Serra da Ibiapaba.

Furna Uchoa pertencia a uma linhagem fidalga e manteve vínculos estreitos com a metrópole portuguesa. Em uma viagem à Europa, entre 1743 e 1746, visitou Paris e, no renomado Jardim das Plantas, conheceu exemplares de cafeeiros oferecidos ao rei Luís XV por navegadores holandeses vindos do Oriente. Decidido a aclimatar a rubiácea em suas terras, obteve, por meio da diplomacia portuguesa, uma recomendação ao duque de Choiseul, então ministro francês e figura de poder comparável ao marquês de Pombal em Portugal. Graças a esse apoio, recebeu duas mudas de café pertencentes originalmente ao rei francês. Apenas uma sobreviveu à travessia atlântica, tornando-se a planta centenária do sítio Santa Úrsula. Assim, o primeiro cafeeiro do Ceará veio diretamente de Paris e remontava ao acervo botânico de Luís XV.

*Adaptado de Gustavo Barroso, na obra A Margem da História do Ceará (Barroso, 1962, p. 221-224).

Descendência de José de Xerez Furna Uchoa

Em 21 de outubro de 1746, José de Xerez casou-se com Rosa de Sá e Oliveira, sua prima de 3º grau, e filha de

Manoel Vaz Carrasco. O casal teve sete filhos (Araújo, 2005, p. 226):

1. Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa, nascido a 2 de abril de 1762.

2. Ana América Uchoa, batizada a 20 de setembro de 1749, c.c. Manoel José do Monte, viúvo de Luzia da Costa Maciel, filho de segundo matrimônio de Gonçalo Ferreira da Ponte com Maria da Conceição. Ana América casou-se a 30 de novembro de 1769.

3. Francisca Xavier de Mendonça, batizada a 2 de outubro de 1751, c.c. o Capitão Antonio Manoel da Conceição, filho de Manoel José do Monte e Luzia da Costa Maciel, no dia 21 de setembro de 1778, mesmo dia em que se casou sua irmã Mariana.

4. Mariana de Lira Pessoa, c.c. o Capitão Antonio Alvares de Olanda, filho de Domingos Alves Ribeiro e Ana de Sá Cavalcante, a 21 de setembro de 1778.

5. Maria Manoela, nascida a 6 de dezembro de 1768, c.c. o Sargento-mor Francisco Antonio Linhares, filho de Antonio Alvares Linhas e Inês Madeira de Vasconcelos, a 22 de maio de 1787, na Matriz.

6. Maria José Mendonça, c.c. Joaquim José Madeira de Matos, filho de Manoel Madeira de Matos e Francisca de Albuquerque Melo, a 8 de fevereiro de 1781. Maria José Mendonça faleceu a 3 de dezembro de 1786, com 36 anos. O viúvo Joaquim José casou-se, em segundas núpcias, com

Caetana Maria da Assunção, filha de Alexandre Fernandes de Vasconcelos e Caetana Maria, a 16 de fevereiro de 1806.

7. José de Lira Pessoa, nascido a 4 de setembro de 1766, casou-se duas vezes. À primeira, com Inácia Cavalcante de Albuquerque, filha do Capitão-mor Bento Pereira Viana e Bernarda Cavalcanti de Albuquerque. A segunda, com Maria Pereira Viana, filha natural de Bento Pereira Viana e Tereza Maria de Jesus, a 26 de agosto de 1828.

31. O Curral Grande do Cel. Fco. Ferreira da Ponte

Francisco Ferreira da Ponte e Silva nasceu no ano de 1697, batizado a 18 de outubro na Freguesia de N. Senhora da Apresentação, Natal, Rio Grande do Norte. Teve como padrinhos Damázio Saraiva e D. Gracia do Rego (Lima, 2016, p. 704). Era filho legítimo de Gonçalo Ferreira da Ponte e de sua primeira mulher, Maria de Barros Coutinho (Arruda, 1997, p. 18). Pertencia a uma família de posses e tradição, originária de terras pernambucanas, cuja descendência se estenderia posteriormente pelo sertão do Ceará, na Ribeira do Acaraú, onde viria a fixar residência e dar origem a um dos mais antigos troncos familiares da região.

Ainda jovem, mudou-se para a região das Minas Gerais, onde viveu maritalmente com a mineira Maria da Costa, solteira (Araújo, 2005, p. 67). Desse relacionamento, resultaram dois filhos naturais que vieram residir juntamente com pai na Ribeira do Acaraú (Lima, 2016, p. 2071):

1. José Ferreira da Ponte casou-se com Ana Maria, filha de Manoel Rodrigues da Silva e de Luzia Ferreira.

2. Perpétua Ferreira da Ponte casou-se com Manoel Vaz da Silva, filho de Gaspar dos Reis e de Joana do Rego. Pérpetua faleceu a 09 de janeiro de 1774, e seu marido a 28 de agosto de 1791

Em data incerta, mas provavelmente nas primeiras décadas do século XVIII, Francisco Ferreira da Ponte e Silva veio para a Ribeira do Acaraú. Fixou-se na Fazenda Curral

Grande, uma extensa propriedade situada na ribeira do rio Acaraú, no território do atual município de Santana do Acaraú, onde destacou-se na atividade agropastoril. A sede da antiga fazenda originou uma localidade de mesmo nome próximo à fronteira com o município de Morrinhos.

Apesar de não estar claro como Ferreira da Ponte obteve a Fazenda Curral Grande, é plausível que esta tenha sido adquirida de Manoel de Góes ou de seus herdeiros, uma vez que a mesma encontra-se dentro do limite da sesmaria obtida pelo mesmo em 1683. Ademais, a ligação entre as duas famílias reforça essa ideia. Em 19 de fevereiro de 1685, Manoel de Góes obteve outra sesmaria na Ribeira do Jaguaribe, juntamente com Francisco Ferreira da Ponte e outros companheiros (DHP Vol. 1, 1954, p. 159). Pela data, infere-se que este Francisco se trata do avô daquele, que respondia pelo mesmo nome. Além disso, sabe-se que Manoel de Góes fixou-se na Fazenda Tucuns, que ficava ao lado da Fazenda Curral Grande.

Casa de Fazenda Centenária (Fonteles, 1994, p. 13).

No mesmo sentido, em 9 de maio de 1734, D. Mariinha Vasconcelos, mulher de Manoel de Góes, foi madrinha no batizado de Maximiano, filho de Manoel Ferreira da Cruz e Teresa de Jesus, no qual consta que esta seria moradora da Fazenda Curral Grande (Liv. Bat. 1, fl. 31). É sugestivo também o fato de Manoel de Góes possuir no Jaguaribe outra fazenda de nome Curral Grande (Bezerra, 1918, p. 81). Unindo todos esses indícios, torna-se forte a suspeita de que essa tenha sido a forma de aquisição da propriedade.

Em 23 de junho de 1746, Francisco Ferreira da Ponte recebe uma sesmaria medindo uma légua e meia de comprimento (9,9 km) por uma de largura (6,6 km), "*pegando das Lages chamada Boa Vista que fica na Ladeira do*

Capitão-mor João Felix, buscando as testadas do Capitão João Felix e ilhargas do Capitão Manoel Rodrigues Coelho, chamadas as Ilhargas de Meruoquinha no sitio chamado Santo Antônio" (Sesmarias, Vol. 7, nº 509, p. 19).

O Capitão Manoel Rodrigues Coelho era casado com a viúva de Domingos Rodrigues Peniche, Inês Barbosa, residentes na Fazenda Pedra Branca, área chamada Várzea do Peniche, a poucos quilômetros do local onde hoje se encontra a cidade de Sobral (Araújo, 2005, p. 142). Já o Capitão-mor João Félix Carvalho era morador do Parazinho, no município de Granja, casado com Apolônia Ferreira Diniz (Araújo, 2000, p. 52).

Também possuía uma casa na Vila de Sobral, que segundo D. José Tupinambá da Frota, ficava situada "*na Rua do Rio (...), numa esquina, à direita de quem, vindo da praça da Matriz, vai à capela das Dores*" (Frota, 1974, p. 27).

No campo militar alcançou o prestigioso posto de Coronel de Cavalaria da Ribeira do Acaraú (Lima, 2016, p. 704). A 20 de setembro de 1738, o então Coronel Francisco Ferreira da Ponte e Silva casou-se com Maria Madalena de Sá e Oliveira, a terceira das sete irmãs, filha de Manoel Vaz Carrasco da Silva e de Maria Madalena de Sá e Oliveira. Deste matrimônio nasceram os seguintes filhos:

3. Francisco, batizado a 25 de dezembro de 1739 pelo oficiante Pe. Elias Pinto de Azevedo, que não sobreviveu. Foram seus padrinhos os avós Manoel Vaz Carrasco e Maria

Madalena de Sá, que encontravam-se na Fazenda Curral Grande para as celebrações de Natal (cfr. Liv. a, fl. 78v).

4. Pedro Ferreira da Ponte, c.c. Catarina de Sá Medeiros, filha de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 15 de outubro de 1759. Pedro foi batizado a 5 de junho de 1741.

5. Vicente Ferreira da Ponte que se casou duas vezes. A primeira com Ana de Sá Medeiros, filha de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 7 de julho de 1760. A segunda, com Maria Gertrudes de Mendonça, a 31 de julho de 1797. Vicente Ferreira da Ponte foi batizado a 26 de abril de 1742 e faleceu a 12 de junho de 1823.

6. Ana, de cujo parto morreu sua mãe, batizada a 16 de março de 1743.

O Testamento de D. Maria Madalena

Maria Madalena foi a primeira das Sete Irmãs a falecer, fato que ocorreu a 16 de março de 1743, em consequência de complicações no parto. Quatro dias antes, no dia 12 de março, já ciente da gravidade de seu estado, faz seu testamento, que traz algumas informações relevantes:

> *(...) Rogo a meu amado marido, o Coronel Francisco Ferreira da Ponte e Sylva e ao meu Pay o Capitam Manoel Vaz Carrasco da Sylva e a meu compadre o Tenente Coronel Manoel Ferreyra Fontelles por servisso de nosso Senhor e por me fazerem mercê ser meus testamenteiros* (Araújo, 2005, p. 200).

No testamento, informa que o casal possuía criações de gado ferrado e dois sítio de terra: a Fazenda Curral Grande, medindo uma légua (6,6 km) e parte da Fazenda Lagoa Seca,

medindo meia légua (3,3 km), ambos ao longo do Rio Acaraú. A Fazenda Lagoa Seca pertencia ao pai de Maria, Manoel Vaz Carrasco, que provavelmente a deu como dote de casamento. Declarou também possuir 108 mil réis em dinheiro de ouro e diversos bens em ouro e prata, os quais reparte entre as irmãs.

No documento, consta ainda possuir nove escravizados, cinco homens e quatro mulheres:

> (*...) José da Costa do Mina, outro Miguel Rafaelám de Angola, Pedro da Costa do Minna, Sylvestre mulato de idade de três annos, Maria e Marcella do gentio da Angola, outra Maria cabra e* ***Germana criolla*** [grifo nosso] (Araújo, 2005, p. 202).

O testamento foi escrito pelo Padre Antônio Silveira, fundador da Capela de Santana do Acaraú, onde Madalena foi enterrada e a quem encomendou missas para sua alma.

Ascensão e Morte do Coronel

Mesmo após a morte de sua esposa, o Coronel Francisco Ferreira da Ponte continuou tendo papel de destaque na Ribeira do Acaraú, ocupando diversos cargos importantes. Foi designado como Juiz Ordinário em duas ocasiões, a primeira em 22 de janeiro de 1747, reconduzido em 2 de fevereiro de 1755. Em 1749, em função da visita do Frei Miguel da Vitória, assessor da Santa Inquisição, protocolou denúncia contra o ex-escravo de Nicolau Peixoto, pela agressão ao filho de Domingos de Sousa.

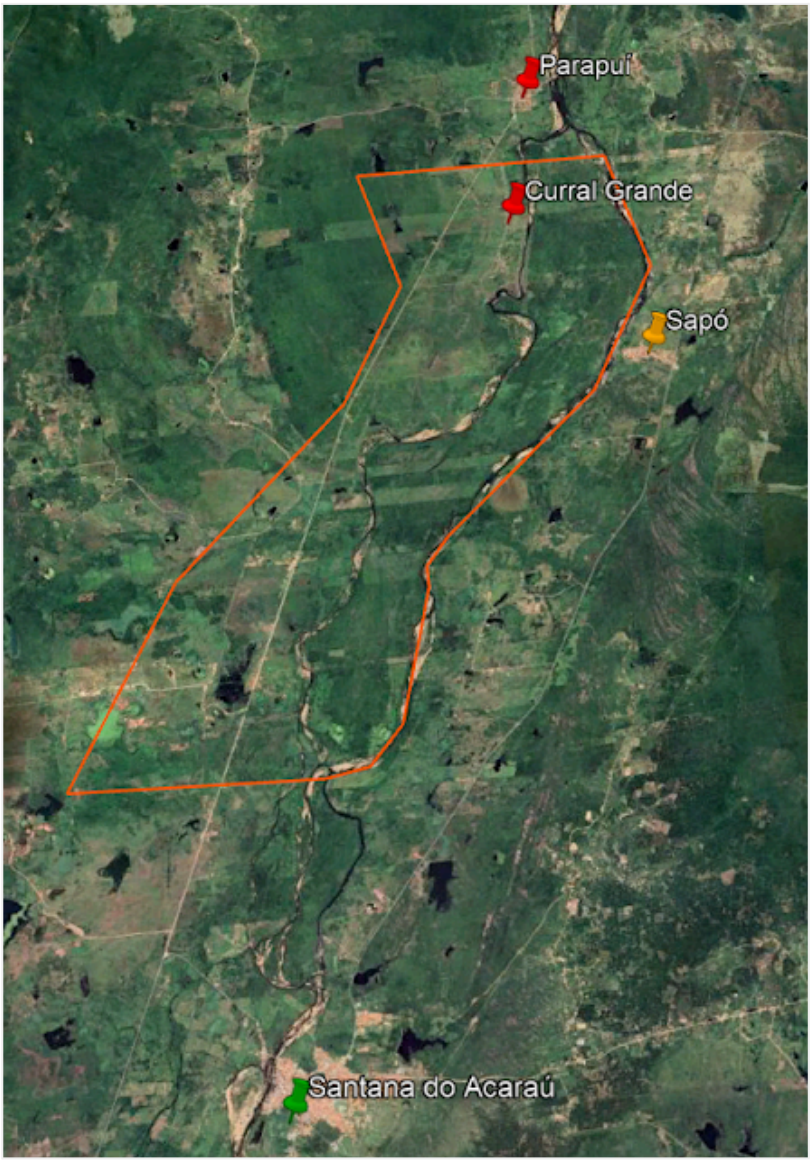
Nesse período, também se destacou por sua atuação religiosa, sendo tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, canonicamente ereta em 15 de setembro de 1752

na Matriz da Caiçara, durante a visita oficial do carmelita Frei Manoel de Jesus Maria. Essa irmandade congregava pessoas importantes da região, como o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos e o sesmeiro Tomé Pires de Queiroz, um dos pioneiros de Amontada.

Francisco Ferreira da Ponte faleceu a 1º de novembro de 1758, com 61 anos de idade. No seu testamento, transcrito no Livro de Óbitos de Sobral, deixando para a Capela de N. S. da Conceição da Caiçara:

> *(...) légoa e meia de terra, no Curral Grande, com dois escravos, Silvestre mulatinho e o negro Pedro Minu, com os gados vacum e cavalares restantes de suas terras para que dos rendimentos dos gados se digam missas cada anno* (Liv. Óbitos de Sobral, 1752-1777, fl. 16).

Nota-se que a propriedade doada a igreja, de uma légua e meia de terra no Curral Grande (9,9 km) é maior do que aquela que consta no testamento de sua esposa, sugerindo que houveram aquisições posteriores. Nota-se também que o escravo mulato Silvestre, também mencionado no testamento de Madalena, deveria ter ao redor de 18 anos quando foi legado à Igreja.



Localização estimada da Fazenda Curral Grande.

Francisco Ferreira da Ponte e Silva foi enterrado na antiga matriz de Caiçara, "*das grades para cima, junto ao arco da capella-mor*", envolto em hábito franciscano, seguindo os costumes da época, pelo padre Manoel da Fonseca Jayme.

A Primeira Escola da Ribeira*

Germana de Sá e Oliveira, ex-escrava do Cel. Francisco Ferreira da Ponte, como consta no testamento de sua esposa, conseguiu alforriar-se, casando-se em primeiras núpcias com Maurício de Azevedo da Conceição. Nascida em 1733, ela era natural da freguesia de Caiçara, filha do preto Domingos de Vasconcelos.

Ao ficar viúva casou em segundas núpcias, em 17 de julho de 1780, com o negro Mestre-escola Manoel Gomes Correia do Carmo, natural da freguesia de Sam Pedro Martir, Olinda, Capitania de Pernambuco. Era filho de natural de Antônia Gomes, preta forra, escrava do Cônego Mestre-escola Bernardo Gomes Correia, cujos sobrenomes herdou. Emigrou para o Ceará, residindo inicialmente em Amontada onde passou rápida temporada (Araújo, 1978, p. 119).

No testamento de Germana, datado de 1792, deixou três cativos e as seguintes propriedades para seus herdeiros:

> *hum cítio de terras de plantar lavoura em sima da Serra de Meruoquinha termo desta Vila de Sobral denominado São João com o comprimento de trezentos brasas com a largura que se axar de Serra a Serra foreira a camara desta Vila que constesta de parte de Sima com terras do Cítio Santo Antônio dos herdeiros do defunto José digo santo Antônio de Pedro Ferreira da Ponte pela parte de baixo com os herdeiros do defunto Primo Fernandes*

Coelho avaliado pelos Avaliadores com suas árvores de fructos em secenta mil reis... 60$000.

Manoel era professor na Vila Distinta e Real de Sobral, onde vivia de sua "escola de ensinar meninos". Esta foi a primeira da "Povoação da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Acaraú", funcionando desde pelo menos 1761. Como destaca Pe. Sadoc, "*evidentemente seus alunos não eram os filhos de famílias de destaque, já que os preconceitos raciais do tempo da escravatura impediam que um preto fosse preceptor de um branco"*. Esta foi a única escola da Caiçara até por volta de 1780, quando foi aberta a primeira escola para brancos, pelo Tenente Manuel Correia Marques de Sá (Araújo, 1978, p. 119).

Sobre suas posses, em 1788, Manoel informou à Câmara da vila de Sobral ser proprietário do sítio São João, na serra da Meruoca, com "*600 braças de terra de cumprido com 300 braças de largo*", dono de 03 escravos, e uma lavoura de "*seis mil covas de mandioca, cana e seiscentas braças de algodão*".

Com Germana, teve dois filhos: Lino Ferreira da Conceição e Felipa de Sá e Oliveira. Felipa contraiu matrimônio, em primeiras núpcias, com o criador de gado Primo Fernando Coelho, morador da Fazenda Cruz do Padre. Falecido em 1783, Primo Fernando deixou os seguintes filhos: Ana Catarina de Sena, Antônia Anastácia Coelho, Manoel Fernandes Coelho, Clemente Fernandes Coelho e João Fernandes Santana Cavalcante, este último classificado como pardo e oficial de carapina.

Para a tutela dos filhos menores foi nomeado o alferes Luís Joaquim Correia, que posteriormente veio a casar-se com Felipa de Sá e Oliveira. Os bens deixados por Primo Fernando Coelho compreendiam o sítio São João e o sítio Santa Maria, ambos situados na Serra da Meruoca; bem como uma légua de terras de criar gado, denominada Santo Antônio, no riacho da Gangorra, e outra légua de terras, localizada nas fraldas da Serra do Caioca, conhecida como Olho d'Água do Padre Pascoal.

Viúva, Felipa de Sá e Oliveira contraiu novo matrimônio com o então tenente Luís Joaquim Correia, união da qual nasceram três filhos: Maria Teotônia, Luís e Benedito. Em 1788, o alferes Luís Joaquim Correia declarou à Câmara da Vila de Sobral ser proprietário do sítio Tapera, situado às margens do rio Acaraú, onde possuía: "*quatro escravos, criava setenta ovelhas, vinte éguas, dez cavalos de fábrica, seis poldros, onze bois de açougue, quarenta vacas parideiras, dezesseis novilhos, dezoito garrotes e trinta bezerros*".

Felipa de Sá e Oliveira faleceu em 1797, deixando como herança aos filhos de seu primeiro e segundo casamentos as seguintes propriedades: 460 braças de terras para criar gado no sítio Tapera; um sítio de plantar lavoura, denominado João Félix, situado na Serra da Meruoca; e o sítio São João, localizado na Meruoquinha.

*Todas as informações desta subseção foram retiradas de De Souza (2015), p. 137-139.

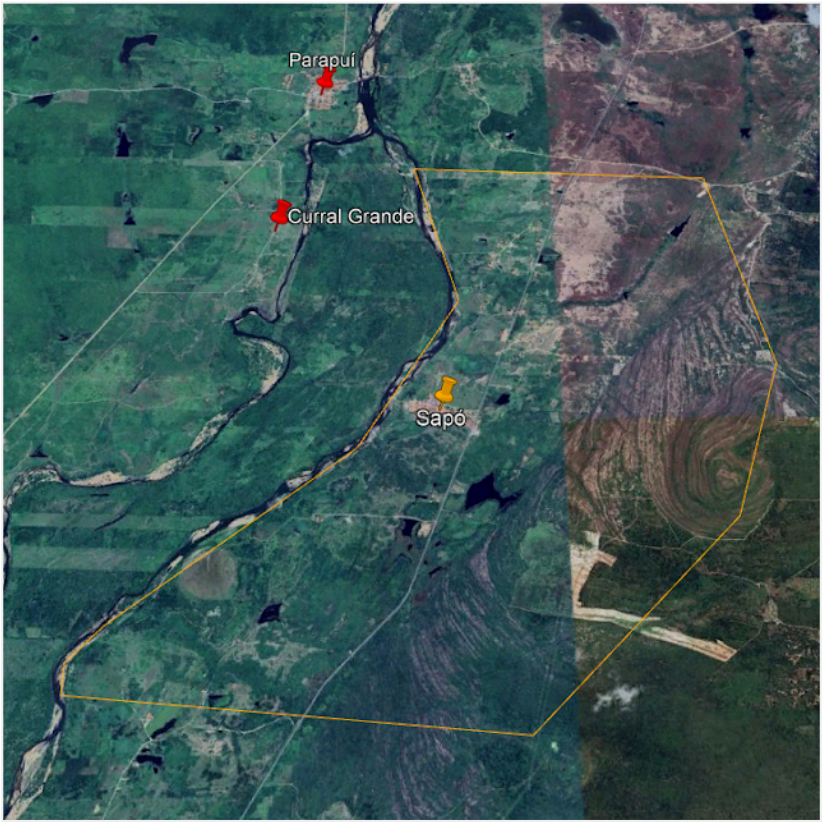
32. Os Carneiro do Sapó

Como explicamos anteriormente, o Cel. Sebastião de Sá teve um triste fim após o conflito com o ouvidor Loureiro e o desentendimento com Padre Matinhos. Outrora homem de grande prestígio e rico proprietário de terras, no fim da década de 1740, o coronel encontrava-se preso e endividado, tendo seus bens sequestrados e levados à hasta pública em função de uma dívida com José Correia Peralta. Entre suas propriedades, constava uma fazenda, de nome Andú Sapó, ou apenas Sapó, localizado na Ribeira do Acaraú, cujo nome, de origem indígena, é uma corruptela de Andu-Sapuá, que significa roça de feijão (Girão, 1983).

Essa propriedade foi então arrematada, em Aquiraz, por Manoel Teixeira de Varela em 24 de agosto de 1740, pelo valor de duzentos mil réis. O lote arrematado consistia de uma faixa de uma légua (6,6 km) de largura, vizinho da Fazenda Curral Grande, do Cel. Francisco Ferreira da Ponte. Um ano antes, em 30 de agosto de 1739, Varela havia se casado com Teresa de Jesus de Vasconcelos, filha do Capitão Cosme Frazão de Figueroa e Maria Coelho de Vasconcelos Alvarenga (Araújo, 2005, p. 181-182). O casal teve apenas uma filha, de nome Sancha, batizada a 9 de janeiro de 1740.

Teresa era viúva de Domingos Ferreira Pinto, irmão de Manoel Ferreira Fonteles, que, por sua vez, também era viúvo de Francisca da Fonseca, que morreu durante o parto de seu filho, Francisco, em 1731. Domingos e Teresa provavelmente já moravam na Fazenda Sapó, uma vez que foi

neste lugar que ocorreu a cerimônia de casamento em 25 de novembro de 1733 (Araújo, 2005, p. 145). Corrobora com isso o fato de que Domingos faleceu no dia 1º de maio de 1737, sendo seu inventário também foi realizado na referida fazenda, em outubro do mesmo ano (Araújo, 2005, p. 58). Portanto, é provável que Domingos e Teresa tivessem alguma relação de sociedade com Sebastião de Sá, proprietário do lugar.



Localização Estimada da Fazenda Sapó em meados do Sec. XVIII

Menos de um ano após a aquisição da Fazenda Sapó, na noite de 14 de abril de 1741, faleceu em sua propriedade Manoel Teixeira Varela, deixando-a para sua esposa Teresa de Jesus e sua filha Sancha. Sancha casou-se duas vezes. A primeira a 10 de novembro de 1751, com Veríssimo Tomás Pereira, filho de Francisco Rodrigues Viana e de Teresa Maria, naturais de Santa Catarina do Monte Sinai, Lisboa. A segunda vez, com Zacarias de Sousa Marinho, a 25 de agosto de 1755 (Lima, 2016, p. 623).

Assim, a viúva Teresa de Jesus casou-se, pela 3ª vez, no ano de 1744, com o Tenente João Carneiro da Costa, formando o tronco da numerosa família Carneiro do Sapó, origem dos Carneiro da zona norte. Segundo o historiador Raimundo Girão, João Carneiro foi um dos mais importantes fazendeiros de gado da Ribeira do Acaraú durante o meado do Século XVIII (Girão, 1983, p. 365).

João Carneiro da Costa nasceu em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, por volta de 1707, filho de Diogo da Costa Calheiros e de Joana Carneiro Brito. Migrou para o Ceará na segunda metade da década de 1730, tendo atuado como avaliador do inventário do Pe Manoel Poderoso de Morais em 25 de outubro de 1737, juntamente com seu futuro sogro Cosme Frazão de Figueroa, já na Fazenda Sapó (Araújo, 2005, p. 158). Desse episódio, deduz-se que João era letrado e tinha boa noção de valores, além de gozar de confiança e respeito frente à justiça.

Corrobora com isso o fato de ter alcançado a patente de Tenente de milícia, indicando que pode ter servido nas tropas auxiliares de defesa, ou ainda a recebido de forma honorífica, em função do seu prestígio social ou participação política (Araújo, 1977, p. 135). É provável que essa nomeação tenha tido alguma influência de seu sogro, Cosme, a quem devia estar subordinado, visto que esse possuía a patente de Capitão.

Do casamento João Carneiro e Teresa de Jesus Vasconcelos nasceram três filhos:

1. Ajudante Manoel Carneiro da Costa, c.c. Rosa Maria da Conceição, filha de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a 9 de janeiro de 1766.

2. Maria Teresa de Jesus, que se casou duas vezes. A primeira, com o português João da Fonseca Alvares, filho de João da Fonseca Alvares e Maria Alvares, a 15 de fevereiro de 1773. A segunda, com seu primo legítimo Antonio Gomes de Albuquerque, filho de Caetano Gomes da Silva e Francisca Maria de Vasconcelos, a 21 de julho de 1781.

3. Ana, que faleceu em tenra idade a 26 de julho de 1758.

João Carneiro da Costa faleceu em 25 de maio de 1758, com cerca de 50 anos, de "*doença que Deus lhe deu*". Deixou um testamento válido apenas para fins religiosos, o que pode sugerir uma morte repentina. Foram seus testamenteiros, sua mulher Teresa, seu sogro, Cosme e Zacarias de Sousa Marinho, marido de sua enteada, Sancha Maria de Jesus.

Nas disposições espirituais, mostra-se um homem bastante devoto, deixando por sua alma:

> *(...) um oficio de corpo presente, doze missas também de corpo presente e mais cinco capelas de missas: três por sua alma, duas por alma de seu pai e uma por alma de sua mãe. Item deixa uma festa com missa cantada e sermão à gloriosa Santa'Anna, na sua capela, nesta freguesia* (Liv. Ób. Sobral nº 2, fl. 14 apud Araújo, 2005, p. 277).

Foi sepultado envolto em hábito franciscano, conforme o costume da época, na Igreja Matriz de N. Senhora da Conceição, em Sobral, pelo Padre Manoel da Fonseca Jayme, cura do Acaraú.

Em 1906, Antônio Carneiro da Silva, trineto do Tenente João Carneiro da Costa, edifica no local onde ficava o oratório da antiga Fazenda Sapó, uma capela em homenagem à Sagrada Família: Jesus, Maria e José (Girão, 1983, p. 365). Ao redor dessa capela surgiu o atual distrito de mesmo nome, berço dos Carneiro do Baixo Acaraú.

Nas Intans, seu Frederico

Do casamento do Ajudante Manoel Carneiro da Costa e Rosa Maria da Conceição Vasconcelos, nasceram sete filhos, dentre os quais, o Capitão Manuel Carneiro da Costa, que se casou com Teresa Maria de Jesus, bisneta de Manoel Ferreira Fonteles. Fruto desse casamento, nasceu, por volta de 1818, o Major Frederico Carneiro da Costa, patriarca dos “Frederico Carneiro”.

Frederico, por sua vez, casou-se com Maria Tereza Aragão de Vasconcelos, filha de José Ximenes de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, em 13 de maio de 1842, tendo o casal ido residir na Fazenda Intans. Esse topônimo tem origem indígena e significa "conchas", em alusão a significativa presença desses vestígios de moluscos nos solos da região (Falcão, 1999, p. 237).

O sogro de Frederico, José Ximenes, era filho de Antonio Mendes de Vasconcelos e o primeiro proprietário da Fazenda Intans, como consta em seu inventário de 26 de junho de 1860. Já sua sogra, Maria Joaquina, era neta de Manoel Ferreira Fonteles Filho. Portanto, acredita-se que a referida fazenda tenha sido dada como dote ou herança de sua mulher, Maria Tereza, a Frederico, sendo, com base nos parentescos, bem com sua localização, provavelmente fez parte da antiga Fazenda Tucunduba.

Sobre isso, existe uma antiga quadrinha, passada oralmente ao longo de gerações, que nomeia os grandes proprietários de terras do Baixo Vale do Acaraú, a qual reproduzo a seguir[5]:

No dia que determino
Faço o rio correr pra cima.
Faço o noivo deixar a noiva,
Padre deixar a Batina.

[5] Recitado por Expedito Carneiro, de 101 anos. Postado por Antônio Pinto Carneiro em 27 de junho de 2025. Disponível em: https://www.facebook.com/share/v/1CFwkc77gY/

Na Tucunduba, seu Teles.
Nas Intans, seu Frederico
No Morro, tem seu Tenente
No Curral Grande, o Fanico.

Assina algum cordeiro
Mas não assina cabrito.

Como explica o Sr. Antônio Pinto Carneiro, “Seu Teles”, se refere possivelmente a algum descendente de Manoel Ferreira Fonteles (1687-1761), proprietário da Fazenda Tucunduba. “Seu Frederico”, provavelmente se refere a Frederico Carneiro da Costa (1818-1905), o primeiro dos Frederico Carneiro. “Seu Tenente” tratava-se do Tenente José Luiz da Rocha (1833-1924), pai do Major Eduardo Alberto Rocha. "Fanico", possivelmente se refere a algum descendente de Francisco Ferreira da Ponte (1697-1758), filho de Gonçalo Ferreira da Ponte ,"O Cachaço", proprietário da Fazenda Curral Grande.

Frederico e Maria Tereza tiveram dez filhos, sendo que cinco deles herdaram do pai segundo nome Frederico pelo qual ficaram conhecidos, foram eles José, Joaquim, João e Francisco e Antônio Frederico Carneiro. No censo de 1920, Antônio e Joaquim Frederico Carneiro ainda constavam como proprietários de terras na localidade de Intans.

Antônio Frederico Carneiro casou-se com Maria José Vasconcelos, filha de Felisberto Ferreira Fonteles e Theresa Joaquina de Vasconcelos, em 15 de outubro de 1887, tendo doze filhos, entre os quais Raimundo Frederico Carneiro,

casado com sua prima Sancha Frederico Vasconcelos, em 2 de setembro de 1908. Raimundo e Sancha são bisavós deste que vos fala, pais do meu avô paterno Geraldo Frederico Carneiro.

33. As Oficinas de Carne na Ribeira do Acaraú

A atividade agropastoril iniciou seu desenvolvimento na Ribeira do Acaraú de forma concomitante à própria ocupação do território. Desde as primeiras solicitações de sesmarias concedidas na região, encontra-se como motivação econômica a criação de gado. É o que alegam, por exemplo, Manoel de Góes e seus companheiros em 1682, ao afirmarem não existir terras suficientes na capitania de Pernambuco para criar seus gados, os quais haviam conduzido por mais de duzentas léguas por terras de tapuias selvagens. Assim foram surgindo as primeiras rudimentares fazendas.

Para a instalação da fazenda, após a aquisição da terra, o rebanho precisava ser adaptado ao novo pasto, tarefa que demandava tempo e grande esforço coletivo. Em seguida, cabia ao vaqueiro cuidar do gado: amansar e ferrar bezerros, tratar doenças, controlar queimadas, combater animais nocivos, abrir cacimbas e vigiar o rebanho, especialmente nas madrugadas chuvosas, quando nascia a maioria dos bezerros. Ele também identificava vacas prestes a parir para evitar perdas. A remuneração do vaqueiro vinha após quatro ou cinco anos: de cada quatro crias, uma ficava com ele, possibilitando formar seu próprio rebanho e, eventualmente, fundar fazendas.

Quando em idade de abate, o gado era conduzido a pé, em comboios de 100 a 300 cabeças, pelas estradas das boiadas até outras capitanias, onde era vendido vivo nas feiras. A condução normalmente era realizada por homens livres e pobres de qualquer etnia, prevalecendo mulatos e índios, aos

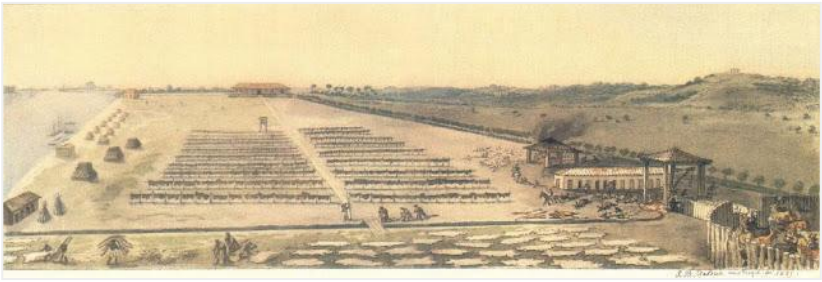
quais denominavam “tangerinos”, pois tangiam os animais. As viagens costumavam ser longas, com paragens a cada quatro a seis léguas, mas, quando não havia água, podiam chegar a quinze ou vinte léguas, feitas dia e noite, quase sem parar (Abreu, 1907, p. 144).

Em função dessa atividade, algumas fazendas alcançaram certa prosperidade, com casas amplas, currais, açudes, engenhocas, teares, capela e até capelão, além de cavalos de luxo e escravos africanos usados mais como símbolo de status do que como força de trabalho. Esse conforto e ostentação deram origem a uma aristocracia rural que buscava, sem sucesso, se igualar à nobreza dos engenhos. A base de toda essa riqueza era o boi, que servia ao mesmo tempo como mercadoria, transporte e moeda de troca nas feiras da Bahia, Pernambuco e Minas (Abreu, 1907, p. 146).

Entretanto, os criadores cearenses perceberam que estavam em desvantagem em relação aos seus concorrentes do Rio Grande e da Paraíba, mais próximos dos grandes centros de consumo. As longas travessias e os impostos diminuíam significativamente o lucro, o que motivou o desenvolvimento de métodos de beneficiamento da carne que, uma vez cortada em mantas, salgada e seca, tornava-se resistente às viagens. O produto logo teve boa aceitação entre os comandantes de barcos, que o distribuíam pelas capitanias vizinhas, onde eram utilizadas na alimentação pelas classes mais populares e escravizados. Com o tempo, tornou-se mais prático instalar salgadeiras nos próprios portos para o abate e preparo da carne.

As primeiras instalações das charqueadas eram simples: galpões cobertos de palha, varais para secar a carne salgada e tachos de ferro para extrair a pouca gordura dos ossos. O sal era usado apenas para o charque, o couro era seco ao sol, o sebo lavado e moldado em blocos, enquanto os ossos eram queimados ou aproveitados em cercas. As demais partes do boi não tinham valor e eram descartadas (Anais da Biblioteca Pública Pelotense, v. 2, p. 106). Relatos da época dão conta da imundície das oficinas, com restos de animais, forte fedor e a presença de moscas, favorecendo a propagação de doenças (De Farias, 2018, p. 53).

Saint-Hilaire descreve charqueadas mais aperfeiçoadas: fileiras de paus com varões para secar a carne e um edifício para salgá-la, com tanques próprios. A carne era preparada em tassalho (mantas do pescoço, costelas e flancos) ou em posta (quartos, com seis postas por boi), seca e armazenada em tabuleiros antes de ser embarcada. Um navio podia transportar a produção de cerca de 2.000 bois, totalizando aproximadamente 80.000 kg de carne seca, considerando rendimento médio de 20% (Pena, 1935, p. 85). E tamanho foi o êxito dessas fábricas, também designadas pelo nome de charqueadas ou oficinas, que, pelo resto do século, seu produto constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania.



Charqueada Gaúcha do Séc. XIX, feita por Jean Baptiste Debret.

Não se sabe ao certo quando surgiram as primeiras charqueadas do Ceará, mas é provável que sejam anteriores a 1740, tendo aparecido primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila, em 1748, com o nome de Santa Cruz do Aracati (Girão, 1986, p. 139). Entretanto, algum tempo depois da elevação de Aracati a villa, suas oficinas começaram a declinar, enquanto outros centros iniciavam suas atividades. Esse declínio foi atribuído a fatores como restrições impostas pela Câmara, inundações do rio Jaguaribe e exigências das novas autoridades, provocando insatisfação entre os comerciantes (Nobre, 1977, p. 103-104).

Oficinas na Ribeira do Acaraú

No médio e baixo Acaraú as feitorias desenvolveram-se logo depois daquelas do Jaguaribe, situando-se nos locais de embarque do antigo povoado da Barra do Acaraú, núcleo inicial da cidade do mesmo nome, conhecido inicialmente por "Oficina", em consequência do serviço de cabotagem naquela barra, estendendo-se às povoações de Granja, Camocim e Sobral (Girão, 1984, p. 116).

De acordo com o historiador Renato Braga, a posição geográfica privilegiada fez com que esse lugarejo se tornasse o centro da indústria da carne seca no norte da capitania (Braga, 1964).

É após 1751 que se intensifica o beneficiamento da carne seca em Acaraú, embora seja possível que antes desse período já existisse alguma atividade de carnagem na ribeira, esta provavelmente se deu em pequena escala e com técnicas mais rudimentares do que as empregadas em Aracati. O historiador Geraldo Nobre especula que a inovação poderia ter chegado à região através de fabricantes que, insatisfeitos com as posturas da Câmara, teriam procurado outros locais para desenvolver sua atividade (Nobre, 1977, p. 105).

Inicialmente, as boiadas saíam de Sobral em direção ao Porto do Acaraú, acompanhadas por carros de bois carregados de carne, couro e sola, mas com o tempo, os abastados sobralenses perceberam a vantagem de instalar indústrias de abate, salgamento e secagem de carne nas proximidades dos embarcadouros (Brasil, 1972, p. 111). Dali, essas mercadorias eram embarcadas em sumacas com destino aos principais portos da Colônia, sobretudo Pernambuco. Os barcos que levavam os produtos pastoris regressavam trazendo grandes novidades: pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, inclusive materiais de construção, o que contribuiu significativamente para o embelezamento da Vila de Sobral (Girão, 1984, p. 117).

Ao que parece, na época havia também um incipiente comércio por via fluvial entre os portos litorâneos e Sobral, aproveitando os períodos de cheia do Acaraú, quando o rio se tornava navegável a pequenas embarcações (Araújo, 1990, p. 23). A 25 de junho de 1768 um desses barcos pertencente ao comerciante Antônio Xavier naufraga no leito do rio, levando à morte de duas pessoas, um marinheiro e um escravo de Lourenço Francisco Banhos, residente no Recife. Coincidentemente, ambos atendiam pelo nome Miguel, tendo o marinheiro sido sepultado na capela de Santa Cruz, ao passo que o escravizado foi enterrado no campo (Araújo, 2005, p. 343).

Em Acaraú, as oficinas teriam sido instaladas inicialmente no Porto dos Barcos e, posteriormente, também no local conhecido como "Outra Banda", situado a cerca de cinco quilômetros da barra do rio (Girão, 1947, p. 166). Isso é corroborado por Nicodemos Araújo, segundo o qual no município de Acaraú foram instaladas duas fábricas de charque: a primeira, em 1745, no atual bairro de "Outra Banda"; e a segunda, alguns anos depois, na atual Rua Santo Antônio, próxima ao ponto onde foi edificado o prédio de residência e comércio do major Domingos Alves Ferreira. No porto de Cacimbas embarcava-se para Pernambuco, Bahia e outros destinos não apenas a carne preparada em Acaraú, mas também toda a produção da zona de Sobral (Araújo, 1971, p. 179).

Em função da escassa documentação sobre as charqueadas no baixo Acaraú, não é possível saber ao certo a

extensão dessa atividade. O historiador Geraldo Nobre buscou evidências indiretas analisando os topônimos das fazendas da região. Identificou a existência de um riacho e duas propriedades chamadas de "Oficinas", o que sugere que tenham sido locais de beneficiamento do charque. O sítio “Porto dos Barcos”, também chamado “Oficinas”, pertencia a Antônio José dos Santos e foi vendido em 1793 a José Monteiro de Melo, que, em testamento, o legou a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Freguesia de Sobral (Girão, 1947, p. 166).

Essas terras teriam pertencido ao comissário Belchior Correia de Carvalho, que provavelmente adquiriu-as por compra. Ele era casado com dona Úrsula de Albuquerque, com a qual teve a filha Bertoleza Correia de Carvalho, que em 1757 casou-se com Domingos Álvares Pereira. Em um levantamento de 1788, Domingos afirmou possuir duas fazendas no riacho das Oficinas, sendo co-herdeiro, junto a Antônio José dos Santos, da fazenda Juazeiro. Outra fazenda no mesmo riacho, também chamada Oficina, pertencia a Angélica Pereira Torres, de quem Domingos era procurador (Nobre, 1977, p. 150).

Seria outra a fazenda, também denominada Oficina, do capitão-mor Jerônimo Rodrigues Coelho, que confrontava com terras da família Álvares de Sá, dos Rodrigues Coelho e de Gonçalo Antônio Tomás, herdeiro do coronel Matias da Silva Bonito, além da fazenda Itapagé de Ana da Conceição. O nome desta última propriedade coincidia com o do terceiro porto, onde se fazia o comércio de carnes da região. Sua origem remonta a 1757, com a divisão do Curato da Ribeira do

Acaraú, cuja fronteira passava pela picada (ou barra) do Itapajé. O porto se desenvolveu ligado à antiga Missão dos Tremembés, cuja igreja foi construída com materiais trazidos em navios que carregavam carne seca no porto das Oficinas (Nobre, 1977, p. 151).

As charqueadas propiciaram algum desenvolvimento à região do atual município de Acaraú, deixando reflexos na vida econômica local e gerando lucros expressivos para aqueles que as exploraram, tanto na produção quanto na comercialização. Esse ciclo, porém, teve um fim abrupto com a grande seca de 1790-1793, cujos efeitos devastadores dizimaram quase todo o rebanho e destruíram a lucrativa indústria. Durante algum tempo, os mercados consumidores foram abastecidos pelas fábricas do Parnaíba e, posteriormente, passaram a depender do charque proveniente do Rio Grande do Sul, que se mantém até hoje como principal fornecedor (Girão, 1986, p. 145).

34. Mateus Mendes de Vasconcelos e a Faz. Curralinho

Neste capítulo dedicaremos um pouco mais de atenção a um personagem já mencionado algumas vezes neste livro, direta ou indiretamente, e cuja descendência originou dois numerosos troncos familiares no Baixo Vale do Acaraú. Falo de Mateus Mendes de Vasconcelos, português, natural de Travanca, freguesia do concelho de Amarante, distrito do Porto, onde foi balizado a 15 de agosto de 1706, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos e Ana Carvalho Fernandes.

Importante ressaltar que no termo de batismo não consta o nome de pai de Mateus, sugerindo que o casamento teria ocorrido após o nascimento do mesmo. Existe ainda uma hipótese de que Matheus (pai) fosse, na verdade, um religioso do Mosteiro de Travanca (Araújo, 2000, p. 86). É primo legítimo de Manoel Carlos de Vasconcelos, outro importante tronco desta família na região, sendo que ambos são netos paternos de Antônio Leite Pereira, tendo provavelmente emigrado juntos.

Segundo Pe. Sadoc, o sobrenome Mendes remete ao local de origem da sua mãe, Bouço Mendo, que por sua vez é patronímico da cidade francesa de Mende, capital do Departamento de Lozère, em função influência franca, povo que dominou a região antes da formação do estado nacional português (Araújo, 2000, p. 80). Já o sobrenome Vasconcelos, também remete a uma região, tendo sido utilizado para designar o feudo da Freguesia de Ferreiros, no concelho de Amares, no Entre Douro e Minho, atual distrito de Braga.

Mateus emigrou para o Brasil após a morte de sua mãe, em 1735, encontrando-se na Ribeira do Acaraú já no início da década de 1740. Lá chegando, foi recepcionado por seu conterrâneo, Manoel Ferreira Fonteles, na Fazenda Tucunduba, onde também passou a residir. Nessa época, Manoel Fonteles já possuía três filhos, Maria, com 11 anos, Ana com 8 e Manoel, recém nascido. Cerca de três anos depois, em 19 de setembro de 1743, aos 37 anos, Mateus Mendes de Vasconcelos desposou Maria Ferreira Pinto Brandão, quando esta completou a idade núbil, de 14 anos.

Desse casamento nasceram nove filhos:

1. Capitão José Ferreira Brandão, c.c. o Francisca de Sousa, filha do português Sargento-mor Tomás da Silva Porto e Nicácia Álvares Pereira. O casal foi residir na Fazenda Pedras de Fogo.

2. Rosa Maria da Conceição Vasconcelos, c.c. o Ajudante Manoel Carneiro da Costa, filho do Tenente João Carneiro da Costa e Teresa de Jesus Vasconcelos, em 9 de janeiro de 1766. O casal foi residir na fazenda Sapó.

3. Coronel Manoel Francisco de Vasconcelos, c.c. Maria Joaquina da Conceição Uchoa, filha de Luís de Sousa Xerez e Anna Theresa de Albuquerque, em 26 de novembro de 1767. O casal foi residir na Fazenda Marco, hoje sede da cidade, e posteriormente na Fazenda Salgado.

4. Capitão Manoel Ferreira Pinto Brandão, c.c. Luciana Pereira Barros, filha do português Antônio Pereira Barros e Maria Ayres Ferreira.

5. Ana Maria Ferreira de Vasconcelos, batizada a 27 de dezembro de 1750, c.c. Manoel Lourenço da Costa Junior, filho do português Manoel Lourenço e Suzana da Costa, em 5 de outubro de 1767. O casal foi residir na Fazenda Olho D'Água. Ana Maria faleceu em 14 de abril de 1786.

6. Antônio Mendes de Vasconcelos, nascido em maio de 1756, casou-se duas vezes. A primeira, com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Alvares Pereira, a 5 de fevereiro de 1777, na fazenda Jaibaras de Cima, propriedade do sogro. O casal foi residir na Fazenda Areal, desmembrada da Fazenda Curralinhos, onde faleceu Ana Joaquina a 27 de agosto de 17950. O viúvo Antônio Mendes casou, em segundas núpcias com Teodora Inácia de Menezes, filha de Antônio Soares Apoliano Bulcão, em Uruburetama, Antônio Mendes faleceu de tuberculose a 6 de janeiro de 1816.

7. Joaquim Ferreira Vasconcelos, nascido em 1757, c.c. Ana Maria do Espírito Santo, filha do Capitão Manoel Ferreira Fonteles Filho e Anna Maria da Conceição, em 29 de julho de 1793. O casal passou a residir no Curralinho. Faleceu a 3 de outubro de 1800.

8. Tenente Alexandre Mendes de Vasconcelos, nascido em 25 de fevereiro de 1760, c.c. Tomásia Ferreira da Rocha, filha do Capitão Manoel Ferreira Fonteles Filho e Anna Maria da Conceição, em 9 de setembro de 1792. O casal passou a residir

no Curralinho. Tomásia faleceu a 28 de outubro de 1798, tendo o viúvo Alexandre casado, em segundas núpcias, com Francisca Maria de Jesus filha do Capitão Antônio de Sousa Carvalho e Maria do Nascimento, a 26 de novembro de 1801. Falecendo Francisca Maria a 14 de maio de 1826, Alexandre convolou terceiras núpcias com Inácia de Menezes, filha de Inácio Bezerra de Menezes e Maria Madalena de Sa.

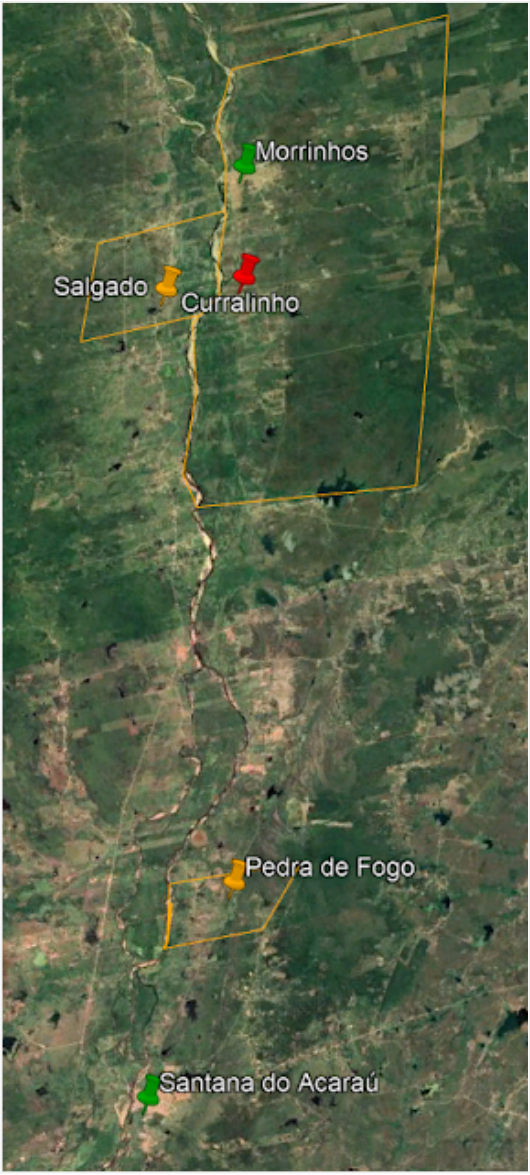
9. Ana Maria Vasconcelos, nascida em 25 de fevereiro de 1760, c.c. Manoel Lourenço da Costa Junior, filho de Manoel Lourenço e Suzana da Costa, em 5 outubro de 1767.

A Fazenda Curralinho

Após o casamento, o casal foi residir na Fazenda Curralinho, desmembrada da Tucunduba, e recebida como dote de casamento. Apesar do topônimo diminutivo da propriedade, tratava-se de uma grande faixa de terra, medindo, em 1788, duas léguas (13,2 km) de comprimento, por uma (6,6 km) de largura, na margem esquerda do rio Acaraú. Conforme a descrição da época, principiava das extremas de Agostinho Moreira Moura (São Joaquim) até as terras de Caetano Soares Monteiro (Olhos D´água). Declarou possuir um grande número de criações, somando, entre outras, 280 caprinos e 170 cabeças de gado vacum (Frota, 1974b, p. 214).

Além da atividade agropecuária, desenvolvida na Fazenda Curralinho, Mateus adquiriu outras propriedades. Uma delas de nome Sobrado, na serra da Meruoca, vizinho a seu filho José Ferreira Brandão, onde mandou plantar roças de algodão, mandioca, milho e feijão, como consta na declaração

que prestou a Câmara Municipal de Sobral em 1788 (Frota, 1974b, p. 445).



Propriedades de Mateus Mendes de Vasconcelos em 1788

Na Ribeira do Acaraú teria adquirido ainda a Fazenda Salgado, também desmembrada da Fazenda Tucunduba, medindo meia légua (3,3 km) de comprimento na margem direita do Acaraú, indo da porção remanescente da referida fazenda até as terras de seu filho, Manoel Francisco de Vasconcelos (Fazenda Poço), possivelmente desmembrada da dita Fazenda Salgado. Declarou possuir ainda a Fazenda Pedras de Fogo, no atual município de Santana do Acaraú, medindo 600 braças (1,32 km) de largura na margem esquerda do rio Acaraú, entre a Fazenda Sapó, de Manoel Carneiro da Costa, e as terras dos herdeiros do defunto Cláudio de Sá Amaral (Curral Velho, atual Santana do Acaraú).

Portanto, fica claro que nessa época já era um grande proprietário de terras. Nesse contexto, chama atenção o fato de que a porção da antiga Fazenda Tucunduba obtida por Mateus e sua esposa ter sido significativamente maior do aquela destina aos demais herdeiros de Manoel Ferreira Fonteles, como já demonstramos anteriormente, o que pode sugerir uma predileção deste para com aqueles. É possível também que, além do dote de casamento, Mateus tenha adquirido ao longo do tempo, por meio de compra, porções da Fazenda de seu sogro. A partir da descrição das propriedades, é possível esboçar a localização das mesmas em 1788.

Segundo Pe Sadoc, com a morte de sua sogra, em 1747, Mateus e Maria Brandão teriam ido residir novamente na Fazenda Tucunduba a fim de ajudar Manoel Fonteles na criação dos órfãos, ainda pequenos, inclusive os recém-nascidos, Francisco e Tomé. Essa estadia teria durado

até 1757, quando o pai de Maria casou-se novamente, com Rosaura Maria de Barros, que assumiu a direção da casa (Araújo, 2000, p. 87).

Na esteira de sua proeminência econômica, Mateus também se tornou um líder político de elevado prestígio na região do atual município de Santana do Acaraú (Araújo, 1989, p. 35). No campo militar, chegou a patente de Capitão do Regimento de Cavalaria, possivelmente por influência e/ou incentivo de seu sogro, que chegou a ocupar o posto de Tenente-Coronel (Avelino, 2020, p. 31; Lima, 2016, p. 2084).

Como muitos do seu tempo, era um homem marcado pela religiosidade, tendo ajudado a fundar a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em outubro de 1747, capitaneada pelo Padre Antônio Carvalho de Albuquerque, a qual foi canonicamente reconhecida 25 de setembro de 1752, tendo como sede a Matriz de Sobral (Frota, 1974a, p. 244; Araújo, 2000, p. 85).

Segundo D. José Tupinambá da Frota, essa irmandade era formada por homens de boa reputação, restringindo a entrada a quem não atendesse seus critérios de conduta. Suas principais funções eram organizar as celebrações da Semana Santa e de Corpus Christi e acompanhar, de forma solene, a comunhão levada aos doentes (Frota, 1974a, p. 244).

Mateus Mendes de Vasconcelos faleceu em 7 de janeiro de 1793, com 87 anos de idade, tendo sido sepultado na Capela de Sant'Anna, envolto em hábito de Nossa Senhora do Carmo, da qual era Irmão Terceiro, pelo Padre Bazilio

Francisco dos Santos, cura e vigário da vara de Sobral (Livro de Óbitos de Sobral. 1774-1798, fl. 199 v). Cumpre destacar que a Ordem Terceira do Carmo é uma confraria de leigos, ligada à Ordem dos Carmelitas, a qual possui raízes medievais.

Esses "terceiros" vivem no mundo, têm família e profissão, mas seguem, na medida do possível, as regras espirituais e práticas da ordem, participando de suas orações, obras de caridade e compromissos religiosos. A participação nessa ordem religiosa provavelmente levou a suspeita pelo Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos, de que Mateus fosse, na verdade, um sacerdote (Araújo, 2000, p. 85).

No inventário do Capitão datado de 1793, mesmo ano de sua morte, e cuja inventariante foi sua esposa, Maria, constam além das terras e criações já mencionadas, móveis objetos valiosos, de ouro e prata, ferramentas, além de 10 escravizados. Isso reforça o elevado status socioeconômico de Mateus Mendes de Vasconcelos na Ribeira do Acaraú.

Pouco mais de dois anos após seu falecimento, em 2 de julho de 1795, morre a viúva, Maria Ferreira Pinto Brandão, aos 66 anos. Segundo Pe Sadoc, à margem da folha constava a observação "Pg. Ir. do Orago", significando que a defunta também pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Matriz de Sobral (Araújo, 2000, p.88).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento

A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Sobral foi formalmente instituída em outubro de 1747, sob o paroquiato

do Padre Antônio Carvalho de Albuquerque, embora sua ereção canônica oficial tenha ocorrido em 15 de setembro de 1752. Esta formalização deu-se durante a visita oficial de Frei Manuel de Jesus Maria, carmelita e visitador geral, estabelecendo-se a sede na Igreja Matriz da Caiçara (Frota, 1974).

A instituição era regida por um compromisso que exigia dos seus membros uma conduta ilibada e "boa reputação", restringindo o ingresso àqueles que atendessem a critérios rigorosos de moralidade e posição social. Historicamente, a irmandade desempenhou um papel central na suntuosidade do culto católico na ribeira, sendo responsável pela organização das celebrações da Semana Santa, de Corpus Christi e pelo acompanhamento solene do viático levado aos enfermos.

A primeira diretoria da irmandade, eleita no ato de sua fundação canônica, era composta por figuras proeminentes da elite local: Manuel da Cunha Freire serviu como o primeiro Juiz; Manuel Matias dos Santos ocupou o cargo de Escrivão; o Coronel Francisco Ferreira da Ponte foi o primeiro Tesoureiro; enquanto o Coronel Matias Pereira de Carvalho e o Tenente Manuel da Cunha Linhares atuaram como procuradores para as regiões do Coreaú e Acaraú, respectivamente. Além da mesa regedora, a irmandade contava com um quadro de irmãos que representava os troncos familiares mais influentes da região, incluindo nomes como José de Paiva Brito, Domingos Álvares Ferreira, Alexandre da Silva Mourão, Joaquim de Serqueira Farias e Domingos Francisco Maia (Araújo, 2005).

Entre os membros fundadores e irmãos de maior relevo no século XVIII, figuravam também Francisco Pinheiro do Lago, Tomás da Silva Porto, Antônio Machado Siqueira, Domingos Ferreira Gomes e Lourenço Gonçalves de Carvalho. Outros nomes de destaque na lista original de membros eram Jerônimo Machado Freire, Manuel da Costa Silveira, Domingos Ferreira de Veras, Diogo Álvares Ferreira e o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos. A presença de indivíduos como Tomé Pires de Queiroz, Manuel Álvares Palhares, José Rodrigues Leitão, João Rodrigues Magalhães e Agostinho de Brito reforçava o caráter aristocrático da associação na antiga Vila da Caiçara.

Ao longo do século XIX, a irmandade manteve sua influência e resiliência, com seus estatutos sendo reformados e aprovados pelo poder provincial nos anos de 1837, 1848 e 1865. Em 1817, sob a gestão do Tesoureiro Capitão Joaquim José Barbosa, a irmandade solicitou e obteve permissão para erguer uma capela própria dedicada ao Santíssimo Sacramento dentro da Matriz, do lado do Evangelho. Outros membros notáveis que serviram em cargos de liderança em períodos posteriores incluíram o Tenente-Coronel Jerônimo José Figueira de Melo, que presidiu a mesa como Juiz em 1870.

A participação na irmandade conferia distinção social e exigia contribuições significativas para a manutenção do patrimônio e do esplendor das festas religiosas. Um dos costumes mais tradicionais era a coleta de esmolas para a "cera do Santíssimo", na qual um irmão, vestido com a opa vermelha característica da confraria, percorria as ruas de Sobral com uma

sacola e um pequeno ostensório de prata. Essa prática de piedade popular e o rigor na seleção de seus membros, formados por "homens probos, dignos e de boa linhagem", garantiram à Irmandade do Santíssimo Sacramento o status de uma das instituições religiosas mais prestigiosas e longevas do Nordeste brasileiro (Campos, 1980).

35. O Morrinho do Capitão Linhares

Um dos primeiros proprietários de parte das terras que viriam a constituir o atual município de Morrinhos foi o Cel. José da Costa e Sá, natural de Santa Lucrécia, Braga, Portugal. No Ceará, ele obteve três datas de sesmarias, sendo uma delas na Serra da Ibiapaba, no ano de 1723, e outras duas, em 1733, ao longo do rio Aracati-Mirim, na porção que corta os municípios de Morrinhos e Santana do Acaraú.

Além dessas sesmarias, o Cel. adquiriu significativas porções de terra ao longo da Ribeira do Acaraú. Em seu inventário, datado de 25 de setembro de 1746, constam como sendo de sua propriedade as fazendas Boa Vista, Morrinho e Morro Grande, cada uma medindo uma légua (6,6 km) de extensão (Araújo, 2005, p. 221). Ademais, consta no testamento de D. Maria Pereira, mulher de Manoel Ferreira Fonteles, datado de 3 de outubro de 1748, que a viúva de José da Costa e Sá era proprietária das terras limítrofes a Fazenda Tucunduba (Araújo, 2005, p. 230).

Parte dessas terras, provavelmente a Fazenda Boa Vista, foi repassada a Agostinho Moreira Moura em função de seu casamento com Josefa de Moura da Fonseca, neta do Coronel José de Sá, originando o Sítio São Joaquim, ao norte do riacho de mesmo nome, conforme consta na declaração a Câmara de Sobral de 1788 (Frota, 1974).

Outra parcela significativa foi provavelmente herdada por sua filha, Luísa da Costa Araújo, que se casou com o português Capitão Manoel da Cunha Linhares, sobrinho-neto

do sesmeiro Félix da Cunha Linhares, em 1754. Capitão Linhares foi um homem influente nos primórdios da capitania, tendo sido eleito várias vezes vereador da Vila de Fortaleza (Studart, 2001). Com a criação da Vila de Sobral, em 1773, Manoel da Cunha Linhares foi designado tesoureiro do Porto do Acaraú, juntamente ao seu sobrinho, Capitão José de Araújo Costa (Frota, 1974b, p. 278).

Morrinhos e, ao fundo, o Serrote do Cafim.

Nessa época a propriedade era referida apenas como fazenda do Capitão Linhares, sendo que o topônimo Morrinho (no singular) foi-lhe atribuído em função da existência no local

de uma elevação ou morro, atualmente denominado “Serrote do Cafim”, que pode ser avistada a quilômetros, sendo um bom ponto de referência para localizá-la (Avelino, 2020, p. 48).

Como o próprio nome sugere, essa Fazenda representa hoje grande parte da cidade de Morrinhos, tendo influenciado diretamente a denominação deste município. A mudança do nome para o plural foi bastante posterior, e veio no sentido de contemplar os diferentes morros existentes na região (Silveira e Silveira, 2009).

Do casamento do Capitão Linhares com Luzia da Costa nasceram cinco filhos:

1. Maria do Carmo Linhares, nascida 1757, c.c. o português Antônio Miguel de Sousa, filho de José de Sousa e Maria do Amaral, em 16 de novembro de 1788.

2. Ana Rita dos Anjos, nascida por volta de 1760, c.c. o açoriano Capitão José Tavares do Amaral, filho de Manoel Tavares do Amaral e Joana Batista, em 4 de novembro de 1773.

3. Tenente Inácio da Cunha Araújo, nascido por volta de 1760, c.c. Maria Braga de Avelar, filha do Capitão-mor Domingos Francisco Braga e Elena Ferreira da Cunha, em 10 de outubro de 1776.

4. Francisca Teresa de Jesus, nascida em 24 de fevereiro de 1761, c.c. o Capitão português Manoel Oliveira Dias, filho de Domingos da Costa Dias e Marcelina de Oliveira, em 17 de outubro de 1783.

5. Luíza da Costa Cunha, c.c. Pedro José da Cunha, filho e Antônio José Rodrigues e Luíza da Costa, em 31 de janeiro de 1790.

Uma vez casados, o casal passou a residir no atual município de Amontada, confiando a Fazenda Morrinho ao seu sobrinho Pedro de Araújo Costa, que trabalhava como vaqueiro da propriedade, juntamente com o curador e criador João da Silveira Dutra (Silveira e Silveira, 2009, p. 35).

Cabe aqui esclarecer que nessa época o vaqueiro atuava como sócio do dono da fazenda, geralmente tendo direito à posse de uma a cada quatro crias nascidas, a chamada quarta. Uma fazenda com grande número de currais chegava a ter dois ou três vaqueiros, cada um deles com dois a quatro auxiliares que tinham direito a repartição da quarta (Souza, 1994, p. 18). Uma vez que tanto Pedro de Araújo Costa, quanto João da Silveira Dutra deixaram grande descendência na região, analisaremos mais detidamente suas trajetórias.

Pedro de Araújo Costa

Pedro de Araújo Costa Filho nasceu a 24 de março de 1723 no lugar chamado Estrufe, Freguesia de Santa Lucrécia de Louro, Portugal, filho Pedro de Araújo Costa e Maria da Costa de Sá. Veio para o Brasil na década de 1740, quando tinha por volta de 20 anos, junto com seus dois irmãos, José Araújo da Costa e Manoel de Araújo e Sá, possivelmente a convite dos tios Manoel da Cunha Linhares e José da Costa e Sá (Araújo, 2000, p. 156).

Os três irmãos passaram a infância e a adolescência no ambiente doméstico da aldeia de Estrufe, situada no fértil Vale do Louro, às margens do rio Este. Ali aprenderam desde cedo o ofício da terra. Ao atingirem a maioridade, decidiram juntar algum dinheiro e, no porto vizinho da Vila do Conde, embarcaram em um dos frequentes patachos que partiam rumo a Pernambuco, enfrentando uma longa e tormentosa travessia. Entre o Porto de Recife e o Acaraú, o vai e vem das pequenas embarcações, especialmente durante o florescimento do comércio das charqueadas, era intenso. Foi a bordo de um desses paquetes que chegaram às praias acarauenses (Lima, 2006, p. 18).

Quanto a seus irmãos, José casou-se com Brites de Vasconcelos, uma das sete irmãs, e se estabeleceu na Fazenda Lagoa Grande, em Bela Cruz, enquanto que Manoel casou-se com Ana Maria indo residir na Fazenda Boa vista, de seu tio, não deixando descendência conhecida (Araújo, 2000, p.165).

Em 1780, Pedro de Araújo Costa casou-se com Maria José de Jesus, neta de Manoel Ferreira Fonteles, filha de Bibiana Ferreira e Quintiliano Dias Leitão. Não se sabe ao certo como, mas em algum momento Pedro Araújo Costa tornou-se proprietário da Fazenda Morrinho, onde faleceu aos 19 de julho de 1797, com 74 anos de idade (Avelino, 2020, p. 121). Segundo a Profª Valdenice Carneiro Girão, era comum que os vaqueiros se transformassem em donos de fazendas por herança ou vaqueirice, adquirindo as propriedades que lhes foram entregues para cuidar (Souza, 1994, p. 35).

Em 1788, Pedro de Araújo Costa administrava uma grande produção agrícola na Fazenda Morrinho, sendo anualmente cultivado; feijão, milho, mandioca, algodão, na referida fazenda também havia criação de diversos animais como; gado vacum, potros, cabras, ovelhas a mão de obra ficava sobre responsabilidade do vaqueiro João da Silveira Dutra, que também capitaneava 8 africanos escravizados, e possivelmente alguns trabalhadores livres (Avelino, 2020, p. 51).

Da união de Pedro e Maria José nasceram cinco filhos:

1. Joaquim de Araújo Costa, casado com Joana Maria de Jesus, filha de Antônio Soares Bulcão e Teodora Ignácia de Menezes, a 20 de setembro de 1805. O casal passou a residir no sitio Tabubas, Bela Cruz. Joaquim de Araújo Costa faleceu a 6 de agosto de 1863.

2. Francisco de Araújo Costa, casado com Rita Madeira de Vasconcelos, filha de Joaquim Reis Gomes e Antônia Maria do Espírito Santo, a 6 de agosto de 1811.

3. Emerenciana Maria do Espírito Santo, casada com o português Domingos Dias da Silva, filho de Cosme Gomes e Maria do Rosario, a 31 de janeiro de 1808, na Capela de Almofala, na presença do Pe. Francisco Moreira de Sousa;

4. Maria de Araújo Costa, falecida ainda criança, a 20 de novembro de 1785.

5. Francisca de Araújo Costa, casada com José de Silveira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua segunda mulher

Maria da Conceição Araújo, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral. Falecida em 4 de fevereiro de 1868.

João da Silveira Dutra*

João da Silveira Dutra nasceu em 18 de fevereiro de 1719, sendo natural da freguesia de Cedros, conselho da Horta, Ilha do Faial, no Arquipélago dos Açores. Era filho de Manoel da Silveira Dutra e Josefa da Silveira. Possui ascendência flaminga, sendo que seu sobrenome é resultado de um aportuguesamento de "van Hurter", que se traduziu "de Utra" e, finalmente, Dutra (Lima, 2016, p. 1080).

João emigrou para o Brasil por volta de 1746, na mesma época dos irmãos Araújo Costa, provavelmente incentivado pelos benefícios oferecidos a partir de ato do rei Dom João V, o qual motivou uma intensificação da migração açoriana. Atuou como curador e criador da Fazenda Morrinho, de José da Costa e Sá.

Casou-se duas vezes, a primeira com Maria Soares Monteiro em 26 de novembro de 1746, filha de Caetano Soares Monteiro e Luísa Ferreira Fonteles, sendo, portanto, neta de Manoel Ferreira Fonteles. Após o casamento, João e Luísa foram morar na Fazenda Olhos d'Agua do Chora, de propriedade dos pais de Luísa. Desse casamento, nasceram sete filhos:

1. Alferes Antônio Pereira Dutra, nascido por volta de 1747, c.c. Ana Maria Leite, filha de Manoel Carlos Vasconcelos e Joana Correia da Silva, em 16 de novembro de 1778.

2. Francisco Xavier Silveira Pereira Dutra, nascido por volta de 1750, casado duas vezes. A primeira com Florência Coelho de Albuquerque, filha do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e Joana Teixeira de Morais, em 19 de setembro de 1771. E a segunda com Ana Gonçalves Rosa, filha de João Gonçalves Rosa e Florência Furtado de Mendonça, em 14 de novembro de 1794.

3. José Pereira Dutra, nascido por volta de 1754, c.c. Antônia Maria da Cruz, filha de José Nunes Ximenes e Eugênia Maria de Oliveira, em 14 de outubro de 1772, na Meruoca.

4. Maria Soares Silveira Dutra, nascida por volta de 1755, c.c. Pedro Coelho Pinto, filho do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e Joana Teixeira de Morais, em 23 de setembro de 1771.

5. João da Silveira Dutra Filho, nascido por volta de 1761, casado duas vezes. A primeira com Adriana Francisca de Araújo Menezes, filha de Jerônimo Bezerra de Menezes e Francisca Antônia de Araújo Menezes, em 22 de setembro de 1784. E a segunda com Genoveva Lopes Mendonça em 26 de junho de 1800.

6. Inácia da Silveira Dutra, nascida por volta de 1762, c.c. Francisco Xavier de Vasconcelos, filho de Manoel Carlos de Vasconcelos e Joana Correia da Silva, em 20 de abril de 1780.

7. Manoel Pereira Dutra, nascido por volta de 1764, c.c. Ana Maria de Albuquerque, filha do Capitão Antônio Coelho de

Albuquerque e Joana Teixeira de Morais, em 8 de novembro de 1781.

Maria Soares Monteiro faleceu em 29 de julho de 1765, ficando seu pai, Caetano Soares Moreno, como curador de seus filhos. Seu inventário evidencia que nessa época o casal já possuía grandes extensões de terras, além de um significativo patrimônio agropecuário, avaliado em mais de 500 mil réis, e composto por aproximadamente 350 cabeças de gado bovino, além de um plantel significativo de animais de tração e transporte.

Como bens imóveis, além da casa onde moravam, descrita como "sem portas", localizada em uma extensão de terra de meia légua (3,3 km) na Fazenda Olho d'Água do Chora, também constava um sítio denominado Macaco, no Aracati Mirim; uma légua e meia (9,9 km) de terras situadas no Riacho dos Porcos, onde se encontravam seus pastos; além de um sítio de lavoura na Serra da Meruoca, chamado Santa Rosa, adquirido por desobriga.

João da Silveira Dutra casou-se novamente com Maria da Conceição Araújo Menezes, natural de São Bento da Amontada, filha do Capitão-mor Gabriel Cristovão Meneses, natural da Ilha da Madeira, e Bernarda Correia Araújo, em 8 de setembro de 1766. Desse casamento nasceram mais 12 filhos:

8. Gabriel da Silveira Dutra, nascido em 24 de novembro de 1767, c.c. Maria do Carmo dos Prazeres, filha de José Félix da Silva e Joana Maria Ricarte, em 29 de agosto de 1790.

9. Joaquim Pereira Dutra, nascido em 10 de outubro de 1770, c.c. Angélica Maria de Jesus Mendes Vasconcelos, filha de Antônio Mendes Vasconcelos e Ana Joaquina de Jesus, em 23 de outubro de 1797, em Bela Cruz.

10. João Pereira Dutra, nascido em 1771, c.c. Floriana Maria da Conceição, filha de Manoel Pereira Pinto e Maria Marques da Conceição, em 23 de setembro de 1816.

11. Antônio José do Espírito Santo Dutra, nascido em 9 de junho de 1772, c.c. Quitéria Maria de Vasconcelos, filha de Manoel Lourenço da Costa Junior e Ana Maria Ferreira de Vasconcelos, em 28 de julho de 1800.

12. Manoel da Silveira Dutra, nascido por volta de 1776, c.c. Maria Álvares Pereira, filha de Antônio Mendes Vasconcelos e Ana Joaquina de Jesus, em 10 de setembro de 1801.

13. Luzia Maria da Conceição da Silveira, nascida por volta de 1777, c.c. Amaro do Prado Leão, filho de Miguel do Prado Leão e Ana Maria de Vasconcelos, em 20 de julho de 1797.

14. Angélica Maria da Encarnação Dutra, nascida em 13 de março de 1780, c.c. Gabriel Jozé de Lima, filho de Jozé de Lima Ávila e Ana Gonçalves Rosa, em 7 de abril de 1799.

15. José da Silveira Dutra, nascido em por volta de 1785, c.c. Francisca de Araújo Costa, filha de Pedro de Araújo Costa e Maria José de Jesus, em 20 de novembro de 1811.

16. Maria Raimundo da Conceição, c.c. Anastácio Teles de Menezes, filho de Gabriel Teles de Menezes Cavalcante e

Maria da Conceição Gomes Frota, em 26 de novembro de 1806.

17. Ana Francisca da Encarnação Dutra, c.c. Alexandre José d'Albuquerque Maranhão, filho de Antônio Carvalho d'Albuquerque e Joana da Silva Cavalcante, em 7 de janeiro de 1800.

18. Maria da Conceição Dutra, c.c. Antônio Lopes Prado, filho de Miguel Prado Leão e Ana Maria de Vasconcelos, em 27 de junho de 1798.

19. Quitéria Maria do Espírito Santo Dutra, c.c. Manoel Ferreira da Rocha, filho do Ajudante Francisco de Faria Almeida e Ana Ferreira do Espírito Santo, em 4 de julho de 1796.

João da Silveira Dutra faleceu aos 05 de fevereiro de 1795 com setenta e seis anos de idade na fazenda Lagoa do Chora da freguesia de Sobral, tendo sido enterrado, envolto em um hábito franciscano, na Capela de Sant'Anna, pelo pároco Joaquim Costa de Mendonça, Cura da Vara de Sobral.

*Informações compiladas por Ângela Ferreira na plataforma FamilySearch.

O Testamento de D. Luiza da Costa

Não se sabe exatamente quando faleceu o Capitão Manoel da Cunha Linhares, mas é certo que o foi antes de sua esposa, a qual partiu dessa vida a 11 de maio de 1788, então viúva. O capitão e sua esposa, como muitos do seu tempo, eram donos de escravizados e em uma última atitude de

misericórdia, D. Luiza, talvez por peso na consciência, teria prometido em testamento alforriar alguns de seus cativos.

Entretanto, mais de 70 anos após sua morte, em 14 de dezembro de 1859, o comandante do destacamento policial de Acaraú, Ignácio Joaquim de Jesus, em correspondência ao presidente da província, Marcelino Nunes Gonçalves, informou ter capturado o Tenente-Coronel Antônio Thomé Rodrigues, sob a acusação de que este teria subtraído o testamento de D. Luiza. O dito Antônio Rodrigues, ao eliminar a única prova da promessa de libertação, teria tentado tomar por escravos algum(s) dos ex-cativos, ou seus descendentes [3].

Sabe-se que no Brasil escravista, dar sumiço a testamentos era uma prática, em alguma medida usual, utilizada principalmente por herdeiros que não pretendiam respeitar a vontade que o parente falecido deixara consignado naqueles documentos. Nessas situações, às vezes após a morte dos ex-proprietários, libertos que vinham sentindo o gosto da liberdade eram lançados de volta à escravidão pelos legatários do falecido e o cativeiro se prolongava com os descendentes daqueles que foram reescravizados (Pedroza, 2021, p. 43).

Provavelmente foi o que ocorreu com as pessoas que foram escravizadas e/ou reescravizadas por Antônio Thomé Rodrigues, motivo pelo qual ele estava sendo processado na Justiça criminal. Apesar da acusação, o réu foi inocentado em primeira e segunda instância, gozando, até onde se sabe, o resto de sua vida em plena liberdade. Não se sabe quem eram esses escravizados e/ou reescravizados ilegalmente, seus nomes,

quantos eram e menos ainda seus destinos depois dessa batalha judicial (Pedroza, 2021, p. 44).

Entretanto, localizou-se um ofício da mesma época enviado pelo chefe de política ao presidente da província do Piauí informando ter libertado duas pessoas vendidas como cativos pelo dito Coronel:

> *Em virtude de que V. Ex.º me recomendou em officio reservado de 07 do corrente, nesta data dirigi aos doutores Chefes de Polícia do Pará, Maranhão e Ceará, os ofícios por cópia inclusos, acerca dos libertos Quirino e Cipriano que como escravos fora, vendidos pelo Tenente Coronel Antonio Thomé Rodrigues* [4].

Apesar de não ser possível afirmar que os cativos mencionados são os mesmos libertados por D. Luiza Costa, é uma sugestiva coincidência.

36. A Faz. Bahia de Antônio Coelho de Albuquerque

Antônio Coelho de Albuquerque nasceu por volta de 1720 em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, filho de Pedro Coelho Pinto, natural de Monte-mor, Portugal, e de Dona Romualda Cavalcante de Albuquerque, natural de Goiana. Mudou-se para a Ribeira do Acaraú ainda jovem, casando-se com Joana Teixeira de Morais, filha do Tenente Coronel Manoel Pereira Pinto e de Floriana Coelho de Moraes, a 6 de setembro de 1745 na Matriz de Amontada.

O casal fixou-se na Fazenda Bahia, no município de Santana do Acaraú, onde hoje localiza-se o distrito de mesmo nome, criado pela Lei Estadual nº 11.659, de 28 de dezembro de 1989. De lá, o Capitão Antônio Coelho de Albuquerque foi pessoa influente em toda a Ribeiro do Acaraú, sendo patriarca e líder de uma numerosa descendência (Araújo, 2005, p. 347).

No campo religioso, juntamente outros grandes proprietários da região, como Sebastião de Sá, Antônio de Sá, Manoel Ferreira Fonteles, Jerônimo de Albuquerque e Cláudio de Sá, colaborou para a construção da Capela de Sant'Ana do Olho d'Água, inaugurada em 1739. A obra foi idealizada pelo padre Antônio Silveira, de quem Antônio Albuquerque era próximo e de quem assumiu a administração do patrimônio após sua partida em 1751 (Município de Sant'Ana, 1926, p. 68, 81).

A 10 de julho de 1763 falece D. Joana Teixeira de Morais, deixando em seu inventário as seguintes propriedades:

> *Meia légua de terra no sítio chamado Bahia, beira do rio Acaraú da parte do nascente que extrema da parte de baixo com a fazenda do Morro do Coronel Matias da Silva Bonito e da parte de cima com Francisco Lourenço Gomes para a parte do nascente com meia légua de largo, avaliada em 2008000 rs; Um sítio de terra no riacho das cacimbas com duas léguas e três quarto que testa com terra do coronel Manoel Pereira Pinto, de sul a norte, de onde se encher as ditas duas léguas e três quartos riacho acima conforme o trato da escritura, avaliada em 250$000 rs; Um pedaço de terra de plantar na serra da Meruoca, avaliado em 15$000 rs.* [5]

As terras que ficaram para o seu marido, de acordo com a partilha feita no inventário, continuavam sendo administradas por ele, pois declarou à Câmara da Vila de Sobral, em 1788, que era dono da fazenda Baia, do sítio Pau Caído no riacho das Cacimbas e de 150 braças de terras na Meruoca (Souza, 2015, p. 148). O sítio Pau Caído localiza-se vizinho ao Bahia, também em Santana, e sua sede também originou uma localidade de mesmo nome. O memorialista Manoel de Castro Carneiro, nos explica o motivo desse curioso topônimo:

> *Há muitos e muitos anos, quando os campos eram imensos e sem dono, ou pelo menos sem muitos donos, por ali, às margens do valente riacho Cacimbas, corriam os vaqueiros nas suas loucas tropeladas à cata dos barbatões. E num´desses dias, depois de luta incessante atrás do marrudo novilhote, conseguiram laçá-lo já quase noite, Pressentindo que não alcançariam o destino ainda com o claro do dia, mascararam e entamancaram o bicho, amarrando-o em seguida num enorme pau caído. Ao chegarem em casa informaram ao patrão que o bicho ficara preso perto do riacho Cacimbas, num morrote onde havia um grande pau caído. E a referência ficou* (Carneiro, 1978, p. XVIII).

Ainda segundo a mesma declaração de 1788, nestas propriedades, Antônio de Albuquerque criava gado, plantava

mandioca, feijão, milho e algodão. Das 400 cabeças de gado, 30 reses estavam próprias para abate em açougue e foram vendidas na Barra do Acaraú. Além do gado vacum, contava com 39 cavalos e 320 de caprinos, totalizando 759 animais, além de um plantel de sete escravos, valor acima da média para a região (Souza, 2015, p. 149; Pinheiro, 2008, p. 147).

Após a morte da primeira esposa, Antônio Coelho de Albuquerque casa em segundas núpcias com Dona Maria da Conceição do Bonfim, filha de Gabriel Leitão Pacheco e Dona Mariana Messias de Meneses, a 30 de março de 1769, assistido pelo Pe. Inácio Gonçalves, cura de Amontada (Liv. Cas. Itapipoca, nº a, fl. 46).

Além de seu destaque como criador, Antônio Coelho de Albuquerque assumiu cargos importantes nos primeiros anos da ocupação da região. No campo militar, chegou a patente de Capitão de Granadeiros do Terço de Auxiliares do sertão do Acaraú, da Capitania do Ceará (Lima, 1997). Em 9 de julho de 1774 foi eleito, juntamente com o Coronel Jerônimo Machado Freire, Juiz Ordinário da Vila de Sobral, com mandato para o ano seguinte (Araújo, 2005, p. 377).

A Descendência de Antônio Coelho de Albuquerque

Como dito anteriormente, o Capitão Antônio Coelho de Albuquerque deixou grande descendência na região, totalizando dezesseis filhos entre os dois casamentos. Do primeiro matrimônio com Joana Teixeira de Morais, filha de Manoel Ferreira Pinto e Floriana Coelho de Morais, teve dez filhos:

1. Floriana Coelho de Albuquerque, c.c. Francisco Xavier Pereira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e Maria Soares, sua primeira mulher, a 19 de setembro de 1771, na Capela de São José.

2. Ana Maria de Albuquerque, c.c. Manoel Pereira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua primeira mulher, Maria Soares, a 8 de novembro de 1771, na Fazenda Baia.

3. Pedro Coelho Pinto (neto), c.c. Maria Soares da Silveira Dutra, filha de João da Silveira Dutra e sua primeira mulher Maria Soares, a 27 de setembro de 1777, na Capela de Santana.

4. Inácio Francisco Xavier de Albuquerque, c.c. Joana Maria do Monte, filha de João Pereira da Silva e Quitéria de Sousa, a 30 de setembro de 1777, na Fazenda Baia.

5. Manoel de Araújo Cavalcante, c.c. Maria do Espírito Santo, filha de João Pereira da Silva e Quitéria de Sousa, a 2 de dezembro de 1775, na Matriz de Sobral.

6. João Luís da Serra, c.c. Manoela Marques da Conceição, filha de João Pereira da Silva e Quitéria Maria de Sousa, a 19 de junho de 1789, na Fazenda Baia.

7. Joana Teixeira de Morais Coelho, c.c. José Henriques de Araújo, filho de Cláudio de Sá Amaral e Maria da Cunha Araújo, a 19 de setembro de 1768, na Fazenda Baia.

8. Joaquim Coelho de Albuquerque, c.c. Rita Francisca do Nascimento, filha de Antonio José Marinho e Bárbara Maria de Jesus, a 20 de junho de 1785, na Matriz de Sobral.

9. Quitéria Coelho de Morais, c.c. Gabriel Soares Monteiro, filho de Caetano Soares Monteiro e Luiza Ferreira Fonteles, a 26 de novembro de 1778, na Fazenda Pau-Caído.

10. Maria da Assunção Albuquerque, c.c. Antonio Alvares de Sá, filho de Antonio Alvares de Sá e Isabel de Barros, a 27 de junho de 1773, na Capela de São José.

Do segundo matrimônio com Maria da Conceição do Bonfim, nasceram:

11. Cel. José Mariano de Albuquerque Cavalcante, que foi Governador do Ceará e político de projeção, c.c. Francisca das Chagas Pessoa, filha do Cap. Manoel José do Monte e sua 22 mulher Ana América Uchoa, a 11 de fevereiro de 1789, no sítio Frecheiras, sobre a Serra da Meruoca.

12. João Pinto Nepomuceno Bezerra Cavalcante, c.c. Caetana Gomes da Frota, filha do Cap. Felipe Gomes da Frota e Josefa Maria de Jesus, a 22 de fevereiro de 1793, na Capela de São José.

13. Francisca Vicência do Espirito Santo, c.c. Manoel Vitoriano da Frota, filho do Cap. Felipe Gomes da Frota e Josefa Maria de Jesus, a 9 de setembro de 1799, na Matriz de Sobral, em presença do Frei Vital da Penha.

14. Gabriel Teles de Meneses, c.c. Maria da Conceição Gomes Frota, filha do Cap. Felipe Gomes da Frota e Josefa Maria de Jesus, a 9 de outubro de 1797, na Matriz de Sobral.

15. Maria Vicência do Espírito Santo, c.c. Inácio Furtado de Mendonça, filho de Antonio Furtado dos Santos e Ana Maria da Conceição, a 20 de novembro de 1799, na Matriz de Sobral.

16. Mariana Angélica de Albuquerque, c.c. Manoel Lourenço Gomes, filho de Francisco Lourenço Gomes e Suzana Maria de Araújo, a 23 de setembro de 1793, na Fazenda Baia.

37. José de Araújo Costa e a Fazenda Lagoa Grande

José de Araújo Costa nasceu em 30 de junho de 1724, em Estrufe, pequeno lugarejo rural da freguesia de Louro, no concelho de Barcelos, Portugal. Era filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá. Como visto anteriormente, em meados da década de 1740, José emigrou para o Brasil acompanhado de seus irmãos, Pedro e Manoel, possivelmente a convite do tio materno, o Coronel José da Costa e Sá. Seus irmãos estabeleceram-se nas fazendas Morrinho e Boa Vista, que haviam pertencido ao próprio coronel (Araújo, 2005, p. 149).

Após a morte do tio, em 1745, José de Araújo Costa mudou-se para a Fazenda Lagoa Grande, entre os atuais municípios de Acaraú e Bela Cruz. A propriedade teria sido adquirida de Sebastião de Sá e Oliveira e sua esposa, Maria Teresa de Jesus, ele, irmão do sesmeiro Domingos de Aguiar Oliveira. Medindo uma légua de comprimento por uma de largura às margens do rio Acaraú, a fazenda confrontava, ao poente, com as terras da capela de Santa Cruz.

Pela localização e pela existência do corpo d'água que batiza a localidade até hoje, deduz-se que a fazenda situava-se na margem oposta às terras de Domingos de Aguiar Oliveira e de Manoel Vaz Carrasco, cuja filha, Brites de Vasconcelos, José desposou em 31 de julho de 1747. O casamento teve como testemunhas Francisco Ferreira da Ponte e Manoel Ferreira Fonteles (Araújo, 2005, p. 157). O casal teve larga descendência, dentre os quais se destaca o Capitão Diogo

Lopes de Araújo Costa, cuja trajetória foi registrada pelo memorialista Nicodemos Araújo (Araújo, 1978).

Localização Estimada da Fazenda Lagoa Grande

Ao longo de sua trajetória, José de Araújo Costa consolidou-se como uma figura de destaque na região da Ribeira do Acaraú, acumulando considerável patrimônio e prestígio social. Como reconhecimento por sua posição e serviços, recebeu a patente de Capitão-mor do Terço Auxiliar das Marinhas da referida ribeira (Fonseca, 1918, p.350; Lira, 1971, p. 36).

Em julho de 1773, antes mesmo da instalação formal da Vila de Sobral, já se encontrava estabelecido na região,

tendo inclusive assinado a ata do evento (Studart, 1896, p.334). Na ocasião, foi nomeado tesoureiro e cobrador dos impostos camarários na Barra do Acaraú, com a responsabilidade de arrecadar as contribuições destinadas à manutenção da administração local (Araújo, 2000, p. 160).

Entre suas atribuições estavam a cobrança de tributos sobre o comércio de gado e sobre os barcos que transitavam pelos portos da região, especialmente nos de Camocim e Acaraú. Sua atuação colaborou para viabilizar financeiramente as primeiras obras públicas da vila, como a Casa de Câmara, a cadeia e o pelourinho, sendo um dos encarregados por garantir que os recursos recolhidos fossem devidamente entregues ao cofre da Câmara, conforme os registros oficiais da época (Nobre, 1977, p.137-138).

Mais tarde, em 1º de agosto de 1775, durante uma sessão da Câmara de Sobral, José de Araújo Costa foi eleito vereador, evidenciando o prestígio político que desfrutava entre os habitantes da vila. No entanto, apesar de eleito, não compareceu à cerimônia de posse, agendada para o dia 1º de janeiro do ano seguinte. Alegando enfermidade, apresentou formalmente sua renúncia, prontamente aceita pela Câmara.

Para preencher a vacância, foi convocada nova eleição, e, conforme os costumes da época, recorreu-se a um sorteio por barrete, prática herdada das câmaras do Antigo Regime. Por esse procedimento, foi escolhido como substituto o senhor Poliardo Caetano César de Ataíde, em eleição realizada em 1º de junho (Araújo, 2000, p. 160).

Seu inventário, datado de 25 de setembro de 1792, cerca de um ano após sua morte, revela uma fortuna significativa, embora não constasse dinheiro em espécie. Entre os bens, figuram jóias de ouro, esporas de prata, armas, utensílios domésticos, ferramentas agrícolas e instrumentos de produção, como rodas de moer mandioca, prensas e teares. Possuía ainda grande número de animais, vacas, bois, cavalos, éguas e poldros, além de sete pessoas escravizadas, cuja avaliação revela o alto valor atribuído à força de trabalho cativa.

A parte mais valiosa do espólio, no entanto, estava concentrada em dez grandes propriedades rurais, quase todas situadas às margens do rio Acaraú, adquiridas por meio de escrituras e avaliadas em centenas de milhares de réis (Araújo, 2000, p. 161-165). Essas terras demonstram a centralidade da posse fundiária na formação da riqueza colonial. Sua esposa, D. Brites, foi a inventariante, mas como não sabia escrever, o documento foi assinado, a seu pedido, por Manoel Francisco de Vasconcelos.

Descendência de José de Araújo Costa

Do casamento de José de Araújo Costa e Brites de Vasconcelos, nasceram 11 filhos, três homens e oito mulheres. Segundo Pe Sadoc, as filhas de José se casaram com rapazes das mais ilustres famílias da região, ao passo que os três filhos casaram-se com as moças mais modestas e “alienígenas” (Araújo, 2000, p. 159).

1. Alferes Aselmo de Araújo Costa, nascido por volta de 1748, c.c. Francisca dos Santos Xavier, natural do Recife, filha de Manoel Gomes Diniz e Josefa Maria dos Santos, em 30 de maio de 1769.

2. Maria Madalena de Sá, nascida por volta de 1747, c.c. Inácio Bezerra de Menezes, filho de Gonçalo João Coimbra e Cosma de Melo Moura, em 17 de abril de 1774.

3. Francisca de Araújo Costa, nascida em 1751, c.c. Capitão-mor Inácio Gomes Parente, português, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes, a 24 de novembro de 1777.

4. Ana Maria de Jesus, c.c. Alferes João de Sousa Uchoa, filho de Luis de Sousa Xerez e Ana Teresa de Albuquerque, de Olinda, a 15 de agosto de 1771.

5. Anastácia de Sá Araújo, nascida por volta de 1759, c.c. o português João Francisco Perfeito, filho de Manoel Francisco Perfeito e Ana Luisa dos Santos, a 3 de fevereiro de 1789.

6. Antônia Maria da Purificação, nascida em 1758, c.c. Paulo Joaquim de Medeiros, filho de Domingos Álvares Magalhães e Clara da Silva Medeiros, a 14 de fevereiro de 1778.

7. Maria da Encarnação, nascida a 30 de janeiro de 1760 c.c. Bernardo Pereira de Carvalho, filho de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 14 de Novembro de 1777.

8. Cap. Diogo Lopes de Araújo Costa, nascido a 8 de março de 1761. Viveu maritalmente com três mulheres sucessivas: Antônia Maria do Rosário, Maria Rodrigues de Sousa e Maria

Egipicíaca da Fonseca. Teria se casado com esta última, segundo seu inventário.

9. Rita Teresa de Jesus, nascida a 21 de janeiro de 1764, c.c. José Álvares Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos, a 8 de julho de 1781.

10. Maria Quitéria de Araújo, nascida em 1765, c.c. Narcísio Lopes de Aguiar, filho de Nicácio Aguiar Silva e Micaela da Silva Medeiros, a 25 de janeiro de 1796.

11. Francisco Xavier Sales Araújo, nascido a 13 de dezembro de 1768, c.c. Francisca Alves Feitosa, filha de Luís Vieira de Sousa e Ana Alves Feitosa, na freguesia de São Gonçalo dos Cocos.

Sítio São José de Alcântaras

O local onde o inventário do Capitão José de Araújo Costa foi confeccionado chamava-se Sítio São José, localizado na Serra da Meruoca. Segundo Seridião Montenegro, esse sítio foi uma das primeiras propriedades do atual município de Alcântaras (Montenegro, 2023, p.42). A descrição da propriedade trazida no inventário informa que tratava-se de:

> *Um pedaço de terra de plantar lavoura na Serra da Meruoca, foreiro ao Senado da Câmara desta Vila de Sobral, pegando o seu comprimento da parte de cima de uma cerca de pinheiros até testar na parte do nascente com terras da Fazenda Pedra Branca com uma légua de largo, meia para cada banda, que houve por compra do Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte, com todas as benfeitorias que se acharem no dito sítio, avaliado em 200$000.*

O Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte era filho do Major Francisco Ferreira da Ponte, que recebeu originalmente essas terras como sesmaria em 1745, e de Maria Madalena de Sá, irmã de Brites de Vasconcelos, esposa de José de Araújo Costa. Brites e Maria Madalena eram duas das sete irmãs, filhas de Manoel Vaz Carrasco. Não se sabe ao certo como Pedro obteve essa propriedade. Já quanto à citada Fazenda Pedra Branca, segundo Pe. Sadoc, esta ficava próxima a Sobral e pertencia ao Capitão Francisco da Cunha de Araújo, sobrinho de Félix da Cunha Linhares (Araújo, 2005, p. 359).

Segundo Bertoni, a menção mais antiga ao Sítio São José data de 4 de outubro de 1735, no batizado de Agueda, filha de Francisca, escrava do Pe. Manoel Poderoso de Morais. Foram padrinhos Nicolau e Antônia Ribeiro, ambos filhos naturais de Cosma Ribeiro, esposa do Cel. Sebastião de Sá (Liv. Batismo, 1725-1749, fl. 46 v). Sabe-se também que após a morte do Capitão José de Araújo Costa, a viúva Brites de Vasconcelos, então com 67 anos, mudou-se definitivamente para o Sítio São José, onde permaneceu até sua morte em 10 de fevereiro de 1814 (Araújo, 2000, p. 154).

A denominação Alcântaras teria sido bastante posterior. Segundo o historiador Renato Braga, o português Antônio da Cunha Freire, juntamente com dois irmãos, teriam sido os patriarcas do primitivo povoado de São José. O filho de Antônio, José Joaquim da Cunha Freire, teria sido o primeiro a nascer na região, tendo vivido entre 1700 e 1772. Ainda conforme Braga, os descendentes destes três ramos lusitanos teriam substituído o patronímico Cunha Freire por Alcântara,

nome que acabou por suplantar o original e se estender ao próprio topônimo da localidade, que passou a se chamar São José dos Alcântaras (Braga, 1964, p. 76).

Dentre os descendentes do patriarca Antônio da Cunha Freire, destacou-se João Capistrano de Alcântaras que construiu a primeira casa de alvenaria em São José e a primitiva Igreja, iniciando, assim, a vida religiosa no lugarejo. O Patrimônio inicial foi um terreno, medindo 50 braças de frente por 60 de fundo e uma casa de tijolo localizada na mesma terra. A escritura da doação da terra foi feita no Cartório de Coreaú, no dia 22 de Fevereiro de 1908. A Capela só teve seus trabalhos totalmente concluídos depois de 1916, embora a este tempo fossem celebrados lá os ofícios religiosos e as desobrigas (Lira, 1984, p. 256).

Na segunda metade do século XVIII a Serra da Meruoca já encontrava-se plenamente habitada. Em 1767 já existiam vinte engenhocas de fabricar mel e no tombamento de 1778, promovido pela Câmara de Sobral, foram contados 210 sítios, sendo a grande maioria com 300 a 400 braças de frente (Diogo, 2016, p. 75). Nessa época, as áreas que correspondem hoje às localidades de Floresta, Palestina do Norte, Sítio Monte, Santa Úrsula e São Rafael já eram habitadas por núcleos de povoamento que se formavam nos arredores de riachos e pequenas capelas (Soares e Soares, 2019, p. 22).

Entre estes, destaca-se o Sítio Santa Úrsula, que pertenceu a José de Xerez Furna Uchoa, e onde em 1747 foi plantada a primeira muda de café do Ceará, presente da corte

de Luís XV, rei da França. Furna Uchoa foi um homem influente na Ribeira do Acaraú e era casado com Rosa de Sá e Oliveira, outra das sete irmãs, filha de Manoel Vaz Carrasco.

O Médico da Lagoa do Mato

O filho mais proeminente de José de Araújo Costa foi o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa. Aos 17 anos, foi enviado para Fortaleza, onde recebeu alguma instrução formal, que lhe encorajou a atuar como médico prático. Foi eleito vereador de Sobral no ano de 1789, mesmo residindo a mais de 100 quilômetros da vila. Em 1817 recebeu a patente de Capitão de Ordenanças, integrando as forças responsáveis pela segurança pública.

Nesse mesmo ano, a 18 de junho, obteve uma sesmaria de três léguas de comprimento no Riacho da Prata. Na petição informou ser morador há 20 anos na Lagoa do Mato (hoje Bela Cruz), e que já utilizava o dito riacho, onde construiu casa, aviamentos de fazer farinha, roças e fruteiras, sem qualquer contestação. A terra solicitada tinha como confrontantes:

> *[...] pela parte do nascente, com terras da Cruz, Lagoa Seca e Malassombrado, de Francisco Antônio Linhares, do mesmo Termo de Sobral e com a dita Lagoa do Mato do suplicante; pela parte do Poente, com terras da Data do Comandante Antônio da Silva Barros, do Termo da Vila de Granja; pela parte do norte, com terras do Castilha, (Castelhano), Termo de Granja e com terras de Timbaúba, Ribeira do Acaraú, Termo de Sobral; e, pela parte do sul, com terras da mesma Lagoa do Mato do suplicante,*

> *ficando-lhes mistas as terras sobreditas do Riacho da Prata* (Sesmarias Vol. 9, nº 728, p. 59).

Em sua argumentação, o capitão também afirma ter construído estradas ligando a região do Acaraú à Vila de Granja, o que favoreceu o comércio entre as duas regiões.

Como líder comunitário era reconhecido como um mediador de conflitos, a quem a população recorria para resolver questões familiares, financeiras ou territoriais. Teve uma extensa prole, chegando a ter, segundo algumas fontes, 35 filhos de sete mulheres diferentes. Entretanto, “apenas” 16 deles foram reconhecidos em seu testamento. Vários de seus filhos ocuparam posições de prestígio na organização política do município de Acaraú.

Mas o que torna a vida do capitão interessante foi menos sua situação conjugal ou participação na esfera política e mais os eventos extraordinários que lhe são atribuídos. Esses relatos encontram-se consolidados no livro biográfico de Nicodemos Araújo (Araújo, 1978). As lendas iniciam-se antes mesmo de seu nascimento; relata-se que o futuro capitão teria chorado no ventre materno uma semana antes do parto, fato que impressionou seus pais. Outro prodígio de precocidade intelectual teria ocorrido aos dois anos, quando ele supostamente identificou sua primeira camisa em um baú de roupas, demonstrando uma memória tida como fenomenal.

O núcleo central da mitologia em torno de Diogo Lopes reside em sua "percepção extra-sensorial" ou acuidade visual radiográfica. A tradição assevera que ele possuía a

capacidade de ver através das cores branca, encarnada, preta e azul. Tal faculdade, longe de ser celebrada pelo capitão, era descrita como um fardo moral, levando-o a recusar o atendimento de mulheres que trajasse tais cores por considerar que elas se apresentavam, aos seus olhos, como se estivessem despidas. Essa mística visual está intrinsecamente ligada ao seu método diagnóstico: o capitão era célebre por identificar moléstias apenas ao tomar o pulso dos pacientes, prática que atraía enfermos de regiões distantes como a Província do Piauí para seu hospital na fazenda Lagoa do Mato.

Dentre as anedotas clínicas mais difundidas, destaca-se o caso da jovem piauiense levada ao capitão por seu pai; após tomar o pulso da moça, Diogo Lopes teria diagnosticado não uma doença, mas uma gravidez, apontando o escravo de confiança da família como o progenitor. Outro relato famoso envolve uma tentativa de desmoralização por parte de um médico graduado de Sobral, que enviou urina de uma besta para análise; o capitão teria identificado a origem animal do fluido, prevendo ainda que a fêmea pariria um "poltro alazão de quatro pés brancos" no mês de novembro, o que teria se confirmado.

A destreza física e a sensibilidade ambiental também compõem o lendário do personagem. Exímio esgrimista, conta-se que ele duelou durante uma hora, sob o luar, contra um mascarado que o desafiara no caminho para a fazenda; ao final, descobriu tratar-se de seu filho Bernardino, que aprendera a arte da espada apenas observando as lições dos irmãos. No campo da meteorologia empírica, relata-se que ele

previu chuvas pesadas em momentos de céu límpido, tanto em uma noite de Natal quanto em um mês de outubro, após já ter perdido a visão.

O episódio da cegueira de Diogo Lopes, ocorrido aos 60 anos, é revestido de contornos extraordinários. A lenda sustenta que ele teria realizado uma romaria à Capela de Santa Cruz para pedir à Virgem da Conceição que lhe retirasse a visão ou a faculdade de ver através das cores, sendo atendido em quinze dias. Mesmo cego, sua percepção teria se aguçado ao ponto de notar a presença de uma simples folha de papel colocada sob sua pedra de assento habitual, afirmando sentir que "o céu baixou ou a terra subiu".

Por fim, há relatos de natureza humanitária e ambiental, como o resgate de um menino abandonado durante a "Seca dos Três Setes" (1777) no lugar Pedras Grandes e a narrativa de uma "lagoa encantada" situada em uma mata de 60 quilômetros, onde caçadores ouviam cantos harmoniosos. Embora muitas dessas histórias careçam de comprovação documental objetiva e reflitam o imaginário popular que transforma o curandeiro em taumaturgo, elas evidenciam o impacto social de Diogo Lopes como uma figura de autoridade moral e científica na região.

38. A denúncia do Frei João de São Diogo

No final do ano de 1749 esteve na Matriz da Caiçara, atual Sobral, o comissário da Santa Inquisição, Frei Miguel da Vitória, membro reformado da Ordem dos Carmelitas Calçados de Pernambuco. No cumprimento de sua missão, o referido sacerdote alertou a população da Ribeira do Acaraú sobre a obrigação de delatar ao Santo Ofício todos aqueles que tivessem cometido delitos contra a fé católica, especialmente heresias, práticas supersticiosas e violações sacramentais. A leitura do edital, feita em dia de grande concurso de fiéis, tinha o objetivo de reforçar o dever de consciência dos cristãos em colaborar com a Inquisição, sob pena de incorrerem em censuras eclesiásticas.

Atendendo a esse chamado, em 3 de dezembro de 1749, Padre Antônio dos Santos da Silveira, fundador da capela Nossa Senhora de Santana do Olho D'Água, procura o inquisidor para delatar uma situação irregular a qual havia presenciado. Dois anos antes, Pe. Silveira estava na Fazenda Boa Vista, então pertencente à viúva do Cel. José da Costa e Sá, Josefa Maria de Jesus, situada a cerca de cinco léguas e meia da Matriz, onde encontrou o carmelita Frei João de São Diogo, religioso da Reforma do Recife.

Durante uma conversa sobre Domingas, mulher casada e comadre do denunciante, Frei João teria afirmado que a penitente mantinha uma relação extraconjugal com Pedro [de Araújo] Costa, sobrinho do falecido Coronel. Quanto ao casal, Domingas Pereira Vidal era filha de Cosme Pereira e

Margarida Soares, possivelmente também parentes de José da Costa e Sá, tendo se casado com Luís de Almeida Lacerda, natural de Goiana, Pernambuco, filho de Felipe de Santiago e Micaela Carvalho, em 7 de janeiro de 1734.

O detalhe agravante desse relato é que a revelação teria sido feita com base no que o Frei ouvira em confissão, constituindo violação do sigilo sacramental, um dos mais graves pecados e delitos que um sacerdote poderia cometer no âmbito da Igreja Católica. O sigilo da confissão era considerado absoluto e inviolável, de modo que nenhum padre poderia revelar, sob pretexto algum, o conteúdo dos pecados confessados. A confiança nesse sacramento era tão central para a vida religiosa que sua quebra comprometia não apenas a reputação pessoal do confessor, mas também a própria credibilidade do sistema penitencial da Igreja.

O tal Frei João de São Diogo provavelmente encontrava-se na região em missão de desobriga, possuindo bastante experiência nesse mister, tendo atuado entre os anos de 1701 e 1707 como comissário da Missão do Tuaré, no estado do Grão-Pará e Maranhão. Ironicamente, em 1733, ele mesmo também já havia atuado junto ao tribunal do Santo Ofício, dando parecer favorável para a publicação do livro intitulado Erário Mineral, escrito pelo cirurgião Luís Ferreira Gomes. Nessa época, Frei João residia no Convento de Santo Antônio de Lisboa Ocidental, de onde provavelmente é oriundo.

Quanto a Pedro de Araújo Costa, já o mencionamos antes. Nessa época, solteiro, com cerca de 24 anos, era recém chegado na Ribeira do Acaraú, onde trabalhava como vaqueiro na Fazenda Morrinho, pertencente ao tio, da qual viria a se tornar dono no futuro. Seu irmão (ou primo) José de Araújo da Costa, na época residente da Fazenda Tapera de Baixo, foi arrolado como testemunha alguns dias após a denúncia, em 20 de dezembro de 1749.

José confirmou que o carmelita João de São Diogo lhe dissera diversas vezes que Pedro e Domingas "*andavam mal encaminhados*". Acrescentou ainda que em uma ocasião na Fazenda Boa Vista, durante a missa de Páscoa, notara que Frei João dera a comunhão apenas ao marido de Domingas e a negara à própria penitente. Ao questionar a razão, ouviu do frei uma resposta irritada, insinuando que havia motivo grave para a recusa, o que reforçava a suspeita de quebra de sigilo confessional.

Ressalta-se que o adultério era uma das mais grave transgressões femininas no contexto da sociedade sertaneja, não raramente resultando em punições físicas, ou mesmo assassinato. O homem traído era ridicularizado como "corno" e perdia o respeito social, especialmente se não reagisse com violência (De Farias, 2018). Portanto, fica clara a gravidade da situação provocada pela indiscrição do sacerdote.

Por fim, em 6 de janeiro de 1750, o comissário Frei Miguel da Vitória, encarregado do caso, informou aos Inquisidores de Lisboa que não encontrara mais testemunhas

além das já ouvidas. Encerrava, assim, o inquérito preliminar realizado na Ribeira do Acaraú, enviando-o para decisão superior do Santo Ofício. O caso não prosperou, tendo sido arquivado provavelmente pela ausência de testemunhas adicionais ou simplesmente pelo fato do acusado ser um sacerdote.

39. Origem da Freguesia de São Bento da Amontada

O território de Amontada integrou originalmente as terras dos índios Tremembés, primeiros registros de contato com os colonizadores remontam a 1607, quando os padres Francisco Pinto e Luís Figueiras iniciaram os trabalhos de catequese. No decorrer do século XVII, missionários jesuítas e membros da Ordem de São Pedro também atuaram na região, procurando atrair os Tremembés ao projeto colonial. A ocupação luso-espanhola consolidou-se no século XVIII, momento em que surgiram os primeiros colonos registrados em documentos oficiais (Montenegro, 2023, p. 55).

Conforme os registros de sesmarias, os primeiros a receberem concessões de terras na região foram os portugueses Manoel Pinto Correia, Gonçalo Correia, João Pinto Correia e Antônio Álvares Correia. O registro dessa doação, datado de 7 de outubro de 1683, refere-se a uma área de três léguas, situada às margens dos rios Mundaú, Aracati-Mirim e Aracatiaçu, estendendo-se até as cabeceiras dos dois últimos (Sesmarias Vol. 1, nº 39). Tal concessão marca a presença dos primeiros europeus no território correspondente aos atuais municípios de Itapipoca e Amontada (Pinheiro e Pinheiro, 2022, p. 38).

Posteriormente, em 20 de junho de 1694, novas áreas de três por duas léguas foram concedidas a Agostinho Alves de Oliveira, Antônio de Oliveira Maciel, João Fernandes de Sousa, João Costa de Aguiar, Fulgência Rodrigues, Antônia Ferreira, Inês Alves e Ana de Sousa Jesus (Sesmarias Vol. 1, nº 9). Essas terras situavam-se na margem ocidental do Rio

Mundaú e na margem oriental dos rios Aracatiaçu e Aracati-Mirim, ficando estes cursos d'água como limites naturais entre as propriedades (Pinheiro e Pinheiro, 2022, p. 39).

Com a expansão da pecuária, o território passou a ser ponto de repouso para vaqueiros oriundos da serra de Uruburetama, que transitavam pelas margens do rio Aracatiaçu (Montenegro, 2023, p. 56). Um núcleo inicial de povoamento, denominado São Bento da Ribeira do Aracatiaçu, já existia antes mesmo da chegada dos primeiros colonos portugueses conhecidos, embora não haja registros seguros de sua fundação (De Castro, 2015, p. 13).

O topônimo "Amontada" deriva do termo "Montado", referência à cadeia de pequenas elevações que conecta o maciço da Serra das Matas à Ibiapaba (Braga, 1964, p.119). Essa região, composta por campos abertos e serrotes, mostrou-se adequada à criação de gado e à formação de fazendas, que se estabeleceram ao longo dos rios Aracatiaçu e Aracatimirim. As variações toponímicas ao longo do tempo refletem a dinâmica histórica da localidade: São Bento da Amontada, São Bento da Ribeira do Aracatiaçu, São Bento e, finalmente, Amontada, denominação oficial desde 1936.

Em meados do século XVIII, o português Tomé Pires de Queiroz, estabeleceu um criatório de gado nas margens do rio Aracatiaçu, cerca de 15 km distante da sede do atual município de Amontada. Sobre Tomé Pires, sabe-se muito pouco, apenas que foi um dos membros fundadores da

Irmandade do Santíssimo Sacramento de Sobral, criada em 15 de setembro de 1752, ao lado de pessoas ilustres da região, como o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos (Araújo, 2005, p. 244). Ele também aparece ao lado de Luis Antonio Teixeira como testemunha do casamento de Domingos Rodrigues Linhares e Maria da Soledade Araújo, na matriz da Caiçara em 16 de setembro de 1762 (Araújo, 2000, p.140).

Ao redor da fazenda de Tomé Pires, formou-se uma pequena povoação (Amontada Velha), a partir da qual surgiu a solicitação para a construção de uma capela, dirigida a Dom José Fialho, da Ordem de São Bernardo de Alcobaça, então sexto bispo de Olinda (Pinheiro e Pinheiro, 2022, p. 42). Os moradores alegavam a grande distância da matriz mais próxima, localizada Caiçara (Sobral), sede do curato de Acaraú, a mais de 25 léguas dali. Naquele tempo, morava na fazenda de Amontada outro português, o Capitão-mor Antônio José dos Santos, o qual teria sido o responsável pela ereção do templo. Poucos anos depois, a capela começou a funcionar como posto espiritual, atendendo às primeiras necessidades religiosas da comunidade (De Castro, 2015).

Existe outra versão para a construção da Capela de Almofala Velha, segundo a qual sugere o templo, na verdade, teria sido construído por "*uma missão religiosa que antecedeu a chegada dos colonizadores com vistas à catequese e ao aldeamento, num primeiro passo do projeto de colonização*" (Pinheiro e Pinheiro, 2022, p. 39). Entretanto, essa versão é menos crível, uma vez que a dita capela não aparece nas listagens dos primeiros visitadores do curato do Acaraú, como

Pe. Felix Machado Freire, que visitou as capelas da região em 1732, sendo provável que tenha sido erguida posteriormente a essa data (Araújo, 2005, p. 157).

Capitão-mor Antônio José dos Santos

Antônio José dos Santos nasceu no dia 26 de dezembro de 1764, na Rua Direita, do lugar Matosinhos, Freguesia de São Salvador de Bouças, atual Matosinhos, Porto. Filho de Bento Antônio dos Santos e de Mariana Francisca dos Santos. Casou-se a 31 de maio de 1787, de manhã, na Fazenda Taperinha, Freguesia da Amontada, Ceará, com Rita Maria do Nascimento, filha de Gregório Pires Chaves, provável parente de Tomé Pires, e de Ana Maria da Anunciação. O casal, que passou a residir na Fazenda Amontada, teve 10 filhos (Lima, 2016, p. 240-241):

1. Inês Maria dos Santos casada com João de Agrela Jardim.

2. Joaquim José dos Santos, n. 22 de agosto de 1789, e b. a 30 do dito mês e ano, na Igreja Matriz de N. Senhora da Conceição da Amontada, pelo Padre Francisco Moreira de Souza. Capitão Mor de Itapipoca, por Carta Patente de 14 de março de 1827. Casou-se a 18 de novembro de 1834, com Margarida de Castro Viana, filha de Ponciano José de Oliveira e Maria José.

3. Maria Francisca da Conceição nasceu a 02 de agosto de 1813. Casou-se com Francisco Lourenço Gomes, n. na Freguesia de Sobral, filho de Domingos da Cunha Linhares e de Ana Maria do Espírito Santo.

4. Maria de São Pedro dos Santos faleceu já viúva a 13 de março de 1873. Casou-se com o Comendador Antônio Teles de Menezes, filho de Joaquim Teles de Menezes e de Luíza Soares de Vasconcelos. Neto paterno de Gabriel Cristóvão de Menezes e de sua primeira mulher, Bernarda Correia de Araújo.

5. Francisca Maria dos Santos que faleceu solteira.

6. Joana Maria dos Santos nasceu a 29 de dezembro de 1804. Casou-se a 26 de fevereiro de 1824, com o Capitão Manoel Tomé Rodrigues, filho de Manoel Tomé Rodrigues, n. Portugal, e de Eugênia Barbosa das Virgens.

7. Bento Antônio dos Santos nasceu a 15 de março de 1807. Casou-se a 10 de maio de 1834, com Ana Pires Chaves, filha de Gregório Pires Chaves e de Maria de Jesus Aguiar.

8. Vicente José dos Santos nasceu no ano de 1808 e faleceu a 22 de novembro de 1839. Casou-se a 05 de novembro de 1835, com Maria Antônia Álvares, filha de Antônio Manoel Álvares, n. Braga, e de Inês Maria de Jesus Álvares.

9. Antônio José dos Santos nasceu no ano de 1809. Casou-se a 05 de novembro de 1835, com Margarida Antônia Álvares, filha de Antônio Manoel Álvares, n. Braga, e de Inês Maria de Jesus Álvares.

10. José Antônio dos Santos nasceu no ano de 1810. Casou-se a 05 de novembro de 1835, com Teodora Álvares, filha de Antônio Manoel Álvares, n. Braga, e de Inês Maria de Jesus Álvares. Casou-se novamente com Luíza Antônia Cordeiro, viúva do Capitão Joaquim Manoel Álvares.

A Criação da Freguesia de Amontada

Com o crescimento populacional e a dispersão dos habitantes para áreas ainda mais distantes, os moradores recorreram a Dom Francisco Xavier de Aranha, também português, natural de Arronches e pertencente à Ordem de São Pedro, que exercia o cargo de oitavo bispo de Olinda. Atendendo ao pedido da população da ribeira do Aracatiaçu, em 1757 ele promoveu a divisão do curato de Acaraú em quatro freguesias, uma delas com sede em Amontada (Velha). Essa criação foi confirmada por provisão do visitador-geral do Nordeste, Frei Manoel de Jesus Maria, consolidando a estrutura eclesiástica da região.

Contudo, uma vez que o terreno sob o qual estava construída a capela da povoação não teria sido formalmente doado à Igreja, havia um impedimento canônico para que esta funcionasse como sede paroquial. Apesar disso, registros de casamentos e sepultamentos confirmam a atuação de três vigários na freguesia nas três décadas subsequentes, período em que não existiam outras capelas na região (De Castro, 2015, p. 14).

A disputa pela sede paroquial acirrou-se a partir de 1788, quando o Capitão Manoel Gomes do Nascimento e sua esposa, D. Antônia do Ó Correia Araújo Menezes, doaram à Igreja meia légua (3,3 km) de terra à margem direita do rio Aracatiaçu, na Lagoa do Barbatão, atual sede municipal (Lira, 1984, p. 36). Essa propriedade encontrava-se dentro dos limites da sesmaria concedida ao pai de Antônia, Capitão Gabriel

Cristóvão Teles de Menezes, de três léguas (19,8 km), obtida em 20 de janeiro de 1746, e foi dada ao casal como dote, juntamente com o significativo rebanho de mil cabeças de gado (De Castro, 2015, p. 14).

Essa fazenda, que na verdade chamava-se São Bento, também era conhecida por Barbatão, por existirem muitos bois não domesticados, criados na mata (Pinheiro e Pinheiro, 2022, p. 41). Ali foi erguida uma nova capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que progressivamente assumiu a centralidade religiosa e política do território. Entre o final do século XVIII e o início do XIX, instaurou-se forte rivalidade entre os moradores de Amontada Velha e os de São Bento, marcada inclusive por disputas em torno da posse da imagem da padroeira.

Ruínas da Antiga Igreja de Amontada Velha.

A instabilidade prolongou-se durante o século XIX. Pela Lei nº 364, de 29 de julho de 1846, a sede da freguesia foi transferida para Arapari, e em 1868 para Imperatriz (atual Itapipoca). Apenas em 21 de abril de 1874 foi criada novamente a Paróquia de São Bento de Amontada, tendo como vigário o padre Joaquim Teodoro de Araújo (1875–1915). Em definitivo, a freguesia consolidou-se em 1873 na atual sede.

Evolução Administrativa

A trajetória político-administrativa do município foi marcada por constantes oscilações. Criado como distrito em 1757, subordinado a Itapipoca, Amontada foi suprimido em 2 de setembro de 1838 (Lei nº 150) e restaurado em 19 de

setembro de 1842 (Lei nº 253). Em 30 de agosto de 1876, alcançou emancipação municipal (Lei nº 1.735), mas foi extinto em 26 de novembro de 1878 (Lei nº 1.776). Restaurado em 29 de agosto de 1884 (Lei nº 2.082), voltou a ser suprimido em 1º de agosto de 1905 (Lei nº 6.447). Diversos atos normativos posteriores definiram sua condição instável: Decreto nº 43, de 13 de agosto de 1890; Decreto nº 14, de 23 de março de 1892; Lei nº 424, de 29 de setembro de 1897; até que em 1938 seu nome foi simplificado para São Bento (Lei nº 791). Pelo Decreto nº 1.117, de 30 de dezembro de 1943, passou a se chamar definitivamente Amontada. O município foi novamente extinto pela Lei nº 11.010, de 5 de janeiro de 1985, e reinstalado em 1º de janeiro de 1986, quando se emancipou em caráter definitivo de Itapipoca, junto com os distritos de Icaraí e Aracatiara.

40. A Formação da Freguesia de Acaraú

Para compreender como se deu a formação do atual Município de Acaraú, é importante saber que o rio que dá nome à cidade, após um percurso de 320 km, alcança o mar por dois braços, Cacimbas e Mosqueiro, formando um pequeno delta, cuja bifurcação ocorre a cerca de 6 km do litoral (Braga, 1964, p. 31). Essa configuração no litoral de Acaraú já é conhecida desde os primórdios da colonização portuguesa, figurando em mapas e cartas náuticas desde o início do século XVI.

A versão mais aceita para o topônimo Acaraú é a de que signifique "Rio das Garças", o que se justificaria pela presença da grande quantidade dessas aves no litoral e nas gamboas da região (Araújo, 1971, p. 14). Em livros e documentos antigos, esse topônimo assume variações como Caracú, Acaracú, Acarauh, entre outras. A adoção oficial do nome Acaraú se deu apenas em 1879. Segundo o historiador Renato Braga, isso teria acontecido para evitar que, nas correspondências endereçadas à localidade, a estampa de D. Pedro II viesse acompanhada do antigo nome, Acaracú, o que poderia soar desrespeitoso ao Imperador (Braga, 1964, p. 14).

Originalmente, as terras do litoral de Acaraú eram habitadas por índios da etnia Tremembé, que foram, em sua grande maioria, aldeados no início do século XVIII na Missão do Acarati-Mirim. No que se refere ao povoamento por europeus, uma hipótese é a de que teria ocorrido inicialmente por pescadores vindos do Sul, atraídos pela fartura dos bancos

pesqueiros. Estes teriam primeiro se estabelecido na localidade Ponta do Presídio e depois migrado mais para o interior do delta do rio, onde hoje se ergue a cidade (Studart, 2010, p. 301).

Essa opinião provavelmente foi influenciada pelo fato de a atividade pesqueira ser atualmente forte na região, além de uma interpretação alternativa do próprio topônimo Acaraú, que poderia significar "Rio dos Peixes Grandes". Entretanto, essa versão é contestada por Nicodemos Araújo, segundo o qual o litoral e as praias da região não são naturalmente propícios para a pesca tradicional, tendo esta se intensificado apenas após a adoção dos currais (Araújo, 1971, p. 34).

Portanto, podemos concluir que, embora seja plausível alguma presença de homens brancos atraídos pela atividade pesqueira, esse vetor foi minoritário na ocupação da região, que se intensificou apenas com a vinda dos criadores de gado, que povoaram a Ribeira do Acaraú no fim do século XVII e início do XVIII. Nesse sentido, as sesmarias concedidas na região, voltadas para a criação de gado, foram:

- 1683 – Rio Acaraú – Manoel de Góes;
- 1705 – Jacoca / Rio Acaraú – Cel. João Pereira Veras;
- 1710 – Entre Acaraú e Aracati-Mirim – Amador Correia de Oliveira e Agostinho da Cruz (não efetivada);
- 1716 – Lagoa da Água das Velhas – João de Sá;
- 1735 – Água das Velhas – Ten.-Cel. José Bernardo Uchoa e Manoel da Guarda Monteiro;
- 1735 – Entre Aracati-Mirim e Acaraú – Ten.-Cel. José Bernardo Uchoa e Manoel da Guarda Monteiro;
- 1736 – Rio Acaraú ao Córrego do Falcão – Antônio Correia Peixoto;

- 1737 – Córrego do Tanque ao Castelhano – Ten.-Cel. Manoel Barbosa de Morais;
- 1760 – Marco do Guarda à Porteira Velha – Joana Correia da Silva;
- 1817 – Cruz / Castelhano / Timbaúba / Lagoa do Mato – Cap. Diogo Lopes de Araújo Costa;
- 1823 – Fazenda Tapera (Ribeira do Acaraú) – Francisco Antônio Linhares.

Esse núcleo inicial, assentado na Barra do Acaraú, viveu anonimamente por certo tempo, até que se instalou no Cacimbas um ancoradouro para as embarcações que transitavam pelo rio, acessível apenas a barcos pequenos, a depender do regime das marés (Braga, 1964, p. 40). Esse local passou então a ser conhecido como "Porto dos Barcos" e chegou a ter certa relevância em função do serviço de cabotagem de mercadorias entre a região e as demais capitanias.

Segundo Nicodemos Araújo, as primeiras habitações construídas na sede de Acaraú foram erguidas no limiar do século XVIII, inicialmente no atual bairro "Outra Banda", em função da proximidade do rio e para "*atender às frequentes visitas de barcos de pequeno calado que chegavam até ali, nas marés de preamar, em serviço de cabotagem*" (Araújo, 1971, p. 48). Diferentemente de outros municípios da região, a aglomeração urbana precedeu a instalação da capela, o que só foi feito algum tempo depois. Ao que parece, em 1724 já havia casas o bastante para a localidade ser caracterizada como um povoado.

Uma explicação para tanto é que, nessa época, a maior aglomeração populacional da região se dava no atual distrito de Almofala, distante 33 km de Acaraú, então sede da Missão do Aracati-Mirim, onde foi erguida a primeira capela de toda a Ribeira, em 1712. Em outra localidade um pouco mais próxima, no Sítio Santa Cruz, atual Bela Cruz, também foi erguida uma capela já no início do século XVIII, em 1732. Portanto, pode-se deduzir que esses templos eram frequentados pelos primeiros moradores do primitivo povoado.

Primeira Igreja

Apenas em 1748, por influência do Pe. Agostinho de Castro Moura, então dirigente da Missão de Almofala, teria sido escolhido o terreno para a construção da primeira capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no mesmo local onde hoje se ergue a Igreja Matriz da Paróquia de Acaraú (Araújo, 1971, p. 49). Seu patrimônio, constituído muitos anos depois, consistiu em uma légua (6,6 km) de terra doada em 1806 por José Monteiro de Melo.

Como explicamos em outro capítulo, a criação dos templos representava não apenas um avanço no sentido religioso, mas também no sentido civil, uma vez que, enquanto colônia, as divisões administrativas e eclesiásticas se confundiam, sendo este o primeiro passo para pleitear uma emancipação no futuro. Além disso, os terrenos doados para constituir o patrimônio da igreja eram arrendados para foreiros, que erguiam residências, levando a um maior adensamento populacional.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, intensificou-se a atividade de charqueamento na Ribeira do Acaraú, levando à instalação de oficinas de beneficiamento de carne próximo ao porto fluvial (Brasil, 1972, p. 111). Nelas, os animais eram abatidos e sua carne preparada em mantas, as quais eram salgadas e secas. Além da carne, aproveitava-se o couro, que era igualmente seco ao sol, e o sebo, moldado em blocos (Anais da Biblioteca Pública Pelotense, v. 2, p. 106).

Porto do Acaraú, 1948. Fonte: IBGE.

Dali, essas mercadorias eram embarcadas em sumacas com destino aos principais portos da Colônia, sobretudo Pernambuco, dos quais traziam pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros (Girão, 1984, p. 117). Esse movimento impactou de tal maneira a vida econômica do povoamento, que o mesmo passou a ser

conhecido pelo topônimo "Oficinas". Esse ciclo econômico atingiu o seu auge no final do século XVIII, quando foi bruscamente interrompido pela Grande Seca de 1790 a 1793, que devastou os rebanhos da região. Entretanto, esse interstício de quarenta anos foi o bastante para acelerar o crescimento do povoado, fazendo-o inclusive rivalizar com Almofala em termos de relevância.

Emancipação Política

Em 12 de novembro de 1766 havia sido criada a Freguesia de N. S. da Conceição de Almofala, com sede nesta localidade. Nos tempos do padroado, a denominação freguesia era equivalente ao atual bairro, portanto, eclesiasticamente, Acaraú encontrava-se subordinado a Almofala. Ressalta-se que seu crescimento populacional deve ter se dado de forma lenta, visto que Acaraú não aparece no levantamento dos povoados da capitania, realizado em setembro de 1782, pelo Capitão-mor João Batista Montaury, ao contrário de localidades próximas, como Almofala e Amontada (Aragão, 1990, p. 170).

Mas, no dia 21 de setembro de 1799, uma provisão firmada pelo então primeiro presidente da província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, elevou a localidade à condição de Distrito essa freguesia, provavelmente em reconhecimento ao desenvolvimento trazido pelas charqueadas. Em 1816, no relato atribuído a Silva Paulet, a Barra do Acaraú é descrita como “um lugarejo com capela” (Paulet, 1898, p. 19).

Daí inicia-se uma disputa entre Acaraú e Almofala. Em 5 de setembro de 1832, um Decreto Imperial removeu a

sede da Freguesia de Almofala para o povoado Barra do Acaraú, criando assim a Freguesia N. S. da Conceição da Barra do Acaraú em substituição à primeira. No ano seguinte, em 14 de agosto, a Câmara de Sobral já havia deliberado pela criação do Distrito da Barra do Acaraú "*compreendendo a Fazenda Boca do Corgo, exclusive, até a pancada do mar e por limites da parte de cima os do distrito de Mutambeira, e da parte de baixo, olhando para o nascente, até contestar com os limites da freguesia da vila da Granja*" (Araújo, 2005, p. 246). Na época, Acaraú contava com o razoável montante de 363 casas habitadas.

Entretanto, poucos anos depois, em 10 de setembro de 1838, durante a administração de Manoel Felizardo de Sousa Melo, a freguesia de Acaraú foi desmembrada, restaurando-se a de Almofala, ao mesmo tempo em que se criou a Freguesia de Santana. Esta última estendia-se originalmente até a "Passagem do Urubu", por onde transitavam os carros de Sobral, englobando inclusive a capela de Santa Cruz (Araújo, 1971, p. 86).

Mas em 5 de dezembro de 1842, o então presidente da Província, Brigadeiro José Joaquim Coelho, sancionou uma lei que novamente extinguiu a freguesia de Almofala, restabelecendo a de Acaraú. Nicodemos Araújo conta que, nos bastidores dessa contenda, houve a atuação do Vigário da Freguesia de Acaraú, Pe. Antônio Xavier de Castro e Silva, que havia sido eleito deputado provincial e intercedeu junto ao governador para o restabelecimento do distrito (Araújo, 1971, p. 52).

Inconformados, os moradores de Almofala enviaram, em 1844, um memorial ao presidente da Província solicitando a restauração da freguesia, mas o pedido foi indeferido após o Padre João Francisco Dias Nogueira, vigário de Acaraú, emitir um parecer atestando as condições precárias da capela de Almofala (Araújo, 1981, p. 82). Assim, deu-se por encerrada a hegemonia exercida por Almofala na região, que enfrentou o declínio de sua influência, como já relatamos detalhadamente em outro post.

Apesar do relativo desenvolvimento no século anterior, nessa época a então Barra do Acaraú encontrava-se bastante atrasada em termos de desenvolvimento urbanístico. Conforme relato do historiador Antônio Bezerra, "*no ano de 1846, todas as suas casas eram de taipa, inclusive a igreja que lhe servia de Matriz*" (Bezerra, 1965, p. 369). Pe. Antônio Pinto, em visita realizada a 21 de outubro de 1849, chama a Matriz de "Casa de Oração", *por ser muito pequena, sem espaço para os fiéis, e por não ter patrimônio, tendo, porém, limpeza e decência* (Barroso, 1998, p. 227).

No mesmo ano, pela Lei nº 480, de 31 de julho de 1849, a localidade foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila do Acaraú, desmembrada do território do município de Sobral. Sua instalação se deu dois anos depois, no dia 5 de fevereiro de 1851.

As reclamações quanto a precariedade do tempo persistiram em visitas posteriores. Em 1863, 17 de janeiro, em visita à localidade, o Bispo do Ceará registrou nos livros que "a

Matriz é uma das mais pobres do Bispado, faltando-lhe alfaias e paramentos". Já em 1885, o Padre Antônio Xavier de Maria relembra que "*quando a freguesia foi criada a Casa de Oração era de taipa, o povo muito pobre, sem indústria nem comércio; só nos idos de 1850, com esmolas e subvenção da Assembléia pôde levantar a capela-mor atual, sendo o corpo da igreja concluído em 1862*" (Barroso, 1998, p. 227).

A Sombra da Mutambeira

No dia 14 de agosto de 1833, concomitante ao distrito da Barra do Acaraú, a Câmara de Sobral, sob a presidência do Pe. Francisco Gomes Parente, criou o Distrito de Ermida de São Gonçalo de Mutambeira, então contendo 104 casas habitadas e compreendendo:

> "...desde a Fazenda do Corgo, exclusive, de uma e outra banda do rio Acaraú, até os limites do novo Distrito de Santana (criado a 11 de julho), sendo da parte de baixo a fazenda Boca do Corgo, exclusive, e da parte do nascente até entestar com os antigos limites da Freguesia de Almofala e da parte do poente até entestar com os limites da Freguesia da Vila de Granja" (Girão, 1983, p. 328).

O atual distrito de Santana, Mutambeiras fica à margem direita do Rio Acaraú e deve seu nome a uma frondosa mutambeira existente perto da primitiva igrejinha, construída ainda na segunda década do século XIX, dedicada a São Gonçalo. No âmbito da disputa territorial ao redor da jurisdição de Almofala e Acaraú, calhou desta localidade situar-se no limite entre as freguesias da Vila de Sobral e da Barra do Acaraú.

Diante da indefinição sobre a qual freguesia deveria estar vinculada a capela, em 1º de junho de 1834 o padre José Gonçalves, vigário da Barra do Acaraú, reuniu-se na povoação com o objetivo de dirimir a controvérsia relativa aos limites entre as duas freguesias (Araújo, 2005, p. 256). Prevaleceu o lado de Acaraú.

Mas já no ano seguinte, 4 de junho de 1835, atendendo à Lei Provincial, a Câmara de Sobral suprime o Distrito de Mutambeiras do Julgado da Barra do Acaraú, comarca de Sobral. No expediente, alegaram que o templo de São Gonçalo é tão "pequeno e ridículo" que não pode ser chamado de capela (Araújo, 2005, p. 268).

A imprecisão na definição dos limites entre as freguesias da ribeira continuou sendo objeto de discussão nos anos seguintes. Correspondências datadas de 1845 revelam discordâncias entre o Padre Antônio Xavier e seus colegas Padre Luiz Antônio da Rocha Lima, de São Bento da Amontada, e Padre João Barbosa Cordeiro, de Granja, assunto que foi resolvido por intervenção de Bispo de Pernambuco, Dom João da Purificação, realizada a 6 de dezembro do mesmo ano (Barroso, 1998, p. 227).

Dez anos depois de sua criação, pela Lei nº 631, de 22 de dezembro de 1853, mais uma vez foram redefinidos os limites entre as freguesias de Acaraú e Santana, que passou a ter como divisa o riacho Boca do Córrego, na atual fronteira entre os municípios de Marco, na época São Manoel,

pertencente a Santana, e Santa Cruz, atual Bela Cruz, pertencente a Acaraú (Girão, 1983, p. 20).

Apesar disso, ambas as freguesias ainda pertenciam ao termo da Vila de Acaraú, sendo que Santana se emanciparia apenas em 1862. O território original da Freguesia de Acaraú é a delimitação geográfica que inspirou este estudo, uma vez que deste se originaram todos os municípios do que classificamos como Baixo Acaraú.

41. O Testamento do Preto José Monteiro de Melo*

José Monteiro de Melo foi um rico comerciante e proprietário de terras nos primórdios da Ribeira do Acaraú. Trata-se de uma figura singular, não apenas por ser um homem preto, mas, como ele mesmo afirmou em seu testamento: "*sua fazenda fora adquirida por seu próprio trabalho e não herdada*". Era filho natural de Mário Monteiro e de Quitéria Monteiro, preta oriunda da Costa da Mina. Ambos eram moradores da Vila de Santo Antônio do Recife. Foi casado com Úrsula das Virgens, africana da Costa da Mina, forra, união da qual não teve filhos. Contudo, antes de sua relação com Úrsula, teve uma filha natural, chamada Maria da Conceição, fruto de sua relação com a escrava Apolônia (De Souza, 2015, p. 129).

Estabelecido no Porto dos Barcos, José Monteiro vivia do comércio de secos e molhados, possuía ainda um curral de peixe e exercia o ofício de mestre de calafete, dedicando-se ao conserto de embarcações que aportavam na vila. Os rendimentos dessas atividades permitiram-lhe adquirir, ao longo da vida, diversas propriedades rurais, entre elas as fazendas das Oficinas, Timbaúbas, Curral Velho e Riacho da Prata, além de vários imóveis urbanos. Entre estes, destacava-se uma casa de taipa na Vila de Sobral, situada na Rua do Rosário, em terras próprias, e uma morada de casas na localidade das Oficinas (Op. cit., p. 130).

Em seu inventário, aberto em 1806, teve os bens avaliados em quase 22 contos de réis, uma quantia muito expressiva para a época. Além das terras e propriedades,

objetos e móveis, consta que possuía 25 escravizados. Outro ponto de destaque é que não devia a ninguém, sendo categórico na orientação deixada a seus testamenteiros, de que não pagassem a nenhuma pessoa que apareça solicitando cobranças de dívidas. Ao contrário, disse que muitas pessoas o deviam, tanto por obrigação ou por crédito, como no livro de registros. Tinha a receber cerca de 14 contos (Op. cit., p. 132).

No corpo do inventário constam mais de 120 pessoas devedoras, pertencentes a distintas condições sociais. Entre elas figuravam o comandante-geral da Vila de Sobral, capitão Antônio da Silva Castro, que foi também um de seus testamenteiros, o escrivão da Câmara, Órfãos e Almotaçaria da Vila do Crato, João Batista Teixeira, e o alfaiate pardo Inácio da Costa Leite, entre outros. Seus devedores incluíam ainda moradores da Vila de Sobral, da Serra da Uruburetama, da Serra da Meruoca e de diversas fazendas da região. Esse amplo rol de créditos evidencia a intensidade das trocas comerciais realizadas por José Monteiro de Melo (Op. cit., p. 132).

*Adaptado de De Souza (2015), p. 129-132.

O Patrimônio de N. S. da Conceição

Em seu testamento, de 1805, José Monteiro de Melo expressa a vontade de doar terras para constituição do patrimônio de N. S. da Conceição. Tratava-se do sítio das Oficinas, com mais de uma légua (6,6 km) de comprimento e meia légua (3,3 km) de largura, situado no Porto dos Barcos do Acaraú, adquirido por um conto e duzentos mil réis, a 23 de dezembro de 1793, dos irmãos Manoel José dos Santos e Maria

Joaquina, casada com Antônio José Peixoto, herdeiros de Antônio Francisco do Santos (Araújo, 1971, p. 121).

Nessa época, Acaraú estava eclesiásticamente vinculada a Freguesia de Sobral, tendo como sede a igreja matriz, cujo orago também é N. S. da Conceição. Criada a freguesia do Acaraú, o sítio não lhe foi imediatamente transferido, permanecendo incorporado ao patrimônio da freguesia de Sobral. Tal situação jamais foi aceita pela população local, que, em 1908, resolveu deixar de pagar à matriz de Sobral as rendas das terras que lhe eram aforadas (Braga, 1964, p. 46).

Levada a questão à Nunciatura Apostólica do Brasil, por intermédio de Padre Antônio Tomás, vigário local, esta proferiu, no mesmo ano, em 1º de dezembro, decisão favorável aos acarauenses. Determinou-se a transferência do patrimônio para o orago da freguesia do Acaraú, mediante indenização a ser arbitrada pelo bispo diocesano do Ceará, D. Joaquim José Vieira, que a fixou em três contos de réis, quantia imediatamente satisfeita por subscrição popular. O valor foi utilizado para construir uma casa na Praça da Matriz de Sobral (Frota, 1974, p. 112).

42. O Falso Padre e a Freguesia de Santana do Acaraú

Como abordamos em capítulos anteriores, com a construção da Capela de Sant'Anna do Olho D'Água em 1739, iniciou-se um processo de adensamento populacional nas terras ao redor da mesma, sendo seus chãos alugados para os foreiros que desejassem construir suas residências. Entretanto, após a saída de Padre Silveira, o templo caiu em descuido por parte de seus administradores, o que levou a sua significativa deterioração.

Essa situação foi agravada pelas secas 1777 e principalmente de 1791-93, esta última conhecida como Seca Grande, que levou ao encolhimento do patrimônio agropecuário que sustentava o templo. Apenas vários anos depois, sob a administração do Major José Ferreira da Costa, iniciou-se em 1818 a reedificação do antigo templo, agora em cal e tijolo, sendo os trabalhos concluídos em 31 de julho de 1819 (O Município de Santana, 1926, p. 97).

No dia 28 de Janeiro de 1826, o visitador Antônio Gomes Coelho, vigário colado (permanente) na Igreja Paroquial da vila das Alagoas, visitou a capela de Sant'Ana e declarou por termo, a folha 25 do livro de receita, que a achou com os paramentos necessários e a sua obra adiantada devida ao zelo e eficácia do seu administrador.

A pequena concentração de cerca de 30 casas que se formara no núcleo urbano primitivo motivou a elevação da localidade à condição de distrito, em 11 de junho de 1833, por decisão da Câmara de Sobral. Seus limites foram definidos

como: *toda a área desde o Morro dos Tucanos, acompanhando o rio Acaraú em ambas as margens até a fazenda Unha de Gato, inclusive; e, no sentido poente e nascente, até a Capela de São José, exclusive, seguindo em linha reta até a Serra da Meruoca* (Araújo, 2005, p. 257).

O Falso Padre

Em 1832 chega a Sobral José Rodrigues Lira, um homem negro, proveniente do Maranhão, que afirmava ser padre. Ele portava um passaporte firmado pelo presidente daquela província afirmando que o mesmo estava livre de qualquer impedimento. Tal documento foi aceito como suficiente pelo pároco local, José Gonçalves, que havia sido incumbido pela Câmara de Sobral para fiscalizá-lo. Com base nesse parecer, não obstante alguma objeção, na sessão do dia 26 de abril daquele ano a Câmara ratificou a validade do clericato (Frota, 1974, p. 241).

Após prestar serviços em diversas cidades da região, Zé Rodrigues Lira foi designado para substituir o Pe. José Gomes Ferreira Torres, na Capelania de Sant'Ana do Olho D'Água, onde ficou até o ano de 1835. Entretanto, os modos do padre, tanto na condução de seu ofício quanto na vida particular pareciam destoar da vida clerical. Além do clericato, ele exercia também a medicina, por meio exclusivamente da venda da "Água de Jericó", um miraculoso líquido que curava a todos indistintamente (Frota, 1974, p. 242).

A menção à “Água de Jericó” encontra-se no Segundo Livro dos Reis (2Rs 2,19-22), em episódio no qual os

moradores da cidade solicitam a intervenção do profeta Eliseu diante da impropriedade das águas locais, que comprometiam tanto o consumo humano quanto a fertilidade da terra. Em resposta, Eliseu dirige-se à fonte, lança sal sobre ela e proclama a restauração de sua qualidade, simbolizando a purificação e a renovação da vida comunitária a partir da intervenção divina.

Tal panaceia despertou grande interesse da população, que percorria longas distâncias apenas para obtê-lo, pagando um bom preço por cada garrafa vendida por Pe. Lira. Isso provocou desconfiança entre os locais que o denunciaram às autoridades eclesiásticas (O Município de Santana, 1926, p. 103). Alegaram que certa vez, "*por alta madrugada, foram encontrar o Padre em traje e Adão, a encher nas cacimbas do Acaraú, as garrafas de Água de Jericó, que nunca mais curaram pois, ato contínuo, o falso padre anoitecera e não amanhecera*" (Frota, 1974, p. 242).

A investigação revelou que, na verdade, tratava-se de um escravizado que havia fugido após roubar os documentos e a batina de seu antigo senhor, depois de sua morte. Ele seria proveniente da Bahia, de onde teria migrado para o Maranhão e depois para Sobral (Araújo, 2005, p. 225).

A Freguesia de Santana

O constrangimento causado pelo episódio do falso padre gerou revolta na população da localidade, dando argumentos e catalisando o desejo de se tornarem independentes de Sobral no campo religioso. A pressão popular levou à aprovação da Lei Provincial nº 139, de 10 de setembro

de 1838, criando a Freguesia de Santana, tendo como Matriz a Capela de Santana, ao mesmo tempo em que extinguiu a Matriz do Acaraú e recriou a de Almofala.

Os seus limites eram os seguintes:

> *Ao Norte até o litoral, desde o córrego do Falcão até o de Juritanha inclusive. Ao Sul até o riacho Caioca, desde as suas nascentes, até onde faz confluência com o rio Acaraú e daí em rumo direto até a fralda da serra Meruoca, na ladeira do Agreste. Ao Nascente até os extremos da freguesia da Amontada e Almofala. Ao Poente até a boca da Picada do Gavião e extremas da freguesia de Granja* (O Município de Santana, 1926, p. 104).

Contudo, o antigo vigário de Acaraú e agora pároco na Freguesia de Santana, Antônio Xavier, de orientação conservadora, enfrentou oposição dos novos paroquianos, de inclinações mais liberais, que contestavam sua autoridade sobre a nova freguesia. Para encerrar a disputa, ele obteve a confirmação da colação da nova matriz em 1840. Contudo, persistiram as tensões, pois a freguesia abrangia dois povoados de inclinações políticas opostas: Sant'Ana, de maioria liberal, e Acaraú, de predominância conservadora (O Município de Santana, 1926, p. 105).

Desgostoso com os conflitos, Xavier conseguiu transferir a sede da matriz de Sant'Ana para a Barra do Acaraú em 1842, o que ampliou o prestígio da nova sede, mas feriu o orgulho dos moradores de Sant'Ana, que viram frustradas suas expectativas de progresso local. A decisão provocou acirrada disputa política, marcada por ressentimentos e violência verbal, que só se encerrou após seis anos, com a separação das Freguesias através da Lei nº 465, de 29 de agosto de 1848.

43. O Bígamo José Luís Pestana*

No mês de janeiro de 1780, o sertão cearense era castigado pelo calor quando, à beira do porto da Barra rio Acaraú, na vila de Sobral, encontrava-se um homem descrito como "*de estatura mediana, seco de corpo, rosto comprido, cor alva tirando à loira, cabelo ruivo e fino, com sinais de alporcas no pescoço*". Era figura conhecida na região, chamava-se Polinardo Caetano César de Ataíde.

Polinardo observava o desembarque de mercadorias vindas de Recife, tecidos, artigos manufaturados, ouro, prata e escravos, quando já se fechava o cerco sobre sua vida. Há cerca de uma década vivia em Sobral, antiga freguesia da Caiçara, para onde chegara por volta de 1770, após longa viagem a cavalo pelo sertão. Partira do Pajeú, em Pernambuco, atravessara o Riacho do Sangue (Jaguaretama), o rio das Pedras, o Banabuiú e o Quixeramobim, seguindo pela Estrada Nova da Boiada, até alcançar as caatingas de Santa Quitéria e, enfim, a Caiçara. Procurava um local isolado, distante de olhares conhecidos, onde pudesse recomeçar.

Na época, a freguesia contava com cerca de oitenta casas, das quais mais da metade coberta de telhas, e aproximadamente 670 fogos, sendo 105 fazendas de gado. A economia local baseava-se na pecuária, e o povoado fora elevado à condição de vila em 1772, passando a se chamar Vila Distinta e Real de Sobral, cuja criação foi celebrada em 5 de julho de 1773 com a ereção do pelourinho e aclamações ao rei D. José I.

Foi nesse contexto que Polinardo, recém-chegado, ganhou a confiança dos principais fazendeiros da região. De fala mansa, aparência fidalga e conhecimento das leis, aproximou-se de João Pinto de Mesquita, sargento-mor e grande proprietário local, nascido no Minho em 1702, que se fixara no sertão após receber sesmarias nas margens do rio Jucurutu. João Pinto de Mesquita fora juiz ordinário em 1748, 1752, 1760 e 1764, sargento-mor da Cavalaria do Regimento do Acaraú em 1755, comandante-geral da freguesia da Caiçara em 1765 e juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Morreu em 1782, deixando vasto patrimônio de terras, escravos e um rebanho de 1.954 animais.

Apresentando-se como Polinardo Caetano César de Ataíde, natural de Lisboa, filho de pais lisboetas e estudante de leis em Coimbra, Polinardo conquistou a confiança do sargento-mor e casou-se, em 1772, na Serra dos Cocos, com D. Izabel Mesquita, filha de João Pinto de Mesquita. Teve com ela três filhos. Declarando-se viúvo e natural de Lisboa, inseriu-se no rol dos homens respeitáveis da região, passou a administrar o dote da esposa e acumulou cargos públicos, fortalecendo sua posição na nova vila.

Antes de Sobral...

O que ninguém sabia era que Polinardo Caetano César de Ataíde era, na verdade, José Luís Pestana, natural do Funchal, na Ilha da Madeira, onde nascera em 1741. Filho de um contratador real que enfrentara dificuldades financeiras, José Luís estudara gramática e cursara quatro anos de Leis na

Universidade de Coimbra. Deixando Portugal, veio para o Brasil em viagem de 70 a 80 dias, desembarcando em Recife, em Pernambuco.

No Recife, estabeleceu-se como comerciante, abrindo loja de fazendas na Ponte do Recife, e casou-se, em 2 de abril de 1761, na Igreja de Santa Cruz da Boa Vista, pertencente à Sé de Olinda, com Maria de Nazaré Lopes, filha de Francisco Lopes. Na ocasião, foi chamado pelo nome verdadeiro, José Luís Pestana. Viveu na casa do sogro, sustentado por ele, e teve dois filhos. Contudo, seu gosto pelo jogo e as dívidas acumuladas o levaram à ruína. Após a morte de Francisco Lopes, passou a ser cobrado pelos credores e acabou fugindo de Recife, abandonando a família.

Na fuga, passou pela Bahia, chegou a Salvador, e seguiu para o Sertão do Pajeú, onde tentou novamente se casar. Descoberto pela família da noiva, que soube de seu casamento anterior, sofreu uma tentativa de assassinato e fugiu com a ajuda de um mulato, a quem comprou fiado um cavalo, sela e roupas. Assim iniciou a jornada que o levaria ao Ceará e à vila de Sobral, onde se estabeleceu e recomeçou a vida sob novo nome.

A Denúncia ao Tribunal do Santo Ofício

A partir de 1777, suas antigas relações comerciais o denunciaram. O capitão Manoel da Ressurreição, natural da Paraíba e morador em Recife, reconheceu-o no porto do Acaraú e o identificou como o antigo José Luís Pestana. Comunicou o fato ao cunhado de Polinardo, João Pinto

Mesquita, e, posteriormente, ao comissário do Santo Ofício, Joaquim Marques de Araújo, residente em Recife. Também participou da denúncia Vicente da Silva Fialho, comerciante português de Alcobaça, nomeado Familiar do Santo Ofício em 4 de junho de 1776, que atuava entre Recife e Sobral.

Em 13 de maio de 1778, Manoel da Ressurreição formalizou a denúncia de bigamia perante o comissário Joaquim Marques de Araújo. O comissário iniciou as investigações, conforme o Regimento da Inquisição de 1774, buscando as certidões de casamento. Confirmou o primeiro matrimônio de José Luís Pestana, em 1761, e o segundo, celebrado em Sobral por João Ribeiro Pessoa, pároco local e também Familiar do Santo Ofício, habilitado desde 1771.

A partir de 12 de janeiro de 1779, foram ouvidas as testemunhas: José Feliz Barbosa, serigueiro de Recife; Maria de Nazaré Lopes, a primeira esposa; o capitão Thomas da Costa; o capitão Luiz Pereira Brandão, natural de Braga e comerciante com negócios no Acaraú; o sargento-mor Manoel Carneiro Rios, de Iguarassu, Familiar da Inquisição e contratador real do açúcar em Recife; e o capitão João Ferreira Lopes, cunhado de Pestana. Os depoimentos confirmaram que Polinardo vivia maritalmente em Sobral, onde era reconhecido como genro do sargento-mor João Pinto de Mesquita e pai de três filhos, e que sua primeira esposa ainda estava viva em Pernambuco.

Enquanto isso, em Sobral, João Mesquita, irmão de Izabel, também buscava provas. Ajudado por um mulato que

reconheceu Polinardo como o homem a quem vendera um cavalo no Pajeú, João Mesquita enviou um amigo a Recife, onde este localizou Maria de Nazaré e confirmou a identidade de Pestana. João Mesquita viajou pessoalmente à cidade, encontrou-se com os cunhados do primeiro casamento e, comparando a letra, o cabelo ruivo e as marcas no pescoço, concluiu que Pestana e Polinardo eram a mesma pessoa.

De volta a Sobral, João Mesquita comunicou o caso ao padre João Ribeiro Pessoa, que escreveu ao comissário Joaquim Marques de Araújo denunciando formalmente o crime de bigamia. Polinardo, ao ser confrontado, negou as acusações, afirmando que era alvo de inveja do cunhado e desafiando-o a provar a existência da primeira esposa.

Em 24 de janeiro de 1780, Polinardo Caetano César de Ataíde foi preso no porto do Acaraú por ordem do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A denúncia de Manoel da Ressurreição, os testemunhos recolhidos em Recife, as diligências conduzidas pelos Familiares Vicente Fialho e João Ribeiro Pessoa e a atuação do comissário Joaquim Marques de Araújo resultaram em sua captura. Assim, mesmo nas terras distantes do sertão do Ceará, a Inquisição alcançou o homem que um dia fora José Luís Pestana, natural da Ilha da Madeira, comerciante de Recife, fugitivo, bígamo e juiz ordinário da vila de Sobral.

*Adaptado de Vieira Júnior (2014), p. 96-141.

44. A Febre do Ouro e o Capitão Inácio Gomes Parente

No final do século XVII e, sobretudo, ao longo do século XVIII, várias jazidas de ouro foram descobertas no interior do Brasil, na região hoje pertencente ao estado de Minas Gerais. Isso provocou um intenso fluxo migratório para a região, o que a transformou no principal polo de riqueza da América portuguesa. Milhares de homens de diferentes estratos sociais e de variadas partes do reino foram atraídos pela possibilidade de ascensão econômica rápida. Entre eles estava um que viria a ser uma figura de destaque na sociedade colonial da Ribeira do Acaraú. Me refiro ao Capitão-mor Inácio Gomes Patente.

Inácio nasceu por volta de 1742, no Bispado de Lamego, distrito de Viseu, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes, ambos também naturais do Bispado de Lamego (Lima, 2016, p. 988). Segundo Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo, Inácio nasceu na Freguesia de São Martinho de Mouros, do Concelho de Resende (Araújo, 2000, p. 201). Essa freguesia está situada na margem esquerda do rio Douro, descrita como um vale fértil, com foral concedido em 1111 e matriz edificada sobre antiga mesquita moura. Isso ajuda a explicar a tradição segundo a qual Inácio seria moçárabe e teria sido aprisionado por sarracenos nas costas da África durante sua primeira viagem ao Brasil. Diz-se que teria sido levado ao litoral da Mauritânia, de onde conseguiu fugir, prosseguindo viagem até o Brasil (Arruda, 1998, p. 11).

Chegou ao país ainda em tenra idade, no contexto da "febre do ouro", dirigindo-se inicialmente para Minas Gerais, onde se estabeleceu na região de Cachoeira do Campo, próximo a Vila Rica, associando-se ao patrício Antônio da Costa Cordeiro, natural de Lordelo do Ouro. Ambos prosperaram com a mineração, mas teriam sido acusados de sonegar o quinto, imposto correspondente a 20% do ouro extraído, que deveria ser pago às casas de fundição. Nesse período, o declínio das receitas de exploração levou a coroa portuguesa a intensificar essa cobrança, recorrendo inclusive a derrama, apreensão e confisco de parte da produção, quando havia suspeitas de sonegação. Esse foi inclusive um dos principais estopins da Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789.

Para fugir dessa repressão, a dupla retirou-se para o Norte do Brasil, indo inicialmente para a Bahia, e de lá desembarcando nas praias do Acaraú, por volta do ano de 1776 (Pessoa, 1976, p. 26; Arruda, 1998, p. 11). Segundo a tradição oral recolhida pelo Mons. Sadoc, quando o navio aportou, Inácio desembarcou e fugiu, não retornando à embarcação (Araújo, 2005, p. 199). Ele e Antônio Cordeiro refugiaram-se na Serra da Meruoca, onde estariam mais protegidos da perseguição policial. Conforme Wicar Paula Pessoa, Inácio Gomes Parente integrava os "Gomes de Lamego", que teriam atuado no setor açucareiro na Bahia, onde administraram por algum tempo o engenho Santa Cruz (Pessoa, 1976, p. 26).

Antônio da Costa Cordeiro, casado com Úrsula Maria das Virgens, vivia sobretudo de agiotagem, atividade

comprovada por seu inventário de 1789, no qual estão relacionados mais de cento e oitenta devedores ao viúvo, com renda superior a três contos de réis, somados o capital emprestado e os respectivos juros a dois por cento ao mês. Era esta a sua maior fortuna. Já Inácio Gomes Parente trouxe consigo muito mais dinheiro, mas preferiu aplicá-lo na aquisição de imóveis e em atividades comerciais. Foi dele, inclusive, o primeiro sobrado construído na Vila de Sobral, datado de 1814 (Rocha, 2025, p. 123). Do inventário de sua mulher, Francisca de Araújo Costa, falecida a 08 de abril de 1826, consta o total de sua fazenda no valor de mais de sessenta e quatro contos de réis, soma fabulosa para o padrão da época no pobre interior do Ceará. Documentos manuscritos coevos os identificam como “mineiros viandantes” (Arruda, 1998, p. 11).

Sobrado do Cel. Inácio Gomes Parente, 1814 (Rocha, 2025, p. 124).

Inácio tornou-se figura de grande destaque regional, sendo tronco da numerosa família Gomes Parente que povoou a Ribeira do Acaraú (Araújo, 2005, p. 199). Foi Capitão-Mor do Distrito de São Domingos da Ribeira do Acaraú, por patente concedida por Luiz da Mota Féo Torres, Professo da Ordem de Cristo e Fidalgo Cavalheiro da Casa de Sua Majestade, a Rainha Dona Maria I, por patente de 4 de julho de 1790 (Arruda, 1998, p. 13). Em 5 de junho de 1821, a Câmara de Sobral registrou um voto de louvor ao Capitão Inácio Gomes Parente por ter aplicado, sem cobrar juros, mais de três contos de réis, com pagamento a longo prazo, na construção da Casa do Mercado Público de Sobral, afirmando que "*nenhum outro exporia o seu dinheiro com tão longas demoras*" (Araújo, 2005, p. 117).

Um ano depois, a 3 de junho de 1822, Inácio Gomes Parente recebeu uma sesmaria de três léguas (19,8 km) no termo da Vila de Sobral, provavelmente no atual município de Santa Quitéria. Na petição, Inácio informa que:

> *...entre as suas terras da Fazenda Victoria, Vargens, e as terras das Lages, Cobras, e Santa Maria do Capitão Vicente Alves da Fonseca, nos limites dos termos da Villa Nova de El Rey (Guaraciaba do Norte) e da Villa do Sobral há terras devolutas e desaproveitadas pelo Riacho do Gado a cima cujo Riacho Serve de extrema entre o Suplicante e dito capitão Vicente Alves e por que ditas terras compreendidas do Riacho para a parte do Poente se acha nas ilhargas, e testadas das ditas suas Fazendas lhe são de absoluta necessidade para refrigério de seus gados Vacuns e Cavalares ali situados quer o Suplicante haver por Data e Sesmaria três léguas de comprido pelo dito Riacho a cima dele para o Poente pegando no comprimento nas testadas ou ilhargas*

dos Providos do Rio Macaco correndo o rumo que o Riacho traz para ele acima até inteirar das três léguas com uma de largo ou o que na verdade se achar do Riacho para o Poente a encostar nas terras do Suplicante (Sesmarias Vol. 9, nº 770, p. 149).

Descendência de Inácio Gomes Parente

Inácio casou-se duas vezes, sendo a primeira vez em 24 de novembro de 1777, "pela manhã", no Sítio Santo Antônio, Serra da Meruoca, freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sobral, com Francisca de Araújo Costa, filha de José de Araújo Costa, e de Brites de Vasconcelos (uma das sete irmãs). O casamento foi celebrado pelo Padre João Ribeiro Pessoa. Estiveram presentes: Ajudante João Barreiros Rangel, solteiro; Manoel da Costa Farrapo e Inácio Bezerra de Menezes, casados; além de outras "*pessoas todas conhecidas, moradores nesta Freguesia*" (Lima, 2016, p. 988). Tiveram nove filhos:

1. José Inácio Gomes Parente, Coronel, natural da Freguesia de Sobral. Casou-se a 18 de janeiro de 1804, na Igreja Matriz de N. Senhora da Assunção da Vila da Fortaleza, com Maria do Nascimento Pontes, n. a 25 de dezembro de 1778, e foi batizada a 06 de janeiro de 1779, na Igreja Matriz da Vila da Fortaleza. Padrinhos: Antônio de Castro Viana, Capitão Mor, e sua mulher Isabel Francisca Xavier, moradores na Vila da Fortaleza. Presentes à cerimônia religiosa de casamento, o Pároco, Padre Cláudio Álvares da Costa, e as testemunhas, João Carlos Augusto von Oyenhausen-Gravenburg, Governador da Capitania do Ceará e Vicente Ferreira Forte. Maria do Nascimento Pontes faleceu a 20 de setembro de 1829,

e era filha do Capitão Mor Gregório Álvares Pontes, da Freguesia de São Tiago do Prado, e de Teresa de Jesus de São Silvestre. Viúvo, o Coronel José Inácio Gomes Parente casou-se (2) com Ana Rita Neta, viúva de Joaquim Carneiro da Costa. Ana Rita Neta, viúva, casou-se a 05 de janeiro de 1847, com Joaquim Casemiro de Araújo.

2. Luzia Teresa de Jesus casou-se a 14 de janeiro de 1808, na Igreja Matriz de Sobral com Francisco Alves Pontes, filho de Gregório Álvares Pontes e de Teresa de Jesus de São Silvestre.

3. Cel. Diogo Gomes Parente ocupou em Sobral, os cargos de Delegado de Polícia, substituto do Juiz Municipal de Direito, Vereador da Câmara Municipal, Comandante Superior da Guarda Nacional e Oficial da Ordem Rosa. Líder do Partido Conservador durante o Império. Foi nomeado no dia 15/12/1812 para o cargo de Capitão da 8ª Companhia do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de Sobral. Veio a falecer no dia 30 de outubro de 1890, aos 64 anos de idade, vítima de uma dilatação da Aorta. Casou-se com Joana Francisca do Espírito Santo, filha do português Manoel da Silva Sampaio, o qual serviu o cargo de Diretor dos Índios na Serra da Ibiapaba e o de Capitão de Ordenanças, e Antônia Maria Assunção.

4. Florência Maria de Jesus casou-se a 09 de fevereiro de 1806, na Igreja Matriz de Sobral, com Joaquim Domingues da Silva, nasceu a 15 de agosto 1777, no lugar das Regadas, Freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, Porto, filho de

Luís Domingues da Silva e de Josefa Francisca, naturais do Porto.

5. Quitéria Gomes Parente casou-se às 20 horas de 1° de fevereiro de 1814, na Igreja Matriz de Sobral com Francisco Machado Freire, filho de Manoel José Álvares e de Custódia Maria Machado, natural de São Salvador, Freguesia de Cerdeira, Portugal.

6. Vicente Gomes Parente casou-se a 24 de janeiro de 1811, com Maria Teresa Bernarda, filha de Felipe Ribeiro da Silva e de Maria Bernardina do Monte.

7. Antônio Gomes Parente casou-se (1) a 07 de janeiro de 1803, na Igreja Matriz de Sobral, com sua prima Inês Madeira de Vasconcelos, filha do Capitão José Álvares Linhares e de Rita Teresa de Jesus. Casou-se, (2) com Porcina Ribeiro da Silva, filha do Coronel Joaquim Ribeiro da Silva e de Francisca Ribeiro da Silva.

8. Francisco Gomes Parente, Padre. Nascido em novembro de 1791. Fez seus primeiros estudos em Sobral, com os padres Manoel Pacheco e João José de Noronha. Concluiu Filosofia e Teologia no Seminário de Olinda, onde foi ordenado em 1816. Trabalhou nas freguesias de Sobral e Santa Quitéria. Foi suspenso de ordens por viver em concubinato com Isabel Carolina da Hungria, filha de Ignácio de Castro e Silva e D. Rosa Maria. Desta união nasceram: Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. Ermeto Gomes Parente e Francelina Gomes Parente, mãe do Pe. João José de Castro. Foi Vereador da

Câmara de Sobral, várias vezes. Deputado Provincial. Faleceu, em 1835, readmitido às ordens sacras (Silveira, 2004, p. 11-12)

9. Joaquim Gomes Parente.

Francisca faleceu em 08 de abril de 1826. Então o viúvo casou-se em segundas núpcias em 19 de agosto de 1830, "às nove horas da noite", na residência do pai da nubente, na Vila de Sobral, com Maria Joaquina da Silva, filha de Luís da Silva Fialho e Inês Maria de Jesus. Este casamento não teve sucessão. O Capitão Inácio Gomes Parente faleceu em Sobral, aos 18 de abril de 1838, com 96 anos de idade (Lima, 2016, p. 988).

45. A Missão de Frei Vidal da Penha

Abrirei agora um parêntese para apresentar um personagem que teve relevante participação nos primórdios da formação de diversos municípios cearenses, entre os quais alguns da Ribeira do Acaraú, como Santana, Marco e Bela Cruz. Me refiro ao missionário capuchinho Frei Vidal da Penha.

Oriundo da província de São José de Leonise, Itália, o missionário Frei Vidal de Frescollero ou Vitale de Frescorello teria vindo ao Brasil numa leva de italianos que aportaram em Pernambuco após a primeira metade do século XVIII, quando ingressou no Convento de Nossa Senhora da Penha, no Recife, adotando o nome ritualístico de Frei Vidal da Penha, pelo qual é mais conhecido. Realizou missões pelo interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará entre o final do século XVIII e início do século XIX.

Em uma dessas missões, Frei Vidal teria chegado ao Ceará por Fortaleza em dezembro de 1796, como conta João Brígido, em sua obra "Ceará, Homens e Fatos" (Santos, 1919, p. 426). Nas chamadas visitas de desobriga, o missionário visitava áreas rurais para levar sacramentos aos fiéis que vivem longe da igreja, celebrando missas e administrando outros sacramentos como batismos e casamentos.

Essas missões normalmente duravam de 10 a 12 dias, podendo em alguns casos ser abreviadas para apenas cinco. Não se tratava de uma viagem planejada, o missionário deslocava-se à medida que recebia convites, normalmente do

capitão da vila, do capelão ou de algum fazendeiro rico, que deveria oferecer alimentação e hospedagem à comitiva (Souza, 1994, p.55).

Segundo o professor Eduardo Hoornaert, existia grande apego do povo às missões, sendo que algumas vezes quando o missionário se deslocava para uma nova missão, distante até três dias de viagem da anterior, as pessoas o acompanhava a pé ou de cavalo, cantando ladainhas e benditos (Souza, 1994, p. 56).

Dessa forma, de Fortaleza, Frei Vidal teria rumado para o interior do estado, com evidências de que esteve em Canindé no ano de 1797. De lá provavelmente seguiu em direção a Santa Cruz de Uruburetama, onde hoje se localiza o município Itapajé, no qual, cumprindo um ritual em sua passagem, afixou um cruzeiro no local em que, posteriormente, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Penha, nome inicial do povoado, que se formou nas imediações do templo (Montenegro, 2023, p. 522).

Ainda no ano de 1797, em setembro, percorrendo um caminho que contorna a serra de Uruburetama, Frei Vidal chega a Ribeira do Acaraú, em Sobral, na época Caiçara, onde já havia estado anteriormente, em 1785. Lá também deixou um cruzeiro de madeira de cedro medindo aproximadamente dois palmos (46 cm) em cada face e vinte (4,6 m) de altura em um pedestal de pedras toscas, referido como Cruz das Almas (Sousa, 1934, p. 119–120; Cavalcante, 1909, p.165). Esse cruzeiro permaneceu no local que hoje se encontra o Arco

Nossa Senhora de Fátima até o ano de 1929 (Girão e Soares, 1997, p. 58). Durante a estadia em Sobral, em setembro de 1797, também teria realizado uma visita de 20 dias à serra da Meruoca (Aragão, 1999, p. 51).

Cruz da Almas, Sobral, pré-1929.

De Sobral, Frei Vidal segue provavelmente para uma visita às capelas existentes ao longo da ribeira, percorrendo as estradas de boiadas que margeavam o rio Acaraú (Souza, 1994, p. 56). Foi ao redor dessas estradas que se desenvolveram as fazendas agropastoris (Avelino, 2020, p. 32). Esse trajeto era normalmente realizado a cavalo ou carro de boi. D. José Tupinambá da Frota nos informa que nessa época havia um trânsito intenso entre a cidade de Sobral e o porto de Acaraú, sendo que ao menos 900 carros de boi trafegavam continuamente entre esses locais nos meses de verão (Frota, 1974, p. 31).

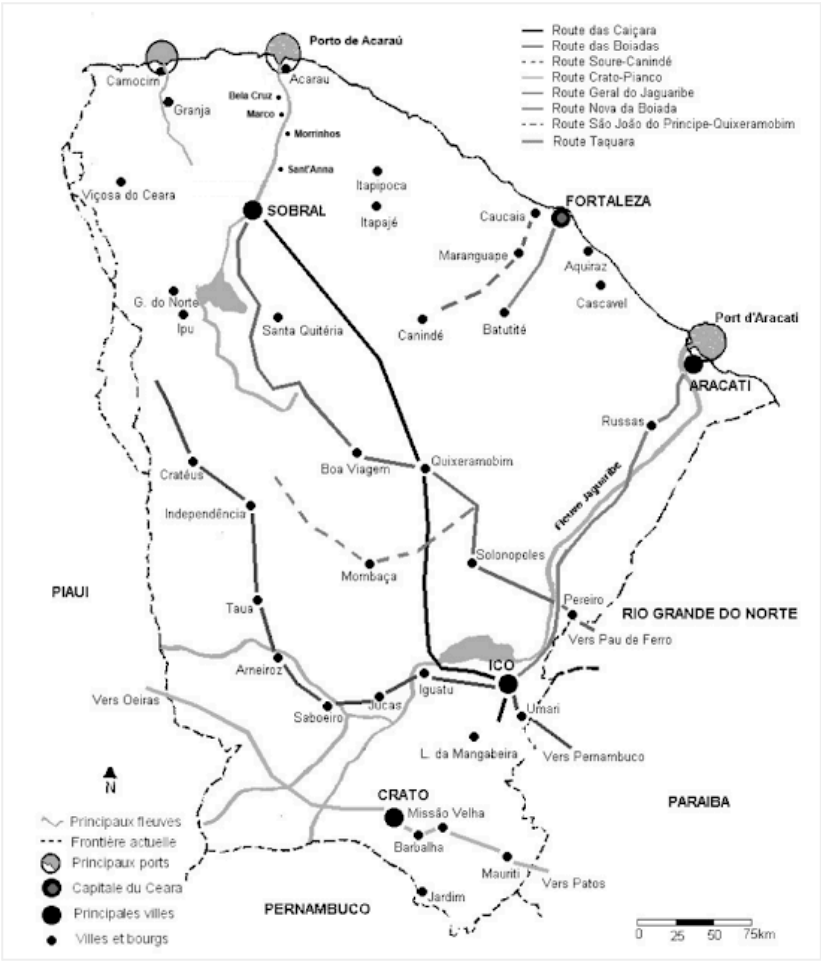
Segundo a tradição popular, são atribuídas a Frei Vidal várias profecias, como que teria realizado na vila de Sant'Anna, atual Santana do Acaraú, segundo a qual esta cidade e as vizinhas seriam inundadas pelo desmoronamento de um açude que viria a ser construído no rio Acaraú, em provável referência ao açude Araras. Um fato peculiar de suas profecias é que geralmente faziam referência a animais marinhos como tubarões e uma baleia, que segundo ele vivia adormecida sob as cidades da região e cujos movimentos seriam responsáveis pelo rompimento da dita represa.

Finalmente, no ano de 1798, Frei Vidal teria chegado ao povoado de Santa Cruz (ou Alto da Genoveva), coordenando a transferência da capela existente para o local onde encontra-se edificado sua igreja matriz, ao redor da qual a cidade se desenvolveu (Araújo, 1990, p. 31).

O missionário capuchinho teria ficado cerca de um mês em Bela Cruz, seguindo viagem para a Serra da Ibiapaba, onde protestou contra os sambas e toque de viola, ordenando a destruição dos instrumentos (Araújo, 1967, p. 51; Sousa, 1934, p. 118). De lá teria ido para Independência, no vale do Crateús, onde hospedou-se na fazenda que pertencia então a José Ferreira de Melo e lhe sugeriu a construção de uma capela, dedicada à Senhora de Sant'Ana, a qual foi edificada anos mais tarde, em 1810 (Montenegro, 2023, p. 472).

Já em Pereiro, na região sul do Ceará, também ergueu um cruzeiro e rezou uma missa no dia 27 de outubro de 1798 (Silveira et al., 2022, p. 17). Finalmente, em 1799 chegou a

atual cidade de Jardim, no extremo sul do estado, de onde provavelmente seguiu de volta para Pernambuco (Montenegro, 2023, p. 35).



Estradas de gado do Ceará no Sec. XVIII. Adaptado de Dantas (2000).

46. O Areal de Joaquim Coriolano da Rocha

Em 5 de fevereiro de 1777, casaram-se Antônio Mendes de Vasconcelos, neto de Manoel Ferreira Fonteles, filho de Maria Ferreira Pinto Brandão, com Ana Joaquina de Jesus. O casal passa então a residir em uma faixa de terra adquirida por Antônio junto ao seu pai, Mateus Mendes de Vasconcelos, a qual denominou Fazenda Areal (Araújo, 2000, p. 89). Recebeu esse nome em função da grande quantidade de areia que se acumulava às margens do Rio Acaraú na altura da referida fazenda (Avelino, 2020, p. 52).

A Fazenda Areal era inicialmente uma faixa de terra de 900 braças (1,98 km) de comprimento, por 452 (994,4 m) de largura, entre as Fazendas Morrinho e Curralinho (Avelino, 2020, p. 52). Uma vez que a Fazenda Curralinho também pertencia a Mateus Mendes de Vasconcelos, é plausível supor que as terras vendidas ao seu filho foram um desmembramento dessa propriedade. Assim como a Curralinho, a sede da fazenda Areal originou uma localidade nos arredores de Morrinhos, de mesmo nome. Essa propriedade atravessou gerações, sendo dividida sucessivas vezes entre os herdeiros de Antônio Mendes, muitos dos quais preservaram o topônimo original.

Em 27 de agosto de 1795, Antônio Mendes de Vasconcelos ficou viúvo, contraindo no mesmo ano segundas núpcias com Teodora Ignacia de Menezes (Araújo, 2000, p. 89). Desse segundo casamento nasceram sete filhos, dentre os quais Rosa Maria da Conceição Vasconcelos, que se casou com

José Ignácio de Vasconcelos em 3 de agosto de 1826. O casal, por sua vez, teve sete filhos, dentre eles Maria José Vasconcelos, nascida em 1828, esposa de Joaquim Coriolano da Rocha (Avelino, 2020, p. 58).

Assim, como nos informam os memorialistas João e Maria Silveira, Joaquim Coriolano da Rocha, nascido em 19 de janeiro de 1865, é filho de José Coriolano da Rocha, conhecido como "Cafim", que, por sua vez, é originário de Santa Cruz, atual Bela Cruz, de onde teria vindo fixar residência em uma fração das terras da antiga Fazenda Areal, de mesmo nome, no ano de 1862 (Silveira e Silveira, 2009, p. 37-39). Sobre suas raízes em Bela Cruz, sabe-se que os pais de José Coriolano eram Joaquim Coriolano da Rocha e Maria da Rocha.

Ademais, segundo Nicodemos Araújo, a Família Rocha passou a integrar a comunidade de Santa Cruz no último quartel do século XVIII, através dos irmãos Capitão José Alexandre da Rocha e Capitão Manoel Ferreira da Rocha, ambos filhos de Manoel Ferreira Fonteles Filho. José Alexandre casou-se com Maria Manoela de Vasconcelos, neta de Mateus Mendes de Vasconcelos, em 15 de novembro de 1795. Em 14 de julho de 1819, foi nomeado Comandante do Distrito de Santa Cruz, pelo então Presidente Manoel Inácio de Sampaio (Araújo, 1985, p. 38). Já Manoel, casou-se com Maria Joaquina da Conceição, neta de João Carneiro da Costa, em 13 de outubro de 1788.

Portanto, é bastante provável Joaquim Coriolano seja aparentado dos dois irmãos, suspeita que é corroborada pela

existência de dispensas de consanguinidade entre José Coriolano e sua mulher, Francisca Benvinda de Maria que é trineta de Manoel Ferreira Fonteles Filho (Dispensas Matrimoniais 1880, Diocese de Fortaleza, p. 133, nº 8).

João e Maria Silveira aventam que Joaquim Coriolano teria adquirido de seu pai uma faixa de terra, junto a (nova) Fazenda Areal. Entretanto, em função dos intrincados laços de parentesco supracitados, também é plausível que essas terras tenham sido obtidas, ao menos em parte, por dote ou herança sua ou de sua mulher, Maria José Vasconcelos (Avelino, 2020, p. 58).

No inventário de Joaquim Coriolano, realizado em vida, em 1933, quando este tinha 68 anos, o proprietário teria distribuído entre os seus herdeiros terras num total de 715 braças (1,57 km) por 6 km de comprimento, cabendo a cada um de seus 9 filhos a porção de 65 braças (143 m). Além disso, doou 130 braças (286 m), na região central do povoado, para compor o patrimônio da Capela Sagrado Coração de Maria, a qual ele também teria ajudado a construir (Avelino, 2020, p. 47).

Atualmente, a antiga propriedade de Joaquim Coriolano da Rocha compreende grande parte da zona urbana do município de Morrinhos, assim como um bairro periférico denominado Areal, topônimo da Antiga Fazenda (Avelino, 2020, p. 59). Portanto, muitos o consideram fundador do município de Morrinhos (Silveira e Silveira, 2009, p. 47).

Joaquim Coriolano da Rocha faleceu em 28 de junho de 1955, aos 90 anos de idade.

47. A Capela de São Manoel do Marco

Uma vez que as primeiras residências do povoamento de Marco surgiram ao redor da Capela São Manoel, desvelar a história de sua construção é um bom ponto de partida para determinar o início do adensamento populacional dessa localidade. Para tanto, primeiro, analisaremos a peculiar escolha do santo que dá nome a capela e, durante certo tempo, ao município.

Capela São Manoel no Séc. XIX.

Segundo a tradição católica, São Manoel foi um mártir dos primeiros séculos do cristianismo, sendo o principal relato de sua vida as *Acta Sanctorum*, compiladas pelo jesuíta, Jean Bolland (1596-1665). Segundo este relato, Manoel e os seus

irmãos, Sabel e Ismael, cristãos persas, teriam sido enviados no ano de 362 pelo seu rei, Baltano, à corte romana para negociar uma paz entre a Pérsia e Roma.

Nessa época o império romano já era majoritariamente cristão, mas o imperador Juliano, o apóstata (331-363), teria decidido voltar ao paganismo, obrigando os embaixadores a participarem de sacrifícios pagãos. Como estes se recusaram, teriam sido martirizados. Manoel foi condenado a ter um cravo de ferro espetado em cada lado do peito e um cravo atravessando-lhe a cabeça de ouvido a ouvido, castigos por não ouvir a voz do imperador, acabando por falecer no dia 17 de junho de 362.

Existem várias versões para a incomum veneração a São Manoel por parte dos habitantes de Marco. Nesse sentido, o memorialista José Alfredo Silva (Mestre Zé) em seu livro Breve História do Município de Marco, apresenta quatro versões diferentes para a criação da capela dedicada a São Manoel. A seguir estas serão analisadas pormenorizadamente.

1ª Versão: Primeiros Colonizadores

Na primeira delas, a imagem de São Manoel teria vindo de Portugal, junto aos primeiros colonizadores que, em meio a uma tempestade, teriam prometido ao santo erigir uma capela em seu nome no local onde se fixassem, caso todos se salvassem (Silva 2002, p. 45). Ressalta-se que essa versão é idêntica àquela atribuída à capela de Parazinho, mencionada em capítulos anteriores.

Nesse caso, assumindo que fosse verdadeira, pode-se supor que a devoção a São Manoel teria vindo de Nicolau da Costa Peixoto ou do próprio Manoel Ferreira Fonteles, dado que foram os primeiros imigrantes da região, aos quais pertenciam as terras que viriam a se tornar a Fazenda Marco, onde a capela são Manoel foi construída.

Entretanto, a história mostra-se pouco plausível por alguns motivos. Primeiro, que tanto Nicolau quanto Fonteles faleceram mais de cem anos antes do período tradicionalmente apontado para surgimento da referida capela e da povoação de Marco. Além disso, seria mais plausível assumir que, caso a história fosse verdadeira, teriam erigido o templo nos locais onde residiam, o que de fato aconteceu. Nicolau Peixoto doou terras para constituir o patrimônio da Capela de Santa Cruz, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1732. Já Manoel Fonteles ajudou na construção da capela de Santana do Acaraú, dedicada à Nossa Senhora de Sant'Anna, cuja benção se realizou em 1739.

Apesar disso, não passa despercebido o fato de Manoel Fonteles compartilhar o nome com o santo, o que poderia ser um sinal de devoção ao mesmo por parte de sua família. Entretanto, o nome Manoel provavelmente não tem relação direta com São Manoel mártir, tendo se popularizado em Portugal principalmente a partir do reinado Dom Manoel I (1469-1521), o venturoso. Na verdade, não descarto a situação oposta, que a simpatia pelo santo tenha se dado, em parte, pela coincidência entre os nomes.

2ª Versão: Os Retirantes da Seca de 1809

As demais versões para a fundação da capela envolvem personagens mais diretamente ligados às origens do município de Marco: Francisco Ferreira (Fonteles) Rios e seu tio Ignacio Ferreira Fonteles. Em uma destas versões, a imagem de São Manoel teria sido dada a Francisco Ferreira Fonteles Rios por flagelados da seca de 1809, em retribuição por ter-lhes fornecido alimentação no momento de grande necessidade. O memorialista conta que os retirantes fugiam da seca indo ao município do Acaraú para receber auxílio que teria sido mandado pelo imperador (Silva, 2002, p. 47).

Essa segunda versão também tem elementos contraditórios. Inicialmente, como dito anteriormente, Francisco Ferreira Rios nasceu por volta de 1810, o que afasta a possibilidade de ele ter protagonizado a história. O mais plausível nesse caso é que se tratasse de seu avô de mesmo nome, Franciso Ferreira Fonteles (1747-1815). Outro aspecto relevante é a afirmação de que o auxílio seria dado pelo "imperador".

Em 1808 o Brasil se tornou sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, quando o então Príncipe Regente de Portugal, João VI, reagiu à invasão napoleônica de Portugal estabelecendo a si mesmo e seu governo no Rio de Janeiro. Entretanto, o título de imperador só passou a ser utilizado de maneira corrente para se referir ao monarca reinante a partir de 1822, com a independência do Brasil. Outra possibilidade, que

será discutida mais adiante, é que o ano de 1809 esteja incorreto.

3ª Versão: Serra da Ibiapaba

A terceira versão, também trazida por Silva (2002), informa que Francisco Ferreira Fonteles Rios teria tido contato com a adoração a São Manoel por intermédio de uma senhora de nome Bernarda que o hospedava quando este ia à Serra da Ibiapaba comprar rapaduras. Em certa ocasião, durante uma caçada, Francisco teria ficado preso em uma cova feita para capturar "catetus", um tipo porco selvagem, na qual teria ficado por três dias sem conseguir sair. Então fez uma promessa para São Manoel que se conseguisse sair daquela situação ergueria uma capela em seu nome, graça a qual foi atendida, ensejando o cumprimento da promessa (Silva 2002, p. 48).

Mais uma vez, nota-se forte semelhança com a história da promessa do Coronel Jerônimo Machado Freire a Nossa Senhora do Livramento do Pará, que motivou a doação de terras para a constituição do patrimônio da capela de Parazinho. Essa confusão sugere um amálgama de histórias e tradições orais que minam sua credibilidade.

Ademais, ao contrário do que acontece no município de Marco, durante esta pesquisa não foi localizada nenhuma capela ou igreja dedicada a São Manoel nos municípios da diocese de Tianguá, que compreende a região da Serra da Ibiapaba. Também não foi identificada a presença de ruas, praças, escolas ou outros estabelecimentos dedicados ao santo

na região serrana. Portanto, não parece haver qualquer evidência da presença relevante de devotos de São Manoel nos municípios da Ibiapaba.

4ª Versão: Frei Vidal da Penha

A última versão trazida pelo Sr. José Alfredo Silva para a origem da Capela de São Manoel guarda semelhanças com outra, contada pela senhora Conceição (Tenora) Fonteles. As duas histórias apontam a origem da fé em São Manoel como decorrente das pregações do Frei Vidal da Penha, já mencionado anteriormente.

Na versão do Sr. José Alfredo, Francisco Ferreira Rios teria ido a Sobral por volta do ano de 1793, quando teria tido contato com as pregações de Frei Vidal sobre a vida e os milagres de São Manoel. Francisco teria então adquirido uma imagem do santo pelo significativo valor de Rs 1.200$000 (Um conto e duzentos mil réis), consagrando-a em um oratório de vidro em sua residência, sendo esta, objeto de adoração por parte dos moradores da comunidade (Silva 2002, p. 46).

Um elemento sugestivo do ano de 1793 como sendo a origem dos eventos narrados é o fato deste ano ter marcado o fim de uma severa seca iniciada em 1790. Sobre isso, Joaquim Alves, no livro História das Secas dos sec. XVII a XIX, citando o livro "O Município de Sant'Anna", afirma que:

> *No Ceará a seca de 1790 a 1793 foi tão rigorosa que na ribeira do Acaraú, algumas senhoras ainda mesmo abastadas, dando à luz nesse ano, se viram obrigadas a manter-se com alimentação de jacús, mel de abelha e carne de veado, na ausência absoluta de cereais, galinhas e outras carnes tragáveis. Diversos fazendeiros*

> *perderam todos os seus gados, outros, três partes destes. À população menos favorecida, sem auxílio do governo que, então, não tinha meios de proporcionar-lhe socorro, dispersara-se, procurando, parte a Ibiapaba e parte a margem do Parnahiba.*
>
> *Pernambuco, era governado, então, por D. José Thomaz de Melo que, atendendo a um requerimento do Governador da Capitania do Ceará, "remeteu 600 alqueires de farinha que se dividiram em igual parte para Fortaleza e Aracati, por diminuta a poucos, e para pouco tempo pode chegar; e daqui resultou expedir eu, desta Capitania a cidade do Maranhão um pequeno barco que acaso aqui se achou, deprecando-se ao Exmo. Sr. General daquele Estado o seu auxilio para carregar com brevidade o mesmo barco, de farinha, arroz e mais legumes e, finalmente, tendo conseguido este socorro, ainda que pequeno, vendo já ancorado e em descarga neste Porto o tal Barco e esperando nas promessas de um Negociante da Villa da Parnahiba a quem dirigi outra simte. deprecação, que mandará equi uma sumaca com viveres o mais breve que lhe for possível* (Alves, 1953, p. 57)

O relato acima dialoga diretamente com a segunda versão da história apresentada por José Alfredo Silva, segundo a qual a imagem de São Manoel foi dada por retirantes da seca que buscavam ajuda na cidade de Acaraú, local cujo porto possivelmente receberia os mantimentos vindos da Capitania do Maranhão. Ademais, também são trazidos elementos comuns à terceira história como a necessidade de recorrer a caça e a Serra da Ibiapaba como alternativa para obtenção de alimentos. Episódios como esse certamente se repetiram em estiagens posteriores ao longo do século XIX. Dessa forma, pode-se especular que todos esses elementos podem ter sido incorporados às tradições orais ao longo do tempo.

5ª Versão: A Promessa

Por outro lado, na versão de D. Conceição Tenora, o protagonista da história foi Ignácio Francisco Ferreira Fonteles (bisavô de Tenora e tio de Francisco Ferreira Rios) e o fato teria acontecido ao redor do ano de 1846. Ademais, conta que Ignacio teria sido acometido por um câncer na língua, e que teria prometido a São Manoel que em caso de cura construir-lhe-ia uma capela e doar-lhe-ia parte das terras que possuía. Apesar de ter a graça alcançada, Ignácio não cumpriu a promessa em vida, incumbindo seu filho mais velho, Joaquim Ferreira Fonteles, de construir a dita capela. Joaquim, por sua vez, teria contratado em Bela Cruz a construção de tijolos e possivelmente construtores para a execução do trabalho, sendo o primeiro nicho erguido em 1870, na esquina que fica aos fundos da atual igreja matriz, do lado direito.

Quanto à plausibilidade dessas duas últimas versões, pesa contra a de D. Tenora o fato de ter se passado no ano de 1846, distante do período que se supõe ter sido o de atuação do Frei Vidal, 1780 a 1820. Esse período seria compatível com a versão do Sr. José Alfredo, ainda mais considerando que, como já demonstrado, existem registros de que Frei Vidal esteve na Ribeira do Acaraú no final do século XVIII. Entretanto, Francisco Ferreira Fonteles Rios nasceu provavelmente apenas entre a primeira e segunda décadas do século XIX, de modo que ele também não poderia ser o protagonista dos eventos.

6ª Versão: A imagem que tinha

Encontrei ainda uma outra versão da história de D. Conceição Tenora, trazida no livro Igrejas do Ceará, de Francisco de Andrade Barroso, que não faz menção direta a Frei Vidal da Penha, dizendo apenas que Ignácio teria se inspirado em pregações em Sobral, que teriam ocorrido por volta do ano de 1846, quando teria adquirido a imagem de São Manoel, "*talvez até por não ter encontrado outra*" (Barroso, 1999, p. 263). Uma vez que Ignacio Francisco Ferreira Fonteles nasceu por volta de 1780, teria entre 60 e 70 anos no episódio, o que seria perfeitamente compatível.

A Minha Versão

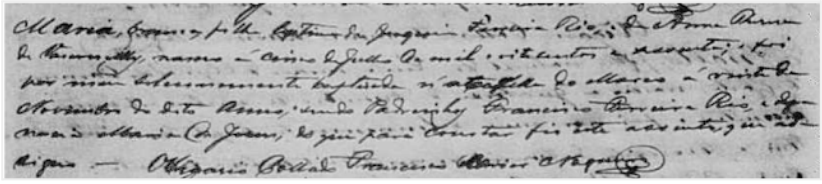
Considerando todos os elementos trazidos, acho plausível que a aquisição da imagem e construção do primeiro oratório de vidro tenha sido feita de fato por Ignácio Francisco Ferreira Fonteles por volta do ano de 1846. A imagem teria então sido inicialmente venerada junto à comunidade local na residência dos Ferreira Fonteles, tendo o nicho sido erguido pouco tempo depois. É ponto pacífico que este já existia em 1853, quando o Presidente da Província, Joaquim Vilela de Castro Tavares sancionou a Lei nº 631, de 22 de dezembro, que definiu os limites da Freguesia da Barra do Acaraú:

> *Art 1º — A Freguesia da Barra do Acaraú fica, de ora em diante, com as freguesias limítrofes, pela maneira seguinte com a de Granja, pela barra do Rio Guriú; com a de Santana pelo lugar Marco, na ribeira do Acaraú, por um e outro lado,* ***exclusive o nicho de S. Manoel****; com a de Imperatriz, pela margem ocidental*

do rio Aracati-Assu, até a fazenda S. Francisco, no Aracati-Mirim (grifo nosso).

Já quanto à construção da Capela, também devemos dar credibilidade à versão de D. Conceição Tenora, no que se refere à promessa de Ignácio e o papel de seu filho, Joaquim na construção do templo, exclusive a parte que se refere a influência de Frei Vidal da Penha. Entretanto, quanto ao ano de 1870, considero-o impreciso, visto que existem registros anteriores a essa data que já se referem a construção como Capela do Marco. Por exemplo, o batizado de Maria José Vasconcelos, neta de Francisco Ferreira Rios, ocorrido na noite de 20 de novembro de 1860, realizado pelo padre Francisco Xavier Nogueira. Portanto, esse seria o período mais provável de sua construção.

É possível que tenha sido um templo modesto no início, como todos da região, o que levou as pessoas, através da tradição oral, a considerarem sua existência apenas a partir do momento em que houveram ampliações e reformas que o deixaram com mais "cara de igreja", digamos assim.



Batismo de Maria José Vasconcelos na Capela do Marco, 1860.

O Patrimônio da Capela

Convém dedicar algumas linhas para delimitar as terras que originaram o patrimônio da Capela de São Manoel, uma vez que foram nessas terras que se aglomeraram as primeiras residências formadoras do município. Infelizmente, não tivemos acesso aos documentos de doação como foi o caso da capela de Santa Cruz, de modo que tivemos que realizar algumas inferências para chegar a um veredito.

Primeiro, é certo que parte das terras foi doada pelo próprio construtor da capela, Joaquim Ferreira Fonteles, atendendo ao desejo de seu falecido pai. Um texto publicado na página Acervo Histórico do Marco, de autoria desconhecida, informa que "*um homem de grande devoção prometeu a São Manoel que, caso ficasse curado de uma enfermidade doaria 300 braças (660 m) de terras para construir uma capela em agradecimento ao santo*". Conforme descrito anteriormente, esse trecho se refere a Ignácio Francisco Ferreira Fonteles.

Sabemos ainda que no recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920, constam as terras da localidade de Salinas, localizada 2 km a leste da sede, como pertencentes ao patrimônio de São Manoel. Dessa forma, pode-se concluir que as terras que originalmente integravam o patrimônio da capela, e que hoje dão lugar a sede do município de Marco, consistiram de uma faixa de aproximadamente 660 metros de largura na margem esquerda do Rio Acaraú, limitado ao sul pela atual Rodovia CE-402, que delineia o perímetro urbano,

por ao menos 2 km de comprimento, chegando até a localidade de Salinas.

Localização do Patrimônio de S. Manoel de Marco no fim do Sec. XIX

Além dessas terras, Francisco de Andrade Barroso nos informa que o patrimônio da capela foi acrescido por doações feitas por Raimundo de Freitas Rios, que não teve filhos e deixou suas propriedades Juncuman (Junco Manso), Tapera Velha, Estreito (Parapuí) e Maracanã, as quais foram entregues à igreja por seu curador e sobrinho-neto, Artur Cialdini Silveira, também benfeitor pelo donativo que fez da fazenda chamada Almas (Barroso, 1999, p. 265). Ressalta-se que todas essas propriedades hoje são localidades dos municípios de Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú. Essas doações provavelmente foram relativamente recentes, considerando que Artur Cialdini nasceu apenas em 1908.

48. A Capela no Alto das Flores

Os memorialistas João e Maria Silveira contam em seu livro sobre a história de Morrinhos que em 1869, o senhor José Lourenço de Vasconcelos juntamente com Miguel Francisco da Silveira e José Hermínio de Vasconcelos teriam construído aquela que seria a primeira capela do futuro município. Tratava-se de um nicho numa pequena sala de oração de tijolo, medindo quatro metros de comprimento por dois de largura, sem reboco, e coberta de palhas de carnaubeira, no mesmo local que hoje existe Igreja Matriz Sagrado Coração de Maria (Silveira e Silveira, 2009, p.63).

Ressalta-se que todas as pessoas envolvidas são descendentes diretos dos primeiros povoadores da região. José Lourenço de Vasconcelos (1851-1941) e José Hermínio de Vasconcelos (1860-1938) são trinetos de Mateus Mendes de Vasconcelos, enquanto que Miguel Francisco da Silveira (1809-?) é neto de João da Silveira Dutra.

Ainda segundo os autores, o Sr. José Lourenço também teria ainda adquirido um quadro com estampa do Sagrado Coração de Maria, o qual foi pendurado na parede dos fundos da sala de oração, dando início a devoção aquela que se tornaria padroeira do futuro município. O culto ao Coração de Maria tem origem bíblica, tendo sido desenvolvido por teólogos e místicos medievais, e organizado liturgicamente por São João Eudes no século XVII. Apesar da resistência inicial da Santa Sé, a devoção se expandiu nos séculos seguintes, fortalecida pela simbologia da Medalha Milagrosa a partir de

1830, pelo dogma da Imaculada Conceição e pela ação dos claretianos, até consolidar-se oficialmente na Igreja sob esse título.

Em tom de anedota, conta-se que, contrastando com a rusticidade do humilde templo, bem à frente, o Sr. João Oquendo Vasconcelos havia mandado alvejar com esmero o seu quarto de comércio, situado ao lado de sua residência. Assim, os raros viajantes que vinham de Sobral e Santana a caminho de Acaraú, ao passarem pelo local e sabendo da existência da capela, tiravam respeitosamente o chapéu e se benziam diante do estabelecimento comercial (Barroso, 1999, p. 270).

Segundo o historiador Raimundo Girão, o patrimônio da capela Sagrado Coração de Maria consistiu de terras doadas, em 1870, por Maria Alves Pereira, seu filho Miguel Francisco da Silveira e José Bomfim de Maria e Silva (Girão, 1983). Maria Alves Pereira era filha de Antônio Mendes de Vasconcelos, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, e dono da antiga Fazenda Areal, cujas terras em parte hoje dão lugar à sede do município de Morrinhos. Como dito em outro capítulo, essas terras foram acrescidas posteriormente pelas doadas por Joaquim Coriolano da Rocha, em 1933.

A casa de oração funcionou como se uma igreja fosse até 13 de maio de 1874, quando o Padre Joaquim Severiano, vigário da paróquia de Santana, em uma passagem pela região, benzeu a estampa de Nossa Senhora e realizou a primeira missa. Nessa ocasião também teria oferecido sacramentos,

batizando algumas crianças, realizando confissões e ofertando a comunhão (Silveira e Silveira, 2009, p.64).

No ano de 1878 deu-se início, pelos moradores locais, à construção de uma nova capela no lugar da antiga sala de oração. O novo templo foi feito de alvenaria e coberto com telhas, tendo o trabalho sido concluído apenas três anos depois, em 1880. Destacaram-se nessa iniciativa, além daqueles envolvidos na construção da primeira capela, José Coriolano da Rocha, dono da (nova) Fazenda Areal, Manoel Joaquim de Maria Silveira, descendente de portugueses, e Manoel Peregrino de Vasconcelos, filho de José Lourenço, e sua esposa D. Maria Camí Araújo (Silveira e Silveira, 2009, p. 65).

Igreja antiga de Morrinhos, início do Séc. XX.

Ao término da obra, D. Maria Carmí de Araújo, nora de José Lourenço Vasconcelos e moradora de uma das fazendas próximas, doou uma nova imagem do Sagrado Coração de Maria, benta em 1880, medindo 60 cm, esculpida em madeira com incrustações de pedras semi-preciosas e uma coroa de

ouro, trazida de Portugal por seus familiares (Silveira e Silveira, 2009, p.65). D. Carmí era filha de João Pedro Araújo, neta de Joaquim Araújo da Costa e bisneta de Pedro Araújo da Costa, dono da antiga Fazenda Morrinhos. Seu marido, Manoel Peregrino de Vasconcelos, consta no censo de 1920 como sendo proprietário de uma das frações da Fazenda Areal.

Alto das Flores ou Morrinhos?

A capela de Morrinhos foi erguida ao sopé de um morro, hoje denominado Alto da Boa Vista (ou Alto dos Estudantes), que nos períodos de inverno ficava coberto de flores e plantas nativas, chamando atenção dos que por ali passavam. Esse fenômeno fez com que o mesmo ficasse conhecido como Alto das Flores, denominação que se confundia com o próprio nome da localidade (Silveira e Silveira, 2009, p.37). Assim, em seus primórdios, o topônimo Morrinho se referia especificamente ao já mencionado Serrote do Cafim, sendo que a vila, propriamente dita, era conhecida por Alto das Flores (Montenegro, 2023, p. 174).

Segundo conta José Adrião Souza em matéria ao Jornal Voz de Morrinhos datada de 14 de junho de 1953, houve uma permuta entre proprietários, sem o devido registro em cartório, dos lotes de terra que continham os dois morros. Isso teria causado certa confusão entre os moradores, de modo que, por algum tempo, a localidade passou a ter dois nomes: Morrinho e Alto das Flores. O impasse teria sido então solucionado por João Peregrino da Rocha, genro de José

Lourenço, que popularizou a denominação Morrinhos, no plural, fazendo referência aos dois montículos.

Ademais, o autor se refere aos proprietários do lote contendo o Morro do Cafim como "os Romãos" e aos do Alto das Flores como "os Antoninos". Os "Romãos" provavelmente se referem à família de José Romão de Carvalho (1834-1910), enquanto os "Antoninos" provavelmente se referem à família de Antonino Ferreira da Rocha (1821-1896), sogro de Joaquim Coriolano da Rocha, dono da (nova) Fazenda Areal.

Apesar de o autor não precisar as datas que teriam ocorrido esses episódios, pode-se tirar algumas conclusões por fontes indiretas. Sabe-se que em 19 de julho de 1897, um ato estadual criou o distrito de Morrinho (no singular), atrelado a Santana do Acaraú, permanecendo com esse topônimo, ao menos oficialmente, até a emancipação do município em 6 de setembro de 1957, quando o mesmo é alterado para Morrinhos (no plural).

Ademais, no Projeto Legislativo n° 21, de 15 de Março de 2022, da Câmara Municipal de Morrinhos, que dá nome à praça Mário Ursulino de Maria, consta que Ursulino teria mudado para "*Morrinhos, ora Alto das Flores, em meados de 1922*". Portanto, conclui-se que os eventos citados por José Adrião se passaram no intervalo entre 1922, quando ainda era empregado a denominação Alto das Flores e a publicação da matéria em 1953.

Referências

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. Rio de Janeiro, 1907.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth. **Era uma vez na Cruz: Genealogia da Família Cruz**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

ALMEIDA, Nilton Melo. **Cristãos-novos e seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII a XIX)**. Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ARAGÃO. Jarbas Cavalcante de. **Colonização do Nordeste: Os Ximenes de Aragão no Ceará.** Rio-Guanabara: Editora Laudes S/A, 1969.

ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará - Vol. 1. 3 ed., 1990.

ARAGÃO, Batista R. Índios do Ceará e Topônimos Indígenas. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994.

ARAGÃO, R. Batista. **Cronologia dos municípios cearenses**. Barraca do Escritor Cearense, 1996.

ARARIPE, Tristão de Alencar. História da província do Ceará. **Desde os tempos primitivos até** 1850. Fortaleza, 1867.

ARAÚJO, Cosma Silva; SALES, Telma Bessa. O Candango vai para Brasília: Trabalhadores de Araquém na cidade em construção (1956-1960). **Revista Historiar**, v. 6, n. 11, 2014.

ARAÚJO, Nicodemos. **Santa Cruz do Acarahú**. Acaraú, 1935.

ARAÚJO, Nicodemos. **Bela Cruz: de prédio rústico a cidade, 1730-1967**. Edições A Fortaleza, 1967.

ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Acaraú, notas para sua história**. Acaraú, 1971.

ARAÚJO, Nicodemos. **Capitão Diogo Lopes**. Acaraú, 1978.

ARAÚJO, Nicodemos. **Almofala e os Tremembés**, Fortaleza Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Bela Cruz**. Acaraú, 1985.

ARAÚJO, Nicodemos. Jericoacoara. Acaraú, 1987.

ARAÚJO, Nicodemos. Santana do Acaraú. Acaraú, 1985.

ARAÚJO, Nicodemos. O Município de Cruz. Acaraú: Editora Esteves Tiprogresso, 1989.

ARAÚJO, Nicodemos. **Cronologia de Bela Cruz**. Acaraú, 1990.

ARAÚJO, Pe Francisco Sadoc de. História da Cultura Sobralense. Sobral: Imprensa Universitária - UVA, 1978.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **História religiosa da Meruoca**. Impr. Universitária, UVA, 1979.

ARAÚJO, Pe Francisco Sadoc de. **História Religiosa de Guaraciaba do Norte**. Fortaleza, 1988.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. 2ª edição. Sobral: Edições UVA, 2000.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005.

ARRUDA, Assis. Genealogia Sobralense: Os Ferreira da Ponte Vol. IV - Tomo I. Fortaleza, CE, IOPMS, 1997.

ARRUDA, Assis. Genealogia Sobralense. Vol. II: Os Gomes Parente. Sobral: Edições UVA, 1998.

ASSIS, Predro Ferreira. Diccionario Historico e Geographico da Ibiapaba. Fortaleza: Ramos e Pouchaim, 1935.

AVELINO, Fábio Júnior. **Ocupação Colonial e Escravidão Negra nas terras que hoje fazem parte do Município de Morrinhos (1725-1889)**. Monografia. Sobral: Universidade Vale do Acaraú, 2020.

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações do Ceará.* Revista Defesa Nacional, Nov. 1955.

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BERREDO, Bernardo Pereira de et al. Anais históricos do Estado do Maranhão. **São Luis, Alumar**, 1988.

BETHELL, Leslie (Ed.). **Colonial Brazil**. Cambridge University Press, 1987.

BARROSO, Francisco de Andrade. Igrejas do Ceará: crônicas histórico-descritivas. Fortaleza, 1999.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Instituto do Ceará, 1918.

BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem**. Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BEZERRA, Antônio. Pero Coelho de Sousa no Ceará. In: Commemorando o tricentenario da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará: 1603-1903. Fortaleza: Typographia Minerva, 1903.

BRAGA, Renato. Dicionário geográfico e histórico do Ceará. **Fortaleza:** Imprensa Universitária do Ceará, 1964.

BRASIL, João Pompeu. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 3, n. 2, p. 105-121, 1972.

BRÍGIDO, João. Ephemerides do Ceará–1ª Epocha. **Revista do Instituto Histórico**, 1900.

BRIGIDO, João; Ceará, Homens e Fatos. Rio de Janeiro. **Tip. Ber-nard Frère**, 1919.

CAMPOS, Eduardo. *As irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARNEIRO, Manoel de Castro. Crônica da Casa dos Carneiro. Editora do Escritor, 1978.

CARVALHO, Isabelle Mendonça de. Fazendas nos sertões do Acaraú, Coreaú e Serra da Ibiapaba (CE). 2023.

CARVALHO, Reinaldo Forte. Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748). 2015.

CAVALCANTE, José Vicente Franca. **Notas para a História de Sobral**. Revista do Instituto do Ceará, v. 23, p. 160-78, 1909.

COSTA, Antônio Carlos Campelo; ROCHA, Herbert de Vasconcelos. Sobral da origem dos distritos. **Sobral-CE, Sobral Gráfica e Editora Ltda**, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. Vol. 2. **Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais**, 1983.

CRUZ, Carlos Henrique. **A escola do diabo: indígenas e capuchinhos italianos nos sertões da América (1680-1761)**. Firenze University Press, 2019.

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças. typ. da Frias, 1874.

DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Anais pernambucanos: 1666-1700**. Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952.

DE CASTRO, Gerson Vidal. Amontada, Aspectos Políticos Econômicos e Históricos. Amontada, 2015.

DE FARIAS, Airton. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira: Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda**. Difusão Européia do Livro, 1964.

DE MELLO, Antonio Joaquim. **Biografias de alguns poetas: e homens illustres da provincia de Pernambuco..** Typographia Unviersal, 1859.

DE SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822)**. 2015. 223 f. (Tese Doutorado).

DE SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues; DUQUE, Adauto Neto Fonseca. As Disputas Políticas na Ribeira do Acaraú em torno da Morte e dos Bens do Coronel Sebastião Pinheiro Raposo (1720-1737). **Revista Historiar**, v. 10, n. 19, p. 5-32, 2018.

DE SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeo. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. 1863.

DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Historia geral do Brasil antes da sua separação e independencia de Portugal**. Tomo II. Companhia melhoramentos de São Paulo (Weiszilog irmãos incorporada), 1906.

DIAS, Patrícia de Oliveira. As tentativas de construção da ordem em um espaço colonial em formação: o caso de Cristóvão Soares Reimão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DIOGO, Bertoni Vasconcelos. Alcântaras: III Séculos de História. Alcântaras, 2016.

Documentação Histórica Pernambucana. Vol. 1, sesmarias. **Secretaria da Educação e Cultura, Bibloteca Pública, Recife**, 1954.

DO SALVADOR, Vicente et al. **História do Brasil, 1500-1627**. Editora Itatiaia, 1982.

DUARTE, Hélio. Nossa Senhora da Conceição de Almofala. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 13, p. 35-63, 1972.

FALCÃO, Márlio Fábio Pelosi. **Ciará Terra do Sol.** Gráfica Folha. Fortaleza: APRECE, 1999.

FARIAS, F. Araújo. Araújos e Feitosas: Colonizadores do Alto e Médio Acaraú. **Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza**, 1995.

FARIAS, Fernando Araújo. **Solar da Caiçara: História e Genealogia**. 2 ed. Fortaleza: Primus, 2013

FERRER, Vicente. **Guerra dos mascates: Olinda e recife**. AM Teixeira, 1915.

FIGUEIRA, Luiz. relação do Maranhão. In: Três documentos do Ceará colonial, 1967.

FIGUEIREDO FILHO, J. D. **História do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, v. I, 1964.

FLEIUSS, Max. A imprensa no Brasil. In: *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, vol. 2, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia pernambucana–Vol 1. **Annaes da Biblioteca Nacional**, 1918.

FONTELES, José Cavalcante. **Os Fonteles de Águas Livres (Ensaio Genealógico)**. Fortaleza: Encaixe, 1994.

FONTENELE, A. Batista. A Marcha do Tempo: Os Fontenele. Fortaleza: SENAI/CE, 2001.

FREITAS, Vicente. **Bela Cruz - Biografia do Município**. Florianópolis: Bookess Editora, 2012.

FREITAS, Vicente. **Famílias Endogâmicas Do Vale Do Acaraú**. Clube de Autores, 2021.

FROTA, D. José Tupinambá da Frota. **História de Sobral**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.

FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volumes.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: Uma nova história do Ceará. SOUZA, Simone de (Org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p.103-132.

GALDINO, Maria Rakel Amancio. Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

GALVÃO, Alessandro Gagnor. **Jericoacoara sonhada**. Annablume, 1995.

GASPAR, J. B. Análise histórica das divisas cearenses: caso do litígio de terras entre o Ceará e o Piauí. **Edições INESP, ALECE**, 2023.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, Raimundo. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Estado do Ceará, Secretaria de Planejamento e Coordenação, Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará, Departamento de Recursos Naturais, 1983.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Banco do Nordeste do Brasil SA, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1986.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOMES, Fábio da Silva. O escravo sodomita na colônia. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 2, n. 2, 2015.

GUIMARÃES, Beatriz Freire et al. "Casa do Cão: Uma fortificação colonial no município de Senador Sá, Ceará". **Revista Tarairiú**, v. 1, n. 23, 2023.

GURGEL, Álvaro. Diccionario Geographico Historico e Descritivo do Ceará. 2ed. Tipografia Minerva, 1939.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** - Vol. XVI. Rio de Janeiro, 1959

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. **Novo orbe serafico brasilico ou Chronica dos frades Menores da província do Brasil**. Typ. brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1859.

LEAL, Vinícius Barros. **A colonização portuguesa no Ceará: o povoamento**. UFC, Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália, 1938.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **O crime de Simões Colaço**. 1. ed. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2014.

LIMA, Antônio Claudio Ferreira. **A construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. **Sobral, Iraque**, Ed. Artes Digitais, Fortaleza, 2006.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. Siará grande: uma província portuguesa no Nordeste oriental do Brasil. **Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora**, 2016.

LINHARES, Fortunato Alves, Pe. **Notas históricas da cidade de Sobral**. *Revista do Instituto do Ceará*, ANNO XXXVI, 1922.

LINHARES, Manoel do N. Alves. "Traços biograpficos do capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa: o introdutor do café no Ceará". In Revista do Instituto do Ceará, tomo XV. Fortaleza, 1901, pp. 68-76.

LIRA, João Mendes. De caiçara a Sobral. **Sobral-Ce: Departamento de Imprensa Oficial**, 1971.

LIRA, João Mendes. Subsídios para a história eclesiástica e política do Ceará. **Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas**, 1984.

LISBOA, C. História dos animais e árvores do Maranhão (1630). **Edição do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Lisboa**, 1967.

MACHADO, José Almeida. **Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará. Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**, 2ª ed. fac-similar de separatas da *Revista do Instituto do Ceará* Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997.

MAIA, Lígio José de Oliveira. Serras de Ibiapaba: de aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial-século XVIII. 2010.

MARTINS FILHO; GIRÃO, Raimundo (org.) O Ceará. 3. ed. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966. 544 p. Ilustrada.

MARTINS, Francisco d'Assis d'Oliveira. **Um herói esquecido (João da Maia da Gama)**. Divisão de Publicações e biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1944.

MARTINS, Vicente. *O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. XLII, 1928.

MATOS, José Henrique da Silva Nogueira de. *Evolução metalogenética da mina de cobre de Pedra Verde (CE)*. 2012. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes. **Edição fac-similar de separata da Revista do Instituto do Ceará. In: Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara**, 1997.

MIRANDA, Vicente. **Três séculos de caminhada**. Teresina, 2001.

MONTENEGRO, Seridião Correia. Perfil Histórico, Geográfico e Antropológico dos Municípios do Ceará. Fortaleza: INESP, 2023.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. A inquisição no Ceará. **Revista de C. Sociais**, Fortaleza, v. 16 n.º 1, 1985.

NOBRE, Geraldo da Silva. As oficinas de carnes do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise. **Fortaleza: GEC**, 1977.

NOBRE, Geraldo Silva. **História eclesiástica do Ceará**. Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império**. Práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748 a 1804). Fortaleza: Dissertação de mestrado em História/UFC, 2010.

OLIVEIRA, André Frota. **A fortificação holandesa do Camocim**. Expressão Gráfica e Editora, 1995.

O Município de Sant'Anna: um pouco de histórico sobre o Ceará de 1608 a 1738. Santana do Acaraú: Pap. e Typ. Correio da Semana, 1926.

PAULET, Antônio Silva. Descripção Abreviada da Capitania do Ceará. Revista do Intituto do Ceará, vol. XII, 1898, pp. 05-33.

PEDROZA, Antonia Marcia Nogueira. Hoje vou tratar de meus direitos: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará provincial (1830-1888). (Tese de Doutorado). Fortaleza, UFC, 2021.

PENA, Leonam Azevedo - trad. Viagem ao Rio Grande do Sul. S.l., s.ed., 1935.

PESSOA, João Ribeiro. **Notícia da Freguezia de N. Sra. da Conceição da Caissara**. In: Revista do Instituto do Ceará — RIC, t. II, 1898

PESSOA, Wicar Parente de Paula. **Algo sobre a História de Sobral**. Revista do Instituto do Ceará. v. 95, n. 90, Janeiro de 1976, p. 19-28.

PILDAS, Leonardo. **História de Coreaú (1702-2002)**. 2003.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará, 1680-1820**. Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Jonas Rabelo; PINHEIRO, Gabriel Lopes. História Política de Amontada. Fortaleza: INESP, 2022.

POMPEU, João. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 3, n. 2, p. 105-121, 1972.

POMPEU-SOBRINHO. Três Documentos do Ceará Colonial. **Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial**, 1967.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do território e evolução político administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. nº 9, 1853.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo III, Parte 1, 1890.

Revista do Instituto Archeológico e Geográphico Pernambucano. N. 60 - Tomo XI, 1904.

Revista do Instituto Archeológico e Geográphico Pernambucano. 3º ano - Tomo 1, 1865.

ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. 2 ed. Fortaleza: Edições INESP, 2025.

SANTOS, João Brígido dos. Ceará: homens e fatos. **Fortaleza: F. Demócrito Rocha**, v. 560, 1919.

SILVA, Benedito. **Rodolfo Teófilo**. Edições Demócrito Rocha, 2003.

SILVA, José Alfredo. **Breve história do município de Marco**. INESP, Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, 2002.

SILVA, Vládia; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. Formação territorial do ceará: Das 16 vilas originais aos 184 municípios atuais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 1, p. 53-69, 2015.

SILVEIRA, Aureliano Diamantino. **Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará**, vol. II. Fortaleza: Editora Premius, 2004.

SILVEIRA, Edneide Alves Moura; DE OLIVEIRA, Maria Gracilene; MOURA, Maria Jacsonilma Lima. **A Reconstrução do Cruzeiro na Cidade de Pereiro-Ce**. AYA Editora, 2022.

SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luiza Rocha. **Morrinhos: Sua História e sua Gente**. Fortaleza: Realce, 2009.

SOARES, José Wellington; SOARES, Francisco Edson. Monsenhor José Furtado Cavalcante: sua história devida na história da Meruoca. Meruoca: Serão Cult, 2019.

SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. Memória colonial do Ceará (1618-1698). Tomo I (16181698), Vol. I (1618-1720). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013.

SOUSA, Eusébio de. Pela História do Ceará: I – No tempo de Frei Vidal.. **Revista do Instituto do Ceará**, p. 115-33, 1934.

SOUZA, Francisco Ésio de. "Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa. O homem de seu tempo (17221797)". Revista do Instituto do Ceará, tomo CXXI. Fortaleza, 2007.

SOUZA, George F. Cabral de. Tratos & Mofatras: O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 — c. 1759). 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2020.

SOUZA, José Adrião. *Morrinho não, Morrinhos*. Jornal **Voz de Morrinhos**, Morrinhos, 14 jun. 1953.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

STUDART, Barão de. Datas e factos para a história do Ceará./Barão de Studart. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Barão de. Geographia do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

STUDART, Barão de. Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará. 4 v. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1904–1921.

STUDART FILHO, Carlos (Barão de Studart). *Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, Tomo Especial (1º Centenário do Instituto do Ceará), Fortaleza, 1903.

STUDART FILHO, Carlos. *A bandeira de Pero Coelho*. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 50, p. 3–58, 1936.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 51, n. 1, p. 15-47, 1937.

STUDART FILHO, Carlos. **Missão Jesuítica da Ibiapaba**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1945.

STUDART FILHO, Carlos Filho. Dados para uma história eclesiástica do Ceará (16031750). Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo 71, 1957.

STUDART FILHO, Carlos. **Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará; com breve estudo sôbre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte**. Biblioteca do Exército, 1959.

STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará, II parte, Notícias Históricas. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, v. 77, 1963.

STUDART FILHO, Carlos; POMPEU, Thomaz. **Páginas de história e pré-história**. Inst. do Ceará, 1966.

TEIXEIRA, Amanda. Moradores do Ceará denunciados à Inquisição de Lisboa (1720 a 1802). Cachoeirinha: Fi, 2025.

THÉBERGE, Pedro F. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fundação Waldemar Alcântara, 1869.

VIANA, Verônia; SOARES, Karlla; SOUZA, Luci Danielli. Os antigos habitantes da praia de Jericoacoara, Ceará: Arqueologia, História e Ambiente. **Clio Arqueológica. Recife: UFPE**, n. 22, p. 177-202, 2011.

VIEIRA JR, Antônio Otaviano Vieira Júnior. **A inquisição e o sertão**. Edições Demócrito Rocha, 2014.

VIEIRA, Pe. Antônio. Relação da Missão da Serra da Ibiapaba. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

XIMENES, Haroldo. Origem e Evolução Histórica de Granja. Fortaleza, 1996.

Documentos Consultados

[1] 1726, janeiro, 28, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei [D. João V], sobre as inquietações e motins que tem havido no Ceará e que dizem respeito ao ouvidor José Mendes Machado e outros. Anexo: aviso, cartas e consultas. In: Memória colonial do Ceará, volume II (1720-1731), tomo | (17201726), p. 236-237

[2] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Caderno do Nefando nº 20, fl. 95 (23/06/1749).

Inventário post-mortem de Antônio Correia Peixoto, 1755, caixa 07. NEDHIS/UVA.

[3] Correspondência enviada pelo Cabo e Comandante do destacamento da vila de Acaracu Ignacio Joaquim de Jesus para o presidente da província do Ceará Marcelino Nunes Gonçalves em 14 de dezembro de 1859. BR.CEAPEC.GP.CP.PP.CORE.88. DOSSIÊ: 88-97. CAIXA:

07, 1859, f.08. Fundo da Chefatura de Polícia da Província do Ceará. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

[4] Arquivo Público do Estado do Piauí. Sala do Poder Executivo. Secretaria de Polícia. Correspondência da Secretaria de Polícia. 1860-1868. SPE. COD. 133. ESTN. 02. PRAT. 01.

Inventário de Maria Soares Monteiro. Br. Ce. NEDHIS, UVA, CH, FM, P., Inv. 02, Dossiê 02/07, Caixa 12, Ano 1765.

[5] Inventário post-mortem de Joana Teixeira de Moraes, 1763, caixa 09. NEDHIS/UVA.

Requerimento do religioso do Carmo Calçado de Pernambuco, frei Miguel da Vitória, ao rei [D. João V], pedindo licença para pedir esmolas pelas minas. 25 de fevereiro de 1744. AHU CU 015, Cx. 6.

Movimento missionário franciscano no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1614-1829). Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/5393/15/ulsd062044_td_vol_1_quadro_5.pdf